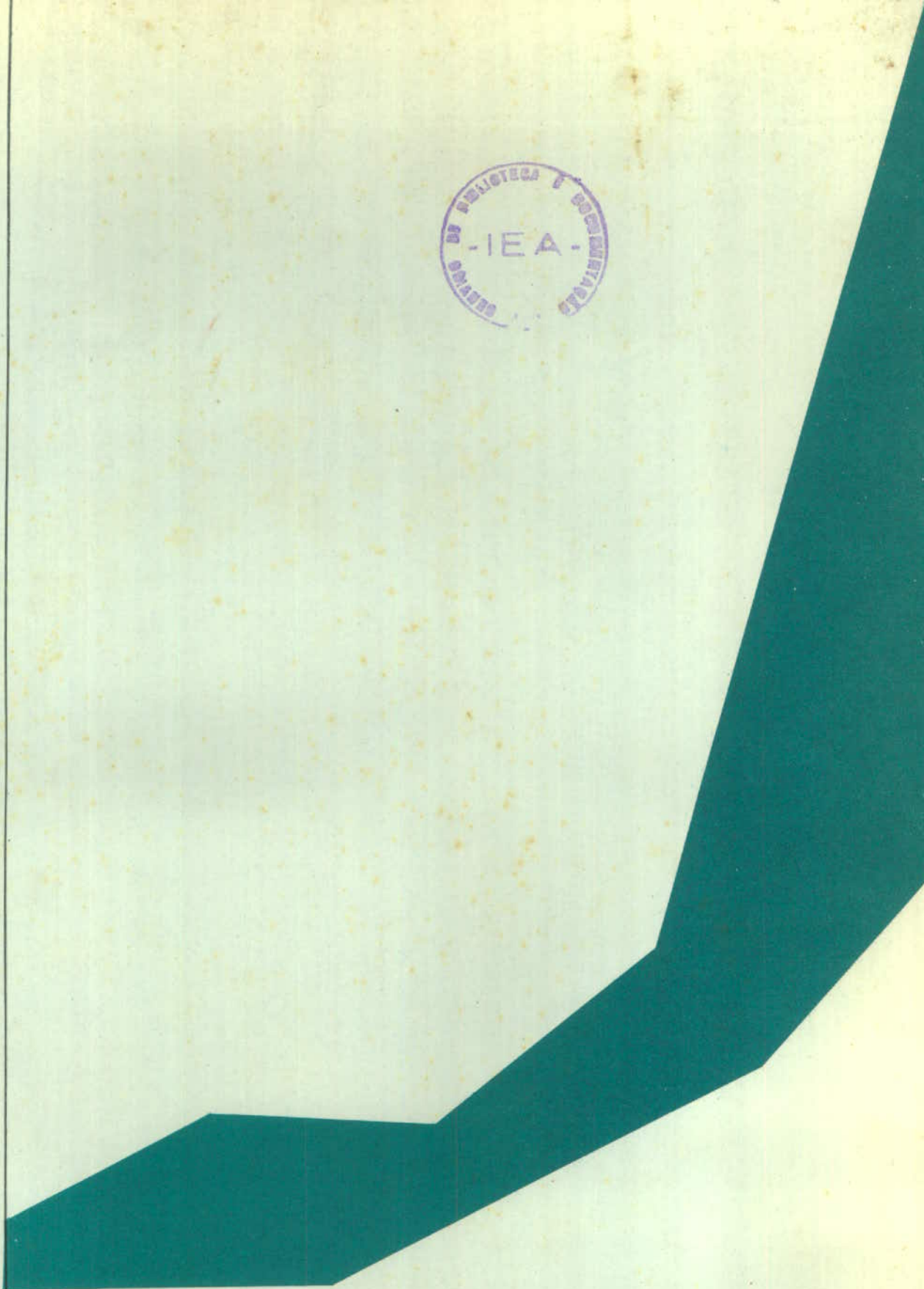




Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola



**Prognóstico
84/85**

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola



Prognóstico 84/85

ISSN 0100 526x

Prognóstico 84/85	São Paulo	v. 13	p. 1-229	1984
-------------------	-----------	-------	----------	------

**PROGNÓSTICO. (Instituto de Economia
Agrícola) São Paulo, 1972-**

1972-83, 1-12

1984, 13 (1)

ERRATA
Substituí a página 89 do PROGNÓSTICO 84/85

QUADRO 44 - Evolução dos Índices de Preço e Quantidade de Batata na Cidade de São Paulo e de Preços de Insumos para a Produção de Batata no Estado de São Paulo, 1983-84

Mês e Ano	Batata ⁽¹⁾		Preços dos Insumos			
	Preço	Quantidade	Fertili- zante	Inseti- cida	Comb. e lubrif.	Equip. e reparos
1983						
Abr.	234	73	84	101	108	96
Maí.	188	92	88	101	101	95
Jun.	182	75	90	102	125	99
Jul.	165	82	87	101	108	92
Ago.	192	80	88	106	114	92
Set.	198	79	92	101	106	90
Out.	110	104	108	99	92	86
Nov.	86	103	93	106	119	95
Dez.	69	102	100	119	102	94
1984						
Jan.	84	93	96	108	94	100
Fev.	89	99	98	103	102	94
Mar.	88	86	110	109	93	101

⁽¹⁾ Base: média dos respectivos meses dos anos agrícolas 1979/80 a 1982/83 igual a 100. Os preços correntes da batata e dos insumos foram corrigidos usando-se o Índice "2" (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 45 - Produção de Batata, nos Principais Estados Produtores, Brasil, 1978/79 a 1983/84

(em 1.000t)

Safra e Estado	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
De inverno						
São Paulo	148,2	124,2	165,6	171,0	168,6	...
Principal Estado	148,2	124,2	165,6	171,0	168,6	...
Das águas						
Minas Gerais	-	286,9	304,9	322,8	286,0	320,9
São Paulo	-	211,2	192,6	208,8	187,8	215,4
Paraná	-	341,6	250,0	415,0	271,0	333,4
Santa Catarina	-	104,0	117,4	124,3	100,0	112,3
Rio G. do Sul	-	189,6	209,4	200,2	187,9	228,9
Principais Estados	-	1.133,3	1.074,3	1.271,1	1.032,7	1.210,9
Da seca						
Minas Gerais	-	168,9	187,2	219,9	176,1	...
São Paulo	-	145,2	172,2	187,2	183,3	179,7
Paraná	-	180,2	209,4	183,6	151,9	166,8
Santa Catarina	-	38,9	34,5	36,6	18,5	40,0
Rio G. do Sul	-	110,3	79,7	44,8	72,2	107,8
Principais Estados	-	643,5	682,4	672,7	602,0	494,3 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Sem a produção de Minas Gerais.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs) e Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (IEA/CATI).

APRESENTAÇÃO

O Prognóstico 84/85 reúne um conjunto de informações que fornece detalhado retrospecto da evolução recente da agricultura paulista e uma visão das perspectivas econômicas que se apresentam ao início de nova safra agrícola.

É obra de consulta a todos os que se interessam pela evolução dos mercados de produtos agropecuários e de insumos, pelo comportamento dos custos de produção, pelas medidas de política relativas ao setor ou pelo desempenho da agricultura paulista.


Sua importância decorre do aprimoramento constante dos trabalhos realizados por esta Pasta no atendimento à crescente demanda por elementos informativos fidedignos e de análises econômicas que sirvam de base à tomada de decisões e formulação da estratégia comercial e política do setor agrícola, que devem se somar à orientação técnica.

Neste momento de adversa conjuntura econômica do País, a agricultura tem muitos problemas a enfrentar. Entre eles, destacam-se a insuficiente oferta e o baixo nível tecnológico de produção de alguns produtos essenciais à dieta alimentar da população, o que têm causado sérias crises no abastecimento dos grandes centros urbanos do Estado e do País. Acrescente-se, ainda, as deficiências na infra-estrutura de distribuição, os elevados custos de transporte e armazenagem para se avaliar, parcialmente, as dificuldades a serem enfrentadas.

O crédito, outro eficaz instrumento para desenvolver o setor agropecuário, precisa ser melhor distribuído para auxiliar no aumento da produtividade e diminuir os riscos associados ao próprio financiamento.

Ao apresentar este documento, estou certo de que nossos agricultores, técnicos e instituições nele encontrarão importantes subsídios informativos.

São Paulo, agosto de 1984


Nelson Mancini Nicolau
Secretário de Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo

PROGNÓSTICO 84/85

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1 – INTRODUÇÃO	9
2 – RESULTADO ECONÔMICO DA SAFRA 1983/84 E ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL PARA A SAFRA 1984/85	15
– Resultado Econômico da Safra Agrícola 1983/84	16
– Estimativa de Custo Operacional de Produção para a Safra 1984/85	18
3 – MERCADO DE FATORES	35
– Defensivo	35
– Fertilizante	35
– Salário Agrícola	51
– Semente	54
– Terra	62
– Trator	68
4 – MERCADO DE PRODUTOS	77
– Algodão	77
– Arroz	82
– Batata	88
– Café	90
– Cana-de-Açúcar	99
– Cebola	106
– Feijão	110
– Mandioca	116
– Milho	119
– Oleaginosas: Soja, Amendoim e Mamona	125
– Tomate	139
– Trigo	146
– Frutas	151
– Avicultura	171
– Pecuária de Corte	176
– Pecuária de Leite	180
– Suinocultura	183
5 – DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	191
– Área Plantada e Rendimento Médio	192
– Indicadores de Preço e de Quantidade	192
6 – POLÍTICA AGRÍCOLA	201
– Política Econômica	202
– Setor Externo	206
– Crédito Rural	209
– Tributos na Agricultura	215
– Seguro Rural e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	222
– Preços Mínimos	225

PROGNÓSTICO

Publicação Anual do Instituto de Economia Agrícola

Corpo Técnico do IEA

Diretor Geral: Devancyr Aparecido Romão

ASSESSORIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Antonio Ambrosio Amaro, João Batista de Mattos, Richard Domingues Dulley, Ronaldo Bernardes Oliveira, Waldemar Pires de Camargo Filho.

DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Luiz Henrique de Oliveira Piva

Abel Ciro Minniti Igreja, Alice Midori Shimura, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Carolina Aparecida Pinsuti, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves e Nogueira, Fernando Antonio de Almeida Séver, Ismar Florêncio Pereira, José Roberto Vicente, Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demétrio Santiago (*), Milton Nogueira de Camargo, Nilton Geraldo Santos de Albuquerque, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samira Aoun Marques, Vera Lucia Ferraz dos Santos.

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: Sebastião Nogueira Junior

Albino Eugênio Ferreira Zirlis, Afonso Negri Neto (*), Alfredo Tsunechiro, Ana Maria Futino, Antonio José Braga do Carmo, Célia R.P. Tavares Ferreira, Domingos Desgualdo Netto, Eloisa Elena Bortoleto, Everton Ramos de Lins, Flavio Condé de Carvalho, José Roberto da Silva, Lídia Hatue Ueno, Luiz Carlos Ayres Guidetti Zagatto (**), Maria de Lourdes do Canto Arruda, Marisilda Nabhan, Mauro de Souza Barros, Natanael Miranda dos Anjos, Nelson Giulietti, Paulo Augusto Wiesel, Persio de Carvalho Junqueira (*), Sylvia Regina Hellmeister, Vitória da Silva Pereira Biller, Yuly Ivete Miazaki de Toledo.

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Minoru Matsunaga

Alceu de Arruda Veiga Filho, Cesar Roberto Leite da Silva, Fatima Regina de Barros, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Luiz Teixeira Marques Vieira, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sebastião de Lima, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Elisa Benetton Junqueira, Nelson Kasaki Toyama, Regina Junko Yoshii, Sergio Gomes Vassimon, Sonia Martins Giordano.

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: José Roberto Viana de Camargo

Arthur Antonio Ghilardi, Daniel Ribeiro Junior, Denyse Chabaribery, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna (*), José Carlos Gomes dos Reis Filho (*), Nilda Teresa Cardoso de Mello, Oscar José Thomazini Ettore, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Roberto de Assumpção, Sílvia Toledo Arruda, Valquíria da Silva (*), Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos.

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Elcio Umberto Gatti

Antonio Augusto Botelho Junqueira, Antonio Roger Mazzei, Celuta Moreira Cesar Machado, Francisco Alberto Pino (*), Julio Umberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria Áurea Cassiano, Maria de Lourdes Barros Camargo (*), Marina Brasil Rocha, Nilce da Penha Migueles Panzutti.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Aguri Sawatani

Cleusa Batista Pastori, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriela Menni Ferréri, Toyoko Kiyota.

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: José Roberto Viana de Camargo

Antonio Augusto Botelho Junqueira, Celuta Moreira Cesar Machado, Elcio Umberto Gatti, Flavio Condé de Carvalho, José Luis Teixeira Marques Vieira, Rosa Maria Pescarin Pellegrini.

Suplentes: Abel Ciro Minniti Igreja, Arthur Antonio Ghilardi, Cesar Roberto Leite da Silva, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Richard Domingues Dulley, Yuly Ivete Miazaki de Toledo.

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Av. Miguel Estéfano, 3900 – 04301, São Paulo, SP

Telefone: (011) 276-9266

Telex: (011) 34067 – SAGR–BR e (011) 22484 – SNSC–BR

Impresso no Setor Gráfico do IEA

Av. Miguel Estéfano, 3900 – 04301, São Paulo, SP

Telefone: (011) 577-4022 – ramal 685

(*) Realizando curso de pós-graduação.

(**) Técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

introdução

1 - INTRODUÇÃO

Após o desempenho satisfatório observado na balança comercial, com superávit de US\$6,47 milhões em 1983, e do melhor desempenho da balança de serviços, permitindo que o Brasil reduzisse seu déficit global do balanço de pagamentos, de forma a viabilizar melhores condições para renegociação da dívida externa, as expectativas passam a se concentrar no controle da inflação. No entanto, passado o primeiro semestre de 1984, o problema inflacionário continua a persistir, desafiando os mecanismos de estabilização de preços. Nesse sentido, cabe à agricultura significativa papel visando aos reajustes desejados pela sociedade brasileira.

Todavia, os compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) limitam a capacidade do Governo de acionar políticas de reativação econômica, com reflexos negativos na agricultura ainda carente de uma política de desenvolvimento com características liberais, racional e objetiva, principalmente, quando as medidas de resultados a curto prazo parecem se esgotar e se mostrar incapazes de estimular o setor agrícola. Ao mesmo tempo, a aproximação de eleições e de novo período governamental devem acentuar o debate sobre a política a ser implementada para a agricultura nacional.

Na safra 1983/84, ainda que sob as restrições de crédito rural e com elevação dos custos operacionais de produção, as estimativas preliminares para o Estado de São Paulo indicam acréscimo de 0,6% no valor real da produção em relação à safra anterior e decréscimo na produção física de 2,24%, em parte devido às secas que prejudicaram os rendimentos de algumas importantes culturas, visto que a redução da área com os principais cultivos foi de 1,3%. Contribuíram, para essa redução de área, as culturas de: algodão, café, amendoim e feijão. Ao contrário, expandiram-se principalmente as áreas com cana-de-açúcar (5,1%) e milho (4,6%), as duas que já detêm a maior área cultivada no Estado.

Merece citação especial a aplicação, pela primeira vez nas lavouras paulistas, de medidas federais visando o controle do "bicudo" do algodão, provocando redução de 22% na área. Porém, a produção registrou aumento de 10% devido à elevação da produtividade média, graças às condições climáticas favoráveis e, principalmente, à maior atenção por parte dos cotonicultores aos tratamentos culturais.

A estiagem prejudicou a produtividade da cultura de arroz, que foi de apenas 1.140kg/ha inferior à média dos últimos cinco anos (1.417kg/ha).

Por sua vez, a produção de 389,0 mil toneladas foi 37% inferior à da safra 1982/83. Do ponto de vista do consumo em São Paulo, essa situação aumenta a dependência da oferta de outros Estados.

Como resultado do quadro de incertezas e dos retrocessos da política agrícola, observou-se declínio da área plantada com feijão pelo segundo ano agrícola consecutivo após 1981/82, o mesmo ocorrendo no Brasil. Atualmente, a produção do Estado é suficiente para atender cerca de 60% das necessidades de consumo.

Não fosse a redução no consumo estadual de milho, atualmente previsto em 4 milhões de toneladas, contra 5,5 milhões em 1980, certamente ocorreriam sérios problemas de abastecimento já que a produção paulista foi 8,2% inferior em relação à safra passada devido à queda na produtividade, provocada pela estiagem de janeiro e, em parte, pela menor utilização de insumos nas lavouras.

A escassez na oferta nacional provocou elevação acentuada dos preços de algodão, milho, soja e feijão redundando, em São Paulo, no crescimento de 16,08% do valor real da produção do grupo de produtos amparados pela política oficial de garantia (preços mínimos). Também, verificou-se significativo crescimento da renda da pecuária de corte, em função do aumento superior a 300% das cotações da carne bovina.

Na safra agrícola 1983/84, para as principais culturas do Estado de São Paulo, foram calculados resultados econômicos mais satisfatórios que em anos anteriores, devido aos elevados preços praticados no mercado. No grupo dos cereais, o melhor desempenho econômico coube ao feijão da seca; no grupo das oleaginosas, à soja e ao algodão; no grupo das raízes e tubérculos, à mandioca e cebola; e no grupo das culturas perenes, à laranja.

Para o ano agrícola 1984/85 que se inicia, as estimativas de custo operacional apresentam, em média, aumentos da ordem de 280% em relação aos custos da safra passada. Os maiores acréscimos de custo de produção deverão ocorrer com as culturas perenes e aquelas de ciclo longo, devido aos elevados encargos financeiros relativos a juros de custeio, tendo em vista o maior período e volume de dinheiro envolvidos nos empréstimos.

Nesse sentido, convém ressaltar que a participação percentual dos encargos financeiros para custeio das culturas vem acusando, de maneira geral, acréscimos expressivos a partir do início da década de oitenta, decorrente da política de retirada dos subsídios ao crédito agrícola. Para 1984/85, a taxa média de juros de custeio, estimada em 215% ao ano, que deverá incidir sobre custos efetivos, deverá ser 21% superior àquela que seria obtida caso fossem mantidas as regras creditícias vigentes na safra passada. A nova sistemática de crédito de custeio deverá redundar em acréscimos no custo operacional da ordem de 5,0% a 9,0% para as culturas de grãos e algodão.

Examinando-se as decisões do Conselho Monetário Nacional (CMN) relativas ao crédito rural nota-se que, aparentemente, foi dado tratamento preferencial aos produtores de arroz, feijão, milho, mandioca, sorgo e amendoim, que terão maiores percentuais de financiamento que aqueles dedicados ao cultivo de outros produtos. A nova sistemática do crédito rural, entretanto, privilegiou os grandes produtores, aumentando os percentuais de adiantamento pa

ra 60% nas citadas culturas (40% nas outras), em detrimento dos pequenos agricultores, que tiveram reduzidos esses percentuais para 80% para os produtos acima referidos ou para 60% nos demais. Em todos os casos, o restante dos recursos não supridos pela linha de crédito oficial deverá ser obtido a taxas de juros equivalentes às vigentes para os demais setores econômicos.

Quanto aos novos preços de garantia estabelecidos para as safras de 1984/85, verificou-se que as alterações foram positivas, uma vez que atendem às reivindicações no sentido da ampliação dos períodos de correção dos preços base e deverão garantir remuneração aos diversos produtos agrícolas.

A questão central a ser colocada nas análises é de tentar avaliar os efeitos que terão na agricultura os parâmetros de política agrícola (VBC, preços mínimos e critérios de financiamento para 1984/85) definidos pelo CMN, particularmente na produção de alimentos, tendo em vista evitar-se profunda crise de abastecimento no próximo ano.

Essas medidas serão capazes de induzir o aumento da produção? ou em outras palavras: haverá suficiente disponibilidade de recursos para custeio em vista do apertado orçamento monetário deste ano, definido dentro do ajuste da economia brasileira acertado com o FMI?; a discriminação dos agentes financeiros em favor dos produtores que apresentem melhores garantias e mais reciprocidade far-se-á sentir da mesma forma que vinha se observando ou a extensão da correção monetária às parcelas de VBC atendidas com recursos próprios para efeito de cobertura pelo PROAGRO será capaz de reduzir a resistência dos bancos em financiar essa parcela?; a política de preços mínimos será efetivamente executada, qualquer que seja o nível de solicitação por parte do setor produtivo?

(IEA, 20/08/84)

**resultado econômico e
estimativa de custo operacional**

2 - RESULTADOS ECONÔMICOS DA SAFRA 1983/84 E ESTIMATIVA DE CUSTO DE PRODUÇÃO DA SAFRA AGRÍCOLA 1984/85

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) vem sistematicamente desenvolvendo estimativas de custo de produção das principais atividades agropecuárias do Estado de São Paulo.

A metodologia de custo adotada pelo IEA para o cálculo destas estimativas é a de custo operacional de produção, onde são englobados todos os custos efetivos ou despesas diretas do produtor: gastos com sementes, mão-de-obra, operação de máquinas e implementos, adubos e corretivos, defensivos e herbicidas, empreitas, embalagens e demais materiais. São computados também, de acordo com esta metodologia, os juros de custeio e de investimento, além das despesas indiretas referentes à depreciação da maquinaria e de benfeitorias específicas da atividade e depreciação do pomar no caso de culturas perenes.

Para a safra das águas e culturas perenes, estas estimativas de custo são realizadas no final do primeiro semestre de cada ano e, para as culturas da seca e de inverno, no final do segundo semestre. De maneira que as mesmas representem os desembolsos e despesas indiretas que os produtores terão de arcar durante o período que abrange desde o preparo do solo à colheita, as projeções de preços são efetuadas para os insumos de acordo com a época de sua utilização.

As matrizes de coeficientes técnicos de utilização de fatores, que dão origem às estimativas anuais de custo de produção, são reanalisadas ano a ano, e algumas são substituídas através de novos levantamentos de campo junto aos produtores. Para o ano agrícola 1984/85, foram substituídas as matrizes das olerícolas: batata das águas, cebola de muda e tomate envasado. Outras matrizes de coeficientes técnicos sofreram reajustes parciais, em função de pequenas mudanças ocorridas em algumas culturas, detectadas através de entrevistas com técnicos regionais e produtores. Neste ano, passaram por revisão as seguintes matrizes: algodão, arroz, amendoim, banana, laranja, mandioca, milho e soja. No caso do algodão cultivado na região de Campinas, foram elaboradas duas estimativas: uma considerando que o controle ao ataque do "bico" seja feito através de um número reduzido de pulverizações e outra considerando o número de pulverizações recomendado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

No final de cada ano agrícola, estas estimativas de custos são revistas, uma vez conhecidos os preços que efetivamente vigoraram nas diversas etapas da produção. Desta forma, estas estimativas de custo permitem determinar os resultados econômicos por atividade. Estes resultados, todavia, devem se constituir apenas num indicador geral do desempenho das diversas atividades, tendo em vista que os custos estimados representam a média de uma determinada região ou do Estado e, portanto, a nível de cada agricultor poderão ocorrer situações bem diversas. Há de se considerar, também, que as receitas dos produtos que ainda estão sendo comercializados baseiam-se em preços estimados, que poderão sofrer eventuais alterações até o final da comercialização.

No cálculo do resultado econômico da safra agrícola 1983/84, tomou-se como base de cálculo as estimativas de custo operacional de produção e as respectivas receitas.

As estimativas de custo elaboradas pelo IEA em 1983, que na ocasião tiveram os preços de insumos projetados, sofreram revisão de acordo com os que efetivamente vigoraram no período que compreende o ano agrícola. Para o cálculo das receitas auferidas por cada cultura, os preços estimados por produto representam médias ponderadas dos preços recebidos pelos produtores, nos principais meses de comercialização de cada um, sendo que as produtividades são aquelas que ocorreram no ano agrícola 1983/84, informação esta obtida através dos Levantamentos de Previsões e Estimativas de Safra, realizados pelo IEA/CATI.

A diferença entre receita bruta e custo operacional de produção é definida como receita líquida, constituindo-se no montante destinado à remuneração dos fatores fixos de produção, terra, capital e empresário, além das despesas gerais, não consideradas na metodologia de custo adotada.

Os resultados econômicos obtidos pelas principais culturas do Estado de São Paulo foram, de modo geral, neste ano agrícola 1983/84, mais satisfatórios que em anos anteriores, em vista dos altos preços atingidos pelos produtos agrícolas.

No que diz respeito ao cultivo de cereais (quadro 1), o feijão da seca apresentou o melhor desempenho econômico, com receita líquida de Cr\$563.029,00/ha. A receita líquida para este produto correspondeu, em média, a cerca de 64% da receita bruta em ambas tecnologias de cultivo, refletindo a elevação acentuada do preço do produto em 1984. Este grande aumento do preço do feijão é reflexo da redução, tanto de área como de produção observada nos dois últimos anos nesta cultura. Isto ocorreu, embora os preços já se apresentassem estimuladores neste período, devido, em primeiro lugar, à escassez e ao custo financeiro elevado do crédito de custeio; em segundo, por ser uma cultura de alto risco; e finalmente, em função de fatores climáticos adversos.

O arroz é outro produto a ser destacado, com uma receita líquida de Cr\$387.108,00/ha para o arroz irrigado. Contudo, é o arroz de sequeiro (de maior representatividade no Estado) que chama a atenção, dada a queda de produtividade observada, inferior à obtida nos últimos cinco anos. Dentre as possíveis causas, aponta-se a expectativa de tendência altista no preço recebido pelo orizicultor, não efetivada na safra 1982/83, trazendo como consequência menor estímulo ao uso de insumos, como, por exemplo, fertilizantes, na safra 1983/84. Outra causa mais limitativa refere-se à escassez de chuvas no período de emborrachamento e granação da cultura, ocasionando falhas de produção e a baixa qualidade dos grãos. Embora o preço médio estimado para esta safra tenha aumentado 157% em relação à passada, não foi suficiente para cobrir os custos de produção, dada a baixa produtividade.

Dentre as oleaginosas (quadro 2), a soja mostra mais uma vez um bom desempenho econômico, a exemplo do ocorrido nos últimos anos. A receita líquida obtida foi igual a Cr\$453.574,00/ha, representando cerca de 64% da receita bruta.

A receita líquida obtida para o algodão, a despeito de variações entre regiões, correspondeu aproximadamente a 50% da receita bruta, destacando-se os resultados de Cr\$1.021.480,00/ha (sub-região de Orlandia), Cr\$814.227,00/ha (sub-região de Araçatuba) e Cr\$684.096,00 (sub-região de Avaré). Deve-se observar que este resultado favorável é refle-

xo, por um lado, de ganhos de produtividade, devido às boas condições climáticas, com ocorrência de períodos secos e, por outro, pelo aumento nominal do preço da ordem de 228% em relação ao ano anterior, ocorrido dada a grande escassez do produto no mercado.

O amendoim, embora com elevado acréscimo de preço em relação à safra passada, em consequência da escassez do produto, não conseguiu apresentar resultados compensadores, principalmente na safra das águas, cuja receita líquida foi negativa e igual a -Cr\$196.125,00/ha e -Cr\$21.482,00/ha, respectivamente, nas regiões de Pompéia e Guaíra. A quebra da produção influiu negativamente na produtividade, de forma mais acentuada para o amendoim da seca, anulando, de certa forma, os efeitos do aumento de preço verificado em relação à safra passada (405%) no resultado econômico, que foi de Cr\$173.877,00/ha.

Mandioca e cebola merecem destaque quanto ao desempenho econômico apresentado na safra 1983/84 (quadro 3). A receita líquida da mandioca foi igual a Cr\$1.599.042,00/ha, o que correspondeu a cerca de 87% da receita bruta. Tal resultado foi propiciado pelo aumento de 603% no preço nominal recebido em relação ao do ano agrícola anterior. Deve-se acrescentar o fato de que a mandioca vem apresentando níveis de produtividade decrescentes nos últimos anos, fato que concorreu para que a atividade se ressentisse da escassez de oferta, o que se somou aos problemas decorrentes das enchentes no sul e seca no nordeste.

A receita líquida obtida para a cebola de muda nas regiões produtoras representou, em média, aproximadamente 80% das respectivas receitas brutas, mesmo considerando que em termos de preço o percentual de aumento foi de apenas 105%. Com relação à cebola de bulbo, as condições climáticas sob as quais se desenvolveu não permitiram que os agricultores, homoganeamente, obtivessem os resultados financeiros esperados. A seca no início do plantio, e a ocorrência a seguir de chuva e frio afetaram a formação dos bulbos em muitas áreas, ainda que a boa produtividade conseguida nas propriedades menos atingidas tenha equilibrado a produtividade média e, conseqüentemente, os resultados econômicos.

A batata das águas apresentou, também, resultado econômico favorável, com receita líquida ao redor de Cr\$1.400.000,00/ha, correspondendo a cerca de 54% da receita bruta. Na safra 1983/84 a produtividade aparentemente se restabeleceu, dado que chuvas excessivas na safra passada afetaram seriamente a produção. Com a produção e produtividade prejudicadas, reduziu-se a oferta, elevando bastante o preço do produto. Com relação à batata da seca, o excesso de plantio, respaldado num preço de semente favorável, e a relativa coincidência das safras dos demais Estados produtores resultaram na queda real do preço do produto, comparativamente à safra passada, afetando desfavoravelmente o resultado econômico desta safra de batata.

Dentre as culturas perenes (quadro 4), a banana de várzea e a de morro conseguiram bons resultados na safra 1983/84, via grande aumento no preço, que em relação à safra 1982/83 subiu 317% (de Cr\$36.000,00/t para Cr\$150.000,00/t). Esse comportamento do mercado deveu-se em grande parte, ao incremento no volume das exportações para a Argentina e à diminuição da oferta, devida às perdas causadas pelas enchentes na região produtora do Vale do Ribeira, principalmente para o cultivo de várzea.

Para a laranja, em decorrência das geadas nos Estados Unidos, os produtores conseguiram que as indústrias de suco comprassem suas safras por preços bastante compensadores, que subiram 430% comparados com os do ano anterior. A produtividade praticamente se manteve e a participação da receita líquida na receita bruta aumentou de 24% para 60%.

Na safra que se finda, o incremento de 393% no preço médio recebido pelos vicultores favoreceu o resultado econômico desta atividade, sendo que o percentual da receita líquida sobre a receita bruta foi de 38% contra os 21% apresentados no ano agrícola passado.

A produtividade da uva niagara apresentou queda bastante acentuada em comparação a 1982/83, causada por fatores climáticos e também pela pouca atenção dada aos tratamentos culturais, uma vez que os produtores vinham recebendo preços pouco estimulantes.

— ESTIMATIVAS DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO PARA A SAFRA 1984/85

As estimativas de custo operacional de produção são calculadas a partir das matrizes de coeficientes técnicos de utilização de fatores. Os preços dos diversos insumos utilizados no processo de produção agrícola são coletados, em sua maioria, no mês de maio, junto às firmas que comercializam os insumos e nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), localizadas nas diversas regiões do Estado, sendo projetados para a época de sua efetiva utilização ou ponderados, de maneira que representem valores médios para a safra agrícola estudada. Os percentuais de aumento para as projeções são estimados a partir de informações das firmas, sindicatos, associações, técnicos regionais e órgãos governamentais.

Para a safra agrícola 1984/85 as estimativas de preços para os insumos foram calculadas da seguinte maneira:

a) mão-de-obra: as diárias de mão-de-obra comum e de tratorista para as diversas DIRAs foram estimadas tomando-se como base de cálculo os valores de salários levantados pelo IEA e CATI, referentes ao mês de abril de 1984. A diária de mão-de-obra comum é resultado de uma ponderação entre os salários das categorias de mensalista, diarista e volante, de acordo com a respectiva participação destas categorias em cada região do Estado. A diária de tratorista foi calculada a partir dos salários da categoria nas respectivas regiões. A projeção dessas diárias é feita pela ponderação entre o percentual de aumento do salário mínimo verificado no mês de maio e o reajuste esperado para o mês de novembro próximo (quadro 5). Esta metodologia leva em conta o reflexo que o reajuste do salário mínimo urbano exerce sobre os salários rurais;

b) fertilizantes e corretivos: aos preços de fertilizantes, formulados e componentes simples, tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), no mês de maio acrescentou-se o percentual de 45%, adicionando-se o frete de transporte estimado em Cr\$26.900,00 por tonelada. Os preços de calcário foram levantados nas DIRAs, já computados seus respectivos custos de transporte;

c) defensivos e herbicidas: a partir dos preços fornecidos pelas diversas firmas, referentes ao mês de maio, obteve-se uma média e estimou-se um aumento de 65%;

d) sementes e mudas: para os grãos, foram consideradas as estimativas feitas, para a safra 1984/85, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, uma vez que a mesma produz semente certificada para grande parte destes produtos. Para as sementes e mudas não produzidas pela Secretaria, ou que produz mas com venda restrita no mercado, foram estimados preços a partir de informações de firmas especializadas em sua produção ou coletadas nas regiões produtoras;

e) máquinas e implementos: os custos diários de operação de máquinas e implementos são calculados com base no preço de maquinaria nova, ou seja, referente a maio de 1984. O custo diário compõem-se dos gastos com reparos, combustíveis e lubrificantes, filtro, seguro e garagem. Para as estimativas, consideraram-se preços de maio e acresceu-se 70% para combustíveis e lubrificantes e 60% para os demais insumos como filtro, mangueira, etc;

f) empreita: para os preços regionais de empreita de colheita e transporte da produção, que vigoraram na safra 1983/84, projetou-se um percentual de aumento de 180% para

a próxima safra, e para as empreitas referentes a tratos culturais, de 90%;

g) crédito de custeio: a taxa de juros estimada foi de 215% a.a., de acordo com as normas vigentes para a categoria de produtor médio. Segundo classificação do Banco Central, em termos de valor da produção, esse produtor médio pode obter 60% do valor financiável, a uma taxa de juros pós-fixada correspondente à variação da ORTN + 3% a.a. Dada a impossibilidade de se prever o valor da ORTN na data de liquidação do crédito, tomou-se como base para projeção as variações das últimas doze ORTNs (julho/83 a junho/84), obtendo-se assim encargos estimados em 195% a.a. Para os 40% restantes do valor financiável, mesmo não estando previsto o crédito complementar de custeio, estimou-se uma taxa de juros de 245% a.a. (variação das doze últimas ORTNs + 20% a.a.), resultando na taxa de juros ponderada para crédito de custeio de 215% a.a. Para o cálculo destes encargos financeiros, levou-se em conta o número de meses do ciclo produtivo de cada cultura e o período de carência que os bancos concedem aos produtores, após a colheita, para a comercialização do produto;

h) crédito de investimento: para o cálculo dos encargos de investimentos, tomou-se a taxa de 195% a.a. para 70% dos valores financiados em máquinas e implementos, segundo as últimas normas vigentes para o produtor médio. Para os 30% restantes do valor financiado, utilizou-se a taxa de juros de 245% a.a. As estimativas destes encargos sobre investimentos basearam-se em preços de aquisição da maquinaria no mês de maio, sendo que os juros foram calculados sobre 10% do valor da maquinaria necessária à cada cultura, admitindo-se vida útil média de dez anos e reposição média de 6% a.a. Estudos recentes de taxa de reposição de máquinas mostram que a mesma vem declinando nos últimos anos, havendo provavelmente uma preocupação maior por parte dos produtores na manutenção das máquinas. Os encargos assim calculados foram rateados pelos dias de uso da máquina no ano e considerando os dias de utilização em cada cultura;

i) outros insumos: para os demais insumos, como arame, pregos, mourões, etc, consideraram-se acréscimos de 60% sobre os preços vigentes em maio/84, e para embalagens em geral, acréscimo de 100%.

As produtividades consideradas são originárias dos levantamentos de campo na época da pesquisa, embora muitas delas tenham sofrido alterações como resultado de mudanças nas matrizes de coeficientes técnicos, efetuadas de acordo com contatos recentes junto a produtores e técnicos regionais da CATI e de cooperativas.

As estimativas de custo operacional de produção para a safra agrícola 1984/85 são apresentadas nos quadros 6,7, 8, 9 e 10).

Os aumentos verificados nas estimativas de custo dos diversos produtos, em relação aos custos da safra passada, variaram de 210% a 375%. Os maiores aumentos ficaram com as culturas perenes, e demais culturas de ciclo longo, principalmente devido aos elevados valores dos encargos financeiros relativos a juros de custeio. Este fato vem sendo observado, nos últimos anos devido aos acréscimos, ano a ano, nas taxas de juros, sendo que os encargos financeiros daí decorrentes são mais expressivos para as atividades que necessitam de maior volume de empréstimos para financiamento e para aquelas de ciclo relativamente mais longo.

A mandioca foi o produto que apresentou o maior percentual de aumento na estimativa de custo operacional comparativamente à safra passada (375%). Isto foi devido, em parte, às alterações recentes efetuadas na matriz de coeficientes técnicos desta cultura, além de sua característica de ciclo longo. O feijão, por outro lado, foi o produto que apresentou a menor elevação de estimativa de custo em relação à safra anterior (210% TMA e 221% TA), estando este menor percentual relacionado, também, ao ciclo da cultura. Os preços dos diversos insumos, estimados para a próxima safra, sofreram acréscimos em relação à safra

1983/84, em média de 206% para a mão-de-obra comum e 208% para tratorista, de 240% para adubos e 170% para defensivos e de 190% para óleo diesel. A taxa de juros de custeio (215% a.a.) que vai incidir sobre os valores estimados dos insumos é 84% superior à estimada para a safra agrícola passada (117% a.a.), resultando nos acréscimos finais de custos.

Analisando a participação percentual de cada item de custo, constata-se que o item de maior participação na estimativa de custo operacional total (quadro 11) é referente aos encargos financeiros com crédito de custeio. O menor valor destes percentuais é apresentado pelo feijão (30%) e o maior percentual é apresentado pela cana-de-açúcar (56%), fato esse que se relaciona com o ciclo da cultura. Comparando os percentuais de participação dos encargos financeiros previstos na estimativa de custo operacional para a próxima safra (1984/85) com os estimados no início da década de oitenta, tem-se que os mesmos cresceram em média 150% no período. Estes dados mostram o resultado da política governamental da retirada gradual dos subsídios ao crédito agrícola a partir do início desta década. É importante ressaltar que os encargos de juros de custeio estimados para a próxima safra poderão se tornar maiores ainda, na hipótese de retirada do VBC, alterando as atuais normas em vigor, podendo, assim, acarretar maiores taxas de juros aos empréstimos de custeio. Embora todos os insumos venham apresentando elevados reajustes de preços, ano a ano, as suas respectivas participações na estimativa de custo operacional dos produtos analisados vem caindo, de um modo geral, em virtude do aumento verificado na participação do item de encargos de custeio.

O item de custo referente às despesas com mão-de-obra vem onerando mais acentuadamente as culturas de mandioca, cuja participação na estimativa de custo operacional total é de 24% e do feijão TA, cuja participação é de 21%, tendo em vista que esta cultura ocupa maior quantidade do fator mão-de-obra relativamente aos insumos modernos.

A participação das despesas com sementes apresenta-se significativa para a cultura do feijão (32% para o feijão TA e de 17% para o feijão TMA) e do amendoim, cujo percentual é de 21%. Estes percentuais mostram-se superiores aos registrados na safra passada, principalmente para a cultura do amendoim, tendo em vista que, pelas estimativas da CATI, o preço da semente para este produto sofrerá acréscimo de aproximadamente 500%. A batata, assim como em anos anteriores, apresenta um percentual elevado para este item de custo (17%).

O item adubo e corretivo tem maior peso, na estimativa de custo operacional de produção, nas culturas de soja (23%) e café (20%), enquanto as despesas com defensivos oneram, de maneira significativa, o algodão, principalmente para aqueles produtores que seguiram as recomendações estabelecidas pela CATI/SAA no combate ao "bicudo". Neste caso, o percentual de participação de defensivos atingiu 17% da estimativa de custo operacional de produção. O arroz irrigado aparece como o segundo produto, que tem no item de custos defensivos, percentual de relativo peso (15%).

As despesas com operações de máquinas oneram relativamente com maior intensidade a produção de milho (19% para o milho TM e 15% para o milho TMA), de arroz de sequeiro (15%), e de soja (14%). No caso do milho e do arroz, a pequena utilização de insumos modernos faz com que as despesas com operação de máquinas ganhe expressão na estimativa de custo de produção, enquanto que, no caso da soja, a explicação é dada pelo uso intensivo da motomecanização nesta cultura.

A operação de colheita, quando realizada por empreita manual, vem onerando significativamente as estimativas de custos de produção. É o caso principalmente do algodão, arroz de sequeiro e cana-de-açúcar, cujas despesas com colheita, englobadas no item "outros", apresentam percentuais de 19%, 15% e 13%, respectivamente. O item "outros" para o tomate envasado é elevado (16%), devido aos gastos com embalagem, estacas, mourões e outros materiais.

(IEA, 17/07/84)

QUADRO 1.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1983/84
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Arroz irrigado (TM)(Região do Vale do Paraíba)	49	sc.60kg	821.730,00	16.770,00	411.592,00	8.399,84	410.138,00	8.370,16
Arroz sequeiro (TM)(Município de Barretos)	19	sc.60kg	318.630,00	16.770,00	322.993,00	16.999,63	-4.363,00	-229,63
Feijão das águas (TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	sc.60kg	319.500,00	35.500,00	176.005,00	19.556,11	143.495,00	15.943,89
Feijão das águas (TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	13	sc.60kg	461.500,00	35.500,00	336.164,00	25.858,77	125.336,00	9.641,23
Feijão da seca (TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	7	sc.60kg	676.200,00	96.600,00	247.576,00	35.368,00	428.624,00	61.232,00
Feijão da seca (TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	9	sc.60kg	869.400,00	96.600,00	306.371,00	34.041,22	563.029,00	62.558,78
Milho (TM) (Estado)	39	sc.60kg	351.000,00	9.000,00	284.709,00	7.300,23	66.291,00	1.699,77
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	49	sc.60kg	441.000,00	9.000,00	246.750,00	5.035,71	194.250,00	3.964,29
Milho (TMA)(Sub-regiões de Tatuí e Capão Bonito)	38	sc.60kg	342.000,00	9.000,00	205.353,00	5.404,03	136.647,00	3.595,97
Trigo (TM)(Sub-região de Assis)	24	sc.60kg	810.000,00	33.750,00	576.049,00	24.002,04	233.951,00	9.747,96

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1983/84 baseado no 4º Levantamento de Previsão de Safras do IEA - CATI; a produtividade das culturas à tração animal obedece à proporção observada em levantamento específico.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2 .- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1983/84
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade	Por ha	Unidade
Algodão (TMA)(Sub-região de Orlândia)	119	arroba	1.361.033,00	11.437,00	758.798,00	6.376,45	602.205,00	5.060,55
Algodão (TM)(Sub-região de Orlândia)	158	arroba	1.807.016,00	11.437,00	785.566,00	4.971,94	1.021.480,00	6.465,06
Algodão (TM)(Sub-região de Avaré)	109	arroba	1.246.643,00	11.437,00	562.537,00	5.160,89	684.096,00	6.276,11
Algodão (TMA)(Sub-regiões de Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	111	arroba	1.269.507,00	11.437,00	708.768,00	6.385,30	560.739,00	5.051,70
Algodão (TM)(Sub-regiões de Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	111	arroba	1.269.507,00	11.437,00	786.212,00	7.082,99	483.295,00	4.354,01
Algodão (TM)(Sub-região de Araçatuba)	128	arroba	1.463.936,00	11.437,00	622.709,00	4.864,91	814.227,00	6.572,09
Amendoim da seca (TM)(DIRA de Marília)	64	sc. 25kg	960.000,00	15.000,00	786.123,00	12.283,17	173.877,00	2.716,83
Amendoim das águas (TM) (Guaíra)	83	sc. 25kg	498.000,00	6.000,00	519.482,00	6.258,82	-21.482,00	-258,82
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	75	sc. 25kg	450.000,00	6.000,00	646.125,00	8.615,00	-196.125,00	-2.615,00
Mamona (TMA)(Presidente Venceslau)	21	sc. 50kg	651.000,00	31.000,00	269.383,00	12.827,76	381.617,00	18.172,24
Soja (TM)(Região de Ribeirão Preto)	30	sc. 60kg	705.000,00	23.500,00	251.426,00	8.380,87	453.574,00	15.119,13

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1983/84 baseado no 4º Levantamento de Previsão de Safras do IEA - CATI; a produtividade das culturas obedece à proporção observada em levantamento específico.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3 .- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1983/84
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Batata das águas (TA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	223	sc.60kg	2.453.000,00	11.000,00	1.101.451,00	4.939,24	1.351.549,00	6.060,76
Batata das águas(TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	237	sc.60kg	2.607.000,00	11.000,00	1.206.991,00	5.092,79	1.400.009,00	5.907,21
Batata da seca(TMA) (Municípios de Divinolândia e S.S. da Gramma)	244	sc.60kg	3.904.000,00	16.000,00	2.774.775,00	11.372,03	1.129.225,00	4.627,97
Batata das águas (TM) (Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	359	sc.60kg	3.949.000,00	11.000,00	3.322.704,00	9.255,44	626.296,00	1.744,56
Batata da seca (TM) (Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	346	sc.60kg	5.536.000,00	16.000,00	6.683.655,00	19.316,92	-1.147.655,00	-3.316,92
Cana-de-açúcar (TM) (Região de Ribeirão Preto)	76	t	1.086.572,00	14.927,00	782.506,00	10.296,13	304.066,00	4.630,87
Cana-de-açúcar(TMA) (Piracicaba)	71	t	1.059.817,00	14.927,00	613.755,00	8.644,44	446.062,00	6.282,56
Cebola de muda(TMA) (Sub-região de Casa Branca)	15.822	kg	6.645.240,00	420,00	1.119.636,00	70,76	5.525.604,00	349,24
Cebola de muda (TM) (Sub-região de Sorocaba)	12.552	kg	5.271.840,00	420,00	1.432.451,00	114,12	3.839.389,00	305,88
Cebola de muda(TM) ⁽³⁾ (Sub-região de Sorocaba)	20.570	kg	8.639.400,00	420,00	2.106.998,00	102,43	6.532.402,00	317,57
Cebola de bulbinho (TM) (Sub-região de Sorocaba)	15.251	kg	5.337.850,00	350,00	3.591.496,00	235,49	1.746.354,00	114,51
Mandioca ⁽⁴⁾ (Sub-região de Assis)	21	t	1.832.880,00	87.280,00	233.838,00	11.135,14	1.599.042,00	76.144,86
Tomate Santa Cruz envarado (TM) (Estado de São Paulo)	1.818	cx. 28kg	7.435.620,00	4.090,00	7.212.938,00	3.967,51	222.682,00	122,49
Tomate rasteiro irrigado (TM) (Estado de São Paulo)	31	t	4.030.000,00	130.000,00	2.975.439,00	95.981,90	1.054.561,00	34.018,10

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1983/84 baseado no 4º Levantamento de Previsão de Safras do IEA - CATI; a produtividade das culturas a tração animal obedece à proporção em levantamento específico.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

⁽³⁾ Cultura de tecnologia mais avançada.

⁽⁴⁾ Cultura de ano e meio.

Obs.: Tecnologia utilizada: TA= Tração Animal; TM= Tração Motomecanizada; TMA= Tração Motomecanizada e Animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA).

QUADRO 4 . - Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1983/84

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Banana na várzea (Ciclo de 14 meses) (Região de Registro)	28	t	4.200.000,00	150.000,00	1.886.352,00	67.369,71	2.313.648,00	82.630,29
Banana de morro (2.000 pés) (Litoral)	23	t	3.450.000,00	150.000,00	1.223.008,00	53.174,26	2.226.992,00	96.825,74
Café (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	10	sc.60kg	1.650.000,00	165.000,00	1.213.143,00	121.314,30	436.857,00	43.685,70
Café (TM) (DIRA de Campinas)	11	sc.60kg	1.815.000,00	165.000,00	903.408,00	82.128,00	911.592,00	82.872,00
Café (TM) (DIRA de Bauru)	8	sc.60kg	1.320.000,00	165.000,00	752.569,00	94.071,13	567.431,00	70.928,87
Laranja produção (TM) (Estado)	404	cx.40,8kg	1.818.000,00	4.500,00	727.134,00	1.799,84	1.090.866,00	2.700,16
Uva niagara produção (TM) (Sub-região de Jundiaí)	1.564	cx.8kg	6.256.000,00	4.000,00	3.904.660,00	2.496,59	2.351.340,00	1.503,41
Chá da Índia produção (9.000 pés) (Sub-região de Registro)	9.957	kg	2.987.100,00	300,00	1.648.783,00	165,59	1.338.317,00	134,41

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1983/84 baseado no 4º Levantamento de Previsão de Safras do IEA-CATI.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs.: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5. - Estimativa do Valor da Diária da Mão-de-Obra, por DIRA, Estado de São Paulo, Sa-
fra 1984/85
(em cruzeiro)

DIRA	Mão-de-obra	
	Comum (¹)	Tratorista
São Paulo	6.270,00	9.590,00
Vale do Paraíba	7.450,00	10.040,00
Sorocaba	6.400,00	8.840,00
Campinas	7.040,00	10.675,00
Ribeirão Preto	7.530,00	10.700,00
Bauru	6.315,00	9.405,00
São José do Rio Preto	7.170,00	9.015,00
Araçatuba	7.550,00	10.500,00
Presidente Prudente	6.070,00	9.640,00
Marília	7.225,00	11.060,00
Média do Estado	6.900,00	9.945,00

(¹) Valor ponderado para diarista, mensalista e volante.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Quadro 6 - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1984/85

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade de produção
	Por ha	Unidade									Custo	Investimento		
Arroz irrigado (TM) (Região Vale do Paraíba)	39	sc.60kg	98.445	101.250	124.809	214.179	208.234	92.175	-	47.904	558.353	16.662	1.462.011	37.487,46
Arroz sequeiro (TM) (Sub-região de Barretos)	27	sc.60kg	48.272	27.787	220.418	1.813	176.285	22.275	151.200	38.542	464.439	12.517	1.163.548	43.094,37
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	sc.60kg	119.595	175.000	59.256	20.408	2.321	8.250	-	5.805	172.373	1.310	564.318	56.431,80
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	16	sc.60kg	87.127	175.000	168.839	120.119	129.728	11.550	-	29.853	310.123	9.315	1.041.654	65.103,38
Alho (TM) (Estado)	41	sc.60kg	72.252	18.050	162.660	-	214.357	33.825	-	48.266	448.947	15.478	1.013.835	24.727,68
Milho (TM) (Região de Ribeirão Preto)	50	sc.60kg	35.329	18.497	171.521	2.266	144.801	41.250	-	35.250	370.978	11.301	830.793	16.615,86
Milho (TMA) (Região de Taubaté e Capão Bonito)	37	sc.60kg	97.370	16.939	118.511	1.518	103.746	30.525	-	22.944	330.217	7.264	729.034	19.703,62
sorgo granífero (TM) (Região de Ribeirão Preto)	52	sc.60kg	37.073	28.800	203.399	8.913	172.305	42.900	-	38.692	265.199	13.900	811.161	15.599,63

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificante e tração animal.

⁽²⁾ Foram incluídos sacaria, beneficiamento, seguro, transporte por empreita; no algodão TM em Araçatuba, desbaste; e no algodão TM em Orlandia, pulverização por empreita e taxa de polder para arroz irrigado.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs.: Tecnologia utilizada: TM= Tração motomecanizada; TMA= Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 7.- Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1984/85

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por Unidade Produzida
	Por ha	Unidade									Custo	Investimento		
Algodão (TM) (Sub-região de Orlandia)	165	arroba	128.510	35.190	251.556	351.931	215.155	14.400	739.200	46.631	1.542.215	15.328	3.340.116	20.243,13
Algodão (TMA) (Sub-região de Avaré)	100	arroba	120.936	40.000	240.057	130.858	172.330	5.000	336.000	38.848	931.834	12.519	2.028.382	20.283,82
Algodão (TM) (Sub-regiões de Campinas, Limeira e S.J. Boa Vista)	145	arroba	78.601	37.350	326.611	143.712	276.133	14.400	507.500	59.385	1.227.210	19.661	2.690.563	18.555,61
Algodão (TM) (Sub-regiões de Limeira, Campinas e S.J. Boa Vista) ⁽⁴⁾	145	arroba	84.569	37.350	326.611	644.069	309.830	14.400	507.500	67.073	1.270.976	22.244	3.724.622	25.687,05
Algodão (TM) (Sub-regiões de Araçatuba)	100	arroba	97.438	40.560	115.788	335.349	224.338	18.300	280.000	47.497	991.488	15.746	2.166.504	21.665,04
Amendoim das Águas (TM) (Pompéia)	79	sc.25kg	91.410	525.000	183.888	205.144	251.193	109.455	176.960	53.899	967.624	17.449	2.582.022	32.683,82
Amendoim das Águas (TM) (Guzira)	90	sc.25kg	182.790	431.250	148.637	117.990	179.498	135.234	-	41.273	749.618	13.504	1.999.794	22.219,93
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	20	sc.60kg	222.620	5.712	88.884	1.994	110.993	-	-	26.314	539.545	7.912	1.003.974	50.198,70
Soja (TM) (Reg. de Rib. Preto)	30	sc.60kg	24.106	70.570	181.738	76.670	111.248	-	-	26.764	291.174	9.363	791.633	26.387,77

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes e tração animal.

⁽²⁾ Foram incluídos sacaria, beneficiamento, seguro, transporte por empreita, no algodão TM, em Araçatuba, desbaste e no algodão TM, em Orlandia, pulverização por empreita.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

⁽⁴⁾ O item de custo referente a defensivos baseou-se nas recomendações da CATI/SAA para o combate ao

Obs.: Tecnologia utilizada: TM- Tração Motomecanizada; TMA- Tração Motomecanizada e Animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO B. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-açúcar, Cebola, Mandioca, Tomate, Estado de São Paulo, 1984/85

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade Por ha Unidade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Juros bancários Custo Investimento		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
Batata das águas (TM) (Municípios de S. Miguel do Arcajo, Itapetininga e Capão Bonito)	413	sc.60kg	292.861	1.860.000	1.678.125	1.370.893	1.152.406	289.100	-	333.136	3.570.019	160.484	10.707.024	25.926,93
Cana-de-açúcar (Nova)(TM) (4)(Região de Rib.Preto)	100	t	132.016	186.000	467.781	156.361	650.929	-	588.000 ⁽⁵⁾	128.636	3.516.998	35.119	5.861.840	58.618,40
Cana-de-açúcar (Soca)(TM) (Região de Rib.Preto)	78	t	62.587	-	224.170	105.412	275.252	-	458.640 ⁽⁵⁾	55.723	1.210.514	15.241	2.407.539	30.865,88
Cana-de-açúcar(ressoca) (TM)(Região de Rib.Preto)	60.	t	57.820	-	224.170	110.159	263.416	-	352.800 ⁽⁵⁾	52.768	1.083.991	14.556	2.159.680	35.994,67
Cana-de-açúcar(Nova)(TMA) (4)(Região de Piracicaba)	95	t	294.069	123.000	493.675	250.859	563.110	-	-	118.561	2.781.050	35.686	4.660.010	49.052,74
Cana-de-açúcar(soca)(TMA) (Região de Piracicaba)	62	t	161.768	-	294.379	183.895	278.932	-	-	58.225	987.897	18.194	1.983.290	31.988,55
Cana-de-açúcar(Ressoca) (TMA)(Região de Piracicaba)	52	t	144.946	-	294.379	153.408	253.613	-	-	53.180	909.822	16.741	1.826.089	35.117,10
Cebola de Muda(TM)(Município de Piedade)	420	sc.45kg	578.875	669.487	887.261	523.123	779.660	294.000	264.600	284.912	2.506.454	80.828	6.869.200	16.355,24
Mandioca(TMA) ⁽⁴⁾ (Sub-região de Assis)	25	t	264.434	75.000	122.076	1.156	3.506	67.600	-	2.326	573.804	532	1.110.434	44.417,36
Tomate Santa Cruz envarado (TM)(Municípios de Ibiúna, Capão Bonito e Piedade)	2.089	cx.28kg	3.515.458	48.600	2.987.339	3.190.503	2.884.044	4.301.797	-	955.259	9.098.649	261.095	27.242.744	13.041,05

(1) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos: embalagem e beneficiamento. Para mandioca, estão incluídas as empreitas das operações de aração e gradeação.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui somente o corte de cana-de-açúcar.

Obs.: Tecnologia utilizada: TM= Tração motomecanizada; TMA= Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA).

QUADRO 9 - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1984/85
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Depreciação de máquinas	Juros bancários		Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade								Custeio	Investimento		
Banana na várzea (TM)	83	t	498.470	-	1.205.450	984.792	356.468	256.900	74.612	4.141.340	25.132	7.543.154	90.881,37
Banana no morro	24	t	651.829	-	1.205.450	252.571	26.618	134.400	2.485	2.848.043	720	5.122.116	213.421,50
Cafê (Dira de Rib.Preto)(TM)	13,35	sc.60kg	294.032	-	702.391	439.314	326.624	392.490	66.801	2.316.465	45.698	4.583.815	343.356,93
Cafê(Dira de Campinas)(TMA)	12,2	sc.60kg	265.702	-	709.836	222.465	191.181	307.440	34.606	1.823.871	23.345	3.578.446	293.315,25
Cafê(Dira de Bauru) (TM)	10,4	sc.60kg	200.310	-	421.084	250.365	248.022	262.080	47.108	1.485.500	32.208	2.946.677	283.334,33
Laranja formação 19 a 49 A no (TM)(200 pés)			632.564	875.000	449.707	496.165	789.842	-	207.780	3.486.477	66.422	7.003.957	-
Laranja produção (TM)	500	cx.40,8kg	212.502	-	400.523	430.007	227.675	-	342.180	1.366.009	19.010	2.997.906	5.995,81
Uva Niágara formação 19 e 29 ano (5.400 pés) (TM)			3.313.013	3.200.008	3.126.803	655.380	1.162.135	1.442.232	305.758	13.867.022	90.089	27.162.440	-
Uva Niágara produção(TM)	3.100	cx.8kg	2.414.572	-	1.897.707	559.501	104.540	2.040.000	1.366.860	7.542.538	6.129	15.931.847	5.139,30
Chã da Índia formação 19 ao 39 ano (TM)(9.000 pés)			2.181.123	1.228.500	1.601.563	36.942	515.202	14.000	115.571	5.996.701	34.026	11.724.628	-
Chã da Índia produção(TM)	11.200	kg	822.484	-	834.133	122.417	842.658	14.000	483.134	2.833.365	47.673	5.999.864	535,70

(¹) Incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(²) Colheita por empreita para o café e outros insumos para as demais culturas.

(³) Inclui também depreciação do pomar com base no custo de formação. Deste, foi deduzida a receita auferida pela produção no período.

Obs.: Tecnologia utilizada: TM= Tração motomecanizada; TMA= Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 10. - Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura e Pecuária de Leite, Estado de São Paulo, 1984/85 (1)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Compra(2)	Alimentação	Vacina, medicamento e defensivo	Reparo de máquinas e benfeitorias
Frango de corte (1.000 aves)	1.911kg	26.453,00	-	288.600,00	1.263.600,00	44.000,00	41.393,00
Ovo (1.000 aves)	21.660dz.	718.029,00	-	670.000,00	11.771.758,00	238.192,00	132.022,00
Leite C	1.000 l.	107.695,35	5.960,58	-	130.827,82	6.351,00	-
Leite B	1.000 l.	58.159,50	6.367,90	-	236.085,23	5.523,53	-

Produto	Transporte e/ou Funrural	Depreciação de máquinas e/ou benfeitorias	Outros(3)	Juros bancários		Custo operacional	Custo por unidade produzida
				Custeio(4)	Investimento		
Frango de corte (1.000 aves)	48.090,00	68.078,00	30.400,00	105.656,00	-	1.855.270,00(5)	970,84
Ovo (1.000 aves)	3.433.110,00	465.140,00	123.615,00	870.520,00	-	16.880.594,00(5)	779,34
Leite C	15.616,25	12.304,81	10.199,50	164.721,52	1.458,84	455.135,67	455,14
Leite B	23.129,00	18.428,51	21.180,00	221.483,22	2.499,72	592.856,61	592,86

(1) As estimativas de custo referem-se ao mês de maio (leite) e junho (aves e ovos).

(2) Corresponde à reposição do plantel avícola.

(3) Energia, gás e cama. No leite corresponde à manutenção de pastagens.

(4) Somente parte da alimentação mais as despesas referentes à manutenção de pasto no caso do leite.

(5) Deduziu-se Cr\$61.000,00, referentes à venda de esterco e sacaria para frango de corte, e Cr\$1.541.792,00, referentes à venda de poedeiras velhas, esterco e sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 11. - Participação dos Itens Componentes das Estimativas de Custo Operacional, Estado de São Paulo, Safra 1984/85

(em percentagem)

Produto	Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivos	Operação de máquinas	Outros ⁽¹⁾	Juros bancários		Depreciação	Total
							Custeio	Investimento		
Algodão (TMA)	6	2	12	6	8	17	46	1	2	100
Algodão (TM)	4	1	8	10	9	19	46	1	2	100
Algodão (TM) ⁽²⁾	2	1	9	17	8	14	46	1	2	100
Amendoim (TM)	6	21	7	7	9	9	38	1	2	100
Arroz irrigado (TM)	7	7	9	15	14	6	38	1	3	100
Arroz de sequeiro (TM)	4	2	19	-	15	15	41	1	3	100
Batata (TM)	3	17	16	13	11	3	33	1	3	100
Cafê (TMA)	7	-	20	6	5	9	51	1	1	100
Cafê (TM)	7	-	15	9	8	9	50	1	1	100
Cana (TM) ⁽³⁾	2	2	9	4	11	13	56	1	2	100
Cebola de muda (TM)	8	10	13	8	11	8	37	1	4	100
Feijão (TA)	21	32	11	4	-	-	31	-	1	100
Feijão (TMA)	8	17	16	12	12	1	30	1	3	100
Laranja (TM)	7	-	13	14	8	-	47	1	11 ⁽⁴⁾	100
Mandioca (TMA)	24	7	11	-	-	6	52	-	-	100
Milho (TMA)	13	2	16	-	15	4	46	1	3	100
Milho (TM)	6	2	18	-	19	4	45	1	5	100
Soja (TM)	3	9	23	10	14	-	37	1	3	100
Tomate envarado (TM)	12	-	11	12	11	16	33	1	4	100

⁽¹⁾ Despesas com embalagem, empreita, etc.

⁽²⁾ O item de custo referente a defensivos baseou-se nas recomendações da CATI/SAA para o combate ao "bicudo", na região de Campinas.

⁽³⁾ Cana nova, cana 2º corte e cana 3º corte, região de Ribeirão Preto.

⁽⁴⁾ Inclui depreciação do pomar.

Obs.: Tecnologia utilizada: TA = Tração animal; TM = Tração motomecanizada; TMA = Tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

3 - MERCADO DE FATORES

DEFENSIVO

Em 1983, segundo a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), as vendas totais atingiram 105,5 mil toneladas, com redução de 16,7%, em relação ao ano anterior. Os principais fatores apontados pelo menor desempenho são: elevação das taxas de juros nos financiamentos de custeio, alto nível de preço desse insumo, menor incidência de pragas em algumas culturas e a difusão de manejo integrado de pragas.

Dentro da categoria de defensivos, e em relação a 1982, os que revelaram queda no volume comercializado foram os inseticidas (-37,5%), os formicidas (-22,5%) e os herbicidas (-1,6%). Por outro lado, houve crescimento nas vendas de acaricidas de 8,4%, e nas de fungicidas de 4,4% (quadro 12, coluna 5).

Os herbicidas foram os mais vendidos em 1983, representando 33,6% do volume total, seguidos dos inseticidas (30,6%), fungicidas (25,3%), formicidas (8,4%) e acaricidas (2,1%). Ressalte-se que as principais culturas que demandam herbicidas são: soja, arroz, cana-de-açúcar, milho, café, algodão, pastagens, citrus e trigo.

As vendas de defensivos a nível nacional alcançaram, em 1983, Cr\$366,9 bilhões, em termos reais, sendo 9,2% superiores ao valor registrado no ano anterior, embora se observe decréscimo de 16,7% na quantidade vendida. Com exceção dos formicidas, em 1983 elevaram-se os preços médios da tonelada vendida de defensivos, em termos reais, quando comparados a 1982, com os inseticidas apresentando maior aumento.

A maior intensidade da comercialização dos defensivos foi observada no segundo semestre de 1983, próximo à época de plantio, fato semelhante ao observado nos dois últimos anos. De acordo com a ANDEF, no referido período, foram realizados 66% das vendas de inseticidas, 67,4% de acaricidas, 61,9% de formicidas, 58,3% de fungicidas e 61,3% de herbicidas. Cabe destacar que para todas as classes de defensivos, exceto inseticidas, o maior volume de vendas ocorreu no período de julho a setembro.

O consumo aparente de defensivos no Brasil, em 1983, foi de 20.923t de fungicidas, 19.024t de herbicidas e 12.054t de inseticidas, totalizando 52.000t, com decréscimo de 6,4% em relação ao ano anterior. As importações dos herbicidas reduziram-se em 37,4%, as dos inseticidas, em 25,7% e as dos fungicidas, em 21,9% (quadro 13).

No primeiro quadrimestre de 1984, as importações de defensivos totalizaram 4.835t, com decréscimo de 48,2% em relação ao mesmo período de 1983, sendo que os herbicidas apresentaram aumento mais acentuado (125%).

Em 1983, a produção da indústria nacional mostrou melhor desempenho, em relação ao ano anterior, crescendo 2,9% e fixando-se em 41.197t, sendo 45,4% de fungicida, 35,1% de herbicida e 19,5% de inseticida.

A indústria nacional, em 1983, aumentou sua participação no consumo aparente de defensivos também em função de uma elevação da produção como também da redução do consumo. No caso dos fungicidas, essa participação cresceu de 85,4%, em 1982, para 89,3% em 1983; para os herbicidas, de 65,7% para 76%; e para os inseticidas, de 63,3% para 66,8%.

Nos últimos quatro anos, vêm crescendo as exportações brasileiras de defensivos, na forma de produtos acabados; de US\$27,2 milhões-FOB, em 1980, passaram para US\$45,4 milhões-FOB em 1983. As exportações de herbicidas foram as mais relevantes em 1983, participando com 54% do valor total exportado, seguindo-se os fungicidas com 24,7% (quadro 14).

Até março de 1984, as importações de defensivos (produtos acabados) totalizaram US\$439,3 mil-FOB, com acréscimo de 51,9% em relação ao mesmo período de 1983, enquanto as exportações atingiram o valor de US\$11,3 milhões-FOB, com aumento de 34,8%.

No tocante aos preços de defensivos agrícolas no Estado de São Paulo, observou-se grande variação entre maio de 1983 e maio de 1984. Em termos reais, houve acréscimo nos preços do sulfato de cobre (40,6%), Manzate D (39,8%), formicida-pó (15,2%), Folidol 1,5% (4,3%) e Dhitane M-45 (0,3%); em contrapartida, nos casos do oxicleto de cobre 35% (azul), Isca Mirex e Aldrin 5% ocorreram decréscimos nos preços reais de, respectivamente, 10,3%, 8,9% e 5,2% (quadro 15).

Desde que o uso de defensivos agrícolas pode provocar deterioração do meio ambiente e ocasionar efeitos nocivos aos homens e aos animais, às vezes com acidentes fatais, os Governos Estaduais aumentaram as restrições do seu uso.

Após a aprovação de lei e decretos no Rio Grande do Sul, visando um rígido controle à comercialização e distribuição de agrotóxicos e biocidas, ao final de 1983 os Governos de Mato Grosso e do Paraná também sancionaram leis estaduais disciplinando a utilização desses insumos; e, em janeiro de 1984, o Governo do Estado de São Paulo, através da Lei nº4002/84, disciplinou a distribuição e comercialização de agrotóxicos e outros biocidas, estando condicionados ao prévio cadastramento dos produtos perante as Secretarias de Agricultura e Abastecimento, de Obras e Meio Ambiente, e da Saúde.

Segundo a ANDEF, o setor de defensivos entrou em recuperação nos três primeiros meses de 1984, com o volume de vendas aumentando 62,5% em relação ao mesmo período de 1983, atingindo 27.372t e correspondendo ao valor de Cr\$172,4 bilhões. Verificou-se acréscimo nas vendas em todas as classes de defensivos, sendo mais acentuada, em termos de valor, para os acaricidas e inseticidas.

Dentre outros fatores, o que contribuiu para esse aumento nas vendas foi a ausência de estoques com os revendedores, principalmente cooperativas, que em 1983, em decorrência das dificuldades do setor, preferiram não comprar, entregando apenas os produtos que já possuíam, e com o aumento da procura por parte dos agricultores os revendedores tiveram que refazer seus estoques rapidamente.

O acréscimo na procura deveu-se, principalmente, aos citricultores que, estimulados com o aumento dos preços no mercado internacional, depois das geadas que atingiram os laranjais da Flórida, gastaram mais, principalmente em acaricidas e inseticidas. Também, o aparecimento do ácaro rajado e do "bicudo" nos algodoeiros e osurto de lagarta na soja provocaram acréscimos na demanda de vários defensivos.

Diante deste contexto, as perspectivas para o setor de defensivos em 1984 são bastante favoráveis, assim como de outros insumos, de modo geral.

(IEA, 16/07/84)

QUADRO 12. - Quantidade⁽¹⁾ e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, 1980-83

Classe	1980	1981	1982	1983	1983/82 (%)	1983/80 (%)
Inseticida						
Quantidade(t)	100.805	72.286	51.577	32.236	-37,5	-68,0
Valor corrente (Cr\$1.000)	14.741.822	23.462.390	35.701.563	82.996.564	132,5	463,0
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	153.904.621	116.608.078	90.681.970	82.996.564	-8,5	-46,1
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	1.526	1.613	1.758	2.574	46,4	68,7
Acaricida						
Quantidade(t)	4.295	3.383	2.079	2.254	8,4	-47,5
Valor corrente(Cr\$1.000)	1.029.707	2.843.101	3.319.886	9.678.036	191,5	839,9
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	10.750.141	14.130.211	8.432.510	9.678.036	14,8	-10,0
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	2.502	4.176	4.056	4.293	5,8	71,6
Formicida						
Quantidade(t)	12.395	11.689	11.401	8.839	-22,5	-28,7
Valor corrente(Cr\$1.000)	866.960	1.075.414	2.158.758	3.908.852	81,1	350,9
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	9.051.062	5.344.807	5.483.245	3.908.852	-28,7	-56,8
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	730	457	480	442	-7,9	-39,5
Fungicida						
Quantidade(t)	36.673	26.394	25.555	26.674	4,4	-27,3
Valor corrente(Cr\$1.000)	8.214.535	12.833.951	25.656.878	74.983.453	192,3	812,8
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	85.759.745	63.784.736	65.168.470	74.983.453	15,1	-12,6
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	2.338	2.416	2.550	2.811	10,2	20,2
Herbicida						
Quantidade(t)	44.432	44.135	36.057	35.471	-1,6	-20,2
Valor corrente(Cr\$1.000)	18.408.905	43.660.761	65.454.798	195.259.917	198,4	960,7
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	192.188.968	216.993.982	166.255.186	195.259.917	17,5	1,6
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	4.325	4.916	4.610	5.514	19,6	27,5
Total						
Quantidade(t)	198.600	157.887	126.669	105.474	-16,7	-46,9
Valor corrente(Cr\$1.000)	43.261.929	83.875.617	132.291.883	366.862.822	177,3	748,0
Valor real(Cr\$1.000) ⁽²⁾	451.654.538	416.861.816	336.021.382	366.862.822	9,2	-18,8
Preço(Cr\$1.000/t) ⁽²⁾	2.274	2.640	2.652	3.478	31,1	52,9

(¹) Volume físico de defensivo na forma comerciável.

(²) Valor em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG) e Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

QUADRO 13. - Consumo Aparente⁽¹⁾ de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1980-83
(em tonelada)

Defensivo	1980	1981	1982	1983
Inseticida				
Importação	19.287	8.561	5.388	4.005
Produção Nacional	12.914	10.827	9.310	8.049
Consumo aparente	32.201	19.389	14.698	12.054
Fungicida				
Importação	8.376	2.914	2.864	2.236
Produção nacional	27.800	19.090	16.751	18.687
Consumo aparente	36.536	24.004	19.615	20.923
Herbicida				
Importação	12.776	12.079	7.284	4.563
Produção nacional	15.541	13.543	13.977	14.461
Consumo aparente	28.317	25.622	21.261	19.024
Total				
Importação	40.799	23.555	15.356	10.804
Produção nacional	56.255	43.460	40.038	41.197
Consumo aparente	97.054	67.015	55.574	52.001

(¹) Excluídas as exportações de produtos nacionais obtidos por síntese.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 14. - Evolução das Exportações e Importações de Defensivos⁽¹⁾, Brasil, 1980-84

Ano	Prep. carrap. formic. inset. e semelhantes		Fungicida		Herbicida		Outros		Total	
	kg	US\$	kg	US\$	kg	US\$	kg	US\$	kg	US\$
1980										
Exportação(FOB)	1.095.967	3.523.259	8.803.136	17.259.675	1.504.021	5.963.927	174.250	483.224	11.577.374	27.230.085
Importação(CIF)	6.721.665	13.191.849	6.535.213	6.032.349	1.445.211	9.990.745	420.917	1.629.865	15.123.006	30.844.808
Saldo	(5.625.689)	(9.668.590)	2.267.923	11.227.326	58.810	(4.026.818)	(246.667)	(1.146.641)	(3.545.632)	(3.614.723)
1981										
Exportação(FOB)	1.408.131	6.082.670	8.198.028	15.987.104	2.206.178	9.185.977	216.033	538.293	12.028.370	31.794.044
Importação(CIF)	1.224.839	4.298.199	419.715	1.209.015	640.805	1.812.167	67.711	535.575	2.353.070	7.854.956
Saldo	183.292	1.784.471	7.788.313	14.778.089	1.565.373	7.373.810	148.322	2.718	9.675.300	23.939.088
1982										
Exportação(FOB)	2.615.452	8.756.261	6.472.565	14.452.340	4.529.126	18.860.456	219.862	627.345	13.837.005	42.696.402
Importação(CIF)	614.249	4.329.856	99.276	874.068	129.348	600.381	585.574	1.734.021	1.428.447	7.538.326
Saldo	2.001.203	4.426.405	6.373.289	13.578.272	4.399.778	18.260.075	(365.712)	(1.106.676)	12.408.558	35.158.076
1983										
Exportação(FOB)	1.892.227	8.857.767	5.249.553	11.226.972	8.214.411	24.505.653	253.92	832.121	15.609.383	45.422.513
Importação(FOB)	215.896	2.751.974	61.680	412.515	20	608	127.742	433.124	405.338	3.598.221
Saldo	1.676.331	6.105.793	5.187.873	10.814.457	8.214.391	24.505.045	125.450	398.997	15.204.045	41.824.292
1984										
Exportação(FOB) ⁽²⁾	1.234.736	3.382.321	1.463.382	2.457.822	1.162.813	5.187.124	72.067	264.057	3.932.998	11.291.324
Importação(FOB) ⁽²⁾	23.645	303.371	13.000	50.503	10.000	11.116	27.826	74.288	74.471	439.278
Saldo	1.211.091	3.078.950	1.405.382	2.407.319	1.152.813	5.176.008	44.241	189.769	3.858.527	10.852.046

⁽¹⁾ Posição 38.11 da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB) referente a produtos acabados.

⁽²⁾ Dados relativos ao período de janeiro a março.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 15. - Preços Médios de Defensivos Pagos Pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1983/84

Produto	Unidade	Maio/83		Maio/84		Variação percentual	
		Corrente (a)	Real ⁽¹⁾ (b)	Corrente (c)	Real ⁽¹⁾ (d)	(c/a)	(b/d)
Inseticida							
Aldrin 5%	sc.25kg	9.147,50	30.692,00	29.083,00	29.083,00	217,9	- 5,2
Folidol 1,5%	kg	152,73	512,45	534,42	534,42	249,9	4,3
Fungicida							
Dithane M45	kg	2.210,00	7.415,10	7.440,00	7.440,00	236,7	0,3
Manzate D	barrica 25kg	42.500,00	142.597,66	199.309,00	199.309,00	369,0	39,8
Oxicloreto de cobre 35% (azul)	kg	1.621,00	5.438,84	4.879,00	4.879,00	201,0	-10,3
Sulfato de cobre	kg	441,25	1.480,50	2.082,00	2.082,00	371,8	40,6
Formicida							
Formicida (põ)	kg	296,00	993,15	1.144,00	1.144,00	286,5	15,2
Isca Mirex	kg	449,00	1.506,50	1.373,00	1.373,00	205,8	- 8,9

⁽¹⁾ Valor em cruzeiro de maio de 1984, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

FERTILIZANTE

- Panorama Internacional

Após dois anos consecutivos da queda da demanda mundial de fertilizantes, em consequência da difícil situação econômica internacional, espera-se para 1984 pequena recuperação em relação ao ano anterior. Nos Estados Unidos, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo de fertilizantes deverá crescer 17% em relação a 1983, atingindo o total de 21,2 milhões de toneladas de nutrientes, assim distribuídos: 10,7 milhões de toneladas de N, 4,8 milhões de toneladas de P_2O_5 e 5,7 milhões de toneladas de K_2O . Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pelos preços relativamente favoráveis dos produtos agrícolas e pela expansão da área plantada, em consequência da redução da atividade do programa PIK ⁽¹⁾ e de outros programas de redução de área.

Em termos correntes, os preços internacionais dos fertilizantes e de suas matérias-primas, nas principais regiões do mundo, em maio de 1984, apresentaram-se de modo geral superiores aos observados no mesmo mês de 1983 (quadro 16).

No mercado dos nitrogenados, o sulfato de amônio, nos Estados Unidos (Golfo), apresentou acréscimo de 51,0% de maio de 1983 a maio de 1984, enquanto que, na Europa Ocidental, elevou-se em 75,0%. Por sua vez, o preço da uréia, no período em análise, aumentou 17,9% nos Estados Unidos (Golfo) e 27,2% na Europa Ocidental.

O preço do ácido fosfórico, importante matéria-prima para fertilizantes fosfatados, nos Estados Unidos (Golfo) apresentou acréscimo de 4,5% em relação aos seus preços FOB no mesmo mês do ano anterior.

No que concerne aos potássicos, o cloreto de potássio, tipo padrão, no Canadá e na Europa Ocidental apresentou aumento da ordem de 9% em seus preços FOB, no período em análise.

Em 1983, as exportações brasileiras de fertilizantes aumentaram 320,4% em relação a 1982, totalizando US\$36,9 milhões-FOB, enquanto que as de matérias-primas cresceram ainda mais, 3.644,3%, correspondendo ao total de US\$16,1 milhões-FOB (quadro 17), dada a disponibilidade de mercadoria em consequência da queda nas vendas internas no primeiro semestre de 1983. Essas exportações destinaram-se principalmente a Europa (DAP e MAP) e Estados Unidos e China (uréia). Em contrapartida, nos três primeiros meses de 1984, as exportações de fertilizantes somaram US\$547,9 mil FOB e as de matérias-primas, US\$4.562,5 mil FOB, com decréscimo de, respectivamente, 91,9% e 29,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior; destinadas aos países limítrofes em toneladas pequenas - e uma complementação de uréia para a China.

Segundo o Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas (SIACESP), no Estado de São Paulo, em 1983, as importações de fertilizantes nitrogenados decresceram 57,9% em relação ao ano anterior, enquanto que para os fosfatados não se registrou importação (quadro 18), em virtude principalmente da queda de demanda de fertilizantes nesse ano e dos

(1) O programa "payment-in-kind" (pagamento em espécie) consiste no fornecimento, pelo governo, de produtos estocados para o agricultor, em quantidade correspondente a um determinado percentual do que teria obtido na área que deixou de plantar.

estoques em poder das indústrias produtoras.

Quanto aos fertilizantes potássicos, cuja dependência externa é ainda total em virtude das instalações de Carmópolis, SE, terem sofrido atrasos no cronograma para início de operações - provavelmente entrando em funcionamento em 1985 -, as importações, em 1983, decresceram 16,9% comparativamente ao ano anterior, sendo o cloreto de potássio o principal fertilizante potássico importado.

Do mesmo modo, no período em análise observou-se retração nas importações de matérias-primas para fertilizantes; no caso da amônia anidra e do ácido fosfórico houve decréscimo de, respectivamente, 66% e 94,8%.

O dispêndio de divisas pelo Brasil com as importações de fertilizantes e matérias-primas acima referidas, em 1983, foi de US\$178,4 milhões-FOB, com decréscimo de 51,7% em relação ao ano anterior.

Também foram importadas, em 1983, 63,1 mil toneladas de ácido sulfúrico e 1.062,6 mil toneladas de enxofre, correspondendo ao dispêndio de divisas de US\$107,1 milhões-FOB, sendo que cerca de 85% desse volume destinou-se à fabricação de fertilizantes.

Nos quatro primeiros meses de 1984, as importações brasileiras de fertilizantes e matérias-primas totalizaram 308,9 mil toneladas de nutrientes, os fertilizantes participando com 86,9% e as matérias-primas com 13,1%. O cloreto de potássio participou com 76,7% da importação total de fertilizantes, e o ácido fosfórico com 100% da importação total de matérias-primas; e não se registrou importação de fertilizantes fosfatados. Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as importações de fertilizantes cresceram 85,7% e as de matérias-primas 107,2%.

Cabe destacar que no início de 1983 os estoques eram elevados, e as importações foram realizadas mais tardiamente.

Estima-se que a necessidade de importação no corrente ano seja de 450 mil toneladas de sulfato de amônio e 1.500 mil toneladas de cloreto de potássio, entre os fertilizantes, e de 180 mil toneladas de ácido fosfórico em termos de P_2O_5 , e 140 mil toneladas de ácido sulfúrico, entre as matérias-primas.

- Situação Interna

Pelo terceiro ano consecutivo, declinou o consumo aparente de fertilizantes no Brasil. Em 1983, o consumo nacional atingiu 2.408,6 mil toneladas de nutrientes (quadro 19), com decréscimo de 1,0% para nitrogênio, 12,9% para P_2O_5 e 17,6% para K_2O , em relação ao ano anterior.

Essa continuidade de queda no consumo deveu-se, principalmente, ao aumento das taxas de juros, à redução progressiva do montante financiado nos empréstimos de custeio e à relação de preço produto agrícola/fertilizante desestimulante para os agricultores. Essa relação desfavorável só foi revertida no segundo semestre de 1983, pela melhoria dos preços de alguns produtos agrícolas, em decorrência da redução do volume produzido, ocorrida no mercado externo e em algumas regiões produtoras do Brasil. Somou-se a esses fatos, a escassez de matérias-primas e de fertilizantes não produzidos no país, em consequência da limitação e centralização das operações de câmbio pelo Banco Central, no segundo semestre de 1983, dificultando a produção industrial.

No Brasil, exceto na Região Norte, as culturas que mais consumiram fertilizantes em 1983 foram: soja, cana-de-açúcar, milho, café, arroz e trigo, responsáveis por cerca de 78% do consumo total.

Há expectativa de uma pequena recuperação no setor de fertilizantes em 1984. Conforme a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), no período de janeiro a março,

as vendas de fertilizantes pelas principais empresas da Região Centro-Sul aumentaram 17,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Do total de fertilizantes entregues, São Paulo absorveu a maior parte das vendas, 36,7%.

Nos meses de abril e maio, as vendas de fertilizantes foram, também, reativadas, estimando-se que o acumulado de janeiro a maio tenha crescido de 22% a 25%, em relação a igual período de 1983.

As principais causas apontadas para o desempenho comercial no início de 1984 são: a) com a alta dos preços pagos à laranja, os citricultores que não tinham adquirido fertilizantes no segundo semestre de 1983, voltaram a fazê-lo logo no início do ano, aproveitando-se dos recursos financeiros obtidos no sinal das vendas (Cr\$1.000,00/cx.) em janeiro, o que lhes permitiu fazer pelo menos uma adubação de cobertura em fevereiro/março; b) houve compras de fertilizantes para aplicação no café; c) os produtores, especialmente de soja, estão antecipando as compras de adubos para os próximos plantios, receosos da alta dos preços dos fertilizantes e de que haja dificuldade de fornecimento pelas empresas, como observado em 1983.

A produção da indústria nacional em 1983 apresentou melhor desempenho em relação ao ano anterior, crescendo 5,7% e fixando-se em 1.576,6 mil toneladas de nutrientes, em consequência do aumento de produção de nitrogenados. A participação da produção nacional no consumo aparente passou, para os nitrogenados, de 61,6% em 1982 para 83,7% em 1983, em face do aumento da produção e do decréscimo das importações, e para os fosfatados, de 91,4% para 100%, em face da redução de consumo (quadro 19).

Nos quatro primeiros meses de 1984, a produção nacional de fertilizantes foi ligeiramente superior em comparação a igual período do ano anterior. Segundo o SIACESP, prevê-se que a disponibilidade de fertilizantes para 1984 seja de 6.700 mil toneladas de produtos.

Em 1983/84, nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto, principais consumidoras de fertilizantes do Estado de São Paulo, as culturas que mais consumiram fertilizantes foram: cana-de-açúcar, citrus, café, milho e soja. As principais fórmulas de adubação empregadas pelos agricultores foram: 04-14-08, 20-05-20, 20-05-15, 19-10-19, 12-06-12, 05-25-25 e 04-30-16.

Para o Estado de São Paulo, em 1983, o preço médio de fertilizantes foi de Cr\$97.713,80/t de produto, com acréscimo de 150,8% em relação ao ano anterior, situando-se praticamente no mesmo nível da inflação (decréscimo de 1,5% em termos reais). Em maio de 1984, o preço subiu para Cr\$283.764,20/t de produto, sendo 278,1% superior, em termos correntes, e 12,7% em termos reais, comparativamente ao mesmo mês de 1983 (quadro 20).

Dentre os cinco principais fertilizantes, no período de maio de 1983 a maio de 1984 observou-se que o cloreto de potássio foi o que apresentou maior aumento no preço corrente, passando de Cr\$87.330,70/t para Cr\$347.764,00/t (298,2%), enquanto que o superfosfato triplo subiu de Cr\$125.229,40/t para Cr\$491.923,00/t (292,8%), o sulfato de amônio de Cr\$76.344,20/t para Cr\$278.485,00/t (264,8%); o superfosfato simples de Cr\$53.397,00/t para Cr\$191.951,00/t (259,5%), e o nitrocálcio de Cr\$71.313,70/t para Cr\$238.784,00/t (234,8%).

Na análise da evolução das quantidades necessárias de diferentes produtos agrícolas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes, o algodão, o café e a cana-de-açúcar apresentaram, em 1983, perda de poder aquisitivo relativo ao dispêndio com fertilizantes, comparativamente ao ano anterior; em contrapartida, milho e soja apresentaram ganho de poder aquisitivo e o arroz permaneceu no mesmo nível do ano anterior (quadro 21).

Informações preliminares para 1984 indicam relação favorável para as seguintes culturas: algodão, passando de 463 arrobas para adquirir 10 toneladas de fertilizantes em

1983 para 355 arrobas em 1984; soja, de 192sc./60kg para 151sc./60kg; e café, de 26sc./60kg para 21sc./60kg.

As perspectivas para o setor de fertilizantes em 1984 são otimistas, esperando-se que o consumo aumente de 5% a 10%, em relação ao ano anterior. Destaque-se que o consumo fica condicionado ao comportamento da política agrícola de curto prazo, a ser ainda definida, principalmente no que se refere a valores básicos de custeio e preços mínimos de garantia.

Quanto ao calcário agrícola, de acordo com a Associação dos Produtores de Calcário do Estado de São Paulo (ASPROCAL), em 1983, as vendas pelo "Complexo Embracal", que participa com cerca de 60% da capacidade instalada do Estado, foram de 819,6 mil toneladas de produto, com decréscimo de 6,5% em relação ao ano anterior.

As vendas de calcário também se reativaram no início de 1984. As do "Complexo Embracal", no período de janeiro a abril, foram 85,3% superiores às de igual período do ano anterior, totalizando 270,1 mil toneladas. Essa melhora nas vendas foi observada, também, em outros Estados, como por exemplo Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás.

Há expectativa de que o consumo de calcário no Estado de São Paulo, em 1984, aumente 58% comparativamente ao ano anterior, atingindo cerca de 2.124,7 mil toneladas de calcário, segundo a ASPROCAL.

Em maio de 1984, o preço médio do calcário no Estado de São Paulo foi de Cr\$14.905,00/t posto moinho na região de Rio Claro e Piracicaba, com acréscimo de 170,1% em termos correntes, enquanto que em termos reais houve decréscimo de 19,5%, em relação ao mesmo mês de 1983.

(IEA, 17/07/84)

QUADRO 16. - Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas⁽¹⁾, 1983-84
(em US\$/tonelada-FOB, a granel)

Produto/origem	1983		1984	
	Maio	Dezembro	Janeiro	Maio
Amônia Anidra				
Europa Ocidental ⁽²⁾	160-165	210-230	202-220	200-210
Estados Unidos	...	179-187
Sulfato de amônio ⁽³⁾				
Estados Unidos-Golfo	40- 42	48- 59	48- 59	60- 64
Europa Ocidental	45- 50	57- 68	57- 68	60- 67
Uréia				
Europa Ocidental	120-130	118-126	125-135	150-168
Estados Unidos-Golfo	122-135	144-150	140-150	150-153
Cloreto de potássio ⁽³⁾				
Europa Ocidental	73- 75	75- 82	74- 80	77- 85
Canadá	73- 78	80- 85	80- 85	77- 85
Ácido Fosfórico(100%P ₂ O ₅)				
Estados Unidos-Golfo	270-280	290-300	290-300	285-290
Marrocos	300-320	284-285	284-285	315-320
Fosfato diamônio				
Estados Unidos-Golfo	160-167	202-208	210-212	178-184
Tunísia	190-200	215-225	215-216	220-230
Superfosfato triplo				
Estados Unidos-Golfo	133-138	138-143	137-143	112-117
Tunísia ⁽⁴⁾	140-150	150-155	150-155	135-140

(1) Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês.

(2) CIF.

(3) Tipo padrão.

(4) Ensacado.

Fonte: Green Markets e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 17. - Exportações Autorizadas de Fertilizantes e Matérias-Primas, Brasil, 1982/83

Produto	1982		1983		Variação percentual	
	Volume (t) (a)	Valor (US\$-FOB) (b)	Volume (t) (c)	Valor (US\$-FOB) (d)	Volume (c/a)	Valor (d/b)
Fertilizante						
Superfosfato triplo	5.620	1.340.297	7.080	1.327.496	26,0	-1,0
Cloreto de potássio	495	75.462	732	109.873	47,9	45,6
Fosfato diamônio	8.046	2.604.119	65.400	12.018.134	712,8	361,5
Qualquer outro MAP/DAP	5.718	1.218.918	43.555	7.117.735	661,7	483,9
Mistura (N-P-K)	9.359	2.451.120	6.201	1.558.451	-33,7	-33,7
Uréia c/teor de N superior a 45%	1.325	203.530	141.036	14.152.190	10.544,2	6.853,4
Outros	2.546	883.250	2.025	609.664	-20,5	-31,0
Subtotal	33.109	8.776.696	266.029	36.893.543	703,5	320,4
Matérias-primas						
Amoníaco liquefeito	127	64.021	125.155	15.807.168	98.447,2	24.590,6
Ácido fosfórico g.téc. ou alimentício	66	47.893	71	53.801	7,6	12,3
Ácido sulfúrico	150	29.633	288	56.987	92,0	92,3
Ácido nítrico	1.211	287.480	647	146.176	-46,6	-49,2
Subtotal	1.554	429.027	126.161	16.064.132	8.018,5	3.644,3
Total	34.663	9.205.723	392.190	52.957.675	1.031,4	475,3

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 18. - Importação de Fertilizantes e Matérias-Primas, Brasil, 1982-84

(em tonelada de nutriente)

Produto	1982 (a)	1983 (b)	Variação(%) (b/a)	Jan-Abr. 1983 (c)	Jan-Abr. 1984 (d)	Variação (%) (d/c)
Fertilizantes nitrogenados						
Salitre potássico	10.260	12.718	24,0	6.465	6.217	-3,8
Sulfato de amônio	131.457	83.567	-36,4	13.644	22.767	66,9
Sulfonitrato de amônio	1.228	936	-23,8	416	-	-
Uréia	86.306	3.402	-96,1	3.402	-	-
Fosfato diamônio	15.294	-	-	-	-	-
Outros	<u>2.296</u>	<u>3.245</u>	<u>41,3</u>	<u>585</u>	<u>2.579</u>	<u>340,8</u>
Subtotal	246.841	103.868	-57,9	24.512	31.563	28,8
Fertilizantes fosfatados						
Superfosfato simples	9.504	-	-	-	-	-
Superfosfato triplo	23.976	-	-	-	-	-
Fosfato diamônio	39.083	-	-	-	-	-
Fosfato natural moído	29.770	-	-	-	-	-
Outros	<u>1.092</u>	-	-	-	-	-
Subtotal	103.425					
Fertilizantes potássicos						
Salitre potássico	9.576	11.870	24,0	6.034	5.803	-3,8
Cloreto de potássio	831.381	701.200	-15,7	98.219	206.596	110,3
Sulfato de potássio	26.994	12.538	-53,5	5.755	18.328	218,5
Outros	8.431	2.510	-70,2	2.510	6.167	145,7
Subtotal	<u>876.382</u>	<u>728.118</u>	<u>-16,9</u>	<u>112.518</u>	<u>236.894</u>	<u>110,5</u>
Total de fertilizantes	1.226.648	831.986	-30,5	137.030	268.457	95,9
Matérias-primas						
Amônia anidra	38.644	13.152	-66,0	13.152	-	-
Ácido fosfórico	275.651	14.235	-94,8	-	40.400	-
Fosfato natural moído	<u>79.390</u>	-	-	-	-	-
Total de matérias-primas	393.685	27.387	-	13.152	40.400	207,2

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 19. - Produção, Importação e Consumo Aparente de NPK, Brasil, 1980-83

(em tonelada de nutriente)

Discriminação	1980	1981	1982	1983
Nitrogenados				
Produção (a)	383.005	348.779	396.772	533.003
Importação	522.555	319.061	246.841	103.868
Consumo aparente (b)	905.560	667.840	643.613	636.871
(a/b) (%)	42,3	52,2	61,6	83,7
Fosfatados				
Produção (c)	1.579.879	1.150.079	1.095.050	1.043.636
Importação	408.608	169.164	103.425	
Consumo aparente (d)	1.988.486	1.319.243	1.198.475	1.043.636
(c/d) (%)	79,5	87,2	91,4	100,0
Potássicos				
Importação	1.306.573	766.646	876.382	722.118
NPK				
Produção (e)	1.962.883	1.498.858	1.491.822	1.576.639
Importação	2.237.736	1.254.871	1.226.648	831.986
Consumo aparente (f)	4.200.619	2.753.729	2.718.470	2.408.625
(e/f) (%)	46,7	54,4	54,9	65,5

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 20. - Preços de Fertilizantes ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1979-80
(preço médio ponderado em Cr\$/10t. de produto)

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽²⁾	Índice	
			Corrente	Real
1979	48.197,00	1.007.690,0	100,0	100,0
1980	124.119,00	1.296.006,00	257,5	128,6
1981	240.591,00	1.196.868,00	499,2	118,8
1982	389.631,00	991.752,00	808,4	98,4
1983	977.138,00	977.138,00	2.027,4	97,0
1984 ⁽³⁾	2.837.642,00	1.092.453,00	5.887,6	108,4

⁽¹⁾ Preço à vista posto em São Paulo, calculado com base nos preços dos produtos nitrogenados: sulfato de amônio, nitrocálcio e salitre do Chile (este até 1980); fosfatados: superfosfato simples, superfosfato triplo e fosfato natural moído; e potássicos: cloreto de potássio, cujas médias obtidas foram ponderadas pela relação de consumo (N-P-K) da Região Centro.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

⁽³⁾ Preço coletado em maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 21. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir Dez Toneladas de Fertilizantes ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1979-80

Ano	Algodão em caroço		Arroz em casca		Cafê beneficiado		Cana-de-açúcar		Milho		Soja	
	15kg	Índice	60kg	Índice	60kg	Índice	t	Índice	60kg	Índice	60kg	Índice
1979	284	100	112	100	15	100	141	100	247	100	136	100
1980	432	152	159	142	24	160	154	109	422	171	247	182
1981	401	141	241	215	25	167	166	118	370	150	238	175
1982	378	133	159	142	21	140	157	111	405	164	193	142
1983	463	163	159	142	26	173	174	123	279	113	192	141
1984 ⁽²⁾	355	125	218	195	21	140	316	224	395	160	151	111

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, em tonelada de produto, posto São Paulo.

⁽²⁾ Dado sujeito à retificação, calculado com base no preço estimado para fertilizante em julho de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os salários dos trabalhadores rurais, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), demonstram que, em valor real as diferentes categorias de trabalhadores sofreram uma queda significativa ao longo do período 1974-84, conforme pode-se depreender do quadro 22. Porém, no período compreendido entre os anos de 1974 a 1978, o salário evoluiu recompondo-se em relação à taxa de inflação, com exceção de tratorista em 1976 e volante em 1978. A partir de 1979, entretanto, verifica-se uma queda contínua, sendo que em 1984 os salários reais de todas as categorias de trabalhadores, sem exceção, estão em níveis inferiores aos de 1974.

Observando-se, ainda, os dados apresentados no quadro 22, a categoria de trabalhadores que sofreu o maior archo salarial foi o de capataz, que teve uma perda nos últimos cinco anos de 42%, seguido dos volantes com 41%.

Comparando-se os salários de 1984 com o de 1983, todas as categorias de trabalhadores tiveram uma perda de mais de 20%, destacando-se capataz (35%), mensalista (26%), volante (30%) e residente (27%). A categoria volante sofre com maior intensidade a queda no salário real, pois é mais duramente atingida pelo desemprego resultante da sazonalidade da ocupação da mão-de-obra. Ao longo dos últimos dez anos, o trabalhador volante teve uma queda salarial de 40% em termos reais (quadro 22). Assim é que a deterioração salarial deve ter influído de maneira marcante no surgimento das reivindicações trabalhistas entre os trabalhadores volantes, ao longo do mês de maio de 1984.

Na realidade, já na colheita da cana-de-açúcar do ano passado podia-se perceber os primeiros sinais de mobilização dos trabalhadores volantes, contra a implantação do sistema de corte de cana de 7 ruas em substituição ao de 5 ruas. Esta técnica implicava um desgaste físico mais acentuado para os trabalhadores. No sistema de corte de 7 ruas apesar de os trabalhadores mais jovens e com boa disposição física relativamente aos demais poderem auferir uma remuneração maior que no sistema de 5 ruas, para a maior parte do contingente de mão-de-obra, esta técnica implica diminuição de rendimento e, conseqüentemente, da remuneração.

No início da presente safra açucareira de 1984/85 novamente houve protestos contra a ampliação da utilização da referida técnica. Desta forma, o início da colheita de cana-de-açúcar, laranja e café caracterizou-se, como já abordado anteriormente, por protestos em relação à remuneração e condições de trabalho. Estes protestos têm, entre as causas motoras mais importantes, a deterioração da renda dos trabalhadores com ampliação da monocultura e conseqüente aumento da sazonalidade de ocupação da força de trabalho e a alta taxa de inflação vigente com a conseqüente deterioração salarial.

Estes fatores fizeram com que surgissem movimentos reivindicatórios e protestos em áreas localizadas. Até o momento, as paralisações em protesto têm-se concentrado principalmente em municípios da DIRA de Ribeirão Preto, que é na realidade a região agrícola de maior concentração de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo. Além disto, é uma região caracterizada por uma agricultura moderna utilizadora de insumos industriais e pela expansão de uma agricultura com tendências à monocultura. Como conseqüência deste tipo de agricultura, surgem reivindicações básicas inerentes às especificidades de cada cultura, que são levadas em consideração tanto pela classe patronal como pelos trabalhadores ao assinarem seus contratos de trabalho. Nesta situação, foram assinados ao longo do mês de maio de 1984 inúmeros contratos coletivos de trabalho, entre os sindicatos dos trabalhadores e da classe patronal, a fim de se efetivarem as colheitas de cana-de-açúcar, café e laranja em diferentes municípios do Estado de São Paulo.

Os movimentos reivindicatórios foram seguidos de negociações pelas partes envolvidas, em geral evoluindo rapidamente para uma solução, dada a urgência da colheita, neste período do ano.

Em geral, os acordos estabelecidos têm por base o Acordo Coletivo de Trabalho de Guariba, para a colheita de cana-de-açúcar, e o de Bebedouro para a colheita de laranja. Estes acordos tratam de itens relativos a cumprimento da legislação trabalhista, como o pagamento do descanso semanal, 13º salário, indenização, férias etc. O referido contrato trata ainda de outros itens, como o pagamento de complementação da diferença salarial entre o salário médio do trabalhador e o sistema previdenciário em caso de acidente. Além disto, refere-se a outros aspectos como, por exemplo, a segurança no transporte. As reivindicações conquistadas pelos trabalhadores e o cumprimento efetivo dos acordos dependem da organização dos sindicatos locais.

Os contratos de trabalho assinados não prevêem reajustes, de maneira que, a persistir a atual taxa inflacionária, poderão surgir movimentos no sentido de recompor os salários corroídos pela inflação. Já para a colheita de algodão e alguns cereais, no início de 1985, juntamente com os tratos culturais de lavouras permanentes – atividades estas características da primeira metade do ano – deverá surgir a necessidade de assinaturas de novos contratos de trabalho. Note-se, entretanto, que para estas atividades a necessidade de mão-de-obra é menor, diminuindo também o poder de barganha do trabalhador agrícola.

(IEA, 28/06/84)

QUADRO 22. - Evolução dos Salários Agrícolas por Categoria, Estado de São Paulo, 1974-84

Ano	Administrador			Tratorista			Mensalista residente		
	Nom. (1) (Cr\$/mes)	Real (2) (Cr\$/mes)	Ind. (3)	Nom. (1) (Cr\$/mes)	Real (2) (Cr\$/mes)	Ind. (3)	Nom. (1) (Cr\$/mes)	Real (2) (Cr\$/mes)	Ind. (3)
1974	625,00	187.794	87	429,00	128.902	95	329,00	98.854	94
1975	854,70	194.987	90	592,00	135.056	100	455,00	103.801	99
1976	1.200,00	198.067	91	795,00	131.219	97	616,00	101.674	97
1977	1.921,20	215.898	100	1.241,50	139.516	103	935,00	105.072	100
1978	2.855,65	236.698	109	1.793,00	148.651	110	1.548,27	128.333	122
1979	3.906,07	220.710	102	2.551,41	144.166	107	1.960,24	110.762	106
1980	7.179,80	216.636	100	4.481,70	135.226	100	3.478,60	104.960	100
1981	14.020,00	191.740	89	9.500,00	124.453	92	7.020,00	96.006	91
1982	29.000,00	207.300	96	18.900,00	135.102	100	14.900,00	106.509	101
1983	59.641,00	196.541	91	37.744,00	124.128	92	30.254,00	99.496	95
1984	150.907,00	150.907	70	96.577,00	96.577	71	73.458,00	73.458	70

Ano	Capataz			Diarista residente			Volante		
	Nom. (1) (Cr\$/mes)	Real (2) (Cr\$/mes)	Ind. (3)	Nom. (1) (Cr\$/dia)	Real (2) (Cr\$/dia)	Ind. (3)	Nom. (1) (Cr\$/dia)	Real (2) (Cr\$/dia)	Ind. (3)
1974	13,40	4.026	100	16,30	4.897	98
1975	17,80	4.060	101	22,10	5.041	101
1976	24,50	4.043	101	30,50	5.034	101
1977	37,60	4.225	105	49,30	5.540	111
1978	52,40	4.343	108	66,10	5.478	109
1979	71,82	4.058	101	90,27	5.100	102
1980	4.761,00	143.653	100	133,00	4.013	100	165,90	5.005	100
1981	9.506,00	130.006	90	260,00	3.556	89	340,00	4.650	93
1982	19.400,00	138.677	96	509,00	3.638	91	620,00	4.431	88
1983	38.948,00	128.088	89	1.077,00	3.541	88	1.275,00	4.193	84
1984	83.004,00	83.004	58	2.590,00	2.590	65	2.945,00	2.945	59

(1) Média do Estado em valores correntes.

(2) Em valores reais pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(3) Índice simples, calculado a partir dos valores reais de março de 1980 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Revista Conjuntura Econômica.

SEMENTE

A produção de sementes melhoradas, no Estado de São Paulo, sofreu nos últimos anos oscilações em seus níveis de quantidade produzida, decorrentes de incidentes climáticos e de mudanças bruscas na sistemática do crédito rural. Paralelamente, as alterações gradativas na organização institucional da produção resultaram em mudanças no peso relativo das instituições na produção de sementes.

A manutenção da Resolução BACEN nº 706, do Banco Central, que desobriga o uso de sementes melhoradas, levou as associações de produtores a reivindicarem sua modificação, através de possíveis bonificações creditícias ao uso deste insumo, assim como a solicitarem a concessão de 100% dos Valores Básicos de Custeio (VBC) para a produção de sementes para o ano de 1984. Na prática, o que se notou foi uma rápida acomodação das maiores empresas da produção de sementes à liberação da exigência do uso de sementes melhoradas nos projetos de financiamento agrícola. Do ponto de vista da firma, significou ter que realizar mudanças no sistema de cobrança aos revendedores, para evitar problemas de capital de giro. Já as empresas menores, apesar de terem boa estrutura de produção, foram mais afetadas devido às suas modestas organizações de "marketing".

Quanto aos reflexos da Resolução BACEN nº 706 no uso desse insumo na lavoura, observou-se no Estado de São Paulo um pequeno aumento no uso de sementes próprias. Entretanto, a constatação de que o uso de sementes não melhoradas (principalmente o uso de gerações avançadas de sementes híbridas) resultava em maiores riscos na cultura e no desperdício de insumos modernos utilizados está levando os agricultores a reconsiderarem a questão.

A queda da taxa de utilização de sementes melhoradas foi sentida nas lavouras de amendoim, arroz e feijão nos anos de 1982 e 1983, e na do milho, no ano de 1983. Não obstante a relativa escassez na oferta verificada para arroz e feijão, pode-se atribuir o menor uso de sementes melhoradas nestas lavouras à desobrigatoriedade do uso deste insumo na tomada de crédito bancário. Notório, entretanto, foram os estoques acumulados de sementes de amendoim e milho para o plantio de 1982. Para a soja e o trigo, os índices são pouco precisos, pois é significativo o volume de sementes que comumente é deslocado do Sul do país para o abastecimento do Estado de São Paulo; apesar disso, no caso da soja tem-se informações sobre maior uso de sementes próprias no Estado (quadro 23).

É do ponto de vista institucional que podem ser previstas as maiores alterações no setor, para os próximos anos. A implantação, a partir de 1981/82, do Sistema de Produção de Sementes Fiscalizadas, sob a orientação da Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas (CESM), da Delegacia Federal de Agricultura de São Paulo, do Ministério da Agricultura, refletiu-se profundamente na atual estrutura de certificação no Estado. O sistema de fiscalização, sendo uma simplificação do sistema de certificação (reconhecido internacionalmente), não estabelecendo controle de gerações, realizando inspeções por amostragem e desobrigando análises em laboratórios oficiais, levou nestes dois últimos anos à transposição de mais de 50% da produção de sementes certificadas para este novo sistema; este fato foi constatado na produção de sementes de milho, soja e trigo, que se deslocou grande volume do sistema de certificação para o de fiscalização já em 1982/83.

Embora o valor da taxa para certificação seja maior que o valor da taxa para fiscalização (0,5 ORTN/t contra 0,1 ORTN/t), dada a pequena participação destes valores frente ao preço das sementes mais relevantes, não parece ser esta diferença entre os valores das taxas a causa principal na transposição do sistema de certificação para o sistema de fiscalização.

Desta forma, com a maior flexibilidade de ação em relação ao sistema de certificação, seguem-se algumas propostas, levadas pelas associações representativas do setor, em 1984: eliminação da fronteira agrícola ou divisa estadual à produção de sementes; uniformização dos procedimentos e normas de produção e comercialização a nível nacional; intensificação da fiscalização do comércio e, principalmente, delegação da responsabilidade das atuais entidades fiscalizadoras e certificadoras de sementes e mudas à iniciativa privada, através das Associações de Produtores, estas sujeitas à inspeção e fiscalização dos órgãos competentes. Por sua vez, a atuação do Estado concentrar-se-ia mais intensamente na fiscalização do comércio. Do ponto de vista do registro de cultivares, propõe-se a centralização deste sistema em torno da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do SNAP-MA, assim como a cobrança de uma taxa de 2% a 3% sobre a semente básica vendida, como retorno à entidade que criou e introduziu o cultivar, prática já adotada em algumas instituições. Neste sentido, propõe-se também a realização da produção de sementes básicas e manutenção de cultivares por empresas particulares especializadas, buscando-se um maior poder de controle de mercado e produção de sementes básicas pela iniciativa privada.

Estas propostas fundamentam-se nas opiniões de que, em algumas regiões, o setor está suficientemente maduro para manter um alto nível de qualidade de sementes. Ademais, as perspectivas sentidas pelas associações de produtores, da irreversibilidade da Resolução BACEN nº 706, revelam que o mercado pode se tornar mais competitivo do ponto de vista da qualidade do produto. Analogamente, as transposições verificadas do sistema de certificação para o de fiscalização não alteraram as posições das grandes empresas no setor, mostrando que para certas culturas a estrutura de mercado é consolidada via marca ou poder de penetração das empresas em determinadas regiões. Portanto, caso estas propostas venham a ser concretizadas, pode-se vislumbrar que um maior poder da organização privada sobre a produção de sementes de verá refletir-se significativamente sobre a atual estrutura sementeira do Estado.

Acrescente-se, também, que com o sistema de fiscalização verificou-se uma certa agilidade na introdução de novos cultivares no Estado, acompanhado pelo sistema de certificação. Procurou-se permitir a utilização de cultivares, especialmente do Estado do Paraná, que anteriormente não eram aceitos para certificação, dado o desconhecimento de sua origem e ausência do controle de gerações. É, por exemplo, o caso do cultivar Anhauc de trigo, que atualmente é recomendado pela Comissão Norte-Brasileira de Pesquisa em Trigo, mas que não era aceito para certificação até o ano de 1983. Para esta cultura, o Instituto Agrônomo de Campinas lançou novas variedades que deverão substituir progressivamente o antigo cultivar IAC-5. Para a cultura de arroz, não obstante a ampliação de seus cultivares, perduram as preferências pelos cultivares tradicionais, como o IAC-25 e IAC-47, que também são muito utilizados no Estado de Goiás.

Esta maior flexibilidade coincide com o esforço empreendido pelo Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em incrementar a produção de sementes básicas no Estado, em consonância com o Instituto Agrônomo de Campinas. Entretanto, estas intenções esbarram em dificuldades de aprovação de verbas que se destinem a remodelar instalações vitais para a qualidade de sementes básicas produzidas.

No Estado de São Paulo, o setor público, que vinha reduzindo a sua produção de sementes certificadas, principalmente nas espécies de maior interesse comercial, durante toda a década anterior e começo dos anos oitenta, reverteu em 1983/84 parcialmente esta tendência, após um ajustamento financeiro realizado em 1982/83. Seus níveis em função das quotas contratadas, entretanto, situam-se ainda aquém dos realizados em 1980/81. Não obstante o reduzido volume de sementes que produz de milho híbrido, soja e trigo, se comparado ao produzi

do pelo setor privado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento apresenta-se ainda como o principal fornecedor de sementes de arroz, feijão e milho variedade do Estado, além do monopólio na produção de sementes de algodão (quadro 24). Reforça-se mais uma vez o caráter supletivo da produção do setor público, dado o pequeno volume dessas sementes produzidas pela iniciativa privada.

Em relação ao nível de produção de sementes do Estado (certificadas mais fiscalizadas), após o impacto da Resolução BACEN nº 706, o volume ora apresentado pelas estimativas preliminares de produção de 1983/84 apresenta-se superior ao de 1982/83. Entretanto, uma moderada programação de produção pelas empresas, especialmente de milho híbrido, mantém o volume produzido desta semente inferior às apresentadas em 1981/82 (retração de 14,2%), dada a constatação de que a ampliação do plantio de milho não ocorreu a níveis esperados. Acrecimos significativos, entretanto, são esperados nas produções paulistas de soja e trigo (quadro 25).

De modo geral, pode-se considerar que os efeitos climáticos em 1983/84 sobre a produção de sementes em São Paulo, nos meses de janeiro e fevereiro, período de excessivo calor e déficit hídrico, prejudicaram, principalmente, as sementes de milho e soja. Em relação ao nível e composição da demanda esperada para o plantio de 1984/85, acredita-se que a pequena disponibilidade de soja sobretudo de variedades tardias, que foram as mais afetadas pelas estiagens, constituir-se-ão em problemas no mercado de sementes.

Embora o nível de produção de sementes de arroz no Estado seja considerado satisfatório para as atuais exigências da lavoura paulista, o pequeno volume produzido nas demais regiões do país poderá levar a uma relativa escassez no atendimento do Estado. No caso do feijão, o problema da falta de sementes para a safra das águas vai depender do desempenho da atual safra de inverno. Do ponto de vista estrutural, persiste o problema de que a oferta de sementes melhoradas possa se restringir às oriundas do grupo Mulatinho, que não são exatamente aquelas que atingem o melhor preço no mercado.

Por outro lado, o sistema de rotação de culturas alimentares e de exportação, com a cultura de cana-de-açúcar, tem estimulado os produtores de sementes a direcionar sua produção para regiões canavieiras importantes. É o caso da região de Ribeirão Preto, onde novas instalações para produção e preparo de sementes de amendoim refletem a demanda pelo insumo. A necessidade da manutenção de uma alta qualidade desta semente, em vista do seu significativo peso no custo de produção de grãos (cerca de 20%), a levou a ser conduzida pelo sistema de certificação. Para o algodão, o bom desempenho da lavoura em 1983/84 resultou em excelente qualidade de semente, e não deverá apresentar qualquer problema.

Quanto aos preços de venda fixados pela DSMM-CATI para plantio de 1984/85, não obstante os significativos acréscimos apresentados em função dos preços de aquisições dos cooperados contratados, via de regra situam-se consideravelmente aquém dos preços praticados pelas empresas particulares. Face ao reduzido volume mantido, especialmente das sementes mais rentáveis, estes preços de venda fixados não detêm o papel de preços reguladores de mercado (quadro 26).

Diante da Resolução BACEN nº 706, que acarretou um volume de produção de sementes em níveis mais modestos ao apresentado em 1981/82, prevê-se que as taxas de utilização de sementes tenderão a se estabilizar, agora em níveis inferiores, principalmente para o arroz e feijão, e em menor escala para o milho, com a eliminação do subsídio agrícola. A influência negativa desta resolução deverá refletir-se decisivamente nas lavouras de média-baixa tecnologia, estimando-se que, nestas, a taxa de 15% de utilização de sementes melhoradas, atingida com o "Programa de Incremento de Uso de Sementes Melhoradas" do Ministério da Agricultura, deverá decrescer para cerca de 3%, constatada antes do citado Programa.

Da mesma forma, o subsídio do crédito rural torna-se fundamental para o uso de sementes em culturas como feijão, amendoim, soja e trigo, nas quais este insumo responde por cerca de 20% do custo de produção.

Portanto, das mudanças propostas, a alteração de alguns termos da Resolução BACEN nº 706 faz-se necessária, uma vez que colide com as disposições do PROAGRO de só cobrir o valor do sinistro nos casos em que o financiamento abranja o uso de sementes melhoradas.

(IEA, 26/07/84)

QUADRO 23 . - Taxa de Utilização de Sementes Certificadas e Fiscalizadas no Estado de São Paulo, 1981-83

Espécie	1981				1982			
	Área plantada	Necessidade total de sementes	Vendas de ⁽¹⁾ sementes certificadas	Taxa de utilização	Área plantada	Necessidade total de sementes	Vendas de ⁽¹⁾ sementes certificadas	Taxa de utilização
	(1.000ha)	(t)	(t)	(%)	(1.000ha)	(t)	(t)	(%)
Algodão	311,1	12.133	12.133	100,0	308,7	12.039	12.375	100,0
Amendoim	215,5	21.550	6.325	29,4	210,8	21.080	3.703	17,6
Arroz	311,3	10.014	5.191	51,8	334,1	10.767	4.488	41,7
Feijão	654,9	42.568	6.172	14,5	566,4	36.816	4.560	12,4
Milho	1.330,7	23.953	12.982	54,2	1.166,0	20.988	13.086	62,4
Soja	508,3	40.664	8.834	21,7	470,0	37.600	12.118	32,2
Trigo	141,9	14.190	14.089	99,3	137,7	13.770	15.216	100,0

Espécie	1983			
	Área plantada	Necessidade total de sementes	Vendas de ⁽²⁾ sementes certificadas	Taxa de utilização
	(1.000ha)	(t)	(t)	(%)
Algodão	241,3	9.411	9.414	100,0
Amendoim	140,2	14.020	2.430	17,3
Arroz	340,7	11.041	4.708	42,6
Feijão	502,9	32.688	4.028	12,3
Milho	1.225,4	22.057	11.084	50,2
Soja	472,6	37.808	8.040	21,3
Trigo	145,0	14.500	10.457	72,1

(1) Sementes certificadas: Secretaria da Agricultura e firmas particulares.

(2) Sementes certificadas mais sementes fiscalizadas.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria Estadual da Produção de Sementes e Mudas (CEPROSEM), do Ministério da Agricultura.

QUADRO 24. - Vendas de Sementes Seleccionadas (Certificadas e Fiscalizadas) para o Plantio no Estado de São Paulo, 1982 e 1983
(em tonelada)

Semente	Certificada						Fiscalizadas
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Empresas privadas			Empresas privadas
	1982 (a)	1983 (b)	Variação (%) (b/a)	1982 (c)	1983 (d)	Variação (%) (d/c)	1983 (e)
Algodão	12.375	9.414	-23,9	-	-	-	-
Amendoim	1.777	493	-72,3	1.926	1.612	-16,3	325
Arroz	3.510	3.898	11,0	978	527	-46,1	283
Feijão	3.920	3.878	-1,1	658	79	-88,0	71
Milho	3.684	3.241	-12,0	9.402	2.516	-73,2	5.327
Soja	2.359	1.679	-28,8	9.759	4.206	-56,9	2.155
Trigo	4.037	2.134	-47,1	11.179	4.386	-60,8	3.937
	Total (certificadas + fiscalizadas)						Participação percentual da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (%)
Semente	1982 (f)	1983 (g)	Variação (%) (g/f)			1982	1983
Algodão	12.375	9.414	-23,9			100,0	100,0
Amendoim	3.703	2.430	-34,4			48,0	20,3
Arroz	4.488	4.708	4,9			78,2	82,3
Feijão	4.560	4.028	-11,7			86,0	96,3
Milho	13.086	11.084	-15,3			28,2	29,2
Soja	12.118	8.040	-33,6			19,7	20,9
Trigo	15.216	10.457	-31,3			26,5	20,4

Fonte: Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudanças (CEPROSEM), do Ministério da Agricultura.

QUADRO 25 . - Produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas no Estado de São Paulo, 1982/83 e 1983/84
(em tonelada)

Produto	Sementes certificadas								
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Empresas particulares			Total certificadas		
	1982/83 (a)	1983/84 ⁽¹⁾ (b)	Variação (%) (b/a)	1982/83 (a)	1983/84 ⁽¹⁾ (b)	Variação (%) (b/a)	1982/83 (a)	1983/84 ⁽¹⁾ (b)	Variação (%) (b/a)
Algodão	11.078	18.600	67,9	-	-	-	11.078	18.600	67,9
Amendoim	1.364	1.526	11,9	1.648	4.400	167,0	3.012	5.926	96,8
Arroz	4.184	3.160	-24,5	802	1.421	77,2	4.986	4.581	-8,1
Feijão	3.290	2.404	-26,9	125	550	340,0	3.415	2.954	-13,5
Milho híbrido	4.312	4.640	7,6	3.908	6.010	53,8	8.220	10.650	29,6
Milho variedade	356	400	12,4	203	382	88,2	559	782	39,9
Soja	1.218	2.160	77,3	6.627	19.310	191,4	7.845	21.470	173,7
Trigo	1.369	2.400	75,3	9.272	12.000	29,4	10.641	14.400	35,3

Produto	Sementes fiscalizadas			Produção total (certificadas + fiscalizadas)			Participação percentual das sementes fiscalizadas em relação à produção total (%)	
	1982/83 (a)	1983/84 ⁽²⁾ (b)	Variação (%) (b/a)	1982/83 (a)	1983/84 ⁽¹⁾ (b)	Variação (%) (b/a)	1982/83	1983/84
Algodão	-	-	-	11.078	18.600	67,9	0,0	0,0
Amendoim	400	1.229	207,2	3.412	7.155	109,7	11,7	17,2
Arroz	542	3.627	569,2	5.528	8.208	48,5	9,8	44,2
Feijão	113	1.788	1.482,3	3.528	4.742	34,4	3,2	37,7
Milho híbrido	13.659	35.236	158,0	21.879	45.886	109,7	62,4	76,8
Milho variedade	75	262	249,3	634	1.044	64,7	11,8	25,1
Soja	15.769	50.956	223,1	23.614	72.426	206,7	66,8	70,4
Trigo	5.270	21.156	314,0	15.911	35.556	123,5	33,1	59,5

⁽¹⁾ Dados preliminares, estimativa de junho de 1984.

⁽²⁾ Dados preliminares, estimativa conforme meta de produção inicial.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas (CEPROSEM), do Ministério da Agricultura.

QUADRO 26. - Preço de Venda de Sementes, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para o Plantio das Safras 1983/84 e 1984/85

(em cruzeiro/unidade)

Espécie	Unidade (kg)	1983/84 (1) (a)	1984/85 (2) (b)	Variação de preço (b/a) (%)
Algodão	30	5.220,00	27.000,00	417,2
Amendoim	40	25.040,00	136.000,00	443,1
Arroz	40	14.160,00	40.000,00	182,5
Feijão de mesa	40	52.800,00	85.200,00	61,4
Mamona	30	13.110,00	45.000,00	-
Milho híbrido	40	11.140,00	36.000,00	223,2
Milho híbrido simples	40	27.680,00	88.000,00	217,9
Milho variedade	40	9.520,00	28.000,00	194,1
Milho pérola	40	13.160,00	56.000,00	325,5
Soja	40	15.240,00	60.000,00	293,7
Quiabo	1	1.890,00	8.500,00	349,7
Colonião I 2-1	1	920,00	6.000,00	552,2
Colonião Tobiata	1	-	20.000,00	-

(1) Considerando o último preço reajustado em 1983.

(2) Fixado em 12 de julho de 1984.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TERRA

Repetindo resultados dos anos de 1982 e 1983, o mercado de terras agrícolas no Estado de São Paulo continua mantendo uma tendência depressiva, conforme levantamento de fevereiro de 1984. Em termos reais, os preços em 1984 estão entre 50% e 60% dos observados em 1980, refletindo, em parte, a substancial diminuição de liquidez dos agricultores, em função basicamente das mudanças ocorridas na política de crédito rural, com elevação das taxas de juros e da participação dos recursos próprios dos agricultores, e dos baixos preços dos produtos agrícolas nesse período. Por outro lado, as melhores perspectivas encontradas no mercado financeiro ajudam também a explicar o fenômeno, apesar da firme elevação dos preços dos produtos agrícolas observada no segundo semestre do ano passado.

Entre 1983 e 1984, ocorreram os seguintes decréscimos dos preços reais das terras agrícolas: 27% para terra de primeira, 29,2% para terra de segunda, 29,3% para pastagens, 38,8% para reflorestamento e 35,9% para campo.

Em fevereiro de 1984, os preços correntes da terra nua no Estado de São Paulo situaram-se entre Cr\$576.670/ha para terra de campo e Cr\$1.232.000/ha para terra de primeira (quadro 27).

A nível de Divisão Regional Agrícola (DIRA), entre 1983 e 1984, as taxas de variação do preço corrente, para as terras de primeira, situaram-se entre 93,2% em Sorocaba e 284,3% em São José do Rio Preto; para as terras de segunda, entre 79,3% em Sorocaba e 269% em São José do Rio Preto; para as de pastagem entre 80,1% em Sorocaba e 273,9% em São José do Rio Preto; para as de reflorestamento, entre 41,1% em Campinas e 200,4% em São José do Rio Preto; e finalmente, para as de campo entre 40,3% em Campinas e 221,3% em São José do Rio Preto. Observa-se, portanto, que, contrariando a tendência geral do mercado paulista de terra, a região de São José do Rio Preto foi a que apresentou as maiores taxas de crescimento, principalmente em função da franca elevação dos preços da laranja, que provocou um movimento especulativo nos preços de terra da região (quadro 28).

Como não pederia deixar de ser, o movimento depressivo de preços de terra também esteve presente naquelas com benfeitorias, cujos preços reais em 1984 estão em torno da meta de dos de 1980; observa-se, claramente, que tal movimento intensificou-se nos últimos dois anos.

Em 1984, relativamente ao ano anterior, as terras com benfeitorias, classificadas pelo IEA de acordo com o tamanho da propriedade, tiveram os seguintes decréscimos em seus preços reais: 32,1% para propriedades com área inferior a 7,26ha; 30,4% para área entre 7,26 e 24,2ha; 27,7% para área entre 24,2 e 72,6ha; 31,2% para área entre 72,6 e 242,0ha; e 27,2% para propriedades com área superior a 242,0ha (quadro 29).

Também os valores de arrendamento de terras em dinheiro para lavouras sofreram de crescimento em termos reais; em novembro de 1983, comparativamente a igual mês do ano anterior, diminuíram 28,0%. Percebe-se claramente que esta tendência se firmou nos dois últimos anos, sendo que os valores do final de 1983 corresponderam a 62,5% daqueles prevalecentes em 1981.

Os valores de arrendamentos em espécie também diminuíram no período, sendo as maiores quedas para milho e arroz, com decréscimo de 33,3% e 20%, respectivamente. Em grande parte, as diferenças observadas nas variações do valor de arrendamento em espécie refletem a evolução diferenciada de preços dos produtos agrícolas; assim, por exemplo, os preços de algodão e amendoim cresceram muito mais que os de milho e arroz (quadro 30).

Considerando-se as variações de preços da terra nua e das terras com benfeitorias entre fevereiro/81 e fevereiro/84 e as variações nos valores de arrendamento entre novembro/80 e novembro/83, observa-se que enquanto os preços de terra nua e daquelas com benfeitorias caíram para aproximadamente a metade, para os valores de arrendamento a queda foi bem menor. Isto ajuda a entender que, no mercado de terras agrícolas, comparecem outros fatores além daqueles ligados à atividade agropecuária, com forte componente especulativo, o que significa dizer que possibilidades existentes no mercado financeiro e de outros ativos influenciam o mercado de terra, bem como perspectivas de ganhos ou perdas, na atividade agrícola.

Por outro lado, os valores de arrendamento refletem de imediato os ganhos com a atividade agrícola, ou seja, estão diretamente ligados à rentabilidade agrícola num prazo bastante curto. Dado que os preços das terras agrícolas estão decrescendo mais em termos reais que os valores de arrendamento, pode-se inferir que, do ponto de vista de empresário rural, passa a ser relevante para investimento em terra agrícola aquilo que esta pode lhe oferecer em termos de produção e renda, frente a outras alternativas oferecidas num mercado financeiro bastante agitado, onde as taxas reais de juros atingiram níveis elevados.

Os valores do aluguel de pasto no Estado de São Paulo em termos reais, entre junho de 1983 e junho de 1984, aumentaram 18,6% para o mensal por hectare, 3,9% para o anual por hectare e 6,6% para o mensal por cabeça (quadro 31). Em grande parte, os valores do aluguel de pasto estão ligados ao ciclo da atividade pecuária e à maior ou menor procura de pastos.

Para que o mercado de terra agrícola volte a se aquecer, é necessário que a elevação dos preços agrícolas observada no último semestre continue nos próximos anos, de forma a ser incorporada nos preços da terra agrícola. No entanto, é difícil esperar que isto venha a ocorrer, devido à influência que os preços dos produtos agrícolas têm no índice inflacionário, à recessão econômica provocando queda da renda real dos trabalhadores e, mesmo, à de pressão econômica mundial que estreitou os mercados dos diversos países.

Conforme já afirmado, um fator decisivo para a queda dos preços das terras agrícolas foi a retirada do subsídio do crédito rural e a diminuição do volume de recursos alocados para a agropecuária, não se vislumbrando de forma alguma a volta à situação anterior a 1979/80. Uma política que ajudaria a estabilizar o mercado de terras e também dos produtos agrícolas é a de sustentação de preços agrícolas, que, por natureza, são instáveis, eliminando tanto quanto possível os riscos de preço. Uma consequência favorável de tal política é a de servir de estímulo à utilização de tecnologias que visem ao aumento da produtividade da terra.

(IEA, 17/07/84)

QUADRO 27 . - Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo, 1980-84⁽¹⁾

Item	1980	1981	1982	1983	1984
Terra de primeira					
Cr\$/ha ⁽²⁾	70.969	167.000	304.000	511.250	1.232.000
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.014.994	2.159.831	2.050.346	1.688.049	1.232.000
Índice ⁽⁴⁾	100	107	102	84	61
Terra de segunda					
Cr\$/ha ⁽²⁾	63.090	138.000	251.000	414.586	969.350
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.791.289	1.784.771	1.692.885	1.368.883	969.350
Índice ⁽⁴⁾	100	100	95	76	54
Terra para pastagens					
Cr\$/ha ⁽²⁾	53.121	120.000	208.000	346.030	807.800
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.508.243	1.551.974	1.402.868	1.142.525	807.800
Índice ⁽⁴⁾	100	103	93	76	54
Terra para reflorestamento					
Cr\$/ha ⁽²⁾	40.160	107.000	170.000	295.314	596.900
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.140.247	1.383.844	1.146.575	975.070	596.900
Índice ⁽⁴⁾	100	121	101	86	52
Terra de campo					
Cr\$/ha ⁽²⁾	34.509	93.000	185.000	272.443	576.670
Cr\$/ha ⁽³⁾	979.800	1.202.780	1.247.744	899.554	576.670
Índice ⁽⁴⁾	100	123	127	92	59

⁽¹⁾ Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

⁽³⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1984, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Índice simples calculado a partir do valor em cruzeiro de 1984. Base de comparação: 1980=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 28 . - Valor Corrente⁽¹⁾ de Terra Nua, a Nível de DIRA e Estado de São Paulo, 1983-84

(Cr\$/ha)

DIRA	Terra de primeira			Terra de segunda			Terra para pastagem			Terra para reflorestamento			Terra de campo		
	1983	1984	%	1983	1984	%	1983	1984	%	1983	1984	%	1983	1984	%
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(d)	(d/c)	(e)	(f)	(f/e)	(g)	(h)	(h/g)	(i)	(j)	(j/i)
São Paulo	710.000	1.670.000	135,2	607.960	1.156.000	90,1	529.000	1.076.800	103,6	472.140	839.000	77,7	389.430	818.200	110,1
Vale do Paraíba	377.000	780.000	106,9	271.500	640.400	135,9	180.000	444.800	147,1	126.000	303.800	141,1	135.500	301.600	122,6
Sorocaba	558.000	1.078.000	93,2	487.000	873.200	79,3	406.000	731.400	80,1	355.150	570.200	60,6	354.600	540.500	52,4
Campinas	858.000	1.760.000	105,1	710.500	1.370.600	92,9	547.700	987.000	80,2	496.400	700.200	41,1	492.800	691.300	40,3
Ribeirão Preto	591.000	1.590.000	169,0	497.000	1.290.500	159,7	417.500	1.019.500	144,2	374.850	760.000	102,7	309.000	648.200	109,8
Bauru	481.000	1.089.000	126,4	353.000	828.300	134,6	291.500	671.500	130,4	214.500	600.300	179,9	206.500	509.600	146,8
São J. do R. Preto	402.500	1.547.000	284,3	336.000	1.240.000	269,0	303.000	1.133.000	273,9	253.000	760.000	200,4	222.600	715.200	221,3
Araçatuba	351.000	1.003.000	185,8	289.200	821.900	184,2	281.100	792.000	181,8	253.000	645.000	154,9	219.500	638.200	190,8
Pres. Prudente	279.000	780.000	179,6	233.700	630.200	169,7	225.500	573.200	154,2	189.400	452.000	138,6	185.900	439.500	136,4
Marília	505.000	1.023.000	102,6	360.000	842.400	134,0	279.000	648.700	132,5	218.700	493.100	125,5	208.500	464.400	122,7
Estado	511.250	1.232.000	141,0	414.586	969.350	133,8	346.030	807.800	133,4	295.314	596.900	102,1	272.443	576.670	111,7

(¹) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 29 . - Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho da Propriedade, Estado de São Paulo, 1980-84⁽¹⁾

Item	1980	1981	1982	1983	1984
Inferior a 7,26ha					
Cr\$/ha ⁽²⁾	130.025	292.000	503.000	783.000	1.756.570
Cr\$/ha ⁽³⁾	3.691.747	3.776.471	3.392.514	2.585.315	1.756.570
Índice ⁽⁴⁾	100	102	92	70	48
De 7,26 a 24,20ha					
Cr\$/ha ⁽²⁾	104.898	220.000	382.000	607.060	1.395.910
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.978.326	2.845.286	2.576.422	2.004.395	1.395.910
Índice ⁽⁴⁾	100	96	87	67	47
De 24,20 a 72,6ha					
Cr\$/ha ⁽²⁾	83.906	186.000	370.000	519.365	1.239.890
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.382.309	2.405.560	2.495.487	1.714.843	1.239.890
Índice ⁽⁴⁾	100	101	105	72	52
De 72,6 a 242ha					
Cr\$/ha ⁽²⁾	74.088	158.000	314.000	445.000	1.011.115
Cr\$/ha ⁽³⁾	2.103.551	2.043.433	2.117.792	1.469.304	1.011.115
Índice ⁽⁴⁾	100	97	101	70	48
Superior a 242ha					
Cr\$/ha ⁽²⁾	62.796	133.000	240.000	383.400	913.040
Cr\$/ha ⁽³⁾	1.782.941	1.720.105	1.618.694	1.265.913	913.040
Índice ⁽⁴⁾	100	96	91	71	51

⁽¹⁾ Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

⁽³⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1984. Base de comparação: 1980=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 30 . - Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1980-83⁽¹⁾

Ano	Em dinheiro			Em espécie							
	Cr\$/ha ⁽²⁾	Cr\$/ha ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
				15kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	25kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	60kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾	60kg/ha ⁽⁵⁾	Índice ⁽⁶⁾
1980	5.220	62.312	100	20,1	100	17,8	100	7,7	100	12,2	100
1981	11.700	70.132	113	21,5	107	24,1	135	10,5	136	14,8	121
1982	19.832	60.864	98	22,0	109	17,0	96	10,0	130	15,0	123
1983	43.850	43.850	70	20,0	100	16,0	90	8,0	104	10,0	82

⁽¹⁾ Informações coletadas em novembro de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

⁽³⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro de novembro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1983. Base de comparação: 1980=100.

⁽⁵⁾ Média do Estado, ponderada pela produção em cada Divisão Regional Agrícola (DIRA).

⁽⁶⁾ Índice simples. Base de comparação: 1980=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 31 . - Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1980-84⁽¹⁾

Ano	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal p/cabeça		
	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾	Corrente ⁽²⁾	Real ⁽³⁾	Índice ⁽⁴⁾
1980	247,63	2.417,18	100	2.636,35	25.734,09	100	617,03	1.630,42	100
1981	470,00	2.110,70	87	5.237,00	23.518,62	91	340,00	1.526,89	94
1982	1.166,00	2.649,60	110	11.931,00	27.111,84	105	762,30	1.732,24	106
1983	1.634,70	1.634,70	68	17.321,00	17.321,00	67	1.156,00	1.156,00	71
1984	6.327,00	1.938,92	80	58.701,00	17.988,99	70	4.020,00	1.231,93	76

⁽¹⁾ Informações coletadas em junho de cada ano.

⁽²⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro corrente, ponderado pela área de pastagem por Divisão Regional Agrícola (DIRA).

⁽³⁾ Média do Estado, valores em cruzeiro de junho de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽⁴⁾ Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de junho de 1983. Base de comparação: 1980=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TRATOR

Continuando a tendência de decréscimo da produção nacional de tratores existente desde 1980, os resultados obtidos em 1983 revelaram-se muito aquém da capacidade instalada de produção estimada em 110 mil tratores/ano; neste ano foram produzidos 22.000 tratores de 4 rodas, 751 tratores de esteira e 3.876 cultivadores (inclusive microtrator de 4 rodas), significando decréscimos, em relação ao ano anterior, de 25,1%, 60,5% e 38,8%, respectivamente. Para o período jan-mai/84, obtiveram-se resultados surpreendentemente favoráveis, relativamente a igual período do ano anterior, tendo sido produzidos 14.336 tratores de 4 rodas, 423 de esteira e 1.482 cultivadores, o que representa acréscimos de 167%, 101,4% e decréscimo de 25,5%, respectivamente. Uma série de fatores explica estes resultados favoráveis, destacando-se: recuperação dos preços recebidos pelos agricultores e melhoria relativa frente aos preços de trator e outros fatores, necessidade de reposição da frota de tratores já bastante desgastada e expectativas bastante otimistas, por parte dos agricultores, quanto à rentabilidade esperada (quadro 32).

Os preços reais dos tratores elevaram-se substancialmente entre maio de 1980 e maio de 1983, registrando-se acréscimo de 48% para o trator de 44HP, de 52,2% para o de 61HP, de 60% para o de 105HP e de 56,8% para o trator de esteira. É conveniente ressaltar que os maiores aumentos de preço ocorreram entre 1980 e 1981, período em que verificou-se uma recuperação parcial dos preços para o setor de tratores, que tinha seus preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e vinha também sofrendo elevações substanciais em seus custos de produção. É importante ressaltar que os preços reais de tratores declinaram entre maio/83 e maio/84, registrando as seguintes quedas: -15,8% para o trator de 44HP, -12,4% para o de 61HP, -5,5% para o de 105HP e -14,7% para o trator de esteira. Observe-se ainda que os preços em 1984 são os menores dos últimos três anos (quadro 33).

Existiu desde 1980 uma pressão muito forte no sentido de diminuição da tratorização da agricultura brasileira, notadamente via elevação do preço real de trator; outro fator importante foi a restrição aos financiamentos para aquisição de tratores, através da diminuição do volume concedido e da elevação das taxas de juros. É bem verdade que, num primeiro momento, estas restrições serviram para maior racionalização no uso desses equipamentos (manutenção, conserto, conservação e adequação às reais necessidades do agricultor); no entanto ficou claro nesses últimos três anos que as vendas anuais não eram suficientes nem para cobrir a depreciação das máquinas, limitando-se conseqüentemente à expansão da produção agrícola. Dada a natureza de crescimento extensivo da agricultura brasileira, fica difícil esperar crescimentos substanciais da produção sem a expansão da área cultivada, para o que os tratores se revelam indispensáveis. Além do mais, o tipo de serviço prestado pelo trator apenas limitadamente pode ser obtido via utilização de força animal e humana, o que é tanto mais verdadeiro para as atividades de aração e gradeação de áreas extensas em períodos relativamente curtos.

Os preços de serviços de aração com trator e com burro entre novembro de 1982 e novembro de 1983 decresceram, em termos reais, 12,7% e 10,8% respectivamente; por outro lado, os serviços de gradeação com trator e com burro diminuíram 12,1% e 13,6%. De modo geral, os preços de serviços com tratores acompanham os preços dos combustíveis; no entanto, a possibilidade relativa de substituição pelos serviços com animais e a maior racionalização e conservação dos tratores a partir de 1980 fizeram com que se amortecessem os acréscimos de custos nos serviços com trator. Em geral, esses serviços são mais caros que aqueles com animais,

com a desvantagem de provocarem compactação do solo e de nem sempre estarem disponíveis na hora que o agricultor deles necessita. Ressalte-se que tanto os serviços com trator como com animais constituem-se em alternativas viáveis, dependendo principalmente da extensão da área, da disponibilidade de tratores e animais, do tipo e estágio da cultura e da preferência do agricultor. Dada a maior racionalização na utilização de insumos modernos a partir de 1980, a alternativa de utilização da mecanização animal tem sido vista com mais atenção, revelando-se em muitos casos perfeitamente competitiva (quadro 34).

O preço do óleo diesel entre maio de 1980 e maio de 1984 cresceu 21,5%, em termos reais, enquanto os preços do boi carreiro novo e do burro domado novo decresceram 22,6% e 20,7%, respectivamente, dando uma idéia aproximada da evolução do custo da energia na atividade agrícola. Há evidências de que esteja ocorrendo um processo de ajustamento na agricultura frente à elevação do preço real do óleo diesel e dos tratores agrícolas. Deve ser lembrado que a evolução do preço do boi carreiro novo deve ser vista com certo cuidado, uma vez que é influenciada pelas cotações da pecuária, não refletindo necessariamente sua maior ou menor procura como força motriz para as atividades agrícolas (quadro 35).

Um indicador de que pioraram as condições para a compra de tratores agrícolas no período 1980/83 é dado no quadro 36, onde são mostradas as quantidades necessárias de produtos agrícolas para a aquisição de um trator. Observa-se, entre 1980 e 1981, perda de poder aquisitivo para todos os doze produtos agrícolas considerados, o que significa que os preços de tratores cresceram a uma taxa maior que os preços dos produtos agrícolas; entre 1981 e 1983, dez dos doze produtos agrícolas pioraram o relativo de preços. Em 1984, em relação ao ano anterior, para quase todos os produtos melhora a relação de preços, favorecendo a aquisição de trator agrícola. Aliás, é importante ressaltar um duplo efeito entre maio de 1983 e maio de 1984: de um lado, os preços agrícolas sofrem violenta recuperação e, de outro, os preços dos tratores diminuem em termos reais, o que vai repercutir num aquecimento da procura de tratores. Dada a característica deste setor industrial, um maior aproveitamento das economias de escala, em função do aumento da procura, permite um aumento da quantidade ofertada, a preços menores, beneficiando consequentemente os agricultores.

As exportações brasileiras de tratores, que atingiram 12.363 unidades em 1981, começaram a declinar a partir de então, alcançando em 1983, segundo dados ainda preliminares, apenas 2.219 unidades. Basicamente, o decréscimo das exportações foi devido à recessão econômica mundial, que estreitou bastante os mercados para os quais poderiam ser enviados esforços de venda de tratores. De qualquer modo ficou claro que os produtos brasileiros têm boa aceitação no exterior e possibilidade crescente de colocação, caso se concretize a recuperação econômica mundial. Comparando-se as exportações dos cinco primeiros meses de 1984 com as de igual período do ano anterior, observa-se que decresceram apenas 2,3%; a valer esta tendência, as exportações totais de 1984 serão aproximadamente iguais às do ano anterior, que foram consideradas muito baixas (quadro 37).

As perspectivas para o setor, em 1984, são bem melhores que as do ano anterior, basicamente em função dos preços agrícolas bastante favoráveis desde o segundo semestre de 1983, das expectativas otimistas dos agricultores e da necessidade inadiável de substituição de parte da frota desgastada de tratores. A demanda de máquinas agrícolas e, de resto, dos diversos insumos, na atual conjuntura de acentuada elevação dos custos de produção, entretanto, não dependem apenas de preços de mercado remuneradores para os produtos agrícolas, mas também de disponibilidade de crédito, que tem se apresentado bastante restrito nas últimas safras.

QUADRO 32 . - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1980-84
(em unidade)

Item	1980	1981	1982	1983	1984 (1)
Trator de 4 rodas					
Produção	58.812	39.059	29.379	22.000	14.336
Índice(2)	100	66	50	37	24
Trator de esteira					
Produção	4.285	3.133	1.900	751	423
Índice(2)	100	73	44	18	10
Cultivador(3)					
Produção	6.896	4.548	6.331	3.876	1.482
Índice(2)	100	66	92	56	21
Total produzido	69.993	46.740	37.610	26.627	16.241
Índice	100	67	54	38	23

(1) Acumulado até maio de 1984.

(2) Índice simples 1980=100.

(3) Inclusive microtrator de quatro rodas.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e Associação Nacional para Difusão de Mecanização Agrícola (ANAGRI).

QUADRO 33. - Evolução do Preço de Tratores⁽¹⁾, por Tipo, Estado de São Paulo, 1980/84

(em Cr\$/unidade)

Item	1980	1981	1982	1983	1984
Trator de 44HP					
Corrente(Cr\$)	282.916,00	816.858,00	1.707.000,00	3.854.000,00	10.892.000,00
Real ⁽²⁾ (Cr\$)	2.603.656,00	3.412.908,00	3.730.635,00	3.854.000,00	3.246.266,00
Trator de 61HP					
Corrente(Cr\$)	349.651,00	967.957,00	2.228.000,00	4.897.000,00	14.396.000,00
Real ⁽²⁾ (Cr\$)	3.217.813,00	4.044.214,00	4.869.276,00	4.897.000,00	4.290.603,00
Trator de 105HP					
Corrente(Cr\$)	463.970,00	1.618.085,00	3.389.804,00	6.832.695,00	21.663.072,00
Real ⁽²⁾ (Cr\$)	4.269.883,00	6.760.508,00	7.408.390,00	6.832.695,00	6.456.491,00
Trator de esteira AD7B					
Corrente(Cr\$)	1.666.429,00	4.951.061,00	9.383.822,00	24.050.926,00	68.822.762,00
Real ⁽²⁾ (Cr\$)	15.336.028,00	20.685.989,00	20.508.268,00	24.050.926,00	20.512.029,00

⁽¹⁾ Informações referentes a maio de cada ano.

⁽²⁾ Valores em cruzeiro de maio de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 34. - Preparo do Terreno por Empreitada ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1980-83

(em Cr\$/ha)

Ano	Aração				Gradeação			
	Com trator		Com burro		Com trator		Com burro	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
1980	2.100,00	25.068,00	1.600,00	19.099,00	1.100,00	13.131,00	700,00	8.356,00
1981	4.192,00	25.128,00	3.984,00	23.881,00	2.619,00	15.699,00	1.892,00	11.341,00
1982	8.970,00	27.529,00	5.936,00	18.217,00	4.523,00	13.881,00	3.095,00	9.498,00
1983	24.021,00	24.021,00	16.241,00	16.241,00	12.205,00	12.205,00	8.209,00	8.209,00

⁽¹⁾ Informações referentes a novembro de cada ano.

⁽²⁾ Em cruzeiro de novembro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 35. - Evolução dos Preços de Boi Carreiro, de Burro Domado e de Óleo Diesel, Estado de São Paulo, Brasil, 1980/84

Mês ano	Boi carreiro novo (Cr\$/unidade)		Burro domado novo (Cr\$/unidade)		Óleo Diesel (Cr\$/l)	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Mai./80	23.247	415.183	14.601	260.769	12,50	223,25
Nov./80	31.761	379.677	23.071	275.795	17,70	211,59
Mai./81	35.216	285.539	28.508	231.149	32,50	263,52
Nov./81	43.902	263.157	40.918	245.270	50,00	299,71
Mai./82	54.045	229.220	51.380	217.917	62,00	262,96
Nov./82	76.040	233.364	72.860	223.605	84,00	257,79
Mai./83	128.131	248.657	120.277	233.415	130,00	252,28
Nov./83	305.211	305.211	225.289	225.289	300,00	300,00
Mai./84	555.548	321.325	357.549	206.804	469,00	271,27

⁽¹⁾ Em cruzeiro de novembro de 1983.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 36 . - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Tratores de 44 e 61HP, Estado de São Paulo, 1980/84⁽¹⁾

Produto	Unidade	1980		1981		1982		1983		1984 ⁽²⁾	
		44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP	44HP	61HP
Algodão	15kg	978,4	1.201,4	1.509,3	1.922,2	1.691,6	2.088,5	1.557,1	1.980,8	980,4	1.295,8
Amendoim	sc.25kg	1.192,1	1.468,7	1.086,3	1.383,5	1.851,5	2.285,8	1.578,6	2.008,2	792,1	1.047,0
Arroz	sc.60kg	439,0	540,9	813,4	1.035,9	683,3	843,6	722,5	919,1	663,3	876,7
Batata	sc.60kg	278,2	342,8	482,8	614,9	906,0	1.118,6	346,4	440,6	576,5	762,0
Cafê	sc.40kg	169,8	209,1	434,7	553,6	359,5	488,2	449,4	571,7	374,5	495,0
Cana-de-açúcar ⁽³⁾	tonelada	510,1	628,5	702,5	917,6	847,7	1.046,5	793,0	1.008,8	654,0	864,4
Feijão	sc.60kg	132,8	163,6	169,7	216,2	382,7	472,5	234,9	298,9	128,3	169,5
Laranja	cx.40,8kg	3.316,8	4.086,4	3.641,8	4.638,1	4.486,7	5.539,2	5.916,4	7.526,4	2.410,3	3.185,7
Milho	sc.60kg	954,0	1.175,4	1.405,6	1.790,2	1.895,9	2.340,6	1.560,0	1.984,5	1.235,9	1.633,5
Soja	sc.60kg	577,0	710,8	659,6	840,1	892,3	1.101,6	810,5	1.031,1	517,7	684,2
Tomate ⁽⁴⁾	kg	82.920,6	102.159,5	109.254,8	139.143,9	101.969,7	125.890,2	132.451,6	168.494,6	93.094,0	123.042,7
Trigo	sc.60kg	420,4	518,0	511,1	651,0	535,7	661,4	678,0	862,5	555,7	734,5

⁽¹⁾ Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e de trator referente à média do trimestre de cada ano.

⁽²⁾ Informações referentes a maio.

⁽³⁾ Preços referentes a corte e transporte.

⁽⁴⁾ Refere-se a tomate para indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 37 . - Evolução das Exportações Brasileiras de Tratores, 1980-84

(em unidade)

Ano	Trator de 4 rodas	Trator de esteira	Cultivador motorizado ⁽¹⁾	Microtrator de 4 rodas	Trator florestal	Outros ⁽²⁾	Total
1980	8.823	545	357	94	7	1.502	11.328
1981	9.553	410	182	2	...	2.216	12.363
1982	6.325	748	68	1	...	1.442	8.584
1983 ⁽³⁾	1.893	221	103	2	2.219
1984 ⁽⁴⁾	870	128	6	2	1.006

⁽¹⁾ Para horticultura e agricultura.

⁽²⁾ Incluindo: tratores para semi-reboque, tratores rodoviários (4 rodas), trator escavocarregador e outros.

⁽³⁾ Preliminar.

⁽⁴⁾ Acumulado até maio.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX) e Associação Nacional de Veículos Automotores (ANFAVEA).

4 – MERCADO DE PRODUTOS

ALGODÃO

– Panorama Internacional

A produção mundial de algodão em pluma em 1983/84, prevista pelo Comitê Consultivo Internacional de Algodão (ICAC) em 67,5 milhões de fardos (14,7 milhões de toneladas), mantém-se praticamente inalterada em relação à safra passada. O acentuado declínio da produção nos Estados Unidos está sendo compensado por aumento em outros países, notadamente na República Popular da China, com produção de 20,7 milhões de fardos, superior em 23,9% à obtida em 1982/83. Nos Estados Unidos, a produção está estimada em 7,7 milhões de fardos, inferior em 35,4% à da temporada passada, com redução de 27,0% na área cultivada, em consequência do programa governamental de redução de área plantada (Pagamento em Espécie -PIK). Problemas climáticos acarretaram redução de 12% na produtividade estadunidense, avaliada em 572kg de algodão em pluma por hectare.

Apesar da produção ter permanecido constante, poderá ocorrer um consumo mundial recorde, em torno de 69,3 milhões de fardos, superior em 2,3% ao da temporada passada, especialmente na República Popular da China, que deverá utilizar 17,7 milhões de fardos (5,4%) e nos Estados Unidos, onde a recuperação da economia interna está contribuindo para a expansão da indústria têxtil, com consumo previsto de 5,9 milhões de fardos de algodão (7,3%). Por outro lado, na Europa Ocidental, o consumo de pluma conservar-se-á no mesmo nível do ano anterior, em torno de 5,9 milhões de fardos, enquanto que, no Extremo Oriente, o declínio de 4,2% no consumo do Japão (3,3 milhões de fardos) será compensado por substanciais elevações no de Hong-Kong e Formosa.

A quantidade de algodão em pluma transacionada oscilará em torno de 19 milhões de fardos, a mais baixa dos últimos sete anos, devido principalmente à redução de consumo nos principais países importadores, com destaque para a República Popular da China, que em 1982/83 importou quase um milhão de fardos, devendo nessa temporada importar apenas 100 mil.

As exportações estadunidenses deverão situar-se em torno de 7 milhões de fardos, superior em 34,6% à da temporada passada, e poderá haver declínio nas quantidades disponíveis para exportação no Paquistão, Índia, Egito e Brasil.

Em decorrência da elevação do consumo e estabilidade da produção, ao final da temporada 1983/84 (31 de julho de 1984), os estoques mundiais serão de 23,4 milhões de fardos, inferiores em 6,8% aos de igual período do ano anterior.

Os preços de pluma têm apresentado tendência altista, elevando-se em 15,9% entre 1982 e 1983. Apesar disso, os preços deverão decrescer no segundo semestre de 1984, face à maior disponibilidade de pluma resultante da entrada no mercado da safra estadunidense (quadro 38).

As perspectivas quanto à produção mundial de 1984/85 indicam substancial elevação, concentrada principalmente nos Estados Unidos, com o término do PIK, estando prevista uma área de 4,45 milhões de hectares, com colheita de 11,5 milhões de fardos, superior em 49,3% à obtida em 1983/84.

— Situação Interna

A produção nacional de algodão em pluma em 1984, de acordo com estimativas da Companhia de Financiamento da Produção, deverá situar-se em torno de 625 mil toneladas, sendo 465 mil provenientes dos Estados da Região Centro-Sul e as demais 160 mil, com colheita a ser iniciada no segundo semestre, provenientes dos Estados nordestinos. Essa safra será suficiente para o abastecimento do parque têxtil nacional que, em 1983, segundo informações do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo, utilizou 556,7 mil toneladas de pluma. O algodão continua sendo a fibra mais utilizada, correspondendo a 65,9% do total, enquanto o consumo do poliéster, principal concorrente da pluma, situou-se em 18,9 mil toneladas, equivalente a 10,6% do total (quadro 39).

O Estado de São Paulo deverá contribuir com uma produção em torno de 180 mil toneladas de pluma. As entradas de algodão nas usinas de beneficiamento, originárias do próprio Estado, totalizaram 510.696t de algodão em caroço, até o final de maio, quando a colheita já se achava praticamente concluída. O consumo paulista de algodão atingiu, em 1983, em torno de 231 mil toneladas de pluma, respondendo as fibras celulósicas e sintéticas por somente 8,2% do total utilizado pela indústria têxtil.

Maiores estímulos às culturas de soja, milho e cana-de-açúcar e a presença do bico do algodoeiro nas DIRAs de Campinas e Sorocaba, responsáveis por 30% da produção estadual de algodão, foram os principais fatores do declínio de 21,8% na área plantada, estimada em 1983/84 em 241,3 mil hectares (quadro 40). Houve, ainda, problema na comercialização da safra 1982/83. Devido à exportação de 180 mil toneladas de pluma, verificou-se acentuada elevação nos preços do algodão, não repassada aos produtores, pois ocorreu quando a grande maioria já havia comercializado sua produção.

Apesar dessa redução de área, a produção chegou mesmo a elevar-se em 10,0% devido às condições climáticas favoráveis e ao plano de combate ao bico efetuado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o que propiciou elevação da produtividade, mesmo em municípios atingidos pela praga. Para a safra 1984/85, o Programa de Combate ao Bico deverá continuar, inclusive com expansão do anel de contenção, tendo abrangido 3.047ha que haviam sido plantados com algodão na safra 1983/84. Por outro lado, as medidas de desestímulo ao plantio de algodão, nas áreas suspeitas e infestadas, não tem sido cumpridas, visto que os agricultores que plantaram culturas substitutas não têm recebido o subsídio de 20% da receita que obteriam caso tivessem plantado algodão, aos preços mínimos vigentes na safra, podendo ainda retornar à atividade.

A estiagem verificada em janeiro e fevereiro de 1984 serviu para beneficiar a cotonicultura, havendo melhoria no tipo médio da pluma (5,84), bastante superior ao da safra passada (6,46).

Apesar da escassez de crédito, a cultura do algodão foi uma das mais rentáveis, pois enquanto o preço médio recebido pelo produtor elevou-se em 436,1%, situando-se em 1984 em torno de Cr\$11.440,00/arroba, os custos operacionais sofreram um incremento de 201,0%, atingindo cerca de Cr\$4.760,00/arroba. Essa maior rentabilidade, mesmo em áreas de ocorrência do bico, tem-se constituído em estímulo ao plantio do algodão, que deverá apresentar incremento de área superior a 15% em relação à safra passada (quadro 41).

(IEA, 18/07/84)

QUADRO 38 . - Evolução Mensal do Índice A⁽¹⁾ do Algodão no Mercado Internacional, 1982-84

(em US\$/libra-peso)

Mês	1982	1983	1984
Jan.	69,98	71,88	87,58
Fev.	69,97	74,32	87,44
Mar.	70,44	78,89	88,43
Abr.	71,52	80,23	89,05
Mai.	76,69	81,96	89,75
Jun.	75,64	86,01	85,75
Jul.	78,47	88,43	...
Ago.	76,40	90,80	...
Set.	72,75	89,85	...
Out.	70,21	88,11	...
Nov.	62,04	89,13	...
Dez.	69,67	98,33	...
Média	72,57	84,08	88,00

(¹) Média dos cinco menores preços das fibras de algodão tipo "M1-3/32", CIF - Liverpool.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e "Cotton Outlook".

QUADRO 39 . - Consumo de Fibras Têxteis no Brasil, 1979-83⁽¹⁾

(em mil toneladas)

Ano	Naturais						Artificiais			Sintéticas ⁽²⁾				Total geral
	Algodão	Lã lavada	Linho/rami	Seda (fio)	Juta	Total	Acetato	Viscose	Total	Nylon	Poliéster	Acrílico	Total	
1979	552,5	16,6	15,8	0,43	97,5	682,8	3,3	45,3	48,6	82,7	111,1	26,0	219,8	951,2
1980	572,4	18,4	18,3	0,44	109,7	719,2	4,6	44,2	48,8	90,8	121,1	28,5	240,4	1.088,4
1981	554,8	16,3	14,1	0,36	94,0	679,6	3,0	39,1	42,1	70,0	89,7	23,4	183,1	904,8
1982	579,8	17,5	9,1	0,49	85,9	692,8	2,3	39,1	41,4	69,9	100,2	23,1	193,2	927,4
1983	556,7	13,2	10,0	0,30	62,9	643,1	1,7	30,0	31,7	61,1	89,4	18,9	169,4	844,2

⁽¹⁾ Fibras não consideradas por indisponibilidade de dados: guaxima, sisal, tucum e caroã.

⁽²⁾ Não se dispõe de dados sobre as olefínicas e elastômero (lycra).

Fonte: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, no Estado de São Paulo.

QUADRO 40 . - Área, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1977/78 a 1983/84

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção ⁽¹⁾ (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1977/78	345,1	358,5	1.039
1978/79	283,6	507,3	1.789
1979/80	256,3	467,0	1.822
1980/81	293,1	552,6	1.885
1981/82	311,1	529,2	1.701
1982/83	308,7	464,2	1.504
1983/84 ⁽²⁾	241,3	510,7	2.116

(¹) Em caroço.

(²) Estimativa preliminar. Produção baseada nas entradas das máquinas até 31/05/84.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 41 . - Preços Médios de Algodão em Caroço Recebido pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1981-84
(em Cr\$/15kg)

Mês	1981	1982	1983	1984
Jan.	629,40	800,00	1.401,30	10.100,00
Fev.	637,60	951,40	1.732,50	10.622,00
Mar.	632,80	1.009,90	1.918,50	12.604,00
Abr.	607,90	1.041,00	2.110,00	12.620,00
Mai.	570,50	1.062,30	2.282,60	11.110,00
Jun.	580,30	1.053,00	2.624,00	10.230,00
Jul.	577,40	1.067,30	3.004,00	...
Ago.	596,00	1.106,40	3.717,00	...
Set.	614,10	1.155,07	5.301,00	...
Out.	643,90	1.226,47	6.406,00	...
Nov.	666,20	1.304,21	7.729,00	...
Dez.	747,90	1.367,20	8.379,00	...
Média ⁽¹⁾	605,80	1.023,50	2.133,50	11.437,20

(¹) Média do período fevereiro-julho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

As estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), de dezembro p.p., mostram ser recorde a produção mundial de arroz em casca em 1983: 435,8 milhões de toneladas representando acréscimos de 2,7% e 6,0% em relação a 1982 e 1981. A estimativa de junho de 1984 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) é de 447,8 milhões de toneladas. Na realidade, isto significa um avanço expressivo em relação à década passada; a produção média de 1974-76, por exemplo, foi de 347,4 milhões de toneladas.

Os países asiáticos (China, Índia, Indonésia, Bangladesh e Japão, além da Tailândia) chegaram a produzir 91,0% do total mundial em meados da década de 1970, mantendo essa participação nos primeiros anos da década de 1980, chegando a atingir 93% em 1983. Na presente década, à exceção do Japão, em retrocesso, e da Tailândia com certo equilíbrio, os demais países asiáticos se apresentaram com bom desempenho, fruto em grande parte dos ganhos anuais de produtividade.

Apesar da produção elevada, o mercado mundial de arroz é pouco dinâmico. O hábito do consumo é característico dos principais países produtores, sendo pequenos os excedentes exportáveis. Em 1981, cerca de 13,6 milhões de toneladas foram importados, caindo para 11,6 milhões em 1982, dadas as melhores safras nos países importadores. No primeiro semestre de 1983, o comércio foi um pouco mais ativo, comportamento esse, entretanto, que pode não ter prevalecido para o restante do ano.

Os níveis de preços se apresentaram em declínio a partir de 1981, quando o arroz tailandês 5% de quebrado, FOB-Bangkok, foi cotado a US\$423/t, passando para US\$270/t em 1982. De acordo com os indicadores, em 1983 a média anual estará bastante próxima daquela observada em 1982, reforçando a idéia de que, no geral, o mercado não se dinamizou.

— Situação Interna

A conclusão das safras na maioria dos Estados reforça a expectativa de que o Brasil tenha experimentado certa recuperação na produção de arroz em 1983/84.

Essa melhoria não é sinônimo de volume compatível com as necessidades do mercado interno, muito menos com o desejável para a formação de estoques reguladores. Pelo contrário, por mais um ano o Brasil estará em dificuldades com um produto básico da alimentação e provavelmente o mais acessível ao orçamento familiar.

A expansão da área foi uma tentativa para se alcançar uma produção condizente com as reais necessidades do país; entretanto, vários motivos concorreram para que o resultado final fosse frustrante.

As medidas de política agrícola postas em prática na época do plantio não foram estimulantes. Os agricultores não receberam bem a redução do subsídio ao crédito agrícola e muito menos se dispuseram a aceitar a incerteza quanto ao débito nos financiamentos de custo, reajustados através das variações mensais das ORTNs. Por sua vez, as taxas de juros do mercado financeiro eram impraticáveis para a maioria dos rizicultores. Descapitalizados em grande parte, os produtores tinham como alternativa se comprometerem com essas opera

ções bancárias e/ou conduzirem as culturas dentro de um esquema de restrição ao uso de insumos agrícolas, cujos reajustes em muito acresciam os custos de produção.

O clima também não contribuiu para o bom desempenho da cultura. Um verão bastante seco, principalmente na fase crítica de formação de grãos, foi decisivo nas colheitas dos plantios de sequeiro, responsáveis por mais de 60,0% da produção brasileira, comprovando a vulnerabilidade desse sistema de exploração e de suas variedades à má distribuição das chuvas durante o ciclo da cultura.

Nessa safra, o aspecto favorável foi a recuperação surpreendente da produção do Rio Grande do Sul e principalmente do Maranhão.

De acordo com estimativa de junho da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a produção brasileira na safra 1983/84 deverá ser de 8,55 milhões de toneladas, com aumento de 10,0% em relação à estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra anterior. O crescimento de 2,7% na área evidencia que a produtividade foi o fator principal dessa melhoria (quadro 42).

A lavoura irrigada e tecnicamente aprimorada do Rio Grande do Sul conseguiu safra recorde, estimada pela CFP em 3,1 milhões de toneladas, mais em função do rendimento médio de 4.450kg/ha, 20,0% superior ao da temporada passada, do que pelo avanço de 10,0% na área. Além do potencial hídrico disponível e dos altos rendimentos das variedades IR-409 e IR-410, que predominaram nos plantios gaúchos, as temperaturas e precipitações adequadas foram decisivas para esse sucesso.

A despeito da evasão da mão-de-obra à procura dos garimpos e de algumas dificuldades principalmente com sementes, o Estado do Maranhão com cultivo de sequeiro se apresenta com uma de suas melhores safras. As condições climáticas excepcionalmente favoráveis nesta temporada foram decisivas para essa recuperação. A prevalecer a estimativa da CFP, a produção maranhense deverá totalizar 1,1 milhão de toneladas, isto é 140,0% a mais que em 1982/83, fruto de 10,0% de acréscimo na área e, principalmente, da produtividade média, que atingiu 1.300kg/ha.

No Estado de São Paulo, também a estiagem prejudicou as regiões produtoras de arroz de sequeiro, pois, mesmo com uma superfície inicial prevista pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) cerca de 7,0% superior à de 1982/83, foram colhidos apenas 340,7 mil hectares (2,0%). Com uma produtividade de 1.142kg/ha, inferior inclusive à média dos últimos cinco anos (1.417kg/ha), a produção total aproximou-se de 389,0 mil toneladas, inferior em 37,0% à produção passada.

Do ponto de vista do consumo, essa situação é extremamente desfavorável, já que aumenta a dependência da oferta de outros Estados, principalmente do Rio Grande do Sul, estimando-se em cerca de 1,4 milhão de toneladas as necessidades para o consumo.

Aliás, o quadro brasileiro não é muito diferente e este será mais um ano de oferta escassa. A se concretizarem as previsões da CFP, o saldo final dessa temporada mostrará um déficit da ordem de 200,0 mil toneladas. Apesar das tentativas de dimensionar o consumo de maneira a captar a atual conjuntura recessiva, não se pode cogitar de uma redução palpável da demanda. Caso se mantenha o consumo em 9,5 milhões de toneladas, estimados pela CFP para o ano de 1983, a oferta total de 9,3 milhões de toneladas (8,6 milhões de toneladas produzidas + estoque inicial de 700,0 mil toneladas) não será suficiente e alguma medida, inclusive importação, oportunamente terá que ser tomada.

O segundo semestre, entretanto, mostrará maiores evidências nesse sentido. No ano passado, nessa mesma época, a preocupação era idêntica permitindo antever sérias dificuldades com o abastecimento e tendo a importação como única medida para evitar especulações e

garantir a reposição de estoques. A importação de cerca de 430,0 mil toneladas ocorreu, mas isso não teria sido suficiente se o mercado não tivesse se comportado de forma avessa às expectativas.

Com efeito, a tendência era de que uma vez dimensionados os prejuízos e confirmada a redução da oferta, o mercado evoluiria com grandes elevações de preços e atendimento precário do consumo. O fato é que após a alta significativa de meados do ano, consequência da avaliação das quebras da safra, o mercado de certo modo se arrefeceu e os reajustes de preços se tornaram menos abruptos, não deixando, porém, de incorporar, em grande parte, os reajustes nos preços dos fretes. A interferência da CFP na comercialização, através dos leilões, principalmente em Goiás que se constituiu em fonte de oferta para o Norte-Nordeste, além da já citada importação, bem como o restrito poder de compra da população são fatores que concorreram para isso. Aventa-se, entretanto, a possibilidade de equívocos nos levantamentos das quebras, em especial do Rio Grande do Sul, subestimando a produção de maneira geral.

A presente safra traz consigo certa diferença, ou seja, o retorno do Rio Grande do Sul e do Maranhão. Isso significa atendimento assegurado pelo menos nesses primeiros meses do ano dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como do Norte-Nordeste.

O problema que se apresenta é a comercialização. Desde o início houve dificuldades, com o atraso na liberação das normas de operação de EGFs, de modo que a falta de recursos e os compromissos financeiros levaram os produtores a antecipar suas vendas. A descapitalização não estimulou nenhum segmento do mercado a grandes negócios. A pressão na oferta se fazia sentir, os principais mercados consumidores estavam adequadamente supridos e os preços não reagiam a contento dos produtores.

Preços mínimos remuneradores foi o argumento das autoridades governamentais para justificar as restrições creditícias do início do plantio. Isso, entretanto, não se concretizou e o último reajuste de fevereiro próximo passado estabilizou esses preços a Cr\$11.200,00/sc.50kg de arroz irrigado e Cr\$9.350,00/sc.50kg de arroz sequeiro, que não atende às necessidades do agricultor.

A situação mais crítica é a dos produtores gaúchos, que se mobilizaram numa operação conjunta para impedir a saída do produto a preços inferiores a Cr\$16.000,00/sc. de 50kg. A intenção é sensibilizar as autoridades no sentido de reajustarem os preços mínimos de acordo com as variações acumuladas das ORTNs, de maneira a atingir pelo menos o piso estabelecido nas operações atuais de venda.

Os custos dos EGFs liberados, praticamente, inviabilizam a operação, mesmo porque a evolução dos preços mostra a incapacidade do mercado de acompanhá-los.

O Estado de São Paulo talvez seja um dos poucos com menor prejuízo econômico em 1983/84. As estimativas dos custos operacionais totais de produção, revistas em maio último pelo IEA, são de cerca de Cr\$17.000,00/sc.de 60kg nas regiões representativas da exploração de sequeiro com produtividade média, neste ano, de 19 sacas de 60kg/ha. O desembolso é da ordem de Cr\$322.993,00/ha, que deduzido da receita bruta de Cr\$318.630,00/ha, em função do preço médio estimado da safra de Cr\$16.770,00/sc.60kg, resulta numa diferença negativa de Cr\$4.363,00/ha (quadro 43).

O Governo, por sua vez, procurando cumprir seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não dispõe de recursos adicionais para esse fim. As interferências do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e da CFP não foram suficientes para alterar o mercado. O reflexo imediato será a especulação de preços nos grandes centros consumidores do arroz gaúcho.

Resumindo, o mercado, no momento, é caracterizado por excesso de oferta, recur

tos para comercialização reduzidos, preços não remuneradores e renda "achatada" do consumidor.

— Perspectivas

Não são dos melhores os antecedentes da cultura de arroz no Estado de São Paulo.

A exploração de sequeiro caracteriza a grande maioria das lavouras, contribuindo, em anos normais, com cerca de 90% da produção total. Isso é problemático e constantemente vem à tona desde que as variedades cultivadas são de extrema sensibilidade à má distribuição pluviométrica, ocorrência freqüente no Estado. A consequência é a queda na produtividade e o prejuízo econômico, que são não causa maiores comprometimentos devido à predominância de culturas não comerciais, para fins de subsistência.

O passado recente, mais precisamente 1983/84, reafirma a situação delicada do Estado pois a redução da produtividade condicionou o saldo negativo dos produtores, um dos elementos a serem considerados na tomada de decisão quanto ao próximo plantio.

Ainda com essa preocupação, para a próxima safra, não se pode deixar de lado o fator preço, que em valores reais em 1983/84 foi insatisfatório para os produtores (quadro 43).

Para a temporada futura, o que há de concreto é uma situação ainda mais recessiva em relação a crédito inviabilizando os financiamentos para os moldes em que é conduzida a cultura no Estado; em contrapartida quase inexitem recursos próprios. E é provável também certa dificuldade com as sementes, fruto da baixa oferta de grãos em 1983/84. Como de corréncia, haverá maior concorrência pelas compras, exigindo maior oferta ou especulação na época da semeadura. Quanto aos demais insumos, a tendência é de preços elevados, comprometendo ainda mais a já reduzida utilização.

Captando essas dificuldades as estimativas dos custos operacionais para a safra 1984/85, elaboradas pelo IEA, são bastante elevadas. O custo operacional total para a lavoura de sequeiro, com produtividade média de 27 sacas de 60kg/ha, deverá atingir Cr\$43.094,00/sc. Na cultura irrigada, com rendimento de 39 sacas de 60kg/ha, esse custo estará por volta de Cr\$37.487,00/sc.

Os fatores apontados permitem admitir a possibilidade de um retrocesso talvez da ordem de 3,0% na área plantada no Estado de São Paulo, retomando a superfície de safras passadas.

(IEA, 04/07/84)

QUADRO 42. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Arroz por Divisão Regional Agrícola (DIRA) do Estado de São Paulo, Região Centro-Sul e Brasil, 1981/82 a 1983/84

DIRA, Região Centro-Sul e Brasil	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84
Estado de São Paulo									
São Paulo	7,2	6,4	6,1	12,0	10,0	8,7	1.667	1.562	1.426
Vale do Paraíba	16,8	18,6	20,5	41,4	58,8	60,0	2.464	3.161	2.926
Sorocaba	39,4	42,0	46,2	61,8	90,0	66,0	1.568	2.143	1.428
Campinas	34,3	40,1	38,0	59,4	75,0	46,5	1.732	1.870	1.223
Ribeirão Preto	59,9	66,9	71,6	93,0	121,2	81,0	1.552	1.812	1.131
Bauru	11,5	12,1	12,3	18,0	19,4	9,9	1.565	1.603	804
S. José do Rio Preto	77,2	89,4	86,8	115,2	145,8	66,0	1.492	1.631	760
Araçatuba	23,3	21,1	20,3	42,0	41,5	23,1	1.802	1.968	1.138
Presidente Prudente	16,8	13,9	14,8	24,6	19,7	10,5	1.464	1.417	710
Marília	<u>24,9</u>	<u>23,6</u>	<u>24,1</u>	<u>31,8</u>	<u>36,0</u>	<u>17,4</u>	<u>1.277</u>	<u>1.525</u>	<u>722</u>
Total do Estado	311,3	334,1	340,7 ⁽¹⁾	499,2	617,4	389,1	1.604	1.848	1.142
Centro-Sul	4.163,6	3.933,4	3.857,6 ⁽²⁾	7.331,8	6.887,9	6.727,3 ⁽²⁾	1.761	1.751	1.744
Brasil	6.016,2	5.110,4	5.251,3 ⁽²⁾	9.718,1	7.749,5	8.563,6 ⁽²⁾	1.615	1.516	1.631

⁽¹⁾ Dados preliminares de abril de 1984.

⁽²⁾ Dados preliminares de junho de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 43. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	700,50	10.402,42	995,20	7.006,90	2.144,90	7.757,03	4.561,80	8.051,12	12.591,00	7.095,41
Fev.	637,80	9.087,37	882,20	5.725,48	2.176,00	7.364,67	4.330,00	7.174,38	13.717,00	6.885,93
Mar.	616,80	8.246,00	870,10	5.259,93	2.271,50	7.169,76	4.208,30	6.333,91	15.229,00	6.952,95
Abr.	601,70	7.481,54	969,00	5.553,92	2.360,90	7.072,78	4.362,00	6.012,14	15.734,00	6.593,96
Mai.	628,20	7.468,00	1.033,80	5.559,31	2.415,30	6.818,39	4.605,00	5.940,28	16.421,00	6.319,46
Jun.	674,80	7.578,00	1.077,00	5.564,21	2.572,10	6.723,98	5.518,00	6.347,91
Jul.	736,80	7.628,83	1.112,60	5.470,21	2.892,00	7.128,20	6.926,00	7.031,97
Ago.	800,20	7.749,94	1.218,00	5.610,84	3.022,00	7.040,35	8.776,00	8.092,00
Set.	853,90	7.854,17	1.348,40	5.911,92	3.164,00	7.111,09	11.178,00	9.137,90
Out.	939,50	8.027,84	1.518,70	6.380,97	3.505,57	7.519,10	11.792,00	8.511,00
Nov.	985,40	7.829,50	1.762,20	7.030,83	3.657,26	7.470,69	11.933,00	7.942,72
Dez.	1.000,40	7.505,20	1.984,60	7.628,41	4.177,70	8.039,98	11.513,00	7.124,80

(¹) Preço corrigido em cruzeiro de 1983 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

BATATA

O plantio de inverno no Estado de São Paulo, cuja colheita estende-se de fins de julho a princípios de dezembro, apresentou no ano de 1983 resultado econômico nitidamente favorável aos produtores, em razão de os preços permanecerem elevados durante todo o período de safra e de os preços dos insumos manterem-se relativamente favoráveis aos produtores, durante a maior parte da estação de plantio. Os preços dos fertilizantes, inseticidas e fungicidas e equipamentos e reparos flutuaram ligeiramente abaixo da média dos anos anteriores. Os preços médios de combustíveis e lubrificantes situaram-se predominantemente acima da média, sendo estes insumos bastante utilizados nessa cultura (quadro 44).

Embora ainda não se disponha de dados, no presente ano, a safra de inverno deverá manter a tendência de ampliação de área (quadro 45). Isto é esperado tendo em vista os resultados apresentados no ano anterior, os quais deverão compensar os efeitos da alteração da sistemática do crédito agrícola.

A cultura das águas, cuja tendência no último quinquênio apresentou-se nitidamente declinante nos principais Estados produtores, ganhou espaço no último ano. (quadro 45).

Os resultados econômicos da safra das águas de 1983/84 (medidos pela receita bruta dos negócios: volume comercializado x preço) foram medíocres em relação aos anos anteriores; os preços dos principais insumos usados nessa cultura, no seu período de maior emprego (setembro/outubro), foram, entretanto, ligeiramente favoráveis aos produtores. A produtividade da cultura apresentou-se satisfatória, tendendo a compensar o efeito da baixa renda bruta na economia das regiões produtoras.

A retração da demanda por batata levou muitos produtores mineiros da recente safra das águas a manterem o produto na terra pelo maior tempo possível, esperando reação do mercado. Com o atraso da safra da seca, tal fato permitiu o suprimento do mercado sem maiores problemas em abril e maio.

Quanto à cultura da seca, não obstante faltem elementos para a avaliação do seu desempenho econômico, os preços foram parcialmente satisfatórios. A fase inicial da cultura da batata da seca foi marcada, em muitos casos, por perdas de sementes, em razão de condições climáticas adversa, elevando dessa forma o custo de produção. Apesar de os preços dos combustíveis e lubrificantes situarem-se, na época de maior emprego (janeiro a março), ligeiramente abaixo do padrão dos últimos anos, os gastos com estes itens cresceram em razão do seu elevado emprego (quadros

A batata da seca colhida no início dessa safra teve resultado econômico adverso aos produtores na maioria dos casos. Além da perda ocorrida com sementes, do maior gasto com combustíveis e lubrificantes e dos preços elevados dos inseticidas e fungicidas, as condições climáticas determinaram a redução da produtividade e a presença elevada de tipos inferiores "boneca" e "diversa", que não proporcionaram bom padrão de classificação.

(IEA, 06/07/84)

Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo
(em cruzeiro)

(continua)

Ano e Mês	Frutas					
	Banana maça	Caqui	Figo	Laranja	Limão	Maça estrangeira
	dz.	u.	cx. 1kg	dz.	dz.	u.
1983 Jun.	261,75	78,80	259,95	144,15	219,15	126,70
Jul.	273,00	-	326,00	178,00	269,00	134,00
Ago.	326,00	-	-	214,00	361,00	153,00
Set.	362,00	-	-	269,00	613,00	177,00
Out.	430,00	-	-	276,00	672,00	171,00
Nov.	443,00	-	649,00	309,00	796,00	170,00
Dez.	445,00	-	513,00	407,00	461,00	180,00
1984 Jan.	533,00	-	767,00	642,00	413,00	241,00
Fev.	549,00	108,00	550,00	803,00	418,00	285,00
Mar.	555,00	104,00	512,00	795,00	544,00	344,00
Abr.	608,00	92,00	493,00	824,00	470,00	342,00
Mai.	658,00	120,00	613,00	784,00	524,00	377,00
Jun.	691,00	210,00	615,00	787,00	476,00	391,00

Ano e Mês	Frutas					
	Maça nacional	Mamão	Manga	Melancia	Morango	Maça estrangeira
	kg	kg	u.	kg	1kg	u.
1983 Jun.	495,55	157,50	-	113,10	1.011,15	110,45
Jul.	726,00	147,00	-	133,00	823,00	132,00
Ago.	778,00	165,00	-	161,00	866,00	150,00
Set.	948,00	192,00	122,00	153,00	697,00	175,00
Out.	1.457,00	150,00	92,00	164,00	714,00	207,00
Nov.	1.038,00	210,00	147,00	189,00	818,00	224,00
Dez.	949,00	174,00	182,00	164,00	645,00	224,00
1984 Jan.	1.515,00	285,00	281,00	226,00	-	348,00
Fev.	1.252,00	352,00	-	245,00	-	296,00
Mar.	1.188,00	425,00	-	264,00	-	262,00
Abr.	1.051,00	430,00	-	293,00	-	314,00
Mai.	1.147,00	376,00	-	246,00	4.027,00	373,00
Jun.	1.158,00	440,00	-	349,00	2.629,00	374,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

— Panorama Internacional

A produção mundial de café da safra comercial 1984/85, segundo estimativa de junho de 1984 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), será da ordem de 92,5 milhões de sacas, com um acréscimo de 2,5% sobre a anterior. Os dois maiores produtores, Brasil e Colômbia, participarão com 29,2% e 13,8%, respectivamente. Para o Brasil, está prevista uma produção de 27,0 milhões de sacas pelo USDA, enquanto a previsão do Instituto Brasileiro do Café (IBC) é de 25,4 milhões de sacas (quadro 46).

Na safra comercial de 1983/84, o "carry-over" foi de 46,8 milhões de sacas, com a Colômbia apresentando o maior estoque (quadro 47). Espera-se para a safra comercial de 1984/85 - em meados de 1984 - um "carry-over" de 46,3 milhões de sacas (quadro 48).

Problemas econômicos em muitos países exportadores podem pressionar a venda do produto aos países não membros da Organização Internacional do Café (OIC), os quais, reexportando-o aos países membros, poderão por em risco o funcionamento do Acordo Internacional do Café.

Dificuldades climáticas - como o excesso de chuvas na época da colheita no Brasil, a precipitação pluviométrica irregular e seca na Costa do Marfim e países produtores vizinhos da República Centro Africana - acarretaram problemas de qualidade nos "Arábicos" e escassez dos "Robustas" na safra comercial 1983/84. Em virtude de problemas políticos internacionais, os produtores de "Outros Suaves" também tiveram dificuldades em exportar.

O atraso dos embarques nos portos, no início deste ano comercial, revela que a exportação foi feita com muito esforço. Basta que se observe que, da cota disponível de 30,3 milhões de sacas, foram exportados apenas 28,0 milhões de sacas. Esses fatores, aliados a uma maior exigência de qualidade na demanda e ao fator especulativo pressionando os terminais de mercado sem que tenha havido aumento de consumo, concorreram para provocar um aumento nas cotações externas (quadro 49).

Os preços no mercado internacional têm atingido níveis excepcionalmente altos, que foram suficientes para acionar, através do Acordo Internacional do Café, a injeção de quatro cotas extras de um milhão de sacas, em dezembro, fevereiro e duas vezes em maio, expandindo em 7% a cota mundial de 1983/84, que passou para 60,2 milhões de sacas; a do Brasil elevou-se para 17,3 milhões de sacas.

A importação nos maiores países consumidores, durante o ano de 1983, declinou, em média, 0,4%. O forte decréscimo registrado nos Estados Unidos foi compensado pelo aumento no Japão, Holanda e Áustria (quadro 50).

Nos Estados Unidos, maior mercado consumidor mundial, durante esse mesmo ano a torrefação de café declinou 2,4%; já em 1984, até junho, revela-se um aumento de 4,9% sobre o mesmo período do ano anterior. A importação nos países consumidores vem aumentando 1,8% ao ano, no período 1980-83, o que fornece uma visão mais otimista em relação ao consumo.

No ano de 1983, pela primeira vez, a importação de café verde pela Europa ultrapassou os 35 milhões de sacas.

O Brasil tem aumentado sua participação nos principais mercados consumidores nos últimos anos (quadro 50), graças principalmente aos "contratos de exportação" ou contratos-padrão de suprimento, adotados desde janeiro de 1980 pelo IBC.

A participação do café na receita total das exportações brasileiras aumentou ligeiramente de 10,48%, em 1982, para 10,62% em 1983, tendo o solúvel contribuído com 1,13% desse total, gerando divisas totais da ordem de US\$2,3 bilhões. A meta de uma receita cambial de US\$2,4 bilhões provavelmente será atingida em 1984.

- Situação Interna

A segunda previsão do IBC, para a safra comercial brasileira 1984/85, realizada em maio p.p. é de 25,4 milhões de sacas de 60kg, com produtividade média de 30 sacos de café em coco por hectare. Destacam-se São Paulo, com produção de 7,6 milhões de sacas; Minas Gerais, com 6,8 milhões; Paraná, com 4,7 milhões; e Espírito Santo, com 4,2 milhões. A Bahia deve produzir 0,7 milhão de sacas e outros Estados, 1,4 milhão. A 4ª Previsão e Estimativa de Safra do Estado de São Paulo, efetuada pelo IEA-CATI, iguala-se à estimativa do IBC, supondo-se uma renda no benefício de 20kg e produtividade média de 10 sacas beneficiadas por 1.000 pés, ligeiramente superior à safra precedente.

A colheita desta safra foi antecipada por causa da seca. Em início de julho aproximadamente 60% desta operação já tinham sido efetuados. Os frutos produzidos foram menores, mas sua qualidade é melhor que a da safra anterior, a qual apresentou 75% de bebida riada.

Na presente safra, tem havido forte infestação de ferrugem e ataque de broca. Como no ano passado choveu muito na época da colheita, o café residual acabou servindo de foco de infestação, com a falta de combate fitossanitário. Os nematoides também têm sido motivo de preocupação, principalmente porque algumas de suas raças atacam também outras culturas.

Os preços reais de café beneficiado recebido pelos agricultores, no período de junho de 1983 a maio de 1984, corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, tiveram um aumento de 7,06% (quadro 51).

Os preços reais de café torrado na varejo corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, para cruzeiro de 1983, em maio de 1984 situavam-se em torno de Cr\$1.272,04/kg (preço corrente de Cr\$3.304,00/kg), e assim tiveram um decréscimo de 17,84% sobre os de junho de 1983.

Se o Brasil exportar 18 milhões de sacas neste ano e consumir 7,7 milhões de sacas, com a estimativa de que em abril de 1984 os estoques em poder dos particulares eram de 10,1 milhões de sacas e, em poder do IBC, de 7,4 milhões, é esperado para início de 1985 um "carry over" de aproximadamente 18,0 milhões de sacas.

Dentre as medidas oficiais de coordenação de comercialização de café, aprovadas recentemente, são dignas de nota as seguintes decisões:

a) a partir de 28/03 o IBC colocou à venda cafés dos estoques governamentais através dos pregões especiais da Bolsa de Mercadorias de São Paulo;

b) a fim de impedir o contrabando de cafés finos aos países-membros, o IBC, no início de maio, determinou um acréscimo sobre os preços mínimos a alguns dos países não membros da Organização Internacional do Café. A Colômbia, o México e demais países produtores da América Central também optaram por um aumento gradual nesses preços;

c) as cotas de contribuição, que no início de 1984 estavam fixadas em Cr\$99,50 por saca de 60kg, foram diminuídas pelo IBC para US\$93,00 em 15/03, para US\$83,00 em 18/06 e, finalmente, em 29/06, para US\$78,00. Esta última redução, aliada a outras medidas de estímulo às exportações, foi oportuna, em virtude da dificuldade existente para colocar o produto brasileiro no exterior, e teve o objetivo de reduzir os preços no mercado externo.

No mercado interno, continua a existir grande procura por cafés finos para atendimento à exportação.

Divulga-se que o preço de garantia, estipulado a partir de 15/04 em Cr\$90.130,00

por saca, para tipo 6, será brevemente atualizado com base em uma matriz de custos de produção, em estudo.

— Perspectivas

O fato prioritário a ser considerado para um prognóstico em relação ao mercado de café seria a ocorrência de geadas nas principais zonas cafeeiras do Brasil, cujo período de maior incidência se estende até princípio de setembro, a qual, ocorrendo, acionaria os preços para cima de maneira crítica.

As reuniões de setembro próximo, sobre o Acordo Internacional do Café, em Londres, serão decisivas, uma vez que existe a tendência entre os países consumidores de introduzir o critério das cotas seletivas em relação à qualidade.

Contando-se com o efetivo funcionamento do Acordo, uma vez que os problemas de qualidade serão atenuados com a entrada da safra comercial 1984/85 e não ocorrendo geadas, o mercado deverá se estabilizar em níveis mais baixos que os atuais, com os preços oscilando dentro dos limites determinados pelo Acordo, isto é, 120 a 140 centavos de dólar por libra-peso.

(IEA, 10/07/84)

QUADRO 46 . - Produção Mundial de Café de Países Seleccionados, Safras Comerciais, 1980/81 a 1984/85

(em 1.000sc.60kg)

Região e País	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85 ⁽¹⁾
América do Sul (Total)	32.847	39.097	51.731	35.439	47.185	44.035
Brasil	18.360	21.500	33.000	17.750	30.000	27.000 ⁽²⁾
Colômbia	10.832	13.500	14.342	13.300	13.000	12.800
Outros	3.655	4.097	4.389	4.389	4.185	4.235
América do Norte e Central (Total)	14.340	16.214	15.496	17.766	15.344	16.679
México	3.618	3.862	3.900	4.600	4.200	4.300
El Salvador	2.837	2.490	2.886	2.671	2.253	2.500
Guatemala	2.454	2.702	2.653	2.543	2.340	2.630
Outros	5.431	6.710	6.057	7.952	6.551	7.249
África (Total)	18.137	21.427	20.216	20.541	18.781	21.230
Costa do Marfim	4.394	6.090	4.160	4.120	3.000	5.000
Uganda	2.158	2.133	2.885	3.200	3.100	3.100
Outros	11.585	13.204	13.171	13.221	12.681	13.130
Ásia (Total)	6.898	8.753	9.932	8.490	7.982	9.515
Indonésia	3.987	5.365	5.785	4.546	4.747	5.250
Outros	2.911	3.388	4.147	3.944	3.235	4.265
Oceania (Total)	737	863	690	901	960	1.010
Nova Guiné	725	853	680	891	950	1.000
Outros	12	10	10	10	10	10
Outros (Total)	22.594	27.409	27.774	29.516	26.662	28.889
Total mundial	72.959	86.354	98.065	83.137	90.252	92.469

⁽¹⁾ Primeira estimativa.

⁽²⁾ Observe-se que a previsão do IBC é de 25,4 milhões de sacas.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), junho de 1984.

QUADRO 47 . - Produção Mundial de Café e Distribuição por Países Produtores, 1983/84⁽¹⁾

(em 1.000sc.)

Região e País	Estoque inicial	Produção	Impor tação	Total disponível	Total exportado	Uso doméstico	Estoque final
América do Norte e Central							
Costa Rica	981	2.070	0	3.051	1.700	233	1.118
Cuba	0	360	300	660	260	400	0
República Dominicana	687	800	0	1.487	600	305	582
El Salvador	1.765	2.453	0	4.218	2.600	200	1.418
Guatemala	950	2.340	0	3.290	2.101	340	849
Haiti	28	575	0	603	350	240	13
Honduras	785	1.350	0	2.135	1.100	120	915
Jamaica	7	26	3	36	18	12	6
México	830	4.200	0	5.030	2.650	1.750	630
Nicarágua	171	910	0	1.081	860	105	116
Panamá	24	153	0	177	75	67	35
Trinidad e Tobago	4	39	1	44	20	19	5
Estados Unidos	107	299	80	416	0	306	110
Total	6.339	15.505	384	22.228	12.334	4.097	5.797
América do Sul							
Bolívia	19	140	0	159	112	33	14
Brasil	5.930	30.000	0	35.930	17.800	8.500	9.630
Colômbia	11.712	13.000	0	24.712	9.700	1.860	13.152
Equador	965	1.381	0	2.346	1.652	250	444
Guiana	0	25	0	25	3	22	0
Paraguai	160	300	0	460	200	22	238
Peru	467	1.200	0	1.667	827	260	580
Venezuela	154	1.100	0	1.254	65	1.000	189
Total	19.407	47.146	0	66.553	30.359	11.947	24.247
África							
Angola	1.087	350	0	1.437	550	44	843
Benin	0	55	0	55	54	1	0
Burundi	86	500	0	586	460	3	123
Camarões	1.688	1.900	1	3.589	1.600	35	1.954
Rep. Centro Africana	34	120	0	154	137	12	5
Congo	4	35	0	39	33	1	5
Guiné Equatorial	0	35	0	35	25	10	0
Etiópia	1.517	3.350	0	4.927	1.500	1.650	1.777
Gabão	0	25	0	25	24	1	0
Gana	34	35	0	69	34	5	30
Guiné-Conacri	19	60	0	79	58	6	15
Costa do Marfim	2.900	3.667	0	6.567	4.375	70	2.122
Quênia	834	1.510	0	2.344	1.440	35	869
Libéria	36	150	5	191	160	6	25
Madagascar	719	1.250	0	1.969	1.000	180	789
Malawi	0	20	0	20	20	0	0
Nigéria	18	42	132	192	35	132	25
Ruanda	40	500	0	540	440	2	98
Serra Leoa	5	170	0	175	155	6	14
Tanzânia	494	1.000	0	1.494	950	16	528
Togo	31	275	0	306	260	1	45
Uganda	2.869	3.100	0	5.969	2.600	47	3.322
Zaire	1.000	1.400	0	2.400	1.125	217	1.058
Zimbábue	20	147	0	167	116	8	43
Total	13.495	19.696	138	33.329	17.151	2.488	13.690
Ásia							
Índia	1.120	2.000	0	3.120	1.300	940	880
Indonésia	1.605	4.895	0	6.500	4.000	1.100	1.400
Malásia	58	163	145	366	77	250	39
Filipinas	550	912	0	1.462	470	525	467
Tailândia	60	300	2	362	170	141	51
Vietnã	0	60	0	60	25	35	0
Rep. Árabe do Iemém	0	50	0	50	40	10	0
Total	3.393	8.380	147	11.920	6.082	3.091	2.837
Oceania							
Nova Caledônia	0	10	0	10	0	10	0
Papua Nova Guiné	213	920	4	1.137	850	17	270
Total	213	930	4	1.147	850	27	270
Total mundial	42.847	91.657	673	135.177	66.776	21.560	46.841

(¹) Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 48 . - Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1973/74 a 1984/85

(em 1.000sc.60kg)

Safra comercial	Estoque inicial	Produção	Importação	Total disponível	Uso doméstico	Exportação total (1)	Estoque final
1974/75	36.133	82.785	564	119.482	19.216	53.308	44.738
1975/76	44.738	73.159	525	118.422	19.194	57.229	39.394
1976/77	39.394	60.907	579	100.880	18.397	54.240	25.716
1977/78	25.716	70.850	593	97.159	18.775	47.759	29.547
1978/79	29.547	78.941	713	109.201	19.481	61.916	25.149
1979/80	25.149	81.908	727	107.784	19.977	59.008	26.054
1980/81	26.054	86.249	677	112.980	20.581	56.927	32.532
1981/82	32.532	98.195	732	131.459	21.269	60.202	45.832
1982/83	45.832	82.345	705	128.882	20.923	62.469	42.847
1983/84	42.847	91.657	673	135.177	21.560	63.943	46.841
1984/85	46.841	91.000	700	138.541	23.000	68.500	46.341

(1) Inclui café solúvel e torrado em equivalente de café verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), fevereiro de 1984 e "Coffee Quarterly Report", maio de 1984.

QUADRO 49 . - Preços Indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), 1980-84

(em centavos de dólar por libra-peso)⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Brasileiro e outros arábicos	Robusta	Média composta
1980	178,82	154,20	208,79	147,17	150,67
1981	145,33	128,09	179,54	102,87	115,89 ⁽²⁾
1982	148,60	139,87	143,68	111,05	125,00
1983					
Jan.	143,23	128,53	140,73	124,71	127,24
Fev	142,82	125,87	142,29	122,15	124,35
Mar.	137,85	124,27	142,02	119,99	123,14
Abr.	136,20	123,96	140,86	120,42	123,00
Mai.	137,02	128,15	141,51	122,64	125,82
Jun.	136,15	126,40	142,81	120,55	123,80
Jul.	-	127,86	142,51	121,01	124,20
Ago.	-	129,31	138,70	120,90	124,93
Set.	-	132,56	136,60	122,08	127,06
Out.	-	141,28	145,31	130,34	135,52
Nov.	148,10	145,55	146,88	130,38	135,95
Dez.	151,48	146,54	152,76	134,21	139,72
Média	141,61	131,69	142,75	124,12	127,98
1984					
Jan.	150,43	143,14	155,15	134,24	138,32
Fev.	148,45	145,72	155,38	137,19	141,11
Mar.	149,69	148,21	151,82	138,88	143,18
Abr.	151,19	150,40	149,80	137,58	143,89
Mai.	152,34	149,94	145,91	146,24	148,36
Jun.	150,94	146,66	149,45	143,67	145,43

⁽¹⁾ Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

⁽²⁾ O preço indicador diário "1976" que vigorava até setembro era baseado apenas nas cotações de Nova York. A partir de 01/10/81, foi considerado o preço indicador "1979", que é média dos cafés "Outros suaves" (75% "ex-dock" em Nova York e 25% em Bremen/Hamburg) e "Robustas" (60% "ex-dock" em Nova York e 40% em Hovre/Marselha).

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 50 . - Principais Importadores de Café, Importação¹⁾, Variação em Relação ao Ano Anterior e Principais Fornecedores, 1983, e Participação do Brasil no Fornecimento, 1979-83

País importador	Importação de café verde, 1983 (sc.60kg)	Variação percentual da importação total em relação a 1982 (%)	Principais fornecedores e participação		Participação do Brasil no fornecimento (%)				
			País	%	1979	1980	1981	1982	1983
Estados Unidos	16.448.526	-6	Brasil	21	10	19	20	19	21
Alemanha Ocidental	7.404.580	0	Colômbia	11	4	7	9	15	15
			Colômbia	16					
França	5.280.150	1	Brasil	15	12	15	17	19	20
			Costa do Marfim	23					
Itália	4.102.517	0	Brasil	20	27	30	36	36	36
			Colômbia	4					
Japão	3.400.196	10	Brasil	36	19	23	24	26	31
			Colômbia	4					
Holanda	2.294.079	6	Brasil	31	6	10	17	24	28
			Indonésia	15					
Suécia	1.569.217	-1	Brasil	28	40	43	50	54	54
			Colômbia	27					
Bélgica, Luxemburgo	1.448.038	0	Brasil	54	14	19	23	26	27
			Colômbia	28					
Canadá	1.384.200	3	Brasil	27	6	11	15	23	24
			Colômbia	18					
Finlândia	1.050.357	-2	Brasil	24	15	17	22	28	27
			Colômbia	11					
Suíça	996.138	5	Brasil	11	14	19	23	22	25
			Colômbia	25					
Áustria	1.031.243	19	Brasil	25	16	22	26	38	46
			Colômbia	12					
Noruega	686.340	5	Brasil	46	52	51	56	67	65
			Colômbia	9					
			Brasil	65					
			Colômbia	21					

¹⁾ Total de café-verde, torrado e solúvel-estimado em "equivalente" de café verde.

Fonte: "Complete Coffee Coverage", "World Coffee & Tea", "Le Café" e "Carta Econômica" do Banco Real, mar-abr. 1983, #081.

QUADRO 51: - Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1981-84

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	6.011	42.321	10.384	37.554	22.045	38.908	56.649	31.923
Fev.	6.297	40.869	10.597	35.864	22.714	37.635	62.218	31.233
Mar.	6.298	38.075	11.204	35.365	25.603	38.535	66.697	30.451
Abr.	6.263	35.895	12.108	36.274	27.041	37.271	79.113	33.168
Mai.	6.288	33.936	12.943	36.538	26.781	34.593	90.550	34.862
Jun.	6.244	32.258	14.608	38.189	28.306	32.564
Jul.	6.322	31.085	14.657	36.126	29.029	29.473
Ago.	7.360	33.905	15.091	35.158	29.800	27.478
Set.	7.480	32.795	15.292	34.368	34.956	28.577
Out.	7.600	31.932	16.553	35.506	40.444	29.191
Nov.	8.228	32.828	17.929	36.625	41.413	27.565
Dez.	9.125	35.068	20.971	40.359	47.502	29.396

(¹) Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Panorama Internacional

Reabriu-se em Genebra, em 12/06/84, a Conferência das Nações Unidas sobre o Açúcar. Esta é a terceira fase das negociações visando a um novo acordo para substituir o em vigor atualmente, que regulamenta o comércio internacional açucareiro e que expirará em dezembro próximo. A última sessão foi realizada em setembro do ano passado e, desde então, tem havido consultas entre os produtores para acordarem sobre os mecanismos que deverão regular o mercado. Es-
toque estratégico e repartição de cotas eram, entre esses mecanismos, os dois mais importantes pontos de divergência entre os maiores produtores - Brasil, Comunidade Econômica Européia (CEE), Cuba e Austrália.

A questão da estratégia de estoques é de primordial importância, na medida em que os estoques mundiais atingem, atualmente, 35 milhões de toneladas, o que é bastante elevado, re-
presentando 38% do consumo mundial de 93-94 milhões de toneladas. Como este consumo apresentou queda em seu nível, nem mesmo a previsão de baixa de 4 milhões de toneladas na safra mundial de 1983/84 favoreceu os produtores, forçando ainda a queda de cotação do produto no mercado in-
ternacional que, em maio, equivaleu a cerca de 60% do preço de um ano atrás (quadro 52).

Com relação às cotas, existe um impasse nas negociações, pois, na tentativa de se chegar a um consenso, todos os países produtores deverão ceder parte de suas cotas atuais, uma vez que o mercado internacional absorve apenas cerca de 20 milhões de toneladas exportadas e o total das cotas apresentadas por pequenos, médios e grandes produtores é muito superior a es-
se número. A maior divergência, entretanto, está sendo provocada pela CEE, que atualmente não faz parte do Acordo Internacional do Açúcar (AIA) e que estava reivindicando, para sua futura participação no mercado, uma cota de 5,4 milhões de toneladas, estipulada com base em suas pre-
visões de exportações, enquanto a quota proposta pelo AIA era de 4,35 milhões de toneladas, me-
nor, portanto, em mais de um milhão de toneladas do que a pleiteada pela CEE.

No final de junho, encerrou-se a rodada de negociações visando à estruturação de um novo acordo. O consenso não foi alcançado para o Acordo Internacional do Açúcar (AIA) e as perspectivas de mercado, a curto prazo, tornaram-se ainda mais sombrias, pois as cotações vêm registrando seu menor nível dos últimos 15 anos e nada deixa transparecer alguma possibilidade de reversão do quadro, caracterizado essencialmente por um excesso significativo de oferta e pela falta de disposição dos países produtores em reduzir mais suas cotas.

Particularmente a partir de 1981, as cotações do açúcar no mercado internacional co-
meçaram a declinar, principalmente em função de uma situação de super oferta criada pela CEE, que expandiu bastante sua produção nos últimos anos, colocando-se como o maior exportador mun-
dial de açúcar e tornando gravosas as exportações de outros países, particularmente as do Bra-
sil. Cabe ressaltar que a CEE mantém essa posição de grande produtora e maior exportadora atra-
vés de medidas de benefícios aos produtores de beterraba e cana, aplicando um mecanismo de in-
tervenção baseado, entre outros fatores, em sistema de cotas, preços de intervenção, cujas des-
pesas são repassadas para o consumidor, e preços de garantia diferenciados. Todo esse mecanis-
mo é protegido por uma série de instrumentos, como por exemplo prêmios de produção, prêmios de
exportação, taxas de exportação, taxas de armazenagem, etc..

Por outro lado, no Brasil, enquanto o preço de venda do açúcar no mercado interna-
cional atualmente é de US\$123/t, seu custo interno de produção está em torno de US\$275/t. Ou
seja, o Governo vem subsidiando o produto para exportação em torno de 50%, o que, dado o volu-

mé, representa uma massa substancial de recursos.

A atual cota brasileira de exportação de açúcar é de 2,8 milhões de toneladas. O país produz 9,0 milhões de toneladas e consome em torno de 6,0 milhões. Os estoques brasileiros são elevados e sua produção se acha em alta, ao contrário da situação dos demais produtores. Em 19 de junho de 1984, quando começou oficialmente a safra 1984/85, o "carry-over" do açúcar era de 1,055 milhão de toneladas.

Dadas as baixas cotações externas do produto, as exportações brasileiras de açúcar no decorrer de 1983 atingiram apenas US\$570 milhões, valor bastante inferior ao previsto no princípio do ano. Para o ano civil de 1984, dada a continuidade de baixa nas cotações, dificilmente obter-se-á a mesma quantia do ano anterior. Sendo assim, o Brasil, mantidas as atuais cotações, tende a perder cerca de US\$500 milhões comparativamente a anos anteriores, já que, no primeiro semestre deste ano, o país exportou 1,3 milhão de toneladas, obtendo a estreita receita de US\$260 milhões, bancando um prejuízo de US\$180 milhões.

— Situação Interna

O Plano de Produção de Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), para a safra 1984/85 (quadro 53), levando em conta a conjuntura internacional negativa com relação ao açúcar, definiu um volume de produção de 8,5 milhões de toneladas de açúcar, inferior em 500 mil toneladas ao plano de produção anterior. Por outro lado, a meta de produção de álcool é de 9,064 bilhões de litros, contra 7,615 bilhões da safra anterior, mostrando uma ampliação de 19% em sua nova proposta.

O Estado de São Paulo responderá por 43,2% e 61,6%, respectivamente, das produções nacionais de açúcar e álcool. Em anos anteriores, a produção efetiva de açúcar tem correspondido a cerca de 50% do total nacional e, a de álcool, em torno de 70% (quadros 54 e 55).

Na safra 1983/84, que ora finda, praticamente as metas de produção de açúcar e álcool foram cumpridas, uma vez que o Plano de Safra pretendia uma produção global de 9,0 milhões de toneladas de açúcar e houve uma produção efetiva de 9,086 milhões; quanto ao álcool, verificou-se um resultado efetivo de 7,871 bilhões de litros contra uma previsão de 7,615 bilhões, constatando-se, portanto, produção adequada ao nível programado.

Ainda com relação à última safra, a produção paulista de açúcar também foi satisfatória, dando-se especial destaque à produção de álcool, que superou em 12,6% a produção prevista (quadros 54 e 55).

Com relação à safra 1984/85, o Estado de São Paulo, por ser o Estado que mais produz açúcar para exportação, foi o mais atingido com o rateio da diminuição da cota de exportação deste ano. A diminuição da produção paulista foi de 668 mil toneladas de açúcar, representando queda de 15,4% em relação ao ano passado. Em contrapartida, alguns Estados, que apresentaram acréscimos em suas cotas, contrabalançaram a redução em São Paulo.

Quanto ao álcool, a ampliação concedida de 3,5% na produção de São Paulo foi considerada pequena, porém, há promessa do IAA de que se libere às usinas paulistas uma produção maior no decorrer da safra, caso o Norte e Nordeste não atinjam suas cotas em virtude da exportação de melão (de onde sai boa parte do álcool da região).

Por outro lado, pela primeira vez o Governo autorizou reajustes de preços variados, de acordo com a região produtora e, surpreendentemente, os menores percentuais de reajustes couberam às Regiões Norte e Nordeste, em geral melhor aquinhoadas em relação às demais. Com o atual reajuste, o Governo começa a retirar o subsídio à produção, que no Nordeste é mais e levado, acatando uma das condições do FMI.

O Estado de São Paulo obteve o maior percentual de reajuste, atingindo um preço de Cr\$16.655,39/t, a partir de 01/06/84, considerado razoável pelos produtores. Embora estes

houvessem reindicado percentual mais elevado, alegam, contudo, que este nível permitirá a sustentação da classe nesta safra. Outro fator positivo é que, ao se comparar os preços atuais da cana-de-açúcar (Cr\$16.655,39/t) com os de um ano atrás (Cr\$5.178,12/t, em 30/05/83), registra-se um aumento de 222%, consolidando a rentabilidade do setor canavieiro, na medida em que os resultados econômicos dos custos operacionais totais por hectare da cana-de-açúcar da safra que ora finda (1983/84), comparados aos da safra anterior (1982/83), apresentaram aumento médio de 182%.

O 4º Levantamento de Previsão de Estimativa de Safras, do Instituto de Economia Agrícola, realizado em abril p.p., revela 1.821.300ha de área plantada com cana-de-açúcar no Estado, que, comparada com a da safra anterior (1.733.500ha), mostra significativo aumento de 5,1%. Nos anos mais recentes, como determinadas regiões do Estado têm apresentado produtividade em torno de 80t/ha, as perspectivas de produção de cana são boas, devendo suprir com certa folga as necessidades das usinas e destilarias paulistas.

Face às perspectivas de aumento na produção de álcool paulista e aos preços diferenciados e compensatórios, espera-se uma resposta satisfatória do setor sucro-alcooleiro no Estado, como já vem ocorrendo, uma vez que, embora tenha havido redução na quota de açúcar, a seca dos primeiros três meses do ano poderá provocar alguma quebra, dificilmente ficando cana no campo, sem colher.

(IEA, 29/06/84)

QUADRO 52. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1974-84 ⁽¹⁾

(em US\$/t)

Mês	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	334,57	845,50	309,41	184,06	193,55	167,07	378,72	609,79	284,55	132,89	154,12
Fev.	465,43	749,94	297,93	189,57	187,15	181,64	502,09	530,86	289,40	142,16	147,70
Mar.	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	186,71	432,98	480,82	250,33	136,64	141,50
Abr.	476,69	528,58	310,07	221,57	167,51	172,59	468,25	394,62	212,80	147,24	133,33
Mai.	521,49	383,34	320,88	197,52	161,77	173,25	687,39	331,79	179,47	201,32	123,84
Jun.	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	179,65	679,01	362,60	151,43	236,87	...
Jul.	552,39	368,35	291,53	163,09	141,91	188,04	610,67	360,71	172,85	232,45	...
Ago.	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	195,32	700,40	332,01	152,10	234,00	...
Set.	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	218,49	765,87	257,84	127,81	208,61	...
Out.	871,72	310,51	177,21	156,48	197,75	263,52	895,50	266,89	129,82	214,79	...
Nov.	1.239,01	297,27	173,90	156,03	176,78	301,92	833,55	263,14	143,49	183,89	...
Dez.	990,46	291,09	166,62	178,55	176,56	329,51	634,92	286,09	140,40	171,08	...
Média	655,49	450,93	255,09	178,16	172,49	204,80	649,11	373,10	186,20	187,16	...

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova Iorque e Londres, FOB - Porto do Caribe.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 53. - Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Brasil, Safra 1984/85

Regiões e Unidades da Federação	Açúcar		Alcool	
	11.000 t	%	1.000 l	%
Norte-Nordeste				
Rondonia	-		9.960	...
Amazonas	-		2.400	...
Pará	11	...	2.640	...
Maranhão	27	...	23.576	...
Piauí	2	...	7.604	...
Ceará	40	...	14.560	...
Rio Grande do Norte	129	...	98.160	...
Paraíba	154	...	216.600	...
Pernambuco	1.647	...	443.000	...
Alagoas	1.333	...	680.800	...
Sergipe	83	...	26.400	...
Bahia	74	...	74.300	...
Total	3.500	41,2	1.600.000	17,7
Centro-Sul				
Minas Gerais	552	...	337.400	...
Espírito Santo	32	...	114.800	...
Rio de Janeiro	493	...	260.000	...
São Paulo	3.674	43,2	5.585.000	61,6
Paraná	170	...	587.140	...
Santa Catarina	31	...	12.000	...
Rio Grande do Sul	9	...	6.000	...
Mato Grosso	29	...	47.400	...
Mato Grosso do Sul	-		224.400	...
Goiás	10	...	290.000	...
Total	5.000	58,8	7.464.140	82,3
Brasil	8.500	100,0	9.064.140	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 54. - Produção de Açúcar e Participação Percentual, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, São Paulo, Brasil, 1980/81 a 1983/84 e Plano de Safra 1983/84

Estado e Região	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		Plano de safra 1983/84	
	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%
Centro-Sul	5.098.922	62,9	5.146.035	64,8	5.613.460	63,4	...		5.577.000	62,0
São Paulo	(3.842.348)	(47,4)	(3.915.168)	(49,3)	(4.300.339)	(48,5)	(4.341.528)	(47,8)	(4.261.000)	(47,3)
Norte-Nordeste	3.001.381	37,1	2.789.286	35,2	3.244.564	36,6	...		3.423.000	38,0
Brasil	8.100.303	100,0	7.935.321	100,0	8.858.024	100,0	9.086.084	100,0	9.000.000	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 55. - Produção de Alcool de Cana-de-Açúcar e Participação Percentual, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, São Paulo, Brasil, 1980/81 a 1983/84 e Plano de Safra 1983/84

Estado e Regiões	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		Plano de safra 1983/84	
	1.000 t	%	1.000 t	%	1.000 t	%	1.000 t	%	1.000 t	%
Centro-Sul	3.057.894	82,6	3.414.403	80,5	4.634.850	79,6	6.177.242	81,1
São Paulo	(2.607.897)	(70,4)	(2.833.641)	(66,8)	(3.814.652)	(65,5)	(5.397.933)	(68,6)	(4.794.080)	(63,0)
Norte-Nordeste	645.491	17,4	825.720	19,5	1.187.128	20,4	1.438.310	18,9
Brasil	3.703.385	100,0	4.240.123	100,0	5.821.978	100,0	7.871.083	100,0	7.615.552	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A cebola é cultivada em várias regiões do país, em épocas diversas, dependendo das condições climáticas e dos tipos de cultivo adotados tradicionalmente em cada região. O escalonamento da produção se dá da seguinte forma: a colheita da safra de soqueira (ou bulbinho), da região de Sorocaba, ocorre de abril a junho, ao mesmo tempo em que se inicia a colheita de claras precoces em Pernambuco, Bahia e São Paulo (Monte Alto e São José do Rio Pardo), que persiste até outubro. Já em setembro tem início a colheita de baías periformes da região de Araçatuba (Mirandópolis e Lavínia), Sorocaba (Piedade), Paranã, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que abastecem o país no final do ano. No suprimento do país, de janeiro a abril, predominam os bulbos provenientes do Sul, fechando o escalonamento da produção brasileira de cebola.

Em 1983, a colheita da principal safra paulista de baías periformes (regiões de Sorocaba e Araçatuba), que apresentou algum atraso, foi relativamente pequena, alcançando preços pouco favoráveis aos produtores. Para 1984, dados preliminares indicam um aumento na produção da ordem de 23% (quadro 56).

Nos Estados sulinos, onde as baías periformes têm maior expressão, a produção em 1983 registrou pequeno aumento (4%) em relação a 1982, estimando-se, porém, queda de aproximadamente 7% para 1984.

Os preços da safra de baías no mercado de São Paulo estiveram em baixa até meados de fevereiro deste ano, em função da presença da cebola paulista e da má qualidade dos bulbos sulinos, em consequência das chuvas. A partir de então, os preços se elevaram, tendo sido, de maneira geral, favoráveis aos produtores (quadro 57). Em função de os bulbos de procedência sulina começarem a apresentar sinais de "cansaço" em fins de março e princípio de abril e, também, da incidência de ICM sobre o produto em Santa Catarina a partir de abril p.p., a liquidação do remanescente da safra desse Estado foi antecipada. Em abril, além da cebola sulina, passou a participar dos principais mercados do país o produto nordestino, entrando a soqueira paulista no fim do mês.

O período em que se desenvolveu a cultura referente à safra de soqueira de 1983 caracterizou-se por excesso de chuvas, que prejudicou a execução dos tratamentos culturais e acarretou diminuição da produtividade, além da redução no nível de qualidade do produto, com a oferta de bulbos menores. Não obstante os preços terem sido satisfatórios no decorrer da referida safra, houve muitos casos de insucesso com a cultura. Tal fato, aliado aos preços mais atrativos e ao menor risco de culturas alternativas que empregam os mesmos equipamentos usados nesta atividade, em grande parte responde pela redução de área de 13,9% no plantio do presente ano em relação ao ano anterior, devendo ser esta a menor colheita dos últimos sete anos, segundo o IEA-CATI.

A estiagem e o excessivo calor ocorridos nos primeiros meses do presente ano provocaram maior concentração da colheita de soqueira nos meses de maio e junho, ficando para julho somente o remanescente da safra. A oferta do produto baiano, este ano mais precoce, fez cair o valor do restante ainda comercializável da soqueira. Todavia, os preços dessa safra, no geral, foram ainda favoráveis.

No Estado de São Paulo, a cultura de claras precoces, que é bastante suscetível ao ataque de doenças, em 1983 sofreu também ocorrência de granizo, excesso de chuvas e de umidade, tendo sido necessário, em grande número de casos, mais de um replantio. Como consequência, a safra paulista sofreu uma significativa redução; além disso, a colheita foi realizada tardiamente, o que poderia ter provocado substanciais elevações de preço em julho, não

fosse o porte da colheita nordestina. O emprego de semeadura direta na DIRA de Ribeirão Preto, embora incipiente, ajudou a contornar o problema.

No presente ano, os produtores de claras precoces, aversos aos riscos climáticos, concentraram mais os plantios nas épocas típicas regionais, esperando-se, portanto, a colheita mais concentrada em agosto.

A presente safra do médio São Francisco, predominantemente de claras precoces, da mesma forma que no ano passado, deverá concentrar-se em julho e princípio de agosto. Espera-se nesse período a coincidência desta com o pico da safra das regiões ceboleiras de São José do Rio Pardo e Monte Alto, com sensível baixa dos preços. Sendo em termos nacionais, a presente safra de claras, a maior dos últimos cinco anos, os preços recebidos pelos produtores deverão situar-se abaixo dos custos com prejuízos para os que venderem na referida época.

Com rápida diminuição da colheita do médio São Francisco, prevista para meados de agosto, espera-se recuperação dos preços a níveis competitivos para os produtores. A safra recorde da DIRA de Araçatuba prevista, deverá entretanto, impedir que os preços deste mês se elevem.

(IEA, 16/07/84)

QUADRO 56. - Principais Regiões Produtoras, Quantidades Produzidas, Épocas de Colheita e Comercialização de Cebola no Brasil, 1980-84

(em 1.000t)

Safra e origem	Épocas de colheita e de comercialização	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾
SOQUEIRAS (bairas)						
São Paulo	(Abr.) Mai.-Jun. (jul.)	67,4	78,5	59,3	60,4	55,3
MUDAS (claras precoces)						
Bahia	Mai.-Set.	40,1	40,8	46,0	53,0	54,2
Pernambuco	Mai.-Set.	87,0	70,7	54,1	92,7	83,4
DIRA Campinas (SP)	(Jun.) Jul.-Set. (Out.)	50,2	50,3	50,2	47,3	43,2
DIRA Rib. Preto (SP)	(Jun.) Jul.-Set. (Out.)	<u>48,7</u>	<u>42,0</u>	<u>47,3</u>	<u>28,6</u>	<u>51,2</u>
Total		226,0	203,8	197,6	221,6	232,0
MUDAS (bairas)						
DIRA Sorocaba (SP)	Out. Nov. (Dez.)	97,9	100,5	79,1	79,3	96,2
DIRA Araçatuba (SP)	Set. Out. (Nov.)	<u>12,7</u>	<u>7,4</u>	<u>7,8</u>	<u>6,2</u>	<u>8,9</u>
Total		110,6	107,9	86,9	85,5	105,1
Paraná	Dez.-Mar.	21,2	26,7	21,9	23,0	19,1
Santa Catarina	Dez.-Mar.	103,6	151,6	113,6	125,7	120,2
Rio Grande do Sul	(Nov.) Dez.-Mar. (Abr.)	<u>151,2</u>	<u>192,7</u>	<u>168,6</u>	<u>167,5</u>	<u>156,0</u>
Total Sul		276,0	371,0	304,1	316,2	295,3

(¹) Dados preliminares.

() Entre parênteses os meses de menor intensidade de comercialização.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs).

QUADRO 57. - Evolução do Mercado de Cebola em São Paulo, Ano Agrícola 1983/84⁽¹⁾

Índice	1983									1984		
	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Preço ⁽¹⁾	88	77	108	132	157	133	66	51	56	72	83	124
Quantidade	88	122	97	114	120	123	126	124	117	119	115	105

⁽¹⁾ Base: média mensal dos anos agrícolas 1979/80 a 1982/83 = 100.

⁽²⁾ Preços no Atacado da Cidade de São Paulo, corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

— Panorama Internacional

A área mundial plantada com feijão, que nos anos anteriores apresentava tendência crescente a uma taxa média de 9% a.a., sofreu sensível redução em 1983. Também a produção, que de 1981 para 1982 já havia tido uma pequena queda, caiu de 14 milhões de toneladas em 1982 para 12,8 milhões em 1983. Esses decréscimos deveram-se, basicamente, ao Brasil e aos Estados Unidos (quadro 58).

Apesar da pouca expressão do comércio internacional de feijão, as suas cotações elevaram-se em 1983 nos Estados Unidos, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), possivelmente como reflexo daquela situação da oferta mundial. Em Londres, as cotações médias do produto atingiram, em 1981, £412/t; em 1982, £361/t; e em 1983, £368/t.

A escassez do produto no mercado brasileiro, com a conseqüente elevação de preços verificada desde meados de 1983 até os primeiros cinco meses deste ano, levou o Governo a recorrer ao mercado internacional, autorizando importações até 30 mil toneladas, das quais de janeiro a abril tinham entrado no país apenas 7,3 mil toneladas (quadro 59), adquiridas a um preço médio de US\$497,00/t-CIF.

— Situação Interna

A produção de feijão, no Estado de São Paulo e no Brasil, vem experimentando reduções sistemáticas de área e produção, após as grandes safras alcançadas no ano agrícola 1981/82, fruto de políticas especiais de estímulo à cultura, consubstanciadas em preços mínimos remuneradores, crédito de custeio em volume satisfatório e a taxas acessíveis ao pequeno produtor, PROAGRO cobrindo integralmente o VBC, e disponibilidade de recursos para comercialização nas formas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF), este a taxas também razoavelmente baixas.

A partir do segundo semestre de 1983, entretanto, as novas diretrizes da política econômica nacional - vinculadas aos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) - resultaram em sérios retrocessos na política agrícola, afetando particularmente e de maneira muito intensa a disponibilidade e o custo do crédito para o setor. Enquanto o custo operacional de produção passou de Cr\$89.153,00/ha (produtividade de 780kg/ha), na safra das águas de 1982/83, para Cr\$269.383,00 (produtividade de 540kg/ha) na mesma safra de 1983/84 (estimativas do IEA para os produtores que utilizam tecnologia motomecanizada e animal-TMA), aumentando, portanto, 202%, os VBCs para as faixas intermediárias de produtividade (601 a 800kg/ha e 801 a 1.000kg/ha) foram reajustados em apenas 125% e 128%, passando para Cr\$90.600,00 e Cr\$112.900,00 por hectare, respectivamente, cobrindo somente entre 34% e 42% do total daquele custo operacional de produção na última safra das águas. O custo financeiro cresceu também extraordinariamente: se na safra das águas de 1982/83 os juros de custeio representavam cerca de 10% do custo operacional, na mesma safra de 1983/84 esse item passou para 23% (²).

O único instrumento de política agrícola que sofreu alterações no sentido de melhorar sua eficácia foi o PROAGRO, que para 1983/84, além de cobrir integralmente os valores

(²) Ver Capítulo 2, para mais informações.

do crédito de custeio no caso do feijão, passou a cobrir opcionalmente também os recursos próprios do agricultor empenhados na cultura. Vale lembrar que tal medida não teve efeitos práticos, dada a quase impossibilidade de acesso ao crédito (3).

Como resultado desse quadro de incertezas e dos retrocessos na política agrícola, observou-se a continuidade da tendência de declínio de área pelo segundo ano consecutivo após 1981/82, nas três safras do Estado, o mesmo ocorrendo para o Brasil (quadro 60).

Assim, após as grandes safras de feijão obtidas em 1981/82, foram plantados no Estado neste ano apenas 211,2 mil hectares na safra das águas, 207,0 mil na da seca e, de acordo com o primeiro levantamento IEA/CATI, 48,4 mil na safra de inverno, representando reduções de área de 31%, 16% e 26%, respectivamente, em relação àquele ano. Somou-se ao decréscimo de área, as quebras de produção, que afetaram principalmente a safra da seca, e que resultaram nas produtividades médias de 690kg/ha (779kg/ha em 1981/82) na safra das águas deste ano e, na da seca, de 542kg/ha (751kg/ha em 1981/82).

Desta forma, o Estado, que foi praticamente auto-suficiente na produção de feijão em 1982, com cerca de 493 mil toneladas - para um consumo em anos recentes estimado entre 450 mil e 500 mil toneladas, dependendo do nível de preços do produto - tornou-se grande importador a partir de 1983. Em 1984, as três safras somadas não deverão chegar a 310 mil toneladas, cobrindo, se tanto, 2/3 do consumo total.

O panorama para o Brasil é semelhante ao que vem ocorrendo no Estado. Para o ano agrícola 1983/84, a área plantada total deverá apresentar queda pelo segundo ano consecutivo, devendo ficar próxima dos 5,1 milhões de hectares, menor portanto que os 5,4 milhões de 1982/83 e os 6,3 milhões de 1981/82. Quanto à produção (entre 2,4 e 2,5 milhões de toneladas), deverá ser pouco superior à do ano passado, quando problemas climáticos causaram grandes perdas de rendimento. Se assim for, será praticamente igual ao consumo nacional estimado, de 2,5 milhões de toneladas, não permitindo a formação de estoques estratégicos, hoje praticamente inexistentes.

A situação de escassez do produto, somada à incerteza relacionada à política agrícola e de comercialização do Governo, gerou um clima de intensa perturbação no mercado desde o segundo semestre de 1983, surgindo em diversos momentos notícias de especulação com o produto por parte de alguns importantes agentes da cadeia de comercialização e, inclusive, de fraudes. Tal situação provocou elevação de preços para o consumidor na Cidade de São Paulo, passando de Cr\$326,00/kg (média de todos os tipos), em maio de 1983 (época de pico de safra), para Cr\$2.296,00/kg em maio de 1984, com aumento de 604%.

A crise de abastecimento do produto atingiu seu ponto máximo em abril de 1984, quando o preço médio no atacado atingiu Cr\$108.372,00/saca, levando o Governo a autorizar as importações.

Adicionalmente, a atualização da dívida contraída pelo produtor rural pela correção monetária (que passou a ser plena no final de 1983) introduziu um novo fator de risco na atividade, que, aliado ao drástico corte na disponibilidade de recursos a nível dos agentes financeiros, obrigou o produtor de feijão a utilizar basicamente recursos próprios no ano agrícola de 1983/84. Segundo as informações colhidas junto às regiões produtoras, estes problemas ligados ao crédito parecem ser um dos principais fatores de desestímulo à cultura e de redução da área plantada.

Os preços mínimos para a cultura no ano agrícola 1983/84 também não foram fixados em níveis satisfatórios. O preço mínimo de Cr\$20.457,00/saca, que vigorou para a última safra

(3) Ver Capítulo 6, para maiores informações sobre política agrícola.

das águas, representou aumento de 196% em relação a 1982/83; o preço mínimo da safra da seca de 1983/84, de Cr\$30.078,60/saca, significou aumento de 236% em relação ao ano passado. Os custos de produção por saca, estimados pelo IEA para 1983/84, foram de Cr\$20.722,00 na safra das águas e de Cr\$34.041,00 na safra da seca. De qualquer forma, os preços mínimos foram inócuos, em vista dos níveis superiores de preços praticados no mercado.

Outro instrumento de política seriamente comprometido pelas restrições no orçamento monetário foi o AGF e o EGF, cuja escassez de recursos foi fator adicional no sentido de levar os agricultores a se desfazerem rapidamente de sua produção. Para que se tenha uma idéia do drástico corte no volume de EGF para feijão, já em 1983 o volume total de aplicações foi de Cr\$89,2 bilhões, enquanto em 1982 foi de Cr\$285,0 bilhões, segundo dados da Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Para 1984, a redução deverá ser ainda maior.

O preço médio recebido pelos produtores durante a comercialização da safra das águas de 1983/84 ficou em torno de Cr\$35.493,50/saca e o da seca em Cr\$96.569,20/saca. Desde meados do ano passado até aqui (maio a maio), os preços recebidos pelos produtores de São Paulo cresceram 508% (quadro 61).

— Perspectivas

Ao se considerar os preços de mercado (preço recebido pelo produtor) como principal elemento na tomada de decisão de quanto plantar, principalmente para as culturas temporárias, deveríamos concluir que a área de feijão das próximas safras seria ampliada, uma vez que os preços reais recebidos pelos produtores mostram tendência e valores semelhantes aos verificados em 1980 e primeiros meses de 1981, que resultaram em grandes níveis de produção no ano agrícola seguinte. A análise do desempenho do atual ano agrícola, em seu final, mostra preços ao produtor altamente remuneradores, pelo menos a partir de meados do ano passado; mas a escassez e o custo dos créditos de custeio e de comercialização parecem constituir fatores limitantes do nível da atividade, mais fortes que o estímulo dos preços - e as três últimas safras colhidas (seca, 1982/83, águas e seca 1983/84) sofreram redução de área em relação às respectivas safras anteriores.

Dadas as atuais taxas de inflação e a defasagem de três a quatro meses entre a colheita de uma safra e o plantio da safra seguinte, por maior que seja a remuneração do produtor por ocasião da comercialização do seu produto, seus recursos próprios serão insuficientes para garantir a totalidade do plantio planejado, tornando-se fundamental que seja garantido o acesso do agricultor ao crédito, o que inclui não só volume suficiente de recursos, mas também o retorno do crédito de custeio com algum grau de subsídio. Estas medidas parecem tanto mais importantes quando se leva em conta que o custo operacional estimado pelo IEA para a próxima safra das águas de 1984/85 é de Cr\$1.041.660,00/ha (TMA), ou seja, Cr\$65.104,00/saca.

Outra medida que se encontra em discussão atualmente, resultado de reivindicação do setor produtivo, refere-se à possível isenção, ou redução do ICM do feijão (4), hoje de 17%, e que poderá gerar benefícios variáveis para o consumidor e produtor, além de viabilizar, a médio prazo, a organização dos produtores de feijão em cooperativas.

Assim, apesar dos altos preços de mercado em vigor atualmente, a persistir a situação atual da política agrícola - que não deverá sofrer grandes alterações este ano - e dado o ritmo de crescimento dos custos de produção, não se pode esperar crescimento de área. Ainda mais, se as safras em andamento no país, apesar de pequenas, forem bem sucedidas, os preços recebidos pelo produtor tenderão a se estabilizar ou, mesmo, a cair em termos reais, retirando o único estímulo à produção que se vislumbra hoje; neste caso, é provável que a área continue caindo na próxima safra das águas.

(IEA, 16/07/84)

(4) Vários produtos agrícolas já contam com isenção ou redução efetiva de alíquota do ICM em São Paulo: verduras, legumes, frutas frescas (exceto maçã e pera), ovos, leite, batata, cebola e pescado estão isentos; milho tem alíquota de 4,2%, amendoim 6,8%, frango 5,1%, carne de porco, 7,2%, carne bovina 14,5%, maçã 10,2%.

QUADRO 58. - Área, Produção e Rendimento, Segundo Principais Países Produtores e Total Mundial, 1974-83

Item	1974-76	1981	1982	1983
Área (1.000ha)				
Brasil	4.165	5.031	5.929	4.129
México	1.540	2.150	1.712	2.103
Estados Unidos	603	899	714	451
China	1.731	1.763	1.560	1.558
Índia	8.439	9.039	9.000	9.000
Outros	<u>6.457</u>	<u>6.035</u>	<u>6.229</u>	<u>6.153</u>
Mundo	22.935	24.917	25.144	23.394
Produção (1.000t)				
Brasil	2.120	2.339	2.906	1.641
México	913	1.469	1.093	1.427
Estados Unidos	841	1.460	1.123	710
China	1.711	1.751	1.656	1.765
Índia	2.469	2.944	2.700	2.900
Outros	<u>3.949</u>	<u>4.298</u>	<u>4.522</u>	<u>4.402</u>
Mundo	12.003	14.261	14.000	12.845
Rendimento (kg/ha)				
Brasil	509	465	490	397
México	593	683	638	679
Estados Unidos	1.393	1.623	1.574	1.575
China	988	993	1.062	1.120
Índia	293	326	300	322
Outros	<u>...</u>	<u>...</u>	<u>...</u>	<u>...</u>
Mundo	523	572	557	549

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 59. - Importação e Exportação de Feijão, Brasil, 1980-84

Ano	Importação	Exportação
1980	39.886,8	1.679,0
1981	3.799,7	6,1
1982	3.495,3	6.648,8
1983	1.404,6	14.937,5
1984	7.257,7 ⁽¹⁾	754,3 ⁽²⁾

⁽¹⁾ De janeiro a abril.

⁽²⁾ De janeiro a março.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

QUADRO 60. - Área Colhida, Produção e Rendimento da Cultura de Feijão no Estado de São Paulo ⁽¹⁾, e Brasil, 1979/80 a 1983/84

Ano	Safrã das águas (1. ^a safra)						Safrã da seca (2. ^a safra)					
	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento(kg/ha)		Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)	
	S.Paulo	Br	S.Paulo	Br.	S.Paulo	Br.	S.Paulo	Br.	S.Paulo	Br.	S.Paulo	Br.
1979/80	195,3	2.286,1	133,8	1.169,1	685	511	264,6	2.353,0	149,4	799,8	565	340
1980/81	223,7	2.525,3	138,0	1.367,0	617	541	348,5	2.504,5	192,3	971,7	552	388
1981/82	306,4	3.419,9	238,8	1.670,1	779	489	311,4	2.512,8	254,4	1.237,1	817	492
1982/83 ⁽²⁾	255,0	2.334,2	151,8	900,4	595	386	291,7	1.734,6	166,6	686,5	571	396
1983/84 ⁽³⁾	211,2	1.837,4	145,8	1.058,7	690	576	255,4	3.401,6	163,9	1.427,4	642	420

⁽¹⁾ Os dados de São Paulo da 2.^a safra (da seca) incluem a safra de inverno. Os dados da safra de inverno de área e produção são, respectivamente, 65,2 e 69,6 para 1981/82, 51,0 e 43,3 para 1982/83 e 48,4 e 51,7 para 1983/84, nas mesmas unidades do quadro.

⁽²⁾ A área plantada total estimada pela intenção de plantio em cada safra de 1982/83 resultaria em 5.385,4 mil ha segundo o IBGE.

⁽³⁾ Dados para o Brasil da CFP.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 61. - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	1.228,90	18.249,16	4.725,30	33.269,41	3.367,10	12.177,11	7.957,80	14.044,72	33.474,00	18.863,60
Fev.	1.316,90	18.763,19	4.295,00	27.874,55	3.468,10	11.737,78	7.707,17	12.770,00	44.285,00	22.231,07
Mar.	1.735,20	23.197,88	4.612,30	27.882,27	3.957,90	12.492,71	10.608,30	15.966,55	69.499,00	31.730,46
Abr.	1.978,20	24.596,93	6.480,40	37.143,06	4.248,60	12.727,95	14.317,10	19.733,25	113.923,00	47.743,99
Mai.	2.116,30	25.158,57	6.193,20	33.424,08	4.741,30	13.384,68	13.960,90	18.033,29	84.911,00	32.677,14
Jun.	2.191,80	24.613,91	4.985,00	25.754,50	4.660,80	12.184,26	17.618,00	20.267,74
Jul.	2.436,10	25.223,37	4.270,30	28.995,35	4.665,60	11.499,77	20.851,00	21.170,02
Ago.	2.946,40	28.535,88	5.097,60	23.482,60	4.951,80	11.536,20	23.998,00	22.127,59
Set.	3.002,10	27.613,31	6.037,30	26.469,93	4.820,17	10.833,33	38.898,00	31.798,72
Out.	4.708,20	40.230,62	6.278,10	26.378,06	5.247,76	11.254,63	42.336,00	30.556,43
Nov.	4.500,80	35.761,10	5.857,80	23.371,45	5.422,12	11.075,76	38.591,00	25.686,55
Dez.	4.262,40	31.977,37	3.837,70	14.751,35	5.897,00	11.348,77	34.540,00	21.374,73

(¹) Preços reais em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2", de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

MANDIOCA

Conforme dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção nacional de mandioca do corrente ano agrícola 1983/84 está estimada em 20,7 milhões de toneladas, em comparação com 21,7 milhões em 1982/83. Essa diminuição ocorreu, basicamente, em função da retração de área em alguns Estados da Região Nordeste do país e também da Região Centro-Sul.

No Estado de São Paulo, segundo estimativa de abril p.p. do Instituto de Economia Agrícola (IEA), a produção de mandioca da atual safra de 1983/84 deverá se situar em 695,0 mil toneladas, contra 810,0 mil em 1982/83.

Embora a participação do Estado na produção nacional seja pequena, a cultura adquire importância em termos agroindustriais, uma vez que São Paulo, juntamente com os Estados de Santa Catarina e Paraná, são exportadores de farinha de mandioca para outros Estados, notadamente os da Região Nordeste e o Estado do Rio de Janeiro.

A queda na produção se deve ao decréscimo de área, como se pode verificar pelo quadro 62. Na Divisão Regional Agrícola de Marília, onde se concentra a produção do Estado, a cultura vem se retraindo em termos de área e sendo deslocada para terras de fertilidade inferior, em função da expansão das lavouras de cana e soja. Além da competição por terra, a cultura da cana-de-açúcar compete com a de mandioca também em mão-de-obra; segundo depoimento de agricultores e proprietários de fábricas de farinha, os trabalhadores dão preferência à colheita de cana-de-açúcar, em função de melhor remuneração.

Verifica-se, também, que há uma tendência de aumento de área de cultivo própria das indústrias, o que pode estar se refletindo na elevação do rendimento, como se observa no quadro 62, em função de melhor condução da lavoura, principalmente em termos de maior preocupação com a sanidade das manivas e escolha de variedades, assim como da utilização de fertilizantes.

Outro fator que deve ter contribuído para a redução da área de mandioca são os baixos níveis de preços recebidos pelos produtores, já que houve, em termos nominais, pouca variação nos anos de 1981 e 1982 (quadro 63).

Todavia, apesar da competição com as outras culturas, as perspectivas para a próxima safra de 1984/85 são de expansão de área. Isso porque o mercado de farinha apresentou recuperação a partir de agosto de 1983, devido basicamente à elevação da procura por parte da Região Nordeste, em decorrência das seguidas secas, à paralisação de fábricas de farinha em Santa Catarina, em virtude das enchentes, e também à baixa oferta de raiz no Estado de São Paulo, causada pela redução de área e por incidência de bacteriose. Dessa forma, os preços da raiz e da farinha experimentaram substanciais elevações em todos os segmentos (quadros 63 e 64).

Os preços médios de farinha de mandioca crua grossa e de farinha torrada, em maio de 1984, apresentaram acréscimos de 714,0% e 706,0%, respectivamente, em relação a maio de 1983. Os preços recebidos pelos produtores no mesmo período cresceram 859,0%. A grande defasagem entre a oferta e a demanda explica essa grande valorização.

(IEA, 03/07/84)

QUADRO 62. - Área, Produção e Rendimento de Mandioca, Estado de São Paulo, 1981/82 a 1983/84 ⁽¹⁾

DIRA	Área (ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (t/ha) ⁽²⁾		
	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84
São Paulo	2.700	2.300	2.300	21	22	22	11,9	14,9	14,9
Vale do Paraíba	3.550	2.850	3.400	66	32	62	23,3	18,1	21,4
Sorocaba	1.450	1.400	1.900	14	18	23	16,6	20,0	17,7
Campinas	8.800	9.900	9.700	164	155	163	29,3	27,4	29,5
Ribeirão Preto	2.150	2.330	1.300	33	36	25	21,0	22,9	23,7
Bauru	2.500	3.925	3.500	33	65	42	22,8	22,4	22,5
São José do Rio Preto	2.330	2.425	1.500	20	24	14	13,2	16,2	13,5
Araçatuba	700	195	400	6	9	7	15,1	17,8	27,5
Presidente Prudente	3.950	4.165	2.900	58	87	78	22,8	24,9	30,5
Marília	27.100	23.280	17.700	359	362	259	19,3	33,0	21,4
Estado	55.200	53.370	44.600	774	810	695	20,8	21,6	23,1

⁽¹⁾ Inclui em 1981/82 9.900ha de mandioca para mesa com 98.570t e 18.000ha de mandioca nova; em 1982/83, 8.870ha de mandioca para mesa com 98.940t; e em 1983/84, 8.300ha de mandioca de mesa com uma produção de 116.000t e 14.400ha de mandioca nova.

⁽²⁾ Calculado com base na área colhida.

Obs: Os rendimentos foram obtidos a partir da área em produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 63. - Preços Médios de Mandioca para Indústria Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/t)

Mês	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	1.295,30	-	5.953,70	6.810,00	32.484,00
Fev.	1.286,20	5.245,00	6.344,10	6.796,30	38.798,00
Mar.	1.844,40	5.926,10	6.278,00	7.603,70	51.600,00
Abr.	1.997,00	6.457,40	6.287,70	7.694,70	65.312,00
Mai.	2.656,80	5.023,20	6.507,80	8.406,50	80.588,00
Jun.	3.111,50	5.392,60	6.606,60	9.232,30	...
Jul.	3.128,10	3.792,30	6.093,60	9.557,20	...
Ago.	3.503,80	3.852,20	6.210,60	10.860,80	...
Set.	3.274,20	4.612,20	4.362,59	18.416,70	...
Out.	3.706,20	5.058,00	6.049,11	24.964,30	...
Nov.	4.003,40	5.877,20	5.875,78	26.802,60	...
Dez.	5.588,20	6.144,30	6.355,20	27.344,80	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 64. - Preços Médios de Farinha de Mandioca Crua Grossa e Torrada, Mercado Atacadista de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/kg)

Mês	Crua grossa					Torrada				
	1980	1981	1982	1983	1984	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	14,50	34,00	34,50	49,00	213,00	16,50	39,00	36,60	54,00	238,00
Fev.	14,50	34,00	35,00	49,00	297,00	16,50	39,00	39,00	57,00	325,00
Mar.	14,50	34,00	35,00	49,00	349,00	16,50	39,00	39,00	57,50	373,00
Abr.	15,00	34,00	35,00	49,00	422,00	17,20	39,00	39,00	57,50	499,00
Mai.	16,60	33,50	35,00	56,73	462,00	19,20	38,75	39,00	62,05	500,00
Jun.	18,50	29,00	35,00	58,21	475,00 ⁽¹⁾	20,50	36,50	39,00	63,21	500,00 ⁽¹⁾
Jul.	18,50	27,00	35,00	84,00	...	21,00	35,40	39,00	92,00	...
Ago.	17,80	25,40	36,20	95,00	...	20,80	30,20	41,10	110,00	...
Set.	19,40	24,60	39,20	154,00	...	22,60	28,30	44,50	199,00	...
Out.	24,50	30,00	44,00	190,00	...	26,70	32,00	51,00	225,00	...
Nov.	30,10	31,40	44,50	190,00	...	32,40	33,40	51,00	225,00	...
Dez.	33,55	33,00	45,00	190,00	...	36,72	35,00	51,00	225,00	...
Média	19,78	30,82	37,78	101,16	...	22,21	35,46	42,43	118,93	...

⁽¹⁾ Até 15/06/84.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

A última previsão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), de junho de 1984, estima a área plantada com milho, nos Estados Unidos, em 32,3 milhões de hectares, superior em 35,7% relativamente à área plantada no ano anterior, mas abaixo da expectativa geral, dos 33,0 milhões de hectares. Este fato se traduziu em mercado altista, ao menos a curto prazo, visto que a produção, em torno de 193 milhões de toneladas, apesar de consideravelmente superior à baixa produção da temporada anterior, deverá situar-se aquém das estimativas preliminares de 207 milhões de toneladas (quadro 65).

As exportações americanas deverão registrar pequeno incremento, apesar de o consumo mundial ainda se apresentar modesto em relação aos primeiros anos da década de 80, agravado com o fortalecimento do dólar, que não tem perspectivas de queda, principalmente em função de ser um ano eleitoral nos Estados Unidos.

O balanço de oferta e demanda de milho estadunidense aponta um estoque final de 23,3 milhões de toneladas, que não é considerado amplo. A baixa reposição dos estoques cria um clima de muita atenção no mercado, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da atual safra.

O clima nos Estados Unidos é de indefinição, apresentando excesso de chuvas no Oeste e falta no Leste. O Estado de Iowa, um dos mais importantes produtores de milho dos Estados Unidos, sofreu inundações, havendo necessidade de replantio. Embora seja prematura uma previsão de queda na produção, analistas mostram-se atentos, face ao mercado apresentar-se vulnerável em razão da estreita oferta.

A evolução dos preços internacionais de milho mostrou razoável sustentação no mercado, não sofrendo quedas tão acentuadas, se comparados aos preços da soja. As tendências de firmeza das cotações estão na dependência, em particular, do desempenho da safra americana e da efetivação de quebra de safra de grãos na URSS. A produção russa está atualmente prevista em 180 milhões de toneladas, inferior à sua meta de 200 milhões, o que poderá gerar expectativa de incremento das exportações mundiais.

— Situação Interna

De acordo com estimativas de junho, a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) calcula a área nacional de milho da safra 1983/84 em 12,2 milhões de hectares, contra 11,8 milhões plantados no ano passado, o que representa incremento de 3%. Esse aumento de área deveu-se aos estímulos de preços de mercado na época de plantio, com expectativa de boa rentabilidade este ano.

A ocorrência do veranico em janeiro, na Região Centro-Sul, provocou prejuízos à cultura nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e, com maior intensidade, no Rio Grande do Sul, reduzindo o nível de produtividade. Por conseguinte, a safra nacional, apesar de superar a frustrada safra 1982/83, sofreu uma quebra de cerca de um milhão de tone-

ladas relativamente às estimativas iniciais, sendo reavaliada atualmente em 21,2 milhões de toneladas (já incluída a estimativa da safra de inverno do Paraná, de 150 mil toneladas). A redução deveu-se basicamente à menor colheita na Região Centro-Sul, porquanto as previsões para as Regiões Norte e Nordeste apresentaram-se otimistas, com uma produção de 1,7 milhão de toneladas.

No que concerne ao abastecimento de milho para este ano, segundo a mesma fonte, o balanço de oferta e demanda espelha um pequeno excedente de safra. Assumindo a concretização da safra em 21,2 milhões de toneladas e aceitando-se o estoque inicial de um milhão de toneladas, totaliza-se uma oferta em 1984 de 22,2 milhões de toneladas. Há muitas divergências em torno do volume real disponível em estoque, pois o montante mencionado refere-se à posição de primeiro de janeiro e, portanto, parcela deste milho foi consumida através de leilões da CFP nos primeiros meses do ano, período crítico de entressafra.

O consumo interno de milho em 1984 deverá, segundo a CFP, manter-se em torno de 20 milhões de toneladas, refletindo a retração do setor consumidor. A alta dos preços de milho no final do ano passado acentuou o processo de retração do consumo, que vem caindo desde 1981. Segundo a Associação dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO), a produção nacional de carne de frango no primeiro semestre deste ano reduziu-se em relação ao mesmo período de 1983. Embora essa mesma fonte aponte lenta recuperação do setor nesses últimos meses, os resultados finais tendem ainda a revelar-se inferiores aos do ano passado. A situação da suinocultura não é diferente, pois, embora a rentabilidade desta atividade tenha melhorado, não se registra aumento no plantel de maneira a se prever recuperação real do setor. Desta forma, uma reação substancial no consumo, pelo menos a curto prazo, delinea-se pouco promissora.

Em função da inibição do consumo, o fechamento do balanço para este ano estima um excedente de safra, ou estoque final, de 2,2 milhões de toneladas. Essa conjuntura poderia possibilitar a liberação de parte desse excedente para exportação, constituindo até estímulo ao produtor, pois aqueceria o mercado. Entretanto, face à entrada no mercado internacional da safra americana a partir de setembro próximo, as cotações internacionais tendem a baixar, o que representa ter o país perdido provavelmente a melhor oportunidade de exportação.

Quanto à comercialização, os produtores de milho deparam com a adoção pelas indústrias de ração de uma política de efetuarem suas compras da "mão para a boca", ou seja, não se interessando por manutenção de estoques, deixando esta incumbência por conta do produtor, em vista não só do alto custo financeiro desta operação, como também pela segurança da cobertura de suas necessidades pela safra. A falta de recursos para estocagem agravou a situação dos produtores, já que a grande maioria não se encontra capitalizada para arcar com tais despesas. O procedimento mais adotado tem sido o de comercializar primeiramente a soja e o algodão; na falta dessas opções, comercializam parte da produção de milho até o limite de suas dívidas bancárias, quando, então, aguardam melhores preços.

Assim, a comercialização processa-se morosamente e os preços praticados no mercado são considerados insatisfatórios, mantendo-se achatados desde o início da safra, entre Cr\$8.000,00 e Cr\$9.000,00/60kg, retratando perda real quando considerada a inflação no período.

A ampla defasagem do preço mínimo de garantia estabelecido em primeiro de fevereiro (Cr\$6.180,00/60kg) afastou qualquer possibilidade de aquisição governamental do produto durante esta safra, alterando assim a prática usual de compras de milho por parte do Governo que vigorou nos últimos anos.

Para o Estado de São Paulo, as estimativas do IEA-CATI, realizadas em abril, indicam para 1983/84 produção de 2,9 milhões de toneladas, volume 8,2% inferior ao da safra pas

sada, apesar do incremento na área plantada de 5,1% (quadro 66). A redução na produção é atribuída à queda na produtividade, afetada, principalmente, pela estiagem de janeiro e, em parte, pelos altos custos dos insumos que com certeza provocaram menor utilização nas lavouras.

O consumo estadual, que em 1980 (auge do consumo) era estimado em 5,5 milhões de toneladas, hoje está previsto em torno de 4 milhões de toneladas, devido principalmente à redução da aquisição pelas fábricas de ração, as quais têm peso considerável na demanda estadual, devido à grande concentração deste setor industrial no Estado.

A evolução dos preços médios reais recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo, nos primeiros meses de 1984, mostraram-se superiores aos do ano passado, embora cumpra salientar que o primeiro semestre de 1983 foi caracterizado como um dos períodos mais críticos para a comercialização do milho desde 1977. A tendência à queda real nos preços contraria a expectativa de boa rentabilidade, que aliada aos elevados preços obtidos pela soja, feijão e algodão configuram um quadro de desestímulo a esta atividade (quadro 67).

A partir do término da colheita em meados de julho, a falta de estoque, tanto a nível de indústria como a nível de Governo, combinada com as perspectivas de preços ascendentes da carne bovina, favorecendo o consumo de carnes de aves e de suínos, têm constituído os principais indicadores para motivar a ascensão de preços no segundo semestre. Contudo, não são previstas altas acentuadas, evoluindo provavelmente o suficiente para acompanhar os encargos financeiros.

No que concerne à área a ser plantada com milho na safra 1984/85, no Estado de São Paulo, diante do desempenho da atual comercialização, pode-se esperar redução da área, possivelmente retornando aos níveis da safra 1982/83.

A gradativa redução do subsídio ao crédito agrícola implica uma decisão cada vez mais capitalista do lavrador quanto ao que plantar, buscando culturas mais rentáveis. Desta maneira, as evidências até o momento indicam que o milho poderá perder área para a soja e para o algodão em regiões onde essa substituição for possível e, quando não, como é o caso da região de Sorocaba, onde a concentração maior é de pequenos produtores, a opção poderá se voltar para o feijão, cultura que apresenta preços de mercado estimulantes.

Quanto ao preço base de garantia para a próxima safra, ainda não divulgado, pode se prever que o mesmo venha a se situar próximo a Cr\$13.000,00/60kg, com a intenção de se estimular o plantio, sem causar, por outro lado, maiores ônus aos segmentos de consumo (avicultura e suinocultura), os quais já enfrentam dificuldades em repassar seus custos ao consumidor final.

(IEA, 02/06/84)

QUADRO 65. - Balanço de Oferta e Demanda de Milho, Estados Unidos, 1983/84 e 1984/85

(em milhões de toneladas)

	1983/84	1984/85 ⁽¹⁾	(%)
Oferta			
Estoque inicial	79,8	13,2	-83,5
Produção	106,8	193,0	80,7
Oferta total	186,6	206,2	10,5
Demanda			
Ração	101,0	105,4	4,4
Alimentação e semente	24,1	26,0	7,9
Exportação	48,3	51,4	6,4
Demanda total	173,4	182,9	5,5
Estoque final	13,2	23,3	76,5
Preço médio estimado produtor	3,3	2,8	-15,2

(¹) Estimativa referente a junho.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 66. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Milho, por DIRA, Estado de São Paulo, 1980/81 a 1983/84

DIRA	Área (1.000ha)				Produção (1.000t)				Rendimento (kg/ha)			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾
São Paulo	16,3	32,4	30,5	29,6	36,3	91,8	81,0	78,9	2.227	2.833	2.656	2.666
Vale do Paraíba	31,1	24,0	23,8	23,3	45,9	45,0	44,8	33,6	1.476	1.875	1.881	1.442
Sorocaba	211,4	232,9	175,4	203,0	478,2	580,2	395,9	457,4	2.262	2.491	2.257	2.253
Campinas	167,9	170,0	102,5	103,6	366,0	337,8	264,7	241,5	2.180	1.987	2.582	2.331
Ribeirão Preto	206,2	285,7	271,5	290,9	607,2	841,8	871,4	858,9	2.945	2.946	3.210	2.953
Bauru	47,9	80,4	69,8	73,1	87,3	195,0	158,3	142,2	1.823	2.425	2.268	1.945
São José do Rio Preto	161,8	187,9	180,8	179,8	364,5	517,8	511,0	397,2	2.253	2.756	2.826	2.209
Araçatuba	118,2	108,7	109,0	109,4	297,6	311,4	340,8	275,1	2.518	2.865	3.127	2.515
Presidente Prudente	96,5	87,2	79,9	88,0	196,5	202,2	169,0	158,1	2.036	2.319	2.115	1.797
Marília	119,3	121,5	122,8	124,7	273,3	269,4	322,2	256,8	2.291	2.217	2.624	2.059
Total	1.176,6	1.330,7	1.166,0	1.225,4	2.752,8	3.392,4	3.159,0	2.900,4	2.340	2.549	2.709	2.367

(¹) Dados preliminares.

QUADRO 67. - Preços Médios de Milho Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/sc.60kg)

	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)	Corrente	Real (¹)
Jan.	293,60	4.359,96	818,90	5.765,63	1.032,60	3.734,40	1.719,90	3.035,45	9.964,00	5.615,01
Fev.	279,40	3.980,89	754,40	4.896,06	995,40	3.368,93	1.849,31	3.064,12	9.636,00	4.837,27
Mar.	274,10	3.664,44	682,80	4.127,66	982,20	3.100,22	1.890,40	2.845,24	8.247,00	3.765,25
Abr.	277,10	3.445,46	623,20	3.571,93	981,30	2.939,78	1.937,80	2.670,87	8.337,00	3.494,87
Mai.	280,60	3.335,77	617,40	3.332,05	944,80	2.667,17	2.033,90	2.627,19	8.813,00	3.393,01
Jun.	293,80	3.299,37	614,00	3.172,17	947,10	2.475,91	2.687,40	3.091,58
Jul.	364,60	3.775,07	634,00	3.117,12	974,90	2.402,93	3.175,40	3.223,98
Ago.	442,00	4.280,77	674,00	3.104,85	1.042,80	2.429,41	4.075,00	3.757,39
Set.	466,80	4.293,63	745,90	3.270,32	1.067,00	2.398,08	8.183,00	6.689,52
Out.	573,00	4.896,17	793,10	3.332,29	1.263,35	2.709,76	9.274,30	6.693,82
Nov.	721,90	5.735,86	915,00	3.650,67	1.299,50	2.654,49	9.192,10	6.118,35
Dez.	755,40	5.667,16	1.016,80	3.908,38	1.530,20	2.944,87	9.432,40	5.837,15

(¹) Preços em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Soja

- Panorama internacional

A produção mundial das oito principais oleaginosas em 1983/84 foi estimada, preliminarmente, em 165,4 milhões de toneladas, 8% inferior à da safra precedente. A participação da soja nesse volume é de 48,6% e a do amendoim, 11,4%.

A produção mundial de soja em 1983/84, atualmente estimada em 78,9 milhões de toneladas, apresentou decréscimo de 17% em relação a 1982/83, constituindo-se na principal causa da redução da oferta mundial de oleaginosas. A maior parte desse declínio ocorreu nos Estados Unidos, cuja produção, segundo a "Oil World", foi estimada em 41,5 milhões de toneladas, 31,6% inferior à de 1982/83, devido às condições climáticas adversas (seca).

A cotação média da soja em grão no mercado internacional, em 1983/84, foi de US\$281,67/t CIF-Rotterdam, 15,2% superior à da safra anterior, devido à menor oferta de soja e de oleaginosas em geral (quadro 68).

O consumo mundial de óleo de soja foi estimado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 13,3 milhões de toneladas, ligeiramente inferior (-2,4%) ao da safra 1982/83. Mesmo assim, dada a menor oferta de oleaginosas, houve elevação da cotação média do óleo de soja em 1983/84, que foi de US\$519,00/t FOB-Decatur, 28% superior à do ano anterior (quadro 69).

O consumo mundial de farelo de soja foi estimado pelo USDA em 58,0 milhões de toneladas, 5% inferior ao de 1982/83. A possibilidade de utilização de produtos alternativos ao farelo de soja contribuiu, em grande parte, para a queda verificada no consumo. A cotação média do farelo de soja foi de US\$237,83/t CIF-Rotterdam, 9,1% superior à de 1982/83.

A menor disponibilidade de oleaginosas e, em particular, de soja deverá refletir-se na manutenção da firmeza das cotações internacionais em 1984. A presença da URSS no mercado, nos próximos meses, poderá constituir-se em fator decisivo para maior recuperação das cotações do farelo de soja. A longo prazo, de outubro em diante, as perspectivas são de enfraquecimento no mercado, principalmente de óleo de soja, devido à entrada da safra estadunidense de soja e da produção de óleo de palma da Malásia e Indonésia.

- Situação interna

A produção brasileira de soja em 1983/84, atualmente estimada em 15,96 milhões de toneladas, embora perfazendo um volume 9,44% superior ao da safra 1982/83, ficou abaixo das expectativas iniciais de produção (17,0 milhões de toneladas). A perda de aproximadamente 1,0 milhão de toneladas teve como causa principal a quebra verificada na produtividade média desta safra, preliminarmente estimada em 1.686kg/ha, cerca de 5,9% inferior à de 1982/83. Tal resultado pode ser atribuído à maior utilização de sementes de baixo poder germinativo, ao menor uso de fertilizantes e aos diversos períodos de estiagem que prejudicaram as lavou ras. Contudo, a produção brasileira de soja em 1983/84 constituiu-se em um novo recorde, superior em 5% ao de 1979/80, quando foram colhidos 15,2 milhões de toneladas (quadro 70). Isto se deveu à expansão da área de cultivo nesta safra, hoje estimada em 9,48 milhões de hectares, o que representa acréscimo de 16,4% em relação à do ano passado.

Rio Grande do Sul e Paraná, apesar de manterem a condição de primeiro e segundo Estados produtores, reduziram suas participações no volume total produzido em 1983/84, comparativamente às de 1982/83, passando o primeiro de 36,15% para 35,02% e o segundo, de 29,63% para 26,32%.

Mato Grosso do Sul praticamente manteve sua posição na produção nacional em 1983/84, representando 12,53% da mesma. Já Mato Grosso e Santa Catarina elevaram suas participações de 4,25% e 2,74% na safra passada, para 6,89% e 3,57%, respectivamente, em 1983/84. São Paulo diminuiu sua representatividade em relação a 1982/83, passando de 6,65% para 5,39% (quadro 70).

O balanço de oferta e demanda do complexo soja para o ano comercial 1983/84, encerrado em 28/02/84, estima o consumo interno de farelo de soja em 2,21 milhões de toneladas, 1,56% superior ao de 1982/83. Considerando-se que em 1980/81 o farelo consumido no país chegou a totalizar 2,8 milhões de toneladas, a redução observada evidencia a retração da suinocultura, pecuária de leite e, principalmente, da avicultura nos últimos quatro anos, embora estes setores venham se recuperando, lentamente, no decorrer do período.

O consumo interno de óleo de soja em 1983/84 foi de 1,56 milhão de toneladas, 1,96% superior ao de 1982/83, quando totalizou 1,53 milhão de toneladas.

As necessidades internas de farelo e óleo de soja para 1983/84 estão previstas em 2,22 e 1,50 milhões de toneladas, não sendo esperados problemas com o abastecimento, dado o volume da produção nacional. As exportações de soja em grão, para o ano comercial 1984/85, estão previstas em 1,5 milhão de toneladas e as de farelo e de óleo de soja deverão alcançar cerca de 8,0 milhões de toneladas e 900 mil toneladas, respectivamente.

A elevação das cotações internacionais no terceiro trimestre de 1983 teve reflexos positivos nos preços internos da soja em grão nesse período. Contudo, a reversão dessa tendência, no decorrer do último trimestre de 1983 e que atingiu o seu ponto máximo de queda em fevereiro de 1984, levou o Governo a suspender as exportações do complexo soja. Tal medida, adotada em 10/02/84 com a principal finalidade de atenuar a pressão baixista sobre os preços internacionais de soja e derivados exercida pela entrada no mercado da nova safra brasileira, perdurou até 12/03/84. A partir daí, com a recuperação dos preços externos, as exportações foram liberadas, mas limitadas em 40% do volume embarcado, por empresa, entre os meses de março e junho do ano passado, conforme o produto. Também foram estabelecidos prazos limites de embarque para o grão (até 30/05/84) e para o farelo e o óleo de soja (até 30/04/84 e 30/06/84, respectivamente).

As limitações quanto ao volume e prazos de embarque dos produtos do complexo soja foram alteradas seguidamente entre março e maio de 1984. Em 27/03/84, o volume estabelecido para as vendas subiu de 40% para 60% do que foi embarcado em igual mês do ano passado, deduzidas aquelas realizadas anteriormente à suspensão das exportações. Os prazos de embarque para o grão e o farelo foram dilatados para até 30/06/84 e para o óleo, até 31/07/84. Em 09/04/84, a exportação do farelo foi liberada, sem limitações de volume, permanecendo, entretanto, a limitação quanto ao prazo final de embarque (30/07/84), o mesmo acontecendo com o grão, estabelecido em 02/05/84. Apenas o óleo de soja permaneceu contingenciado em 60% sobre o exportado em 1983, com prazo final de embarque fixado em 31/07/84.

A ascensão dos preços internacionais de óleo de soja levou o Governo a conceder, em 05/04/84, reajuste de 16,7% ao preço interno do produto refinado, passando a caixa de 20 latas de 900ml, no atacado, a custar Cr\$25.500,00 posto indústria, base São Paulo, com 17% de ICM, para pagamento em 15 dias. Esse preço foi reajustado em 08/05/84 para Cr\$28.100,00 a caixa, com 17% de ICM, para pagamento à vista. O novo preço do óleo, considerando-se pagamento em 30 dias, foi de Cr\$30.067,00, equivalendo a um reajuste de 18%.

Ao mesmo tempo, o Governo suspendeu os registros de soja em grão e óleo de soja. Após avaliação dos embarques, do esmagamento interno e do perfil da safra, as exportações do óleo foram reabertas em 14/05/84, ficando o contingenciamento no nível de 80% do exportado em 1983, com prazo final de embarque estipulado para até 31/07/84. O farelo continuou liberado sem restrições de volume, porém, com prazo final de embarque também restrito para 31/07/84. Ao mesmo tempo em que ocorreu a reabertura das exportações de óleo de soja, o Governo também liberou a importação de óleo de soja refinado, com isenção de IOF, conforme Resolução nº 919, do Banco Central.

As exportações de soja em grão foram reabertas em 17/05/84, mas limitadas em 100% do total exportado em 1983, deduzidos os registros já efetuados em 1984 e não sendo permitida às indústrias a exportação do grão. As estimativas das exportações brasileiras do complexo soja para o período fevereiro-março de 1984 são de 47 mil toneladas de soja em grão, 81 mil toneladas de óleo e 1.008 toneladas de farelo. Nesse mesmo período em 1983, as exportações brasileiras somaram, respectivamente, 99, 135 e 1.532 mil toneladas. A queda verificada nos volumes exportados em 1984 mostra o resultado da política de exportação adotada nesta safra, situação esta que se agrava se se considerar a tendência de baixa nas cotações internacionais do complexo soja, em função da entrada no mercado da produção estadunidense, no segundo semestre de 1984.

Em 08/06/84, o preço do óleo de soja no atacado foi fixado em Cr\$33.500,00/caixa de 20 latas de 900ml à vista, representando acréscimo de 19% em relação ao tabelamento anterior.

O preço médio por caixa de óleo de soja no mercado atacadista de São Paulo foi de Cr\$9.116,25 em 1983, 106% superior ao de 1982. Em 1984, nesse mesmo mercado, o preço médio nos cinco primeiros meses foi Cr\$24.621,00 por caixa de 20 latas de 900ml, acusando um acréscimo de 471,16% em relação ao mesmo período de 1983. A cotação média do farelo de soja em 1983 foi de Cr\$143,66/kg, apresentando elevação de 278,65% em relação a 1982. Nos primeiros cinco meses de 1984, essa elevação foi de 277,77%, quando comparada com igual período de 1983, alcançando cotação média de Cr\$274,60/kg.

No mercado varejista de São Paulo, o preço médio do óleo de soja nos primeiros cinco meses de 1984 foi de Cr\$1.277,20/lata de 900ml, o que corresponde à elevação de 478,70% em relação a igual período do ano passado.

De acordo com levantamento realizado pelo IEA-CATI em abril de 1984, a área plantada com soja no Estado de São Paulo foi estimada em 472,6 mil hectares, 0,6% superior à de 1983. A produção obtida de 856,2 mil toneladas representa decréscimo de 11,4% em relação à safra passada.

A falta de opções mais rentáveis de cultivo, particularmente o milho, um dos principais concorrentes da soja no Estado de São Paulo, poderá refletir-se numa expansão da área de soja do Estado, na safra 1984/85, de até 3%.

Os preços recebidos pelos produtores (quadro 71), nesta safra, embora considerados satisfatórios, ficaram abaixo das expectativas iniciais, contribuindo, assim, para desincentivar aumentos de grande expressão na área de cultivo de soja para a safra 1984/85. A instabilidade da política governamental adotada para o setor, gerando incertezas quanto à comercialização dos produtos do complexo soja, poderá se constituir em desestímulo aos produtores, particularmente aqueles menos capitalizados.

— Amendoim

— Panorama internacional

A produção mundial de amendoim em casca em 1983/84, segundo o USDA, está estimada em 18,5 milhões de toneladas, superior, portanto, aos 17,6 milhões de toneladas de 1982/83, havendo assim uma recuperação da queda observada anteriormente, conseqüência da menor produção da Índia, um dos maiores produtores mundiais, ao lado da China e Estados Unidos.

Quanto ao farelo de amendoim, em 1983/84 a produção mundial está estimada em 4,5 milhões de toneladas, superior em 0,2 milhão a 1982/83. Os estoques mundiais de óleo de amendoim caíram de 480 mil toneladas, em 1981/82, para 290 mil toneladas em 1982/83. Isso se deveu à quebra na produção mundial, embora o consumo tivesse diminuído em 500 mil toneladas.

O consumo de óleo em 1983/84 está estimado em 4,6 milhões de toneladas contra 4,4 milhões de toneladas do período anterior.

— Situação interna

A evolução da produção de São Paulo e do Brasil, no tempo, consta do quadro 72. O decréscimo de área cultivada nos últimos anos é evidente, com flutuações um tanto diferenciadas em relação às produções das áreas cultivadas, devido a diferentes níveis de rendimento por hectare. A previsão para 1983/84 para São Paulo - soma das áreas das águas e da seca - mostra 126 mil hectares de cultivo (176,7 mil hectares no ano anterior), com produção de 219,2 mil toneladas (243,6 mil toneladas no ano anterior). A produtividade da safra atual foi maior do que na anterior, tanto para as águas (1.884 e 1.507kg/ha) como para a safra da seca (1.423 e 1.086kg/ha), esta podendo ser alterada para menos em vista dos atrasos no plantio, devido às estiagens do começo do ano. A maior produção das águas ocorreu nas DIRAs de Ribeirão Preto e Marília e, da seca, em Marília e Presidente Prudente.

As exportações de 1983, tanto em toneladas como em valor FOB, foram inferiores às registradas nos anos anteriores, apresentando também menor valor unitário (quadro 73). Nos primeiros quatro meses de 1984, entretanto, as cotações se elevaram, dada a menor oferta. As exportações brasileiras de amendoim em casca em 1983 foram 27% menores do que as de 1982. O volume total exportado do complexo amendoim em 1983 (105,9 mil toneladas) rendeu US\$39,5 milhões-FOB, com a média de US\$373,1/t. Em 1982, com 141,4 mil toneladas, foram obtidos US\$66,2 milhões-FOB, com a média de US\$468,1/t, mostrando queda das cotações internacionais para todo o complexo.

Metade da produção brasileira de amendoim em casca é exportada, sendo que, do restante, o maior volume vai para a indústria de óleo. Nos Estados Unidos, a maior parte do produto é utilizada, na forma industrializada, para alimentação humana.

Os preços recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo em 1984 (quadro 74), em termos reais, foram superiores, no primeiro semestre, aos vigentes em 1983, devido à menor disponibilidade do produto.

Os custos operacionais da lavoura de amendoim, estimados para 1983/84, somam em Marília Cr\$538.246,00/ha e, em Ribeirão Preto, Cr\$442.784,00/ha, significando aumento de, respectivamente, 191% e 181% sobre a safra anterior; para 1984/85 esses valores são estimados, respectivamente, em Cr\$1.543.056,00 (186,7%) e Cr\$1.195.405,00 (170,0%).

Para o Brasil, as 284,3 mil toneladas produzidas em 1982/83, em área plantada de 212,2 mil hectares, refletem a contração de área em relação ao ano anterior, com produtivida

de pouco maior (1,34 tonelada/hectare para 1,24 tonelada/hectare). Para as safras de 1983/84, estimativas preliminares da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam 149,8 mil hectares, com produção de 240,8 mil toneladas (com produtividade de 1,61 tonelada por hectare).

São Paulo é o maior produtor brasileiro, mantendo cerca de 80% da produção nacional, seguido pelo Paraná e Rio Grande do Sul. Entretanto, a cultura vem diminuindo devido, entre outros, aos seguintes fatores: declínio do café, onde o amendoim surgia como cultura intercalar; desaparecimento da figura do arrendatário, seu maior produtor, decorrente da expansão da soja e cana; susceptibilidade das atuais cultivares, principalmente ao problema da aflatoxina que influi no consumo de grão e torta; escassez de sementes melhoradas e elevado custo das mesmas; ausência de práticas de calagem e de secagem rápida; e crédito muito caro.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, através de diversos dos seus órgãos, bem como a iniciativa particular, tem desenvolvido esforços visando a possível retomada de maior área e produção para o amendoim, uma vez que se trata de cultura de pequenos produtores e exigente de mão-de-obra, que serve para rotação com a cana-de-açúcar e tem até 40% de teor de óleo (a soja tem 18%), permitindo dois cultivos anuais de ciclo curto, o que é vantajoso para a manutenção do solo e rotação de culturas. Esse trabalho visa a obtenção de novas cultivares, aperfeiçoamento do cultivo, batadura e secagem. Entretanto, poderia restar, ainda, a limitação financeira decorrente da falta de numerário para EGF e o custo do crédito, o que levou em 1983/84 o agricultor a comercializar sua safra antes da colheita, evidentemente, a preços inferiores àqueles que poderiam ser alcançados posteriormente, tanto mais que a escassez do produto foi a característica dominante da comercialização dessa safra em São Paulo.

Se os programas que vêm sendo propostos nas áreas de tecnologia da cultura forem acompanhados de condições favoráveis de preço aos produtores, uma vez que não foram eles os beneficiários dos preços em alta devido à escassez apontada, há probabilidade de aumento na área cultivada modesto para a safra 1984/85 mas, sem dúvida, com crescentes possibilidades para safras posteriores.

— Mamona

— Panorama internacional

A produção mundial de mamona em 1983/84 foi estimada, segundo o semanário Oil World nº 24/83, em 890 mil toneladas, com 90 mil toneladas de acréscimo sobre 1982/83 e inferior apenas às 905 mil toneladas de 1978/79. O Brasil, segundo produtor mundial, teria produzido mais do que a Índia, tradicional primeiro produtor mundial, registrando evolução de 192 para 279 mil toneladas, permanecendo a produção indiana em 270 mil toneladas. China, URSS e Tailândia são outros produtores de destaque.

O consumo mundial de óleo de mamona elevou-se de 321,1 em 1982/83, para 345,9 mil toneladas em 1983/84. No Brasil, o consumo passou de 32,6 para 32,7 mil toneladas, ficando praticamente estável; o consumo indiano aumentou de 49,8 para 65,4 mil toneladas. Para isso a Índia aumentou sua produção de óleo em 8,6 mil toneladas, caindo a do Brasil em 1,3 mil toneladas. O esmagamento mundial cresceu de 773,6 em 1982/83 para 832,2 mil toneladas em 1983/84, sendo que no Brasil foram esmagadas 3 mil toneladas a menos que no período anterior. As exportações brasileiras de óleo foram de 42,5 mil toneladas contra 46,6 mil toneladas do ano ante-

rior, sendo as cotações internacionais, em média, 30% superiores ao ano anterior.

— Situação interna

A área de cultivo de mamona estimada pelo IBGE para o Brasil em 1984 é de 387,6 mil hectares, com produção de 299,9 mil toneladas. Em 1983, a área plantada foi de 271,3 mil hectares, tendo resultado em produção de apenas 171,6 mil toneladas (quadro 75). A Bahia, com 70% da área plantada nacional, é o maior produtor, tendo como centro principal a região de Irecê, onde a lavoura aparece consorciada com milho, feijão, algodão e sorgo (cultivos anuais), sendo bianual, enquanto no Sul aparece como anual.

A área cultivada em São Paulo, em 1983, foi de 21,7 mil hectares, com produção de 23,0 mil toneladas. Já em 1984, a estimativa do IEA é de área de 28,2 mil hectares, podendo chegar a 31,2 mil toneladas, isto porque o capital de custeio exigido é relativamente baixo e, no segundo semestre de 1983, os preços reais foram superiores ao período anterior, o mesmo ocorrendo com os primeiros quatro meses de 1984 (quadro 76).

O custo operacional estimado para 1984/85, pelo IEA, para a sub-região de Presidente Venceslau, com produtividade de 1.200kg/ha, é de Cr\$430.202,00, ou seja, 80,35% superior aos Cr\$238.537,00 de 1983/84.

Em São Paulo, é possível esperar-se aumento de área para 1984/85 devido aos preços vigentes, ao baixo custo operacional e à maior utilização de derivados, como óleo para freios de veículos (estimado em 20.000t para 1984). São Paulo detém 48% da capacidade brasileira de moagem, que é avaliada em 640 mil toneladas de óleo em 250 dias/ano. As indústrias operam com capacidade ociosa em suas unidades: Sanbra (São Paulo e Presidente Prudente), Braswey (São Paulo), Empresol (Bariri), Oliva (Bebedouro) e Lotus (São Paulo). As possibilidades de crescimento se prendem à retomada do nível de atividade econômica mundial, com a ampliação da demanda decorrente da intensificação dos usos atuais e de alguns derivados do óleo de mamona, que passam a ser vantajosos em relação a produtos existentes, até porque o mercado que demanda a maior parte dos mesmos é externo. Esses mercados poderiam ser atendidos por haver condições favoráveis, dentre elas, a de suprimento de sementes, caso da mamona IAC-80, uma espécie mais produtiva do que a chamada "preta" que, tendo um porte mais baixo do que esta, não apresenta maiores dificuldades para a colheita. Além do mais, depois de extraído o óleo da mamona, sobra cerca de 50% sob a forma de torta, adubo orgânico de alta qualidade utilizado no plantio de citrus e canaviais. O óleo é particularmente importante por suportar altas e bruscas mudanças de temperatura e o programa Prô-Diesel será também, se colimado, de alta importância para a cultura.

(IEA, 06/07/84)

QUADRO 68. - Cotações Internacionais de Soja, 1982/84

(em US\$/t CIF-Rotterdam, USA)

Mês	1982	1983	1984
Jan.	262	235	305
Fev.	254	239	293
Mar.	254	242	314
Abr.	265	253	315
Mai.	269	252	338
Jun.	254	243	...
Jul.	249	263	...
Ago.	234	339	...
Set.	216	350	...
Out.	214	329	...
Nov.	231	324	...
Dez.	232	311	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 69. - Cotações Internacionais de Óleo de Soja, 1982/84

(em US\$/t FOB-Decatur, USA)

Mês	1982	1983	1984
Jan.	408	364	632
Fev.	401	382	602
Mar.	407	393	663
Abr.	430	428	700
Mai.	455	441	854
Jun.	427	432	...
Jul.	422	484	...
Ago.	393	658	...
Set.	383	742	...
Out.	382	670	...
Nov.	390	632 ⁽¹⁾	...
Dez.	366	603	...

⁽¹⁾ Média de apenas três semanas.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 70. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1980/81 a 1983/84

Estado	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84 ⁽¹⁾	
	1.000.000t	Partic. (%)	1.000.000t	Partic. (%)	1.000.000t	Partic. (%)	1.000.000t	Partic. (%)
Rio Grande do Sul	6,09	40,65	4,19	32,40	5,27	36,15	5,59	35,02
Paraná	4,95	33,04	4,20	32,48	4,32	29,63	4,20	26,32
São Paulo	1,03	6,88	1,13	8,74	0,97	6,65	0,86	5,39
Santa Catarina	0,65	4,34	0,53	4,10	0,40	2,74	0,57	3,57
Mato Grosso do Sul	1,35	9,01	1,52	11,76	1,80	12,35	2,00	12,53
Mato Grosso	0,22	1,47	0,37	2,86	0,62	4,25	1,10	6,89
Outros Estados	0,69	4,61	0,99	7,66	1,20	8,23	1,64	10,28
Brasil	14,98	100,00	12,93	100,00	14,58	100,00	15,96	100,00

(¹) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Safras e Mercados e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 71. - Preços Médios de Soja Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/sc. de 60kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	472,70	7.019,59	860,40	6.057,81	1.424,10	5.150,25	2.929,20	5.169,74	17.050,90	9.608,69
Fev.	501,10	7.139,67	888,20	5.764,41	1.617,60	5.474,76	3.082,76	5.107,82	16.695,00	8.380,89
Mar.	504,80	6.748,67	879,30	5.315,54	1.674,90	5.286,65	3.400,00	5.117,34	17.918,00	8.180,64
Abr.	498,00	6.192,13	911,80	5.226,07	1.754,20	5.255,23	4.095,10	5.644,27	19.517,00	8.182,50
Mai.	501,80	5.965,39	956,00	5.159,43	1.930,40	5.449,51	4.443,80	5.740,05	21.041,00	8.100,78
Jun.	510,80	5.736,28	993,10	5.130,75	2.057,40	5.378,45	5.107,80	5.876,01
Jul.	539,60	5.587,01	1.026,40	5.046,39	2.046,20	5.043,47	5.645,90	5.732,28
Ago.	598,80	5.799,37	1.063,30	4.898,19	2.066,00	4.813,16	7.272,20	6.705,40
Set.	642,30	5.907,87	1.164,90	5.107,38	1.990,94	4.474,63	15.094,20	12.339,35
Out.	726,30	6.206,08	1.296,80	5.448,63	2.072,59	4.445,49	15.383,60	11.103,26
Nov.	799,80	6.354,81	1.351,40	5.391,81	2.174,64	4.442,13	15.615,80	10.394,03
Dez.	855,40	6.417,38	1.349,40	5.186,82	2.681,20	5.159,96	16.033,00	9.921,86

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base: 1983 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 72. - Área Colhida e Produção de Amendoim em Casca, Estado de São Paulo e Brasil, 1979/80 a 1983/84.

Ano agrícola	Estado de São Paulo		Brasil	
	Área(1.000ha)	Produção(1.000t)	Área(1.000ha)	Produção(1.000t)
1979/80	211,0	335,1	310,5	482,8
1980/81	185,4	300,6	242,3	354,8
1981/82 ¹	223,1	346,8	320,5	396,9
1982/83	176,7	243,6	212,2	284,3
1983/84 ⁽¹⁾	126,0	219,2	149,8	240,8

(¹) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 73. - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, 1980-84

Item	1980		1981		1982		1983		1984 ⁽¹⁾	
	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor-FOB (US\$ mil)
Amendoim em casca	17.825,2	10.862,8	14.088,2	14.561,6	14.458,8	9.417,5	10.566,1	7.156,5	1.228,2	956,7
Amendoim em grão	14.550,7	10.557,8	16.276,5	17.876,0	2.970,2	1.885,4	1.836,2	1.196,8	377,7	296,4
Torta/farelo	101.469,4	16.526,3	46.421,1	9.077,7	41.454,1	6.122,4	36.580,0	3.707,9	1.100,0	164,3
Óleo bruto	120.137,4	84.926,6	42.127,4	43.170,4	47.004,3	26.189,3	46.363,7	22.052,4	2.730,0	2.266,8
Óleo refinado	1.792,2	1.320,9	3.763,2	3.512,5	35.568,3	22.584,4	10.598,4	5.414,8	1.400,0	1.236,5

(¹) Janeiro e fevereiro.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 74 . - Preços Médios de Amendoim Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/sc.25kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	193,90	2.879,42	559,00	3.935,75	985,90	3.565,51	1.369,40	2.416,85	9.073,00	5.112,91
Fev.	216,70	3.087,54	662,30	4.298,33	841,20	2.847,04	1.431,93	2.372,56	11.620,00	5.833,24
Mar.	266,90	3.568,19	676,30	4.088,37	875,60	2.763,74	1.655,10	2.491,09	11.582,00	5.287,88
Abr.	228,40	2.839,93	706,90	4.051,67	909,70	2.725,28	1.878,00	2.588,45	12.147,00	5.090,69
Mai.	229,60	2.729,48	725,40	3.914,91	956,30	2.699,63	2.111,30	2.727,17	13.750,00	5.291,55
Jun.	243,40	2.733,38	803,20	4.149,65	997,00	2.606,36	2.635,90	3.032,34
Jul.	278,20	2.880,48	885,10	4.351,68	954,50	2.352,65	3.054,90	3.101,64
Ago.	325,50	3.152,47	1.038,30	4.783,03	973,90	2.268,89	3.857,20	3.556,57
Set.	339,40	3.121,80	1.081,60	4.742,17	1.074,40	2.414,71	6.222,50	5.086,83
Out.	386,00	3.298,29	1.104,60	4.641,09	1.111,62	2.384,31	7.145,40	5.157,26
Nov.	401,50	3.190,12	1.073,50	4.283,05	1.118,89	2.285,55	6.977,90	4.644,56
Dez.	437,30	3.280,71	1.078,20	4.144,39	1.282,90	2.468,94	7.000,60	4.332,25

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base 1983=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 75. - Área Cultivada e Produção de Mamona, Estado de São Paulo e Brasil, 1980-84

Ano	Estado de São Paulo		Brasil	
	Área(1.000ha)	Produção(1.000t)	Área(1.000ha)	Produção(1.000t)
1980	20,4	23,5	439,2	282,9
1981	19,3	21,8	433,3	278,0
1982	21,0	24,9	462,7	192,4
1983	21,7	23,0	271,3	171,6
1984 ⁽¹⁾	28,2	31,2	387,6	299,9

(¹) Estimativa.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 76. - Preços Médios de Mamona Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/60kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	612,60	9.097,11	1.182,00	8.322,11	2.221,80	8.035,14	3.865,80	6.822,75	27.660,00	15.587,23
Fev.	598,80	8.531,70	1.219,80	7.916,50	2.316,60	7.840,53	4.447,80	7.369,56	28.680,00	14.397,36
Mar.	612,00	8.181,83	1.260,00	7.616,95	2.502,00	7.897,31	4.929,00	7.418,64	28.860,00	13.176,32
Abr.	624,00	7.758,82	1.263,00	7.239,01	2.653,20	7.948,46	5.368,20	7.398,99	30.600,00	12.824,15
Mai.	677,40	8.052,93	1.396,80	7.538,39	2.955,60	8.343,66	7.692,00	9.935,76	43.020,00	16.555,82
Jun.	709,80	7.971,05	1.498,20	7.740,30	3.281,40	8.578,24	9.841,20	11.321,32
Jul.	780,00	8.076,12	1.613,40	7.932,44	3.169,80	7.812,92	11.784,00	11.964,30
Ago.	816,60	7.908,77	1.816,80	8.369,27	3.300,60	7.689,41	15.480,00	14.273,49
Set.	1.014,00	9.326,77	1.948,20	8.541,69	3.384,00	7.605,54	27.012,00	22.082,04
Out.	1.107,60	9.464,22	1.962,60	8.246,06	3.774,00	8.094,85	27.246,00	19.665,07
Nov.	1.072,20	8.519,17	2.149,80	8.577,27	3.960,00	8.089,09	20.808,00	13.850,01
Dez.	1.114,20	8.358,95	2.128,20	8.180,38	3.931,20	7.565,59	23.472,00	14.525,41

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base 1983=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

De acordo com informações de fevereiro p.p., do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a área plantada de tomate para indústria nos dez países maiores produtores em 1983 aumentou 2% em relação a 1982, embora a produção tenha sofrido queda idêntica (quadro 77). Os problemas climáticos prejudicaram a produtividade da cultura na maioria dos países em 1983, causando decréscimo de mais de 10%, comparativamente ao período anterior, no Canadá, na Grécia, na França e no México. Por outro lado, Itália e Israel apresentaram pequenos aumentos de produtividade. As perspectivas de mercado indicavam, para o produto italiano, grande aumento de área em 1983, porém, devido ao atraso na definição do acordo de produção no país, a área cresceu apenas 1%, ficando a produção 7% abaixo do previsto (3,5 milhões de toneladas), de acordo com o Ministério da Agricultura da Itália. Na França e no Canadá, a produção caiu 19% e nos Estados Unidos 4%, embora o percentual registrado por esse último signifique, ainda, incremento de 23% em relação a 1981. O aumento de 20% nos preços, em Portugal, propiciou expansão de área de 14%, enquanto na Espanha a área reduziu-se devido à falta de água para a irrigação. A produção em Israel atingiu novo recorde em 1983. Em Formosa, a área cultivada expandiu-se em 46% em relação a 1983, mas, devido ao excesso de chuva, a produtividade reduziu-se em 33%, devendo a produção alcançar 480.000 toneladas.

A produção de extrato concentrado de tomate nos países mais importantes caiu em torno de 4% em 1983, comparada a 1982. O baixo nível de estoque existente e o decréscimo nos Estados Unidos e França fizeram com que o mercado se mantivesse firme na safra 1983/84. A exportação de extrato italiano em 1982/83 foi limitada à disponibilidade existente. O preço médio foi de US\$540-600/t, enquanto em 1981/82 foi de US\$470-520/t. A oferta grega em 1983 foi idêntica à de 1982, mesmo com os subsídios insatisfatórios praticados na Comunidade Econômica Européia (CEE) em 1983. Em Israel, a produção 1983/84 poderá corresponder a 68% acima do alcançado na safra anterior, prevendo-se a exportação de 70% do extrato obtido. Nesse país, em 1981 e 1982, 75% do total exportado destinaram-se para os Estados Unidos, enquanto que a exportação para o Reino Unido decresceu nestes últimos dois anos. A produção de extrato de tomate em Formosa diminuiu 29% em 1983, com conseqüente queda na exportação. Com a desvalorização do escudo português e a pequena oferta de extrato na CEE, esta comunidade poderá abrir o mercado europeu para os portugueses em 1984 e 1985 (quadro 78).

Devido ao excesso de demanda em 1982/83, a Itália, o maior exportador de tomate pelo lado enlatado, não teve estoque transferido para 1983/84. A oferta de tomate enlatado naquele país poderá sofrer uma redução de 9%; em razão disso, a Espanha poderá aumentar suas exportações em 33%. Os processadores de tomate pelado esperam poder embarcar o produto para os mercados tradicionais, incluindo os Estados Unidos, a Inglaterra e o Canadá. Formosa e Israel, com aumento de produção de 37% e 15%, respectivamente, poderão se beneficiar com a baixa oferta mundial de tomate pelado enlatado (quadro 79).

A exportação brasileira de massa de tomate, com 7% ou mais de extrato seco, totalizou 5.983 toneladas em 1983, com aumento de 35,4%, comparativamente a 1982. Mantiveram-se como maiores importadores o Canadá, o Paraguai e os Estados Unidos. O preço médio de exportação foi de US\$1.154/t FOB, com aumento de 12,7% em relação a 1982.

— Situação Interna

Em 1983, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área cultivada de tomate no Brasil (48.155ha) retraiu-se em 12,1%, em relação a 1982, e a produção (1.547 mil toneladas) em 11,1%. Isto deveu-se, principalmente, às condições climáticas desfavoráveis, à prolongada estiagem no Nordeste e ao excesso de chuvas e baixas temperaturas no Estado de São Paulo.

Em 1984, a estimativa de área de cultivo de tomate a nível nacional é de 44.776 hectares e a de produção é da ordem de 1.532.724 toneladas, igualando-se aos resultados de 1983, com o plantio do Estado da Bahia ainda não considerado nessa estimativa. A participação percentual de São Paulo, em 1984, deve apresentar pequena diminuição em relação a 1983.

De acordo com os dados da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), em 1983 foram comercializadas nas centrais atacadistas do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) 861.251 toneladas de tomate "in natura", com acréscimo de 3,9% em relação a 1982. Desse total transacionado, 54,4% do produto foram procedentes do Estado de São Paulo. Essa participação em 1981 e 1982 foi da ordem de 56,0%.

— Tomate rasteiro

Em 1983, o excesso de chuvas e o ataque de doenças prejudicaram a produtividade da cultura no Estado de São Paulo, situando-se a produção num total de 380 mil toneladas, com decréscimo de 17,4% em relação a 1982 (quadro 80).

Além disso, houve desvio de tomate rasteiro para mercados de consumo "in natura" dos Estados sulinos, em função do melhor preço obtido nesses mercados, deixando a indústria sem suprimento satisfatório no ano de 1983.

Para 1984, de acordo com a estimativa de abril do IEA/CATI, está prevista uma produção de 345 mil toneladas em área de 10.960 hectares, com redução de 9,2% e 17,0%, respectivamente, ao ano anterior.

Os plantios que tiveram início em dezembro de 1983 foram danificados, principalmente pelas adversidades climáticas (altas temperaturas e estiagem) nos meses de janeiro e fevereiro de 1984. Praticamente, a maior parte dos plantios foi efetuada a partir do mês de março, devendo prolongar-se até agosto, de acordo com a programação da indústria, porém a área de cultivo não deverá alcançar o mesmo nível de 1983. Apresentando-se condições climáticas favoráveis, o pico de safra que iniciar-se-á em julho, deverá estender-se até novembro/dezembro. Conforme informação obtida em reunião do Comitê de Agroindústria, a produção de tomate para processamento poderá corresponder às metas pré-estabelecidas pelas indústrias.

Para a safra 1984, ficou acordado no Comitê da Agroindústria um sistema de correção de preços, chegando-se a dois preços escalonados; de Cr\$105,00/kg de tomate, até 30/06/84, e de Cr\$128,50/kg a partir de 01/07/84, sendo os juros por conta da indústria, com 50% da Nota Promissória Rural pagos com 60 dias de prazo e o restante com 90 dias.

Em fins de junho p.p., os produtores, insatisfeitos com os preços, tentaram uma negociação no Comitê da Agroindústria, não tendo chegado a um acordo. Dessa forma, não se espera a efetivação do plantio previsto até agosto de 1984, além do que poderá haver reflexos negativos para o plantio no ano de 1985.

Em 1983, a produção de tomate para mesa totalizou 373,0 mil toneladas, com diminuição de 1,1% em relação a 1982. Segundo a estimativa IEA-CATI de abril, a produção de 1984 deverá atingir 376,6 mil toneladas, permanecendo no mesmo nível do período anterior (quadro 81).

Nos primeiros meses de 1983, face aos excessos de chuvas e aos ataques de fungos e bactérias, na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba, foram registrados perdas na produção que, com entressafra nos meses de março e abril, contribuíram para que os preços se elevassem. No segundo semestre, a colheita na DIRA de Campinas, prolongou-se até o mês de novembro, quando ocorreu acentuada queda de preço. Isto se deveu aos maiores plantios efetuados após as chuvas e a entrada do tomate rasteiro no mercado.

Essa redução de preços alcançou os níveis mais baixos em dezembro de 1983 e janeiro de 1984 acusando, logo após, alta a partir de fevereiro por vários motivos: a) os plantios que deveriam ser efetuados no período de julho a outubro de 1983, no DIRA de Sorocaba, com escalonamento, ficaram concentrados nos meses de setembro a outubro, com início da safra ocorrendo em dezembro do mesmo ano; b) as altas temperaturas e a estiagem nos meses de janeiro e fevereiro de 1984 provocaram maturação forçada e precoce dos frutos e favoreceram a incidência de doenças (podridão apical e vira-cabeça), prejudicando a produtividade e a qualidade do produto; e c) essas adversidades climáticas impediram, também, o prosseguimento até o mês de janeiro de plantios na DIRA de Sorocaba, resultando num encurtamento do período de safra.

A entressafra (abril), portanto, prolongou-se de março até o final de maio, quando teve início a colheita atrasada na DIRA de Campinas, tendo em vista que, normalmente, a safra nessa região inicia-se no final de março. Os plantios na DIRA de Campinas que são efetuados geralmente de janeiro a julho, em 1984, devido à estiagem e ao calor, começaram em março, com maior intensidade em abril e maio, iniciando-se a colheita no final de maio, com maior concentração de julho a setembro.

Analisando-se a quantidade média anual comercializada e o preço real médio anual de tomate, "in natura" no Entrepasto Terminal de São Paulo, da CEAGESP, nos últimos cinco anos, constata-se que ambos os indicadores apresentaram movimentos oscilantes, sendo inversas as variações de preço e quantidade (quadro 82).

A taxa anual de crescimento dos preços, no período 1979-83, indica tendência de declínio (-1,9%) e a taxa anual de crescimento do volume de tomate comercializado mostra estabilidade. A tendência declinante de preços é explicada, em grande parte, pelo aumento crescente da oferta de tomate rasteiro naquele Entrepasto, graças às variedades de tomate cultivadas para a indústria, mas que atendem também às exigências do mercado de consumo "in natura".

Tendo em vista o comportamento oscilante verificado em anos anteriores, espera-se para este ano que os preços reais de tomate também sejam declinantes o que já pode ser confirmado pelo comportamento dos preços e volumes de entradas no período janeiro-abril. Espera-se que, neste ano, não ocorra grande desvio de tomate rasteiro para consumo "in natura", face à expectativa de preços baixos no mercado de tomate de mesa.

(IEA, 26/06/84)

QUADRO 77. - Produção e Produtividade de Tomate para Indústria, Países Seleccionados, 1982-83

País	Produção (em mil toneladas)		Produtividade (t/ha)	
	1982	1983	1982	1983
Canadá	477	386	42,3	33,7
México	180	150	36,0	27,3
Estados Unidos	6.621	6.379	55,4	53,9
França	375	305	42,1	32,8
Grécia	1.178	1.040	52,5	47,3
Israel	240	293	49,0	51,4
Itália	3.020	3.250	36,0	38,2
Portugal	480	550	27,4	27,5
Espanha	567	526	37,8	37,6
Formosa	378	370	71,4	48,0
Total	13.516	13.249	46,0	44,3

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 78. - Produção e Exportação de Extrato de Tomate, Países Seleccionados, 1981-83
(em mil toneladas)

País	Produção ⁽¹⁾			Exportação ⁽²⁾		
	1981	1982	1983 ⁽³⁾	1981	1982	1983 ⁽³⁾
França	53	50	41	11	15	10
Grécia	180	175	175	117	148	150
Israel	17	19	32	11	14	20
Itália	305	304	310	287	288	285
Portugal	65	77	98	75	59	75
Espanha	51	58	51	51	30	35
Formosa	40	41	29	28	40	30
Estados Unidos	338	407	345	8	11	10
Total	1.049	1.131	1.081	588	605	615

⁽¹⁾ Processamento efetuado até o início de verão em todos os países, menos em Formosa, onde é feito nos primeiros meses do ano. Peso líquido, exceto para Grécia e Itália.

⁽²⁾ Informações baseadas no ano comercial para França, Grécia, Itália, Espanha e Estados Unidos e no ano civil para os demais países.

⁽³⁾ Dados preliminares.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 79.- Produção e Exportação de Tomate Pelado Enlatado, Países Seleccionados, 1981-83

(em mil toneladas)

País	Produção (1)			Exportação (2)		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
França	52	46	38	1	3	1
Grécia	12	10	10	3	4	2
Israel	23	27	30	15	19	24
Itália	1.010	920	960	418	355	305
Portugal	8	10	10	-	1	1
Espanha	89	110	101	37	45	60
Formosa	4	5	8	6	5	9
Estados Unidos (3)	310	347	294	12	8	6
Total	1.508	1.475	1.451	492	440	408

(1) Peso líquido, exceto para Grécia e Itália.

(2) Informações baseadas no ano comercial para França, Grécia, Itália, Espanha e Estados Unidos e no ano civil para os demais países.

(3) Somente da Califórnia.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 80.- Produção e Produtividade da Cultura de Tomate Rasteiro por DIRA, Estado de São Paulo, 1981-84

DIRA	1981		1982		1983		1984 ⁽¹⁾	
	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
Sorocaba	-	-	-	-	2	22,2	7	58,3
Campinas	5	...	-	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	40	16,0	74	25,5	80	27,7	80	29,6
Bauru	39	28,5	30	30,0	27	38,0	12	32,4
São José do Rio Preto	32	15,1	50	23,8	47	21,7	35	23,3
Araçatuba	90	27,0	137	33,5	118	34,3	83	34,2
Presidente Prudente	102	24,5	153	31,9	97	28,0	110	34,0
Marília	22	23,4	16	19,8	9	20,9	18	29,5
Estado	330	22,8	460	29,3	380	28,8	345	31,5

(¹) Dados preliminares de abril de 1984, sujeitos à revisão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 81- Produção e Produtividade da Cultura de Tomate Envarado por DIRA, Estado de São Paulo, 1981-84

DIRA	1981		1982		1983		1984 ⁽¹⁾	
	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
São Paulo	22,1	36,9	32,2	54,6	26,7	52,4	32,1	60,5
Vale do Paraíba	5,0	29,6	4,8	28,0	6,6	38,7	6,7	39,5
Sorocaba	130,5	45,9	136,9	45,6	173,5	53,3	176,4	46,9
Campinas	145,1	55,8	176,4	54,8	142,1	47,5	134,5	56,0
Ribeirão Preto	19,9	58,5	18,8	58,6	17,4	52,6	18,3	55,6
Bauru	2,5	50,4	4,0	67,2	2,2	35,9	2,7	44,3
São José do Rio Preto	0,7	46,7	0,6	32,2	1,0	49,0	1,1	28,0
Araçatuba	0,1	28,0	0,3	28,0	1,0	44,8	0,8	...
Presidente Prudente	2,8	40,0	2,8	28,0	1,8	19,6	3,2	49,5
Marília	1,7	33,6	0,4	36,4	0,7	35,0	0,7	20,0
Estado	330,4	49,0	377,2	50,3	373,0	49,9	376,5	50,9

(¹) Dados preliminares de abril de 1984, sujeitos à revisão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 82. - Quantidade e Preço Real de Tomate, Entrepósito Terminal de São Paulo, CEAGESP, Janeiro de 1979 a Abril de 1984

Mês	Quantidade (t)						Preço ⁽¹⁾ (Cr\$/kg)					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	21.993,8	29.038,7	24.147,7	26.956,2	26.834,3	35.816,8	147,00	125,93	175,60	122,35	185,70	57,20
Fev.	21.283,6	27.081,0	24.806,5	23.832,4	23.513,9	26.164,7	190,82	131,51	144,34	144,99	219,74	125,05
Mar.	26.047,4	34.720,0	17.426,1	29.546,0	23.548,4	21.295,9	227,12	124,20	300,32	152,55	273,28	219,62
Abr.	22.473,0	20.333,9	17.241,6	28.335,1	19.495,1	19.156,0	247,70	286,73	321,03	146,94	340,34	304,47
Mai.	26.666,9	26.492,9	21.664,3	26.909,5	23.084,4	-	245,75	180,34	155,11	160,29	243,77	-
Jun.	24.539,8	23.975,2	24.107,1	26.013,6	23.404,2	-	285,59	169,12	144,14	171,18	208,74	-
Jul.	21.715,7	31.267,3	28.279,5	24.368,0	22.659,0	-	249,02	134,91	106,40	204,97	153,70	-
Ago.	20.481,1	27.088,1	22.307,5	22.975,2	21.157,6	-	235,34	155,93	156,90	197,72	190,00	-
Set.	17.989,0	26.676,7	16.992,6	23.882,1	23.866,8	-	232,59	203,46	275,65	161,26	170,58	-
Out.	31.264,7	31.315,7	21.669,9	26.534,4	25.204,8	-	164,22	190,46	257,35	151,69	167,14	-
Nov.	25.454,3	18.114,8	29.096,8	23.890,1	24.571,3	-	184,18	293,19	115,22	178,59	170,24	-
Dez.	21.538,0	18.114,8	25.750,9	21.353,3	28.541,2	-	133,12	245,32	127,61	247,88	96,06	-

(¹) Corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base 1983=100).

Fonte: Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

— Panorama Internacional

A produção mundial de trigo em 1984/85, segundo estimativa de junho do Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA), deverá ser de 498,0 milhões de toneladas, superior, portanto, aos 489,3 milhões estimados em 1983/84. A expansão decorre, basicamente, do aumento de produção nos Estados Unidos, nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e na União Soviética.

Não há previsão do USDA de mudanças significativas no comércio internacional de trigo em 1984/85. A estimativa de estoques finais mundiais é de 103,0 milhões de toneladas, mesmo nível do período anterior, dos quais 54,0 milhões são estoques dos Estados Unidos, superiores aos 51,2 milhões existentes em 1983/84. Dessa forma, a situação do mercado internacional é relativamente favorável aos países importadores de trigo, uma vez que não há indicação de elevação das cotações internacionais do produto para o período 1984/85.

— Situação Interna

A produção nacional de trigo em 1984, conforme estimativa de abril da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será de 1,9 milhão de toneladas, contra 2,3 milhões de toneladas em 1983.

A área cultivada permanece praticamente inalterada, relativamente a 1983, passando de 1,9 para 1,8 milhão de hectares. Assim, deve-se ressaltar que a maior produção em 1983, em relação a 1982, deve-se ao fato deste ter sido um ano bastante favorável para o desenvolvimento da cultura. Pode-se notar pelos dados do quadro 83 que, embora em 1983 tenha havido uma redução de área de 33,0% relativamente a 1982, a produção aumentou 24,0%. Os dados referentes a 1984, na verdade, são preliminares, uma vez que as operações de plantio iniciam em abril e prolongam-se até junho, conforme a região do país. Desta forma, pode-se adiantar que as estimativas de produção deverão sofrer revisão para menos, isso porque nas regiões onde o trigo é plantado mais cedo, em cerca de 50,0% da área cultivada no Estado do Paraná, Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, está ocorrendo uma estiagem que se prolonga por mais de 50 dias, com precipitações isoladas e insuficientes.

Segundo o Instituto de Economia Agrícola (quadro 84), a área cultivada com trigo em São Paulo no corrente ano é praticamente a mesma de 1983, que apresentou um bom desempenho, 1.432kg/ha, o maior rendimento dos últimos dez anos. Normalmente, pelo que se verifica através das séries históricas, no ano em que ocorre uma boa safra de trigo se dá expansão de área, todavia, neste ano de 1984 isso não está ocorrendo. Entre os fatores determinantes desse comportamento, pode-se apontar que 1984 é o primeiro ano em que o crédito agrícola está sendo corrigido a 100,0% das ORTNs, mais 3% de juros. Soma-se a isso o fato de que os recursos de EGFs destinados à comercialização da soja, que é uma fonte de capital de giro para a cultura do trigo, além de serem liberados tardiamente, foram insuficientes. Além disso, as cooperativas apontam como problema o fato de que as recomendações sobre variedades a serem utilizadas e época de plantio, estabelecidas pela Comissão Norte Brasileira de Trigo, são divulgadas apenas em março, enquanto que o plantio se inicia em abril, resultando num período muito curto para a tomada de decisões por parte do agricultor.

Outro aspecto inibidor da expansão de área foi o Valor Básico de Custo (VBC) de Cr\$239.500,00/ha para uma faixa de produtividade de 1.201 a 1.400kg/ha - Carta Circular BACEN nº1008 de 22/03/84 -, que foi considerado pelos triticultores muito aquém das necessidades; o custo de produção estimado pelo IEA é de Cr\$576.049,00/ha. Com relação a esse aspecto, resalta-se que a solicitação pelos triticultores de liberação de um volume suplementar de crédito foi atendida. Dessa forma, foram liberados mais vinte por cento de recursos para médios e grandes agricultores, de forma que os médios agricultores, cujo percentual de VBC era de 60%, passaram a contar com 80,0%, e os grandes de 40,0% para 60,0%. Todavia, isso só ocorreu em maio, ocasião em que grande parte da área já estava plantada.

Considerando as informações preliminares de técnicos da região onde se concentra a produção, DIRA de Marília, o prejuízo ocasionado pela estiagem poderá ser da ordem de 50,0%. Dessa forma, a produção paulista seria reduzida de 201.330t para cerca de 100.000t, o que se constituiria no nível mais baixo dos últimos cinco anos.

As operações de aquisição de trigo nacional pelo Banco do Brasil concentram-se nos últimos três meses do ano. Dessa forma, considerando o valor médio desse período, o trigo nacional safra 1983 foi adquirido por Cr\$168.794,00/t. Assim, tendo em vista o novo preço de venda aos moinhos, de Cr\$223.809,00/t, que passou a vigorar em 16/07/84, o trigo remanescente da safra 1983 estará sendo cobrado, a partir dessa data, nos moinhos praticamente sem subsídio.

No que diz respeito ao trigo importado, responsável por cerca de dois terços do abastecimento interno, a situação é diferente. Se se considera a cotação da Bolsa de Chicago, de 13/07/84, de Cr\$225.810,00/t - FOB, mais as despesas de frete - cerca de 20% sobre esse valor - tem o preço de Cr\$270.972,00/t, incorrendo ainda, portanto, em subsídio da ordem de 20%. É importante ressaltar que esse raciocínio leva apenas a uma aproximação da situação real, pois o trigo é importado ao longo do ano, portanto, por preços variáveis e de países diferentes, notadamente Estados Unidos, Canadá e Argentina. Também é relevante o fato de que, embora não haja perspectivas de grandes elevações nas cotações internacionais - no mercado a termo de Chicago o trigo, para entrega em julho/84, está cotado a Cr\$225.810,00/t e, para entrega em julho/85, a Cr\$235.620,00/t - com a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, o nível de subsídio deverá retomar seu crescimento, a menos que o preço pago pelos moinhos seja reajustado de acordo com a desvalorização cambial.

Com relação ao trigo nacional da safra 1984, de acordo com projeções do Centro Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas (CRIAEC) de Ijuí-RS, considerando a média de preços dos últimos três meses de 1984, o triticultor nacional estará recebendo Cr\$702.580,00/t. Dessa forma, para que não haja subsídio ao consumo de trigo da safra 1984, é necessário que sobre o preço atual pago pelo moinho, de Cr\$223.809,00, incida um aumento de 214,0%.

Ao nível de abastecimento, pode-se dizer que, apesar da política de retirada do subsídio ao consumo de trigo, as elevações dos preços de subprodutos de trigo, no período junho de 1983 a junho de 1984, estiveram aquém das verificadas em outros produtos básicos de alimentação no mesmo período, à exceção do arroz e da batata, conforme se verifica no quadro 85. A relação de preços entre farinha de mandioca e farinha de trigo continua favorável ao consumo desse último produto, dada a escassez de raízes de mandioca.

(IEA, 17/07/84)

QUADRO 83. - Área, Produção e Rendimento de Trigo, Brasil, 1980-84

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1980	3.106.664	2.707.550	871
1981	1.919.634	2.209.292	1.151
1982	2.824.987	1.819.504	644
1983	1.884.729	2.265.285	1.202
1984 ⁽¹⁾	1.838.839	1.899.705	1.033

⁽¹⁾ Estimativa de abril.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 84. - Área, Produção e Rendimento de Trigo, Estado de São Paulo, 1980-84

DIRA	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾
São Paulo	300	300	360	350	450	500	500	650	1.050	1.170	1.667	1.667	1.806	3.000	2.600
Vale do Paraíba	70	100	-	70	220	40	50	-	40	210	571	500	-	570	954
Sorocaba	12.420	8.000	8.000	8.230	8.680	12.340	7.800	9.500	11.300	10.660	994	975	1.187	1.373	1.228
Campinas	1.430	1.000	1.300	5.320	3.280	1.670	1.350	2.100	7.770	4.300	1.168	1.350	1.615	1.460	1.311
Ribeirão Preto	170	300	740	2.440	2.060	170	200	1.000	4.250	3.920	1.000	667	1.351	1.742	1.903
Bauru	100	-	-	-	-	40	-	-	-	-	400	-	-	-	-
São José do Rio Preto	-	-	-	400	540	-	-	-	830	1.100	-	-	-	2.075	2.037
Araçatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	8.900	6.200	6.100	6.590	6.900	12.620	6.000	8.550	7.270	8.470	1.418	968	1.401	1.103	1.227
Marília	140.460	126.000	121.200	121.550	117.610	165.120	104.900	135.500	175.000	171.500	1.176	833	1.117	1.439	1.458
Estado	163.850	141.900	137.700	144.950	139.740	192.500	120.800	157.300	207.510	201.330	1.175	851	1.142	1.432	1.441

(¹) Estimativa de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 85. - Preços Correntes de Alguns Produtos de Alimentação no Varejo, Cidade de São Paulo, Junho de 1983 a Junho de 1984

(em cruzeiro)

Mês	Farinha de trigo (kg)	Feijão (kg)	Arroz (kg)	Farinha de mandioca (500g)	Macarrão (500g)	Pão Francês (50g)	Fubá mimoso (500g)	Batata (kg)
Jun.	113,95	352,70	242,30	109,20	201,45	15,00	106,40	346,45
Jul.	188,00	517,00	308,00	128,00	257,00	24,00	132,00	367,00
Ago.	216,00	628,00	385,00	158,00	344,00	24,00	160,00	453,00
Set.	250,00	837,00	410,00	224,00	375,00	27,00	223,00	482,00
Out.	286,00	1.035,00	451,00	283,00	389,00	28,00	385,00	453,00
Nov.	290,00	955,00	446,00	318,00	414,00	28,00	409,00	376,00
Dez.	291,00	972,00	448,00	358,00	431,00	35,00	414,00	326,00
1984								
Jan.	305,00	955,00	482,00	392,00	478,00	35,00	420,00	364,00
Fev.	310,00	1.118,00	552,00	448,00	520,00	35,00	418,00	337,00
Mar.	388,00	1.617,00	587,00	459,00	594,00	41,00	407,00	459,00
Abr.	408,00	2.314,00	619,00	501,00	658,00	45,00	402,00	506,00
Mai.	433,00	2.296,00	682,00	548,00	746,00	45,00	413,00	551,00
Jun.	441,00	2.018,00	733,00	581,00	791,00	57,00	447,00	531,00
Varição porcentual junho 84/junho 83	287	472	202	432	293	280	320	53

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

FRUTAS

As exportações brasileiras de frutas e derivados atingiram em 1983 a cifra de US\$781 milhões, 3,9% superior à de 1982, com destaque para castanha de caju, castanha do Brasil, banana, laranja, abacaxi, tangerina, mamão, melão, manga e figo todos in natura; abacaxi banana e goiaba, em conserva e sucos de cítricos, maracujá, abacaxi e uva (quadro 86).

A política de importações brasileiras visando reduzir gastos tem obtido resultados positivos, possibilitados pelo aumento da produção interna, principalmente das frutas de clima temperado, como a maçã que em 1978 participou com 62% do dispêndio em importações de frutas e, em 1983, baixou para 49%. No quinquênio (1978-83), a importação de frutas e seus derivados reduziu-se em 35% (quadro 87).

No Estado de São Paulo, para a safra 1983/84, das 13 espécies de frutas analisadas, o IEA aponta decréscimo de produção para a grande maioria: mamão (-35%), uva para mesa (-22,8%), maçã (-12,5%), tangerina (-12,4%), abacate (-8,6%), limão (-6,0%), figo (-5,0%), uva para indústria (-4,5%) e caqui (-3,7%); resultados crescentes foram registrados para pêssego de mesa (45,0%), abacaxi (28%), goiaba para indústria (8,9%) e manga (5%) (quadros 88 e 89).

No tocante à comercialização na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), em 1983 houve aumento em relação a 1982 somente para frutas tropicais, com exceção da tangerina ponkan. Com relação a 11 espécies de frutas de clima temperado, foram comercializadas menores quantidades; ainda assim insuficientes para elevação de preços reais a nível de atacado, revelando que a queda na demanda também foi significativa (quadros 90 a 93).

A campanha de frutas de clima temperado e de verão, mantida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, vem obtendo resultados mais positivos a cada ano. No período de outubro de 1983 a março de 1984, foram comercializadas 5,3 toneladas de frutas no valor de Cr\$3,2 milhões. Esse resultado pode ser atribuído à elevada temperatura, que possibilitou a antecipação da colheita e estimulou o consumo de frutas e sucos. O volume de comercialização dessa campanha foi 300% superior à precedente, sendo manga, goiaba, mamão papaya e uva niagara as frutas de maior aceitação.

(IEA, 19/07/84)

QUADRO 86. - Exportação de Frutas, Conservas, Compotas, Doces, Purês e Pastas, Brasil, 1982 e 1983

Fruta	1982		1983	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)
Frutas frescas				
Tamaras	-	-	140	14
Banana	59.178	10.520	89.435	10.676
Abacaxi	7.261	2.331	13.403	3.120
Coco com casca	21	12	262	21
Coco sem casca	240	124	142	224
Castanha do Brasil	12.233	13.645	14.745	15.232
Castanha do Brasil sem casca seca	5.866	18.577	7.218	20.805
Castanha de caju com casca	3	9	-	-
Castanha de caju sem casca	17.254	67.212	19.316	69.010
Qualquer outra castanha	6	18	-	-
Abacate	256	142	245	90
Goiaba	124	166	200	222
Manga	579	845	1.080	907
Laranja	70.059	17.017	48.690	10.191
Tangerina	6.036	1.937	5.424	1.386
Limão	631	509	447	289
Pomelo	171	34	301	70
Outras frutas cítricas	6	9	319	170
Figo	237	410	293	421
Marmelo	61	29	-	-
Ameixa	4	7	-	-
Morango	35	57	229	240
Melão	2.214	1.023	2.661	1.127
Melancia	105	18	181	28
Caqui	66	76	68	74
Mamão	920	809	1.851	1.183
Outras frutas frescas	170	254	946	1.111
Frutas cozidas	93	69	105	55
Ameixa com caroço seca	2	6	1	3
Outras frutas conservadas secas	1	1	15	65
Frutas congeladas adicionadas de açúcar	338	420	95	135
Pera cristalizada	13	15	-	-
Outras frutas cristalizadas	100	106	161	115
Compotas				
Abacaxi	108	131	222	162
Goiaba	60	49	248	201
Pêssego	101	99	24	22
Qualquer outra compota	151	106	114	82
Gelêia de frutas	140	172	71	75
Doces, purês e pastas				
Banana	791	458	2.063	1.186
Goiaba	-	-	2.374	1.222
Figo	2	3	1	1
Marmelo	81	77	49	37
Pêssego	15	15	5	4
Qualquer outra fruta	446	427	537	446
Conserva de frutas ao natural ou em calda				
Abacaxi	1.360	1.335	2.761	2.326
Ameixa	50	47	35	33
Banana	2.434	1.301	1.889	1.084
Cereja	2	14	-	-
Figo	15	32	12	19
Laranja	28	28	81	26
Mamão	247	194	242	142
Manga	203	213	390	291
Morango	5	14	9	22
Pera	2	4	7	5
Pêssego	1.893	1.834	235	231
Qualquer outra fruta	372	399	223	218
Conserva de frutas	83	91	28	27
Castanha de caju torrado	15	109	10	65
Outras frutas torradas	2	5	-	-
Suco de frutas				
Abacaxi	3.082	3.186	6.832	6.323
Caju	588	612	237	238
Goiaba	1.168	871	282	271
Laranja concentrado	5 21.217	573.308	553.110	607.991
Laranja não concentrado	1.442	1.584	-	-
Limão	1.267	719	2.578	1.150
Maçã	46	65	5	6
Maracujã	7.784	16.485	6.936	10.011
Pomelo	2.460	1.868	1.406	751
Tangerina	3.764	3.983	3.845	4.098
Uva	3.592	2.797	2.943	2.986
Leite de coco	54	111	134	235
Qualquer outra fruta	1.907	2.140	3.056	2.504
Total das exportações	740.060	751.293	800.972	781.397

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 87. - Importação de Frutas, Brasil, 1979-83

(em US\$1.000 FOB)

Item	1979	1980	1981	1982	1983
Fruta fresca					
Uva	3.171	2.327	2.536	3.166	2.273
Maçã	79.821	72.378	65.068	59.074	40.735
Pera	22.297	22.157	23.924	21.545	14.717
Marmelo	106	71	461	246	37
Cereja	660	1.324	1.045	914	675
Ameixa	2.246	1.787	2.557	1.704	-
Damasco	85	54	63	-	33
Pêssego	71	22	34	-	-
Morango	-	-	-	25	24
Outras	-	-	345	1.011	588
Fruta seca					
Figo	970	987	453	748	727
Uva	9.368	10.188	4.345	6.467	6.337
Ameixa	10.744	8.158	6.255	6.779	5.846
Damasco	1.084	896	496	954	247
Maçã	19	29	6	135	-
Pera	221	294	136	-	241
Tâmara	-	-	402	769	286
Pêssego	-	-	-	9	7
Outras secas	48	40	45	5	-
Outras torradas	-	-	-	27	18
Conserva de fruta					
Conserva de cereja em álcool	1.887	1.745	1.549	1.496	1.483
Gelêia de abacaxi	181	-	-	22	-
Gelêia, doces, outras frutas	216	247	48	46	16
Conserva de cereja	53	-	-	46	18
Conserva de pera	1	-	-	4	428
Conserva de pêssego	0,2	-	-	0,2	1
Salada de frutas	2	-	502	145	5
Qualquer outra conserva de fruta	67	85	52	189	50
Outras frutas frescas ou secas	-	-	7.750	15.476	8.163
Suco de fruta					
Maçã	26	-	-	2,5	-
Pera	1	-	-	-	-
Outros, de frutas e legumes	8	-	-	1,2	196
Total	133.363	122.799	118.054	121.005	83.151

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 88. - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Temperado, Estado de São Paulo, 1979-84

(em 1.000 unidades)

Ano	Maçã		Caqui		Figo ⁽¹⁾		Pêssego de mesa		Uva de mesa ⁽²⁾		Uva p/indústria	
	Pê	Caixa (22,0kg)	Pê	Caixa (26,0kg)	Pê	Tonelada	Pê	Caixa (3,0kg)	Pê	Caixa (6,0kg)	Pê	Tonelada
1979	2.000	400	750	2.955	2.000	15,9	510	4.440	35.100	16.567	6.705	17,2
1980	2.000	450	740	2.780	2.285	19,0	515	4.730	34.120	13.150	6.810	15,4
1981	2.480	580	800	2.680	2.260	19,3	415	3.630	37.850	16.325	6.380	15,8
1982	2.600	850	800	2.810	2.100	23,1	450	4.680	37.250	16.910	5.350	13,8
1983	2.800	1.000	810	2.700	2.160	24,9	410	3.600	35.705	15.750	5.015	15,5
1984 ⁽³⁾	3.000	875	720	2.600	2.100	23,7	410	5.220	35.220	12.170	4.920	14,8

⁽¹⁾ Não inclui figo para a indústria.

⁽²⁾ Inclui uva comum para mesa e uva fina para mesa.

⁽³⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 89. - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Tropical, Estado de São Paulo, 1979-84

(em 1.000 unidades)

Ano	Goiaba para indústria		Abacate		Abacaxi		Limão		Mamão		Tangerina ⁽¹⁾		Manga	
	Pê	Tonelada	Pê	Caixa (22,0kg)	Pê	Fruto	Pê	Caixa (40,8kg)	Pê	Caixa (31kg)	Pê	Caixa (40,8kg)	Pê	Caixa (21kg)
1979	867	33,4	1.983	3.810	60.945	27.225	4.070	10.200	10.200	8.270	10.014	15.424	473	1.617
1980	860	46,5	1.875	3.420	50.320	21.000	3.710	8.850	10.810	8.210	7.880	15.730	440	1.380
1981	720	42,2	1.470	4.930	47.230	18.050	4.040	8.510	7.290	6.950	8.760	18.980	470	1.540
1982	630	32,9	1.260	4.330	58.550	23.620	3.990	8.270	4.110	2.910	8.320	17.680	480	1.420
1983	680	38,2	1.180	4.400	55.740	27.150	4.210	8.280	4.395	3.520	8.370	18.765	656	1.590
1984 ⁽²⁾	715	41,6	1.167	4.020	57.200	34.700	3.810	7.790	3.600	2.300	7.603	16.440	715	1.670

⁽¹⁾ Inclui cravo, ponkan, mexerica e marçote.

⁽²⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 90- Quantidades Comercializadas de Frutas de Clima Temperado, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1979-83

(em 1.000 unidades)

Espécie	Unidade	1979	1980	1981	1982	1983
Caqui	cx.26,0kg	1.089	599	611	633	573
Figo	engr.2,0kg	2.141	2.508	2.248	3.086	2.344
Morango	cx.3,2kg	1.307	1.514	1.712	2.159	1.823
Pêssego de mesa	cx.2,34kg	1.840	1.720	2.493	2.283	1.817
Uva niagara	cx.6,0kg	3.371	3.188	3.480	4.758	2.686
Uva itália	cx.8,0kg	1.515	1.478	1.460	2.115	1.669
Maçã nacional	cx.17,0kg	546	548	857	2.373	1.523
Pera nacional	cx.17,0kg	41	55	54	210	50
Nectarina nacional	cx.2,25kg	498	401	717	571	473
Ameixa nacional	cx.7,30kg	340	399	600	585	538
Nêspera	cx.5,00kg	121	278	315	299	286

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 91- Quantidades Comercializadas de Frutas de Clima Tropical, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1979-83

(em 1.000 unidades)

Espécie	Unidade	1979	1980	1981	1982	1983
Abacate	cx.22kg	1.194	1.119	1.402	1.091	1.683
Mamão	cx.31kg	1.651	1.469	1.003	1.318	1.488
Manga	cx.21kg	561	769	853	723	819
Tangerina Cravo	cx.28kg	539	551	404	361	541
Tangerina Ponkan	cx.27kg	1.961	2.119	2.110	2.689	1.432
Limão	cx.29kg	684	821	1.150	1.513	1.622
Abacaxi	cento ⁽¹⁾	88	144	161	214	220
Laranja	cx.29kg	14.133	15.691	15.179	17.148	18.629

⁽¹⁾ Aproximadamente 155kg.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 92. - Preços Médios⁽¹⁾ de Frutas de Clima Temperado, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1979-83

(em cruzeiro)

Espécie	Unidade	Preço médio ponderado				
		1979	1980	1981	1982	1983
Caqui	cx.26kg	3.324	2.632	1.850	3.289	2.605
Figo	engr.1,8kg	563	468	512	725	406
Pêssego de mesa	2,34kg	1.364	720	1.606	1.224	1.977
Uva niagara	cx.6kg	2.059	924	1.990	1.937	2.477
Uva itália	cx.8kg	4.388	3.945	3.971	3.380	3.598
Maçã nacional	cx.17kg	5.312	6.224	5.722	7.287	5.602
Morango	cxta3,2kg	1.840	1.721	1.901	1.741	1.718
Pera nacional	cx.17kg	5.165	2.914	1.253	3.589	3.646
Nectarina	cx.2,25kg	1.110	1.115	906	1.196	717
Ameixa	cx.7,30kg	3.284	1.548	2.242	3.317	3.109
Nêspera	cx.5,0kg	5.060	2.777	2.746	2.853	2.521

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 93. - Preços Médios⁽¹⁾ de Frutas de Clima Tropical, Mercado Atacadista, São Paulo, 1979-83

(em cruzeiro)

Espécie	Unidade	Preço médio ponderado				
		1979	1980	1981	1982	1983
Abacate	cx.22kg	2.533	2.309	2.894	2.991	1.401
Mamão	cx.31kg	2.428	2.125	6.059	3.701	1.766
Manga	cx.21kg	3.971	4.572	8.934	5.434	5.737
Tangerina cravo	cx.28kg	1.372	1.250	2.935	1.364	1.153
Tangerina ponkan	cx.27kg	1.573	1.324	3.294	1.331	1.250
Limão	cx.29kg	3.492	4.760	11.701	5.149	4.411
Abacaxi	cento=115kg	23.300	21.883	52.463	21.165	19.077
Laranja	cx.29kg	1.756	1.337	2.139	1.823	1.468

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

— Panorama Internacional

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), há necessidade de novas medidas para aumentar o consumo de banana em virtude da redução da demanda mundial nos últimos anos. A FAO sustenta que se faz necessário estudos de mercado, além de campanhas publicitárias e de educação do consumidor sobre o valor nutritivo da banana. A campanha deveria ser realizada principalmente em países industrializados, caso dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental, devido ao maior poder aquisitivo desses países e por já serem grandes consumidores de banana e de seus derivados.

Apesar de maior produtor mundial, em 1982 o Brasil obteve a nona colocação entre os exportadores mundiais, exportando somente 0,8% do total comercializado internacionalmente, correspondendo a 59 mil toneladas em 1982, 12% inferior à reduzida exportação brasileira de 1981 (quadro 94). Em 1983, houve boa recuperação, tendo sido exportadas, segundo a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) 89 mil toneladas, representando acréscimo de 50% em relação ao ano anterior.

Pelo lado das importações mundiais, os volumes permanecem estáveis nos últimos três anos (1980/82), ao redor de 6,7 milhões de toneladas, com consumo per capita também estável nos países da Europa Ocidental (quadro 95).

— Situação Interna

O Brasil é o maior consumidor e, também, produtor mundial, com produção de 6.890 mil toneladas, seguida pela Índia, 4.500 mil toneladas; Filipinas, 4.100 mil toneladas; Equador, 2.265 mil toneladas; Tailândia, 2.028 mil toneladas e Indonésia, 1.800 mil toneladas. Apenas seis países dos 52 países produtores respondem por 53% da produção mundial.

A cultura da banana no Brasil encontra-se difundida em quase todas as unidades da Federação. Em 1983, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira alcançou 441.097 mil cachos, ou seja, cerca de 7.278 mil toneladas, com diminuição de 4,0% em relação à de 1982 (quadro 96).

Para 1984, a estimativa do IBGE, divulgada em abril, aponta volume da ordem de 441.765 mil cachos, excluída a informação do Estado do Paraná, com previsão de produção do IBGE para esse Estado de 7.000 mil cachos; dessa forma, a produção brasileira deverá ser de 448.765 mil cachos, cerca de 7.045 mil toneladas (quadro 96).

Para São Paulo, o Instituto de Economia Agrícola (IEA), com base no levantamento realizado em abril de 1984, estima a produção em 41.180 mil cachos, ou seja, acréscimo de 12% em relação à safra anterior.

Quanto aos importadores brasileiros, em 1983, segundo a CACEX, a Argentina continua sendo o maior importador, absorvendo 70% do total exportado (89.435t), ficando a parcela restante para o Uruguai. A Argentina e o Uruguai importaram em 1983, 85,0% e 5,0%, respectivamente, a mais em termos de quantidade, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a CACEX, o preço médio FOB-Uruguaiana em 1983 foi de US\$119,00/t, o menor desde 1975, com queda de comparativamente 33% à cotação de 1982 (US\$177,00/t) refletindo a situação econômica recessiva, principalmente nos países da América Latina.

A relação exportação/produção tem grande importância para São Paulo, fornecedor da totalidade das exportações brasileiras. O montante exportado em 1983 representou 14,7% da produção paulista, com significativo aumento em relação a 1982, quando a relação exportação/produção paulista foi de 8,5%.

No tocante à comercialização interna, na CEAGESP em 1983, a movimentação total de banana foi de 172.604t, sendo 29% superior à precedente; mesmo assim, os preços médios reais a nível atacadista se elevaram em 11,0% em 1983 relativamente a 1982.

A nível varejista, em 1983, registrou-se, em termos reais, decréscimo de 6% no preço médio anual em relação à média de 1982. Em virtude dos altos preços no atacado, face à considerável quebra da safra 1982/83, 12,5% frente à safra 1981/82, e ao menor poder aquisitivo da população, o varejo teve que reduzir sua margem de comercialização (quadro 97).

No interior, a cotação recebida pelos bananicultores paulistas em 1983 foi de Cr\$36.000,00/t. Essa remuneração considerada insuficiente, tanto no mercado interno como externo, vem gerando deficiência nos tratamentos culturais, de onde decorre menor produtividade e deterioração da qualidade, com o conseqüente encarecimento do custo de produção por unidade, baixando a remuneração dos produtores, o que resulta num círculo vicioso que se arrasta há vários anos.

Essa situação vem se agravando com a criação da barragem do Valo Grande que, segundo os bananicultores, impede o escoamento das águas por ocasião das chuvas, prejudicando economicamente os que cultivam o produto ao longo da margem do Rio Ribeira, desde Iguape até Eldorado Paulista. A impossibilidade de replantio das bananeiras nesses solos ricos por origem, já que com as chuvas as águas do rio invadem toda a região e não há novas várzeas para compensar essas áreas perdidas, vem causando contínua falta do produto no mercado e preços elevados em determinadas épocas do ano. Nesse sentido, a área plantada e produção têm tendência de continuar estáveis nas safras vindouras.

(IEA, 26/07/84)

QUADRO 94. - Exportações Mundiais de Banana, 1978-82

País	Quantidade (1.000 t)					% das exportações mundiais	
	1978	1979	1980	1981	1982	1981	1982
Equador	1.425	1.386	1.437	1.230	1.261	17,7	17,9
Costa Rica	1.007	1.012	999	1.026	1.010	14,8	14,4
Honduras	760	887	860	820	914	11,8	13,0
Filipinas	777	860	924	870	927	12,6	13,2
Colômbia	592	633	670	803	733	11,6	10,4
Panamá	628	600	500	573	524	8,3	7,5
Guatemala	316	267	330	400	404	5,8	5,7
China	99	120	101	95	99	1,4	1,4
Brasil	123	128	67	67	59	1,0	0,8
Jamaica	75	69	55	18	22	0,3	0,3
Outros	1.337	1.179	969	1.027	1.075	14,7	15,4
Total mundial	7.139	7.141	6.912	6.929	7.028	100,0	100,0

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 95. - Importações Mundiais e Consumo "Per Capita" de Banana, em Países da Europa Ocidental, 1978-82

País	Importação (1.000 t)					Consumo "per capita" (kg/ano)	
	1978	1979	1980	1981	1982	1981	1982
Alemanha Ocidental	617	603	534	523	506	8,4	8,2
França	498	440	446	462	463	8,3	8,5
Itália	317	348	279	249	324	4,4	5,7
Grã-Bretanha	315	305	323	328	328	5,9	5,8
Holanda	132	126	114	109	98	7,3	6,9
Bélgica	94	90	87	84	87	7,6	8,5
Áustria	94	86	77	76	77	10,0	10,3
Suécia	79	74	70	72	72	8,6	8,6
Suíça	64	63	64	58	59	9,1	9,2
Finlândia	45	46	39	42	45	10,3	9,3
Noruega	37	37	31	33	36	8,1	8,7
Dinamarca	38	36	26	25	25	4,9	4,9
Outros	4.580	4.750	4.586	4.732	4.675
Total mundial	6.910	7.004	6.676	6.793	6.795	-	-

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 96 - Área, Produção e Rendimento Médio de Banana, Brasil, 1983-84

Unidades da Federação	Área (ha)		Produção (1.000 cachos)		Rend. Médio (cacho/ha)	
	1983	1984 ⁽¹⁾	1983	1984 ⁽¹⁾	1983	1984 ⁽¹⁾
Rondônia	31.736	20.726	28.489	18.612	898	898
Acre	3.916	3.516	4.699	4.185	1.200	1.190
Amazônia	913	1.124	743	933	814	830
Roraima	673	729	277	300	412	412
Pará	11.428	10.132	13.235	11.922	1.158	1.177
Amapá	497	510	388	396	781	776
Maranhão	9.222	8.349	11.121	9.519	1.206	1.140
Piauí	3.135	2.148	3.571	2.774	1.139	1.291
Ceará	29.750	28.678	27.519	30.200	925	1.053
Rio Grande do Norte	3.449	3.253	4.755	4.743	1.379	1.458
Paraíba	9.464	9.187	13.576	13.398	1.434	1.458
Pernambuco	18.214	20.300	28.232	36.540	1.550	1.800
Alagoas	8.484	8.394	10.299	10.195	1.214	1.215
Sergipe	2.523	2.076	2.182	1.744	865	840
Bahia	54.430	55.000	75.331	76.120	1.384	1.384
Minas Gerais	33.889	34.070	35.318	35.874	1.042	1.053
Espírito Santo	24.437	26.698	19.412	21.756	794	815
Rio de Janeiro	31.152	31.152	32.429	32.398	1.041	1.040
São Paulo ⁽²⁾	39.653	35.867	39.090	41.885	986	1.168
Paraná	4.960	...	7.960	...	1.605	...
Santa Catarina	19.992	23.000	28.993	32.200	1.450	1.400
Rio Grande do Sul	7.402	7.360	6.122	6.256	827	850
Mato Grosso do Sul	2.831	2.948	3.985	4.175	1.408	1.416
Mato Grosso	14.528	15.092	12.011	12.720	827	843
Goiás	34.600	37.360	30.930	32.470	894	869
Distrito Federal	430	450	430	450	1.000	1.000
Brasil	401.708	388.119	441.097	441.765	1.098	1.138

⁽¹⁾ Dados preliminares, abril de 1984.

⁽²⁾ Estimativa de fevereiro do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 97 . - Preço Médio Mensal Real ⁽¹⁾ de Banana Nanica, Cidade de São Paulo, 1979-83

Mês	Atacado (Cr\$/t)					Varejo (Cr\$/dz)				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Jan.	113.901	76.738	85.660	76.123	14.548	550,00	380,00	420,00	307,00	170,00
Fev.	72.160	64.877	38.617	44.167	17.808	457,00	328,00	335,00	318,00	148,00
Mar.	72.227	58.216	61.215	41.118	31.139	366,00	256,00	268,00	281,00	157,00
Abr.	67.432	41.156	54.562	47.905	38.049	324,00	242,00	249,00	258,00	170,00
Mai.	69.606	19.524	42.988	40.687	33.886	268,00	192,00	203,00	231,00	167,00
Jun.	50.566	15.630	31.955	33.828	39.730	243,00	159,00	165,00	196,00	189,00
Jul.	39.173	20.361	24.842	21.636	31.351	210,00	128,00	158,00	168,00	174,00
Ago.	32.785	27.241	31.625	22.360	42.302	177,00	126,00	135,00	144,00	185,00
Set.	29.120	29.947	30.473	20.832	57.068	139,00	119,00	133,00	139,00	217,00
Out.	22.129	36.424	32.896	27.660	68.266	124,00	127,00	124,00	135,00	248,00
Nov.	28.871	31.284	34.975	27.815	47.180	112,00	114,00	125,00	129,00	256,00
Dez.	26.354	25.370	27.957	16.558	45.456	119,00	110,00	121,00	129,00	216,00
Média	52.026	37.230	41.477	35.057	38.890	257,00	190,00	203,00	203,00	191,00

(1) Corrigido em cruzeiro de 1983 pelo Índice "2", de Conjuntura Econômica.

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- Panorama Internacional

Invertendo as estimativas iniciais para a safra 1983/84 que apontavam aumento na produção cítrica mundial, as geadas na Flórida (EUA) e México, ao final de dezembro de 1983, provocaram um recuo das quantidades ofertadas, em princípio estimado em cerca de 4%, em relação à safra precedente. Essa diminuição é devido à menor produção no Hemisfério Norte, visto que a previsão de colheita, ainda em andamento no Hemisfério Sul, é de pequeno aumento, principalmente no Brasil.

Além da geada na América do Norte, a ocorrência de seca em outros importantes países exportadores provocou significativas alterações no comércio internacional de citros, e modificações na estrutura da absorção das frutas, cujos efeitos poderão perdurar. Algumas dessas tendências já vinham se manifestando há mais tempo, e foram acentuadas nesta safra.

Dentre elas, entretanto, deve-se destacar, pela sua importância para a citricultura brasileira, a situação do comércio de suco concentrado de laranja e de grapefruit, com forte alta nas cotações, particularmente no de laranja, que em seis meses elevaram-se em 55% em relação aquelas vigentes no final de 1983, e com perspectivas de se manterem firmes até ao final do ano.

Tal evolução de preços se verificou pela necessidade que terão os Estados Unidos de importar de 350 a 380 mil toneladas de suco concentrado em 1984, contra 284 mil em 1982, e 261 mil em 1983, em vista de uma produção da Flórida estimada em apenas 365 mil toneladas, ou seja, 130 mil toneladas (20%) a menos que na safra anterior.

A essa importação americana, deve-se somar as compras potenciais dos demais mercados, principalmente da Europa Ocidental, totalizando aproximadamente 500 mil toneladas, das quais cerca de 75% a serem supridas pelo Brasil.

De outra parte, o aumento de consumo, tanto nos Estados Unidos como na Europa, deverá ser pequeno, em especial nos países europeus onde a valorização do dólar, aliada às altas cotações do suco de laranja, tem provocado não só a procura por sabores alternativos de sucos menos valorizados, como também a venda de bebidas com menor concentração. No âmbito do comércio de fruta fresca, observou-se que enquanto a Itália aumentava suas exportações e a Espanha atingia um recorde de 3,5 milhões de toneladas, graças a uma agressiva campanha de vendas e desvalorização da peseta em relação a outras moedas, as exportações de Israel foram menores que nos anos anteriores, obrigando a indústria local a absorver um volume recorde de fruta; as do Marrocos também diminuíram por falta de fruta em condições (tamanho) de serem embarcadas e sofreram redução de preços, enquanto que as da África do Sul, da Argentina e do Brasil também deverão declinar por diferentes razões.

- Situação Interna

O quadro atual, rico de cores, contrasta com o pálido cenário que se verificava em 1983, quando no início da colheita, então estimada em cerca de 181 milhões de caixas de laranja (188,8 na estimativa final), as perspectivas eram de: processamento industrial de apenas 130 milhões de caixas; colocação de 480 mil toneladas de suco concentrado; manutenção do preço de venda (US\$1.100/t - FOB); necessidade de fortalecer o mercado interno através de campanhas promocionais apoiadas em propaganda e de compras institucionais visando, principalmente, procurar encerrar a safra com estoque igual ou menor do que 90 mil toneladas de suco.

Esse panorama seria de fundamental importância na comercialização da atual safra 1983/84, pois as estimativas preliminares para a Flórida eram de produção de 175 milhões de caixas, capazes de propiciarem a elaboração de cerca de 580 mil toneladas de suco, o que viria restringir ainda mais as necessidades de importação, a despeito de previsão de aumento no consumo.

As preocupações com possível superprodução e os significativos aumentos de custo de produção nos últimos anos (principalmente nas "contas" juros de custeio e defensivos) fizeram com que os citricultores reduzissem os tratamentos culturais (adubação em particular) e o ritmo de plantio que vinha se observando. Observou-se, ainda, em setembro/outubro de 1983 forte queda de "frutos chumbinho" dos pés que apresentaram até quatro floradas e incidência acentuada de verrugose, bem como menor rendimento industrial devido ao tempo bastante chuvoso.

Entretanto, a partir de setembro de 1983 passou-se a verificar elevação nos preços da fruta fresca nos mercados atacadistas dos grandes centros consumidores do país, que viria atingir o máximo em janeiro/fevereiro de 1984. Essa tendência foi decorrente da escassez relativa de outras frutas da época (banana, pêsego e ameixa, entre outras), do aumento nos custos de comercialização (principalmente de fretes) e da absorção de fruta pelas indústrias de suco, em vista das perspectivas de que seria possível ainda em 1983, exportar quantidades maiores que aquelas inicialmente previstas. As entradas no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), em 1983, foram 8,6% superiores às registradas em 1982, enquanto o preço médio real caiu 19% (quadros 91 e 93).

Imediatamente após a severa geada que afetou os laranjais da Flórida e do Texas (26-27/12/83), destruindo significativa parcela da produção pendente e parte dos pés plantados (número a ser oficialmente quantificado em agosto de 1984 pelo USDA), os preços de suco concentrado passaram a se elevar rapidamente no mercado internacional e a CACEX estipulou sucessivamente novos preços mínimos de exportação, de US\$1.100,00/t para US\$1.300,00, para US\$1.450,00, para US\$1.600,00 e para US\$1.700,00 em 24/07/84, a fim de acompanhar a evolução do mercado. Ao mesmo tempo, foi mantida a cota global de exportação de 600 mil toneladas para a safra industrial 1984/85, e eliminados todos os subsídios à exportação.

Essa situação permitiu que no primeiro semestre de 1984 fosse vendido todo o estoque remanescente da safra anterior, registrando-se até maio o embarque de mais de 270 mil toneladas de suco, contra pouco mais de 200 mil no período janeiro a maio de 1983.

Estabeleceram-se, dessa forma, condições para uma verdadeira corrida de compra de pomares já em janeiro, antes mesmo de se encerrar a safra do ano anterior, tendo as indústrias adquirido praticamente 80% de suas necessidades de matéria-prima ao preço de Cr\$3.000,00/cx., com sinal que variou de Cr\$1.000,00 a Cr\$2.000,00 e, posteriormente, até à vista. Em junho, após intensas negociações entre produtores e industriais, com a intervenção da Carteira do Comércio Exterior (CACEX), o preço foi reajustado para Cr\$4.500,00/cx., estabelecendo-se uma parcela adicional de Cr\$1.500,00 a ser paga em 31/01/85.

Admitindo-se um valor médio de Cr\$2.050,00 por dólar no segundo semestre de 1984, o preço da matéria-prima representará US\$2,14 por caixa, pouco abaixo do recorde de 1977 (US\$2,20) e mais do que o dobro do valor obtido em 1983.

Deve-se, ainda, registrar que em face do Convênio ICM 27/83, do CONFAZ, nas saídas de sucos de laranja e maracujá para o exterior, passou-se a exigir a partir de 01/06/84 o estorno do crédito fiscal equivalente ao valor integral do ICM incidente sobre a matéria-prima empregada na fabricação desses produtos, ou de 8,5% sobre o preço-FOB constante da guia de exportação.

A despeito de não ter ocorrido ainda a floração dos laranjais paulistas, é possível antever-se alguns pontos básicos que deverão caracterizar a próxima safra e, a médio prazo, o desenvolvimento da citricultura: a) os melhores tratamentos culturais e a entrada em produção de um contingente de pés novos em 1985 permitirão aumento da colheita, em princípio avaliado em até 10% em relação à safra de 1984, cabendo lembrar, todavia, que a longa estiagem prejudicou sensivelmente as plantações; b) a taxa de plantio voltará a aumentar tendo em conta, de um lado, a disposição dos produtores em ampliarem seus pomares e, de outro, a maior oferta de mudas, visto que os viveiristas intensificaram suas atividades; c) a demanda por suco concentrado e seus preços muito provavelmente continuarão firmes, pois a produção americana estimada preliminarmente em 110 milhões de caixas, para 1985, levará de três a quatro anos para recuperar os níveis de antes da geada, quando mesmo assim havia necessidade de importação para atendimento de consumo crescente; d) a renda setorial da citricultura deverá mostrar resultados positivos para todos os segmentos envolvidos.

Há que se assinalar que os novos plantios acusarão significativos aumentos de produção ao final da década, enquanto a demanda por suco dependerá da recuperação da citricultura americana e do aumento do consumo nos Estados Unidos e Europa. Nesse período, deverá ser perseguida uma política de abertura de novos mercados e de consolidação do mercado nacional, não se podendo perder de vista que o parque citrícola implantado em São Paulo será capaz de propiciar a produção de mais de 600 mil toneladas de suco já na próxima temporada.

A nível de produtor, a atenção deverá estar voltada para ganhos de produtividade, com aplicação de mais tecnologia, e não somente de ampliação de área, pois, em qualquer eventualidade de retração de mercado, será mais fácil cortar custos variáveis do que fixos.

A nível governamental, será de capital importância investir em pesquisas, a fim de permitir a busca de soluções definitivas para os problemas que a cultura continua a enfrentar, de modo a se constituir em base duradoura para retornos sociais como vem ocorrendo até agora.

(IEA, 07/08/84)

— Abacaxi

Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), a produção mundial, em 1982, foi de 8.859 mil toneladas, sendo que 61,3% oriundos de apenas sete países: Tailândia, 1.824 toneladas, Filipinas, 871 mil toneladas, Brasil, 646 mil toneladas; Índia, 643 mil toneladas; México, 550 mil toneladas; Estados Unidos 549 mil toneladas e Costa do Marfim, 350 mil toneladas. Essa produção, quando comparada à média obtida em 1974/76, cresceu 44%, mas relativamente à safra de 1981, quando foram colhidas 8.433 mil toneladas, o incremento foi somente de 5%. Estimativas preliminares para 1984, nos principais países produtores, apontam redução na produção.

No Brasil, a produção de abacaxi está concentrada em cinco Estados dos 20 principais produtores, os quais respondem por 81,8% da produção nacional em 1984: Paraíba (34,8%), Minas Gerais (30,9%), Espírito Santo (6,3%), Bahia (5,2%) e São Paulo (4,6%).

Considerando-se o período de 1980 a 1984, a área, produção e produtividade brasileiras têm aumentado. Em 1980, a área cultivada no principal Estado produtor, Paraíba, foi de 6.029ha, com um total de 111,5 milhões de frutas e rendimento médio de 18.498 frutas por hectare. Para 1984, a última estimativa do IBGE de abril aponta área cultivada de 8.989ha, com produção de 205,4 milhões de frutas e rendimento médio de 22.851 frutos por hectare (quadro 98).

No Estado de São Paulo, a produção concentra-se nas DIRAs de Bauru (46,5%), Ribeirão Preto (18,0%) e São José do Rio Preto (16,0%). Essas três DIRAs participam com 80,5% da produção paulista, quando em 1978 representavam 45%.

Os produtores de abacaxi que direcionaram sua produção para o mercado "in natura" têm conseguido remuneração acima dos índices inflacionários durante todos os meses do ano desde 1979. Em 1983, os abacaxicultores obtiveram, em níveis reais, o dobro da remuneração de 1979.

Entretanto, o preço pago pelas indústrias não foi compensador, pois em janeiro de 1984 na Região de São José do Rio Preto variou de Cr\$45,00 a Cr\$60,00/kg, enquanto na comercialização para consumo "in natura" esteve entre Cr\$200,00 a Cr\$300,00/kg.

Nesse sentido, na região de Guaraci, um dos municípios de maior produção da DIRA de São José do Rio Preto, só deverão permanecer pequenos produtores que direcionam seus produtos para o mercado atacadista, pois os abacaxicultores dessa região preferem, ao invés de replantarem, vender suas mudas a produtores da região de Frutal-Minas Gerais, onde a atividade vem se expandindo significativamente, pois o plantio é feito no cerrado onde o cultivo do abacaxi adapta-se muito bem, diminuindo o custo de produção.

Neste ano, o aumento da demanda internacional de suco de laranja, em virtude da geadas na Flórida em dezembro de 1983, fez com que as empresas processadoras de suco passassem a processar mais abacaxi, principalmente de janeiro a maio, pico de safra da fruta e entressafra de laranja.

O dimensionamento do mercado internacional para suco de abacaxi é surpreendente, quando se compara com a irrisória quantidade exportada, em decorrência da falta de matéria-prima para processamento. Nesse sentido, poder-se-ia incentivar a exploração dessa cultura em grandes áreas, direcionando a produção às empresas de suco, desde que a preços remunerativos aos produtores, já que as indústrias têm poder de barganha no mercado externo, como fazem com o suco de laranja.

Com relação ao abastecimento de abacaxi na CEAGESP, em 1983, as variedades Havaí e Pérola procederam preponderantemente dos Estados da Paraíba (38,9%), Minas Gerais (25,6%), Espírito Santo (17,4%) e São Paulo (12,0%). A quantidade comercializada nesse mercado em 1983 foi 2,8% superior a do ano precedente, 214 mil toneladas.

- Maçã

Entre os 72 países produtores mundiais de maçã, apenas oito respondem por 44% do total em 1982: Estados Unidos, 3.679 mil toneladas; França, 3.016 mil toneladas; Alemanha Ocidental, 2.775 mil toneladas; China, 2.452 mil toneladas; Itália, 2.200 mil toneladas; Polônia, 1.893 mil toneladas; Hungria 1.000 mil toneladas e Espanha, 913 mil toneladas.

A nível mundial, a produção de maçã em 1982 foi de 39.255 mil toneladas e, se comparada à média 1974-76, foi 27% superior. Quando confrontada com a de 1981, o acréscimo é de 17%, mostrando que o aumento dessa safra (1982) foi notadamente devido a grandes acréscimos na produção da Alemanha Ocidental, superior à precedente em 258%, e Polônia (142%).

No Brasil, a produção de maçã está distribuída por cinco Estados, com a seguinte participação em 1983/84: Santa Catarina, 75 mil toneladas; Rio Grande do Sul, 28 mil toneladas; Paraná, 21 mil toneladas; São Paulo, 17,5 mil toneladas; e Minas Gerais, 1,2 mil toneladas.

Nessa safra brasileira 1983/84, houve quebra de aproximadamente 26% em relação às metas do Programa Nacional da Maçã (PRONAMA) de 193,5 mil toneladas, em virtude de chuvas de pedra, principalmente nos Estados do Sul, em dezembro de 1983.

Quando se observa que foram importadas, pelo Brasil em 1983, 115 mil toneladas e produzidas na safra 1982/83 90 mil toneladas, somando assim 205 mil toneladas em 1983 para abastecer cerca de 120 milhões de habitantes, pode-se dizer que o consumo per capita encontra-se abaixo de 2kg, apesar das campanhas promocionais realizadas pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e também a nível nacional através da COBAL.

Quanto às cotações na CEAGESP (atacado), a maçã nacional vem mantendo nos últimos anos um diferencial de 40% a 50% inferior à cotação da maçã estrangeira.

Com relação à quantidade, a maçã nacional em 1983 nesse mercado foi inferior em 36% frente à comercializada em 1982. Nesse mesmo período, a maçã estrangeira ampliou sua presença nesse mercado em 13,5%, face à menor produção brasileira (90 mil toneladas) que a esperada (145 mil toneladas) para a safra 1982/83.

Em 1983, as cotações da maçã estrangeira, a nível de atacado, foram 108% superiores às do produto nacional. A nível varejista, o preço médio da maçã importada foi 26% maior que o obtido pela nacional. Esse fato leva a concluir que a maçã nacional vem sendo bem aceita pelo consumidor brasileiro, possibilitando ao varejista reduzir o diferencial de preços entre o produto estrangeiro e o nacional que vem propiciando maior margem de lucro bruto.

- Morango

O morangueiro, cultura típica de clima temperado, é pouco tolerante a temperaturas muito elevadas. No Brasil, é produzido quase totalmente em três Estados - São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais -, mas em 1983 foram iniciados alguns plantios nos Estados de Santa Catarina e Paraná (quadro 99).

Apesar da maior área plantada em 1983, o Rio Grande do Sul tem baixíssima produtividade, 5,0 t/ha, quando Minas Gerais obteve 42,0t/ha e São Paulo 31t/ha.

Em sua maior parte, o morango é congelado e destinado tanto ao mercado interno, como ao externo para a indústria de alimentos.

A exportação de morango, enviada principalmente para a Argentina, vem declinando desde 1980, quando foram remetidas 1.266t, alcançando em 1983 229t.

Em São Paulo, a produção estimada para a safra 1983/84 é de 22,8 mil toneladas, produzidas quase exclusivamente (97%) em duas DIRAs (São Paulo e Sorocaba).

Das 1.822.721 caixetas de 3,2kg comercializadas em 1983 na CEAGESP, 98% procederam da DIRA de São Paulo, principalmente de Bragança Paulista (32,6%), Paranapiacaba (31,0%), Jundiaí (22,0%) e Sorocaba (11,4%).

As cotações a nível de atacado nesse entreposto, em 1983, atingiram Cr\$1.718,00 por caixeta de 3,2kg, mantendo-se estáveis em níveis reais frente a 1982, situação essa que perdura há cinco anos. Período de preços mais baixos no mercado paulista são observados de agosto a outubro, quando são ofertadas maiores quantidades.

— Uva

A produção mundial de uva em 1982 foi de 71.594 mil toneladas, superando em 18% a média obtida no período 1974-76 (60.287 mil toneladas).

Dos 52 países produtores, apenas seis respondem por 63%, sendo a França responsável por 11.230 mil toneladas; a Itália por 11.150 mil toneladas, a União Soviética por 7.700 mil toneladas, a Espanha por 6.063 mil toneladas, os Estados Unidos por 6.002 mil toneladas e a Argentina por 3.571 mil toneladas.

No Brasil, a viticultura tem maior expressão no Rio Grande do Sul (390 mil toneladas na safra 1983/84), destinando-se praticamente (90%) à vinificação. Nesse Estado, a cultura da videira tem se caracterizado historicamente por variações cíclicas na produção, influenciadas por fatores climáticos que determinam quebras significativas a cada três ou quatro anos.

Em São Paulo, a viticultura vem se expandindo significativamente no cultivo da uva fina de mesa (Itália) e variedades sem sementes (Adona, Iracema e Maria), para industrialização de passas, visando diminuir a expressiva importação, que em 1983 dispendeu US\$6.337 mil, cerca de 7,6% do montante de importações de frutas e seus derivados.

Em São Paulo, com exceção da região de São Roque, o cultivo de uva da safra 1983/84 destinada para indústria foi 4,5% inferior em relação à precedente, em consequência da baixa remuneração oferecida pelas indústrias de vinho.

— Perspectivas

A difícil situação econômica mundial, notadamente dos países da América Latina, tem criado barreiras às exportações brasileiras, principalmente para a Argentina, que apresentou forte declínio nas importações de hortifrutigranjeiros oriundos do Brasil, como o de produtos tais como o abacaxi, a banana, o morango e a laranja. A saída para os exportadores brasileiros é conquistar e garantir novos mercados no Hemisfério Norte, estratégia esta que vem obtendo bons resultados, pois estes países, que respondiam por 18% das compras em 1980, aumentaram sua participação para 48%, em 1981, e para 90%, em 1982 e 1983.

No Hemisfério Norte, os exportadores brasileiros têm maior facilidade em ofertar produtos tradicionalmente cultivados naqueles países no período de entressafra (novembro/

abril), que corresponde ao pico de safra brasileira, e há ainda grande possibilidade de colocação de frutos tropicais que não são produzidos nesses países.

A maior parte da demanda mundial de hortifrutigranjeiros concentram-se nos Estados Unidos e no Canadá. Os produtos brasileiros introduzidos nesses mercados são: uva, tangerina, melões e mamão papaya.

Frutas como abacate, abacaxi, manga e papaya vêm aumentando sua participação na pauta de importações no mercado alemão, o qual tem o mais alto consumo per capita de frutas (88,8kg) da CEE.

Nesse sentido, os fruticultores brasileiros podem produzir mais, pois os importadores mundiais têm interesse em realizar negócios desde que sejam atendidos em suas exigências de qualidade, pontualidade e aparência dos produtos a serem comprados.

(IEA, 19/07/84)

QUADRO 98. - Área, Produção e Rendimento de Abacaxi, Brasil, 1983-84

Estado	Área (ha)		Produção (1.000 frutos)		Rendimento (frutos/ha)	
	1983	1984 ⁽¹⁾	1983	1984 ⁽¹⁾ (²)	1983	1984 ⁽¹⁾
Amazonas	380	...	5.452	...	14.347	...
Roraima	20	12	200	120	10.000	10.000
Pará	308	375	6.175	7.555	20.049	20.147
Maranhão	144	213	1.011	1.607	7.021	7.545
Ceará	50	50	199	250	3.980	5.000
Rio Grande do Norte	479	515	8.956	10.510	18.697	20.408
Paraíba	9.105	8.989	206.870	205.405	22.720	22.851
Pernambuco	1.218	1.200	13.934	13.800	11.440	11.500
Alagoas	471	471	9.330	8.800	19.809	18.854
Sergipe	231	200	3.492	2.961	15.117	14.805
Bahia	3.200	3.100	29.376	31.000	12.305	10.000
Minas Gerais	9.739	10.436	167.229	182.463	17.171	17.484
Espírito Santo	961	1.149	25.300	37.558	26.327	32.688
Rio de Janeiro	289	289	5.271	5.202	18.239	18.000
São Paulo	1.230	1.128	27.150	27.360	22.073	24.255
Santa Catarina	126	130	3.222	3.250	25.571	25.000
Rio Grande do Sul	675	640	5.076	4.819	7.520	7.530
Mato Grosso do Sul	217	205	2.399	2.175	11.055	10.610
Mato Grosso	163	170	2.032	2.147	12.466	12.629
Goiás	880	1.350	14.670	22.700	16.670	16.815
Outros	597	...	3.961	...	6.635	...
Brasil	30.483	30.622	551.305	569.762	18.086	18.606

(¹) Dados da previsão de abril de 1984.

(²) A estimativa de produção brasileira de abacaxi para 1984 é de 590.916 mil frutos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 99 . - Área e Produção de Morango, Brasil, 1981/83

Estados	Área (ha)			Produção (t)		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
São Paulo	530,0	515,0	800,0	13.630	14.000	24.900
Rio Grande do Sul	950,0	1.240,0	1.580,0	5.500	5.700	8.350
Minas Gerais	119,8	144,2	151,8	4.814	5.753	6.429
Santa Catarina	14,0	430
Paraná	12,0	350
Brasil	1.599,8	1.899,2	2.557,8	23.944	24.543	40.459

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-Cascata) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

Continuou, em 1983, a desaceleração no ritmo de crescimento da produção mundial de carne de aves, tendo atingido, segundo estimativas da Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO), 30,3 milhões de toneladas, significando apenas 1,7% de aumento em relação ao produzido em 1982.

Esse fraco crescimento pode ser atribuído à rápida resposta da avicultura de corte, dado o seu ciclo de produção relativamente curto, à alta dos preços das matérias-primas para rações e à fraca demanda.

Nos Estados Unidos, a produção anual apresentou crescimento, embora no segundo semestre de 1983 tenha caído aos níveis do ano anterior, em razão da elevação nos preços das rações e de suas matérias-primas. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), a produção total de carnes de aves foi menor em 1983, devido aos altos custos dos insumos e à queda nos preços internos e externos. Na URSS, a produção voltou a crescer durante 1983 e há previsão de que continue aumentando em 1984. Na maioria dos países da África e da América Latina, a produção de carne de aves diminuiu.

Praticamente, não houve variação no comércio internacional de carne de aves durante 1983. Isto pode ser atribuído a vários fatores: redução no ritmo de crescimento das importações dos países em desenvolvimento exportadores de petróleo, que tiveram seu poder de compra reduzido, devido à queda na sua renda de exportação; esforço interno dos países do Oriente Médio em aumentar a sua indústria avícola; redução nas importações de outros países devido às restrições fiscais; e arrefecimento da economia mundial. Assim, os preços da carne de frango, após sensível queda no primeiro semestre de 1983, reagiram no final do ano, mas não o suficiente para igualar os níveis de 1982.

Para 1984, a previsão é de estabilidade na demanda mundial, antevendo-se uma acirrada competição entre os maiores exportadores mundiais: Estados Unidos, França, Brasil e Hungria.

Por outro lado, é previsto moderado aumento na produção mundial de carne de aves, em 1984, devendo atingir, segundo a FAO, cerca de 30,9 milhões de toneladas. Apesar de prováveis aumentos de produção na União Soviética e Extremo Oriente, não se esperam aumentos significativos na América do Norte, Europa e Oriente Médio e se prevêem decréscimos na América Latina e África.

Uma melhora na situação do abastecimento de rações e suas matérias-primas, cujos preços estão elevados, poderia levar a uma recuperação da produção no ano em curso, já que em muitos países as instalações produtoras e processadoras estão, em grande parte, ociosas. Em vista disso, os preços no mercado internacional devem continuar a manter a tendência recente de recuperação. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), informações recentes dão conta de que as cotações, vigentes no Oriente Médio, para frangos inteiros variam entre US\$1.000 e US\$1.140/t-CIF.

O Brasil, durante 1983, exportou 289.738t de carne de frango no valor de 242.643 mil dólares FOB, o que corresponde a decréscimos de 4% e 15%, respectivamente, em relação a 1982. Novamente este ano, segundo estimativa da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF), o volume a ser exportado deverá sofrer redução, atingindo cerca de 260.000t,

embora o valor a ser alcançado possa ser maior. Até maio do corrente ano, haviam sido exportadas 119,0 mil toneladas, contra 133,3 mil em igual período de 1983, ao passo que o valor atingiu 106,9 milhões de dólares FOB, contra 110,8 milhões em 1983, graças à razoável reação no preço médio alcançado pelo produto brasileiro (US\$927,00/t-FOB), que em igual período de 1983 estava ao redor de US\$832,00/t-FOB.

Saliente-se, ainda, que os exportadores brasileiros vêm incrementando as vendas de partes de frango, principalmente para o mercado japonês, tendo sido exportadas, até maio, mais de oito mil toneladas no valor de 11,8 milhões de dólares FOB. Isto vem contribuir para a maior penetração do produto brasileiro em mercados mais sofisticados, com itens de maior valor agregado, aumentando, assim, a renda e a receita em divisas.

- Situação Interna

Internamente, a exemplo do ano anterior e do que vem acontecendo em outros países, a avicultura continuou a se ressentir da crise econômica, do aumento dos preços das matérias-primas para rações e da fraca demanda que a levaram a uma queda no seu crescimento nos últimos anos.

Assim, segundo a Associação dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO), a produção de carne de frango no Brasil, em 1983, foi cerca de 1% inferior à de 1982, atingindo 1.489,4 mil toneladas de carne correspondentes à produção de 1.108,9 milhão de pintos. Considerando que, segundo a própria APINCO, o setor produtor de pintos de corte possuía um potencial de produção da ordem de 1.437,6 milhões de pintos e 1.879,6 mil toneladas de frango, verificou-se uma capacidade ociosa de cerca de 23% na produção de pintos.

Em São Paulo, Estado de maior participação na produção brasileira de carne de frango, estima-se queda de 6% na produção, em 1983, relativamente a 1982, situando-se ao redor de 406,5 mil toneladas.

Nesse Estado, além da fraca demanda e do alto custo do arraçamento, devido, principalmente, aos elevados preços do milho e do farelo de soja verificados no segundo semestre do ano passado, a avicultura de corte enfrenta, ainda, a concorrência do produto congelado, originário dos Estados sulistas, e colocado no mercado paulista a preços inferiores.

Apesar dos preços recebidos pelo produtor de frango terem apresentado certa recuperação, em termos reais, no final de 1983 e início de 1984 (quadro 100), a relação de preços frango/ração se deteriorou nesse período em relação a 1982 (quadro 101).

Uma relativa reação na demanda por carne de frango e conseqüente melhora nos preços, nos últimos meses do primeiro semestre de 1984, devido à elevação nos preços da carne bovina, ensejaram alguma recuperação da atividade, resultando em maior produção de pintos de corte, já que o setor vinha sendo contido desde o início do ano. Entretanto, tal recuperação não será suficiente para reverter a tendência declinante da produção avícola, iniciada em 1983. Mesmo com a elevação da vantagem de preços em relação à carne bovina, o aumento na demanda por carne de frango não é suficiente, ainda, para reativar a produção ao nível de sua capacidade instalada. Ressalte-se que o poder aquisitivo do consumidor continua apresentando deterioração com o poder de troca em termos do salário mínimo, em São Paulo, com relação à carne de frango, caindo de 65kg, em maio de 1983, para 62kg, em maio de 1984.

A continuar tal situação, prevê-se, para 1984, outra queda no desempenho da avicultura de corte, a exemplo do ocorrido em 1983. Segundo estimativas da APINCO, o potencial de produção em pintos de corte, até julho, já estava abaixo daquele verificado em igual período do ano anterior, em cerca de 4%. Por sua vez, a produção de pintos de corte acusava, até

abril, queda ao redor de 12% em relação a mesmo período de 1983, com uma capacidade ociosa de cerca de 31%. Em vista disso, a previsão é de que a produção de carne de frango, em 1984, deverá ser da ordem de 1.345,0 mil toneladas, ou seja, 11% menor que a de 1983.

Em São Paulo, segundo previsão do IEA, a produção de carne de aves em 1984 deverá ser inferior em cerca de 9% àquela registrada em 1983, podendo atingir perto de 369,7 mil toneladas.

Por sua vez, a avicultura de postura tem enfrentado problemas semelhantes aos da avicultura de corte, como fraca demanda e preços elevados dos insumos onerando os custos de produção. Isto tem se refletido em menor poder de compra da atividade, pois, apesar de os preços recebidos pelo produtor de ovos terem apresentado uma recuperação a partir do final de 1983 (quadro 102), a relação de preços ovo/ração caiu até janeiro de 1984 (quadro 103).

Essa recuperação nos preços dos ovos deve-se, principalmente, à queda na oferta, decorrente da redução nos plantéis e paralisação de inúmeras granjas, fato que vem ocorrendo desde 1982. Similarmente ao que acontece na atividade de corte, a demanda de ovos apresenta-se fraca devido à queda no poder aquisitivo do consumidor.

Além disso, a avicultura de postura, por ser uma atividade de ciclo de produção mais longo, requer montantes mais elevados de capital de giro. Com a elevação dos custos financeiros e, também, devido à descapitalização da avicultura em geral nos últimos anos, a avicultura de postura dificilmente voltará a crescer a curto e médio prazos.

Desse modo, segundo estimativas do IEA, a produção de ovos, em São Paulo, foi da ordem de 564,9 milhões de dúzias, em 1983, significando decréscimo de cerca de 12%, relativamente a 1982, enquanto que, em 1984, deverá situar-se em 533,1 milhões de dúzias, perto de 6%, inferior à de 1983.

(IEA, 18/07/84)

QUADRO 100. - Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, Estado de São Paulo, 1980-84

(em Cr\$/kg)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
Jan.	30,94	459,46	61,92	435,96	84,61	305,99	154,95	273,47	751,00	423,21
Fev.	30,46	433,99	60,72	394,07	98,76	334,25	158,29	262,27	865,00	434,23
Mar.	32,42	433,42	59,79	361,44	106,74	336,91	202,30	304,48	841,00	383,97
Abr.	32,17	400,00	59,73	342,35	103,68	310,60	229,80	316,73	797,00	334,01
Mai.	31,20	370,91	60,73	327,75	93,76	264,68	264,10	341,14	839,00	322,88
Jun.	30,69	344,65	59,37	306,73	97,13	253,92	274,90	316,24
Jul.	33,99	351,93	65,16	320,37	106,14	261,61	279,00	283,27
Ago.	37,02	358,54	74,38	342,64	117,63	274,04	311,00	286,76
Set.	39,27	361,21	74,72	327,60	118,65	266,66	436,00	356,42
Out.	38,21	326,50	75,12	315,62	120,51	258,48	510,00	368,10
Nov.	43,15	342,85	74,52	297,32	139,18	284,30	595,00	396,04
Dez.	50,31	377,44	79,88	307,04	153,10	294,64	601,00	371,92
Média anual	35,81	373,93	67,17	334,15	111,66	284,22	334,70	334,70

⁽¹⁾ Preço em cruzeiro de 1982, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 101. - Relação de Preço Frango/Ração⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1980-84

Mês	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	3,80	2,95	2,68		
Fev.	3,32	2,64	2,83	3,25	2,37
Mar.	3,09	2,39	3,05	2,73	2,68
Abr.	2,95	2,37	2,82	2,81	2,55
Mai.	2,72	2,33	2,33	2,90	2,38
Jun.	2,71	2,47	2,40	2,99	2,51
Jul.	2,84	2,74	2,56	2,68	...
Ago.	2,89	2,94	2,82	2,40	...
Set.	2,65	2,94	2,75	2,09	...
Out.	2,34	2,91	2,66	2,34	...
Nov.	2,73	2,80	2,92	1,91	...
Dez.	3,41	2,54	3,21	2,12	...
Média anual	2,95	2,67	2,76	2,52	...

⁽¹⁾ Quantidade, em quilograma, de ração para frango (1/3 corte inicial e 2/3 corte final) que se pode adquirir com o preço recebido por um quilograma de frango vivo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 102. - Preços Médios de Ovos, Recebidos pelo Produtor, Estado de São Paulo, 1980-84⁽¹⁾

(em Cr\$/dz.)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Jan.	14,41	213,99	28,54	200,94	51,03	184,55	86,49	152,65	407,24	229,49
Fev.	15,51	220,99	33,65	218,39	64,50	218,30	91,56	151,71	563,50	282,88
Mar.	20,69	276,60	37,28	225,37	82,78	261,29	121,08	182,24	617,90	282,11
Abr.	21,26	264,35	40,99	234,94	83,19	249,22	135,36	186,57	679,20	284,64
Mai.	21,12	251,07	38,30	206,70	72,85	205,65	132,64	171,33	705,10	271,35
Jun.	17,99	202,03	40,48	209,14	80,85	211,36	185,24	213,10
Jul.	20,45	211,74	40,69	200,06	72,04	177,56	207,05	210,22
Ago.	21,78	210,94	43,34	199,65	82,21	191,52	203,98	188,08
Set.	21,19	194,91	44,87	196,73	71,51	160,72	309,76	253,22
Out.	23,85	203,79	41,74	175,37	57,87	124,12	323,30	233,34
Nov.	26,62	211,51	47,64	190,07	59,58	121,70	340,16	226,41
Dez.	28,49	213,74	52,73	202,68	66,27	127,54	355,10	219,75
Média anual	21,11	220,43	40,85	203,22	70,39	179,17	207,64	207,64

(¹) Ponderado segundo os tipos.

(²) Preço em cruzeiro de 1983, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 103. - Relação de Preços Ovo/Ração⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1980-84

Mês	1980	1981	1982	1983	1984
Jan.	2,06	1,68	1,84	2,08	1,49
Fev.	1,96	1,78	2,16	1,83	2,04
Mar.	2,38	1,84	2,75	2,03	2,18
Abr.	2,33	2,01	2,67	2,04	2,37
Mai.	2,22	1,87	2,13	1,81	2,46
Jun.	1,89	1,97	2,35	2,18	...
Jul.	2,11	1,96	2,05	2,11	...
Ago.	1,94	2,10	2,33	1,61	...
Set.	1,64	2,12	1,93	1,98	...
Out.	1,77	1,91	1,47	1,42	...
Nov.	1,97	2,05	1,44	1,42	...
Dez.	1,85	1,92	1,60	1,40	...
Média anual	2,01	1,93	2,06	1,82	...

(¹) Quantidade média de ração para poedeiras, em quilograma, que pode ser adquirida com o preço recebido por uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

A produção mundial de carne bovina, que desde 1981 vinha apresentando lenta expansão, deverá manter em 1984 nível semelhante ao do ano anterior, ao redor de 47,7 milhões de toneladas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Com a recessão econômica dos últimos anos, a demanda de carne bovina pelos países industrializados tem se mantido contraída, o que, coincidindo com a alta dos preços das rações, tem ocasionado queda na rentabilidade desta exploração.

Numa situação de elevados estoques e demanda fraca, observa-se constante pressão baixista nas cotações internacionais de carne bovina. Diversos mecanismos de estímulo à exportação, em vários países, como os elevados subsídios aos produtores de carne da Comunidade Econômica Européia (CEE), acentuaram esta situação. De forma geral, para 1984, prevê-se uma pequena redução no volume de gado e carne bovina no comércio internacional, enquanto os preços deverão manter-se baixos.

Fatores cíclicos e possíveis repercussões das medidas adotadas com o objetivo de reduzir os excedentes de leite também estão influenciando na produção de carne. Este último é válido particularmente para os Estados Unidos, principal produtor de carne, que desde 1982 tem concentrado esforços para reduzir a produção de leite. Assim, ainda em 1984, prevê-se que a produção de carne estadunidense seja quase igual à de 1983, esperando-se decréscimo de importações da Austrália e Nova Zelândia, que têm nos Estados Unidos seu principal mercado.

O problema dos excedentes de leite é ainda mais agudo na CEE, onde a produção e o estoque de carne bovina deverão ser superiores aos do ano passado e qualquer medida direcionada no sentido de reduzir a produção leiteira contribuirá para aumentar a oferta já excessiva de carne bovina na Comunidade. Também na URSS as boas condições de pastagem proporcionaram acréscimo de produção de carne bovina em 1983 e se espera nova elevação no ano em curso.

Em contrapartida, a Austrália, o principal exportador mundial desse produto, teve no ano passado sua produção e exportação reduzidas e deverá continuar com esta tendência em 1984, com o objetivo de recompor o rebanho. O mesmo se verifica com a Argentina, segundo país exportador, e Canadá, cujo rebanho vinha diminuindo há oito anos.

O Brasil, em 1983, foi um dos principais exportadores mundiais de carne bovina (450 mil toneladas em equivalente carcaça), cujos excedentes foram vendidos graças a incentivos fiscais e à desvalorização do cruzeiro, tornando o produto brasileiro competitivo no mercado internacional. No mercado britânico, a carne industrializada brasileira tem substituído, em grande parte, o produto argentino desde meados de 1982.

Para 1984, a estimativa de que o Brasil exportará em torno de 500 mil toneladas poderá não se concretizar, pois a CEE, com seus estoques altamente subsidiados, tem concorrido com o produto brasileiro no Oriente Médio, além de contribuir para redução do preço no mercado internacional. Nos três primeiros meses de 1984, o Brasil exportou 13,9% mais do que no mesmo período de 1983, porém, o valor foi só 0,4% superior.

— Situação Interna

O Brasil vem exportando mais carne bovina nos últimos anos, após ter sido importador líquido em 1979. Isto verificou-se porque o país entrou no seu ciclo de produção crescente em 1980, além do que, a partir desse ano, a política de arrocho salarial vem contribuindo pa-

ra maiores excedentes desse produto.

Em 1983, no entanto, começou a tendência de reversão do ciclo pecuário e as exportações continuaram se elevando, agora mais em função da queda do consumo interno.

Segundo as estatísticas do Serviço de Inspeção Federal (SIF), foram abatidos, nos onze principais Estados produtores, aproximadamente oito milhões de cabeças em 1983, representando queda de 1,4% em relação ao ano anterior.

No entanto, a produção nacional de carne bovina, em 1983, deve ter se situado nos mesmos níveis de 1982, considerando que o abate clandestino, segundo representantes do setor, tendeu-se a agravar com o ICM de 16% no ano passado e de 17% a partir de janeiro de 1984.

Para o primeiro trimestre do corrente ano, em comparação com o mesmo período de 1983, o abate inspecionado mostra uma redução de 9,1% no número de animais, e um incremento de 3,6% na quantidade de carne produzida, apresentando, portanto, maior peso por carcaça, que evoluiu de 217kg para 225kg. Este aumento de rendimento pode ser creditado a uma expectativa otimista por parte dos produtores, que em face dos aumentos de preços ocorridos, principalmente em meados de 1983, retiveram os animais à espera de novas elevações.

O número de cabeças sacrificadas de fêmeas nos frigoríficos inspecionados, de janeiro a março de 1983 e 1984, foi de 38,6% e 38,2% respectivamente em relação ao total abatido. Considerando que o abate indiscriminado de vacas iniciou-se em 1982 e que já começam a faltar bezerras e bois magros, esta participação de fêmeas ainda neste ano é muito elevada, uma vez que, historicamente, nesta fase do ciclo pecuário, os pecuaristas passam a reter suas matrizes face à expectativa de preços favoráveis ao seu produto, ou seja, o boi gordo. No entanto, a bovinocultura leiteira está passando momentos de dificuldades e o produtor de leite tem preferido mandar fêmeas para o abate, engrossando a parcela de fêmeas no total abatido. Além do que, a retenção de matrizes para corte está começando a ocorrer de forma lenta, pois, ao mesmo tempo em que a oferta de animais para reposição vem diminuindo, a demanda por carne tem se mantido comprimida.

Pela análise do quadro 104, comparando-se os preços médios recebidos pelos pecuaristas no Estado de São Paulo de janeiro a maio do ano em curso, com os do ano passado, observam-se índices de crescimento, em valor real, de 50% para bezerro, de 36% para boi magro e de 28% para boi gordo, evidenciando uma escassez de animais no mercado, principalmente para cria e recria. No varejo, o acréscimo foi de 3,5%, evidenciando a dificuldade de se repassar os aumentos de preços para o consumidor.

De janeiro a meados de abril, o boi gordo manteve-se com preços nominais estáveis, em torno de Cr\$20.000-Cr\$22.000/arroba. Em maio, o preço chegou a alcançar Cr\$30.000/arroba, em Araçatuba e Presidente Prudente, com média de Cr\$28.077,00 para o Estado de São Paulo, a qual vem sendo mantida durante o mês de junho.

Neste ano, o Governo decidiu não fornecer recursos para financiamento de estocagem para a entressafra, em função das dificuldades financeiras por que passa o país. No entanto, a ausência de estoques e a expectativa de maiores elevações de preços vêm preocupando o setor governamental, tanto pela pressão inflacionária como pela redução da competitividade no mercado internacional, tornando mais difícil o fechamento de contratos de exportação.

Após três anos de preços com variações inferiores à taxa de inflação e elevado abate de matrizes, a bovinocultura de corte começa a reagir, esperando-se pico de preços em 1985/86.

No entanto, a intenção de importação de carne pelo Governo tem provocado reação contrária dos pecuaristas e entidades agrícolas pelo desestímulo que a mesma poderá ocasionar à produção interna, num momento de recuperação.

Para o Estado de São Paulo, dados do Levantamento Subjetivo de Abril/84, realizado pelo IEA-CATI, estimam para 1984 uma produção de 443,6 mil toneladas, 3,9% inferior à do ano passado.

Pela mesma fonte, a área com pastagens no Estado deverá alcançar 10.350 mil ha, em 1984, 1% superior à de 1983, sendo que a área com pastagens naturais deverá reduzir-se de 2.882,6 mil ha para 2.799,6 mil ha, enquanto a área com pastagens artificiais deverá aumentar de 7.371,8 mil ha para 7.550,5 mil ha, indicando perspectiva de recuperação da produção.

A intensidade dos problemas apresentados é fruto da ausência de uma política de longo prazo para o setor, agravada pela política de arrocho salarial dos últimos anos.

(IEA, 03/07/84)

QUADRO 104. - Preços Médios de Bezerro, Boi Magro e Boi Gordo Recebidos pelos Produtores do Estado de São Paulo e de Carne Bovina no Mercado Varejista na Cidade de São Paulo, 1981-84

Ano	Bezerro (Cr\$/cabeça)		Boi magro (Cr\$/cabeça)		Boi gordo (Cr\$/arr.)		Carne no varejo (Cr\$/kg)	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
1981	9.417,00	46.847,00	17.582,00	87.465,00	1.942,00	9.661,00	235,00	1.169,00
1982	12.955,00	32.976,00	27.778,00	70.706,00	3.241,00	8.250,00	433,00	1.102,00
1983	47.818,00	47.818,00	96.077,00	96.077,00	10.237,00	10.237,00	1.265,00	1.265,00
1983 ⁽²⁾	25.782,00	38.585,00	55.175,00	82.575,00	5.367,00	8.032,00	758,00	1.134,00
1984 ⁽²⁾	126.673,00	57.889,00	245.161,00	112.039,00	22.533,00	10.298,00	2.570,00	1.174,00

⁽¹⁾ Corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, com base em 1983.

⁽²⁾ Média até maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

— Panorama Internacional

A produção mundial de leite atingiu 407 milhões de toneladas em 1983, situando-se 3,6% acima da verificada em 1982, ocasionando altos estoques de derivados nos principais países fornecedores, frente a uma demanda retraída.

Tentando redimensionar a oferta, tornando-a mais próxima da procura, a Comunidade Econômica Européia (CEE) estabeleceu quotas de produção entre seus países-membros, objetivando um declínio de 5,1% em 1984 e de 6% em 1985, em relação aos anos precedentes. Apesar do elevado abate de fêmeas no primeiro trimestre de 1984, o número de vacas é ainda superior ao do início de 1983; porém, já se conseguiu queda relativa na taxa de crescimento da produção mensal, devendo continuar a tendência declinante para os próximos meses.

Fora da CEE, a tendência é semelhante. Nos Estados Unidos, após ininterrupto crescimento desde 1978, a produção tem se mantido abaixo dos níveis de 1983, desde fevereiro, e deverá se situar cerca de 3% a 5% abaixo do recorde de 63,5 milhões de toneladas, verificado no ano passado. A menor oferta é esperada como decorrência do "Dairy Diversion Program", que visa reduzir o volume comercializado de leite, programa este feito nos moldes de outros já bastante utilizados para redução de alguns produtos agrícolas, sobretudo grãos e algodão. Além desse programa, os crescentes preços das rações e os baixos preços recebidos pelos pecuaristas, levando à queda na produtividade e maior abate de fêmeas, deverão contribuir para a previsão inicial.

Também o Canadá deverá reduzir sua produção, adequando-a à demanda interna, através de redução nas quotas e de cobrança de pesadas taxas para extra-quota. Com o menor crescimento do volume de leite "in natura", espera-se que a produção de derivados apresente pequenas variações em 1984. No entanto, a existência de pesados estoques e a fraca demanda no comércio internacional sugerem que o mercado de derivados permanecerá com excedentes, por algum tempo ainda, com baixas cotações internacionais.

— Situação Interna

No Brasil, as condições climáticas e a alteração na política de reajustes de preços contribuíram para que a produção nos primeiros meses de 1984 se mantivesse em níveis superiores aos verificados no mesmo período do ano passado, em muitos dos Estados produtores.

A oferta diária na Grande São Paulo, que desde julho de 1983 se apresentava inferiores à do ano precedente, a partir de março de 1984 passou a se elevar, chegando em maio a ser 9% superior à verificada no mesmo mês do ano anterior (quadro 105).

Segundo os dados do Serviço de Inspeção de Produtos Animais (SERPA/SP), no primeiro trimestre de 1984 houve incremento de 11,1% no total de leite cru destinado à pasteurização, em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento na recepção de leite, todavia, não reflete diretamente a expansão da produção estadual, mas resulta, principalmente, da maior captação de leite em outros Estados e de uma destinação relativamente maior desse produto para o consumo direto.

No primeiro trimestre de 1984, observou-se arrefecimento na produção de iogurtes (-5,8%), leite fermentado (-16,3%), pasteurizado B (-22,4%) e na oferta de reconstituído (-87,7%) em relação ao mesmo período de 1983. Por outro lado, verificou-se aumento na produção de leite com 3,2% de gordura e magro (14,2%), esterilizado (16,6%), condensado (131,2%) em

põ (37,1%), creme de leite (52%), manteiga (9,5%) queijos e requeijões (6,8%).

A maior oferta de laticínios tem se defrontado com uma retração na demanda, o que não permite o repasse dos reajustes de preço da matéria-prima para alguns tipos de derivados. Assim, enquanto o preço, a nível de produtor, se elevou em 228% nos últimos doze meses, a nível de varejo os preços da manteiga, queijo meia cura, queijo prato, leite condensado e leite em põ se elevaram em 105%, 151%, 153%, 157% e 197%, respectivamente. Além da queda nas vendas, o custo da estocagem tem dificultado sua prática, que, no entanto, tem sido realizada, principalmente para o leite em põ.

Infelizmente, a medida de reajustes trimestrais de preço do produto não tem demonstrado ser instrumento suficientemente eficaz para solucionar o problema do produtor e do abastecimento à população. O que se verificou de maio de 1983 a maio de 1984 foi que a elevação do preço do leite não acompanhou as altas nas cotações dos insumos - ração(264%), farelo de trigo (354%), vacinas (267%) e farelo de caroço de algodão (232%) - e foi superior aos reajustes do salário mínimo (179%). Desta forma, não beneficia a atividade que utiliza insumos, cujo custo de produção é mais elevado, e nem os consumidores. Ao mesmo tempo, a expectativa de reajustes trimestrais atrai a expansão da produção em áreas novas, em sistemas de produção mais extensiva.

Especificamente para o Estado de São Paulo, a atividade leiteira, que vem se defrontando com problemas de rentabilidade desde 1979, não deverá apresentar grandes alterações em 1984.

O custo operacional efetivo estimado pelo IEA para o tipo Especial, em Guaratinguetã, em maio de 1984, é de Cr\$293,48/litro, ocasião em que o preço estava tabelado a Cr\$236,00/litro. As estimativas do IEA indicam, ainda, que a utilização do crédito para custeio e investimento é inviável neste tipo de atividade, pois elevam em 63% o custo operacional total.

Para o leite tipo B, a situação foi mais crítica, pois além da boa oferta de leite do próprio Estado e de Goiás e Minas Gerais no mercado paulistano, a incidência do ICM sobre o produto, de janeiro a maio p.p., resultou em menor absorção. A comercialização de apenas 60% do volume ofertado do tipo B significou uma queda de 9% em seu preço médio, que já não cobria o custo operacional efetivo, estimado pelo IEA em Cr\$350,44/litro, para Guaratinguetã, em maio de 1984.

No Vale do Paraíba, a produção de leite retraiu-se em 14,5% no primeiro quadrimestre de 1984, devido à queda de 25,5% na do tipo B, enquanto a do tipo Especial se elevou em 0,9%; deve continuar a tendência de declínio iniciada em 1979. Contudo, para as demais regiões do Estado, espera-se elevação nas produções das DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, devido à maior oferta de leite Especial, obtida às custas de rebanho misto.

De modo geral, as dificuldades enfrentadas pela atividade indicam que a produção estadual deverá se retrair nos próximos meses, mas totalizando para 1984 patamar levemente superior ao de 1983.

Perante o exposto, reforça-se a necessidade de reformulações da política econômica adotada, pois é inadmissível que se configure novamente uma crise de excedentes na oferta do produto, num país com grande parte da população em estado crítico de desnutrição.

(IEA, 16/07/84)

QUADRO 105. - Participação do Leite "B" na Distribuição Total de Leite, Grande São Paulo, 1980-84

(em 1.000 litros)

Mês	1980		1981		1982		1983		1984	
	Total	B	Total	B	Total	B	Total	B	Total	B
Jan.	55.633	18.761	52.132	19.426	51.696	17.571	55.844	20.419	51.368	13.130
Fev.	42.284	17.651	49.457	17.300	47.337	15.201	48.168	18.509	50.204	13.430
Mar.	48.623	20.698	54.395	18.914	54.185	17.085	49.652	16.411	54.713	13.875
Abr.	44.012	18.295	52.011	18.905	51.165	16.796	48.784	18.447	51.472	12.572
Mai.	49.179	16.918	54.617	19.462	48.883	16.596	50.726	17.567	55.336	13.408
Jun.	47.877	17.695	51.826	18.101	44.810	16.898	50.128	17.036	53.574	14.370
Jul.	46.862	16.553	51.392	17.741	52.546	19.284	51.345	18.760
Ago.	55.204	18.077	53.131	18.644	57.011	19.795	55.751	19.731
Set.	55.688	17.519	51.728	18.632	55.911	20.969	53.557	19.150
Out.	56.828	18.136	51.932	18.553	56.726	20.941	55.176	17.080
Nov.	52.073	16.073	52.369	18.150	57.908	21.266	53.947	16.185
Dez.	53.674	19.822	57.948	22.313	57.692	20.699	48.518	14.042
Total	607.937	216.198	632.938	226.141	635.870	233.101	621.956	213.337

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

— Panorama Internacional

Em 1983, a produção mundial de carne suína foi de 57,5 milhões de toneladas, aumentando 2,9% em relação ao ano anterior, sendo a atividade que registrou maior expansão no setor de carnes. Para 1984, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), estima-se uma produção de 58,1 milhões de toneladas, nível ligeiramente superior ao do ano passado.

Nos Estados Unidos, principal produtor, é esperado decréscimo de 6% de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em virtude da redução no rebanho de reprodutores e, também, de suíno tupo carne nos dez principais estados produtores. O programa de abate de vacas leiteiras, atualmente em execução nesse país, com o objetivo de regular o estoque e a produção leiteira, vem concorrendo com a carne suína. Associado aos altos custos de aquisição de rações e às baixas receitas obtidas pelos suinocultores, esse programa tem desestimulado a atividade.

Acompanhando a diminuição da produção norte-americana, a grande maioria dos países da América Latina e parte da Europa terão sua produção diminuída. Na Europa, principalmente nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), os produtores vêm obtendo baixos preços pelo produto e pagando altos preços pelos componentes necessários ao arraçamento de seus animais; além disto, vêm tendo restrições na sua produção, devido à incidência de doenças em seus rebanhos, tais como febre aftosa e peste suína, que tem ocorrido com certa frequência, com maior ênfase em 1983. O declínio de produção nesses países e regiões deverá ser compensado, principalmente, pelo aumento da produção de Formosa, União Soviética e, mais intensamente, do Canadá, devido ao grande potencial deste país, rico em cereais.

Segundo o USDA, o consumo em trinta e seis países aumentou em torno de 2% em 1983, atingindo cerca de 36,7 milhões de toneladas, significando queda mínima de 0,2% em termos mundiais. Desse modo, admite-se que o consumo mundial de carne de porco tende para uma estabilização.

A Dinamarca, Bélgica-Luxemburgo, Holanda, Canadá e Estados Unidos continuam como os maiores exportadores mundiais.

As transações de carne suína no mercado internacional deverão ser de 3% a 4% inferiores às realizadas em 1983. As cotações internacionais, que permaneceram em baixa nos primeiros meses de 1984, deverão apresentar recuperação ao longo do ano, face à esperada fase descendente do ciclo de produção iniciado em 1983, nos Estados Unidos e CEE.

Quanto ao Brasil, em que pese o fato de ter declarado erradicada a peste suína africana, as exportações estão longe de se realizar, porquanto os países importadores têm demonstrado grande resistência, em termos de receptividade, ao produto nacional, além da falta de tradição na área.

— Situação Interna

A suinocultura paulista e brasileira caracterizou-se por um desempenho sofrível em 1983. A escassez do milho, causada por problemas climáticos e exportações, provocou elevação nos preços desse cereal. Isto, aliado à menor demanda de carne, levou os criadores a um descarte nos rebanhos, tanto a nível de matrizes, como de suínos tipo carne. Os altos custos, principalmente de alimentação dos animais, não puderam ser repassados ao produto final, reduzindo as

sim a lucratividade do setor. Para evitar prejuízos maiores, grande parte dos suinocultores a bateu um número considerável de suínos não terminados. No Estado de São Paulo, estima-se que 30% dos criadores paralisaram suas atividades. O abate de matrizes, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), girou em torno de 20%, desestabilizando, desta forma, a composição do rebanho nacional e paulista, sendo que normalmente essa taxa se situa em 3,5%.

Até maio de 1983, a relação de preços porco/milho e porco/ração mantiveram-se praticamente estáveis. Porém, a partir de junho de 1983, houve deterioração naquelas relações, quando os criadores começaram a ter prejuízos nas criações. A partir de fevereiro de 1984, houve uma melhoria no desempenho da atividade, em razão da queda no preço do milho e da retração na oferta de suínos, elevando os preços destes no mercado (quadro 106).

No Estado de São Paulo, os preços de suínos a nível de produtor têm mostrado, desde o final de 1983, alguma reação em valores reais; em maio deste ano, houve um acréscimo de 42% no preço real, em relação a igual mês de 1983 (quadro 107). Entretanto, essa valorização tem sido refreada pela retração na demanda.

A recuperação para os criadores que conseguiram superar a grave crise de 1983 poderá ocorrer a partir do segundo semestre do corrente ano, com possibilidade de se alcançar níveis de produção próximos aos do ano de 1983.

Segundo dados da Associação Paulista dos Criadores de Suínos, no período de janeiro a junho de 1984, comparado com igual período de 1983, houve um aumento de registro de 42% no número de reprodutores (1.382 cabeças) e queda a nível de 12% no de matrizes registradas, evidenciando modificação na composição do rebanho suíno.

Por outro lado, em 1983, o abate de suínos sob inspeção federal, no Estado de São Paulo, somou 644.854 cabeças, uma diminuição de 11,8% em relação a 1982, sendo que no período jan.-abr./84, o abate somou 159.848 cabeças, representando queda de 17% em relação a igual período de 1983 (quadro 108).

Quanto ao consumo, a carne suína vem cedendo lugar para a carne de frango. Em termos brasileiros, o consumo deve ter sido por volta de 6,0 - 6,5kg per capita em 1983, bastante inferior aos 9,0kg consumidos em 1979.

A situação da suinocultura, desde fevereiro de 1984, vem se mantendo estável, sustentada pelo comportamento calmo dos preços dos insumos, que tem possibilitado certa margem de lucro aos criadores. Todavia, no segundo semestre poderá ocorrer desestabilização na atividade, devido a uma possível elevação nos preços do milho, motivada pela sazonalidade dos preços, cuja tendência de aumentar na entressafra será intensificada, na medida em que inexiste uma política reguladora de estoques e que há riscos de possíveis excedentes do cereal serem expostos por motivo da entressafra. Como a suinocultura passa por um período de descapitalização, os criadores terão que recorrer mais intensamente ao crédito de custeio para a compra desse insumo.

Apesar da retração na demanda em razão da queda do poder aquisitivo do consumidor, os preços devem manter tendência moderada de alta. Vale lembrar que o produtor teve o financiamento de sua produção onerado com juros mais elevados, o que implicará, fatalmente, repasses para os preços de mercado do produto e na seleção de produtores, entre aqueles melhor dotados de infra-estrutura na produção (supondo que esses repasses sejam parciais).

Diante da atual situação, com base nos dados de fevereiro de 1984 levantados pelo Instituto de Economia Agrícola, prevê-se que a produção de carne suína no Estado de São Paulo possa atingir 61.500t, significando queda de 8% em relação a 1983.

QUADRO 106 . - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Suíno e Relações de Preço Porco/Milho e Porco/Ração, Estado de São Paulo, 1982-84

Mês	Preço de suíno (Cr\$/kg) ⁽¹⁾			Relação de preço (porco/milho) ⁽²⁾			Relação de preço porco/ração ⁽³⁾		
	1982	1983	1984	1982	1983	1984	1982	1983	1984
Jan.	131,76	284,44	1.040,00	6,41	8,43	5,09	4,35	5,44	3,91
Fev.	154,52	294,10	1.255,20	8,06	7,94	6,03	5,10	5,33	4,62
Mar.	174,56	302,50	1.452,40	8,93	8,28	7,41	5,58	5,12	5,24
Abr.	186,88	333,61	1.526,00	9,15	8,84	7,97	5,66	5,20	5,43
Mai.	191,24	351,94	1.677,00	9,70	8,90	8,93	5,80	4,87	5,25
Jun.	206,31	79,60	...	11,25	6,01	...	5,96	4,74	...
Jul.	222,85	433,30	...	11,61	6,65	...	6,43	4,59	...
Ago.	237,42	542,73	...	12,12	6,21	...	6,44	4,49	...
Set.	242,86	674,29	...	10,02	4,62	...	6,04	4,59	...
Out.	250,00	908,31	...	8,86	5,01	...	5,58	4,18	...
Nov.	252,98	949,14	...	8,06	5,21	...	5,59	4,10	...
Dez.	258,32	992,01	...	7,82	4,98	...	5,32	4,05	...

⁽¹⁾ Referente ao suíno tipo carne.

⁽²⁾ Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

⁽³⁾ Quilogramas de ração que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 107 . - Preços Médios Mensais Reais de Suíno Tipo Carne a Níveis de Produtor e de Varejo, Estado de São Paulo, 1982-84

Mês	Produtor (Cr\$/kg) ⁽¹⁾			Varejo (Cr\$/kg) ⁽²⁾		
	1982	1983	1984	1982	1983	1984
Jan.	476,51	503,01	586,07	1.206,83	1.353,15	1.241,46
Fev.	524,13	487,29	630,11	1.225,87	1.326,51	1.248,98
Mar.	550,98	455,29	663,11	1.260,35	1.198,66	1.220,84
Abr.	559,86	459,81	639,53	1.213,30	1.123,73	1.155,43
Mai.	539,87	454,60	645,64	1.196,25	1.072,30	1.138,36
Jun.	539,34	436,69	...	1.200,31	1.065,56	...
Jul.	549,28	439,93	...	1.181,50	1.138,15	...
Ago.	583,12	500,43	...	1.140,85	1.125,84	...
Set.	545,83	551,23	...	1.148,25	1.300,63	...
Out.	536,23	655,58	...	1.163,07	1.483,22	...
Nov.	516,76	631,76	...	1.212,55	1.412,42	...
Dez.	497,14	613,90	...	1.329,54	1.282,86	...

⁽¹⁾ Preço em cruzeiro de 1983 corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (FGV).

⁽²⁾ Preços de venda de carne suína na Cidade de São Paulo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 108 . - Número de Cabeças Abatidas e Produção Mensal de Carne Suína nos Estabelecimentos sob Inspeção Federal,
Estado de São Paulo, 1982-84

Mês	1982		1983		1984	
	Cabeça	kg	Cabeça	kg	Cabeça	kg
Jan.	61.311	4.104.345	48.927	3.152.850	42.104	2.854.640
Fev.	50.396	3.336.886	43.320	2.825.246	39.023	2.658.037
Mar.	63.314	4.245.592	52.984	3.437.287	38.518	2.702.982
Abr.	54.108	3.711.360	47.253	3.254.469	40.203	2.875.245
Mai.	61.312	4.144.393	54.787	3.994.076
Jun.	54.838	3.819.616	56.326	3.886.640
Jul.	57.774	4.029.008	53.111	3.652.585
Ago.	58.470	4.066.833	61.476	4.182.881
Set.	72.503	4.894.917	58.680	3.893.580
Out.	57.753	4.037.904	54.713	3.599.773
Nov.	60.015	3.965.722	46.643	3.213.452
Dez.	79.505	4.802.196	66.034	3.750.554
Total	731.299	49.158.769	644.854	42.843.393

Fonte: Serviço Regional de Inspeção de Produtos Animais (SERPA/SP).

**desempenho da
agricultura paulista**

5 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

Para 1983/84, as estimativas preliminares de preço e produção dos principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo mostram acréscimo de 0,59% no valor real da produção e decréscimo de 2,24% na quantidade produzida. Globalmente, o valor da produção agrícola está orçado em mais de 8,7 trilhões de cruzeiros, 237,54% acima do observado em 1982/83 (quadros 109 e 110).

Os produtos de origem vegetal, responsáveis por 71,33% do valor total da produção, apresentam ganhos de 245,80% em termos correntes e de 3,06% em reais, perdendo 0,72% no volume de produção. Os produtos de origem animal, em valores correntes, ganham 218,49% em relação a 1982/83 e perdem 5,08% e 4,46% em valores reais e valores físicos, respectivamente.

Os produtos que se destinam ao mercado externo evoluem 286,81%, em valores nominais, e 15,28% em valores reais; quantitativamente, permanecem praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, com acréscimo de apenas 0,22%.

Os produtos voltados ao abastecimento do mercado interno experimentam quedas de 5,62% no valor real e de 2,75% no volume de produção. Em termos correntes, apresentam crescimento de 216,65%. Os produtos vegetais que fazem parte desse grupo experimentam reduções de 6,11% e 1,72%, respectivamente em termos reais e em físicos. Os produtos animais também apresentam decréscimos (-4,99% e -4,27%), tanto em valores reais como em quantitativos.

Os produtos alimentícios quantitativamente diminuem 5,98%, em virtude dos decréscimos de 7,85% dos produtos vegetais e de 4,27% dos produtos animais constantes do referido grupo. Em valores reais, os produtos vegetais registram perda de 10,08% e os animais de 4,99%, resultando para o grupo uma queda real de 7,04%.

Os produtos amparados pela política de preços mínimos mostram crescimento real de 16,08% e nominal de 289,48%. Quantitativamente, decrescem 12,74%.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de valor, tem-se a cana-de-açúcar em primeiro lugar (19,14%), seguindo-se o café (14,18%), a carne bovina (12,57%), a laranja (10,11%), as aves para corte e os ovos (8,71%), o leite (5,76%) e o milho (4,97%). Esses produtos perfazem 75,44% do valor global da produção.

Nesta safra, os ganhos em valores reais registrados por determinados produtos devem-se, basicamente, a um crescimento dos preços, uma vez que o volume produzido apresentou declínio em praticamente todos os grupos. Destacam-se mandioca, citrus, milho, soja, feijão, trigo, chá, algodão, amendoim e carne bovina, como produtos que mais cresceram em valor.

ÁREA PLANTADA E RENDIMENTO MÉDIO

A área cultivada do Estado de São Paulo mostra redução de 1,3%, passando de 6.579,7 mil hectares, em 1982/83, para 6.492,7 mil hectares em 1983/84 (quadro 111).

Os produtos destinados à alimentação apresentam 1,0% de redução em sua área plantada; os amparados por preços mínimos registram queda de 4,2%. A área utilizada com os produtos para o mercado interno cresce 1,5%, enquanto que a dos produtos de mercado externo decresce 6,0%. Os primeiros correspondem a 64,03% da área total e os últimos a 35,97%. Esses resultados são decorrentes das perdas em áreas de café, algodão, feijão, trigo, cebola, citrus, mandioca, tomate, uva de mesa e amendoim.

Quanto ao rendimento médio, cana-de-açúcar, milho, soja, arroz e uva de mesa mostraram quedas em 1983/84. À exceção da cana-de-açúcar, esse fraco desempenho é devido às perdas ocorridas na produção em função de condições climáticas adversas, uma vez que essas culturas tiveram expansão da área cultivada, exceto a da uva, que apresentou pequena retração. Todos os demais produtos apresentam rendimentos crescentes nesse ano agrícola, havendo ganhos modestos para alguns produtos (laranja, trigo, banana, tomate envarado, limão, batata da seca, mamona, cebola de soqueira, café, feijão da seca e mandioca) e significativos para outros (algodão, feijão das águas, cebola de muda e amendoim).

INDICADORES DE PREÇO E DE QUANTIDADE

Esperam-se, para este ano, variações da ordem de 4,47% no índice geral de preços reais recebidos pelos agricultores paulistas e de -2,24% no índice geral de quantidade produzida dos principais produtos da agricultura paulista (quadro 112). Esses resultados são decorrentes de: a) aumentos de preços e quedas na produção de mandioca, tangerina, limão, milho, soja, feijão, tomate, algodão, amendoim, uva de mesa, carne bovina; b) ganhos em volume produzido e decréscimos de preços de café, cana-de-açúcar, batata, cebola de muda e mamona; e c) quedas tanto em preços quanto em produção de arroz, trigo, cebola de soqueira, carne suína, ovos, aves para corte e casulo (quadro 113).

Os produtos de origem vegetal acusam decréscimo de 1,49% em suas quantidades produzidas e acréscimo de 4,47% em seus preços reais. Os produtos de origem animal, por sua vez, crescem 4,46% em preços e apresentam queda desse mesmo valor em volume de produção (quadro 112).

Os produtos destinados basicamente ao mercado interno apresentam ganhos de 2,21% em preços, resultantes dos acréscimos de 4,60% nos produtos animais e da manutenção (-0,32) dos preços dos vegetais em 1983/84, relativamente a 1982/83. Em termos de quantidade produzida, o grupo como um todo decresce 2,75%; os produtos vegetais diminuem 1,72% e os animais 4,49%.

Os produtos de expressão no mercado externo (soja, café, amendoim, mamona, algodão, chá e citrus) mostram crescimento de 5,09% em seus preços reais, enquanto que, em volume, permanecem praticamente no mesmo nível do ano anterior (0,22%).

Os produtos que compõem o grupo alimentação experimentam variação de 3,99% em

preços reais e de -5,98% em quantidade produzida. Tanto os vegetais como os animais consstantes desse grupo também crescem em preços (2,94% e 4,60%, respectivamente) e decrescem em volume (-7,85% e -4,49%).

Os produtos amparados pela política de preços mínimos são os que apresentam o melhor desempenho em relação a preços (24,18%). Em contrapartida, são os que experimentam a maior perda em termos de quantidade (-12,74%).

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUTOS

1. Preço Mínimo

Amendoim, algodão, arroz, feijão, mamona, mandioca, milho, soja.

2. Mercado Externo

Algodão, amendoim, café, chá, citrus, mamona, soja, casulo.

3. Mercado Interno - Total

Arroz, feijão, mandioca, milho, batata, cebola, tomate, banana, cana-de-açúcar, carne bovina, carne suína, leite, ovos, aves de corte, trigo, uva.

3.1. Mercado interno - vegetal

Arroz, feijão, mandioca, milho, batata, cebola, tomate, banana, cana-de-açúcar, trigo, uva.

3.2. Mercado interno - animal

Carne bovina, carne suína, leite, ovos e aves de corte.

4. Alimentação - Total

Arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, trigo, uva, banana, carne bovina, carne suína, leite, ovos, aves de corte.

4.1. Alimentação - vegetal

Arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana, trigo, uva.

4.2. Alimentação - animal

Carne bovina, carne suína, leite, ovos, aves de corte.

5. Origem vegetal

Algodão, amendoim, arroz, banana, batata, café, cana-de-açúcar, cebola, chá, feijão, laranja, limão, mamona, mandioca, milho, soja, tangerina, tomate, trigo, uva.

6. Origem Animal

Carne bovina, carne suína, leite, ovos, aves de corte, casulo.

7. Geral

Todos os componentes dos grupos 5 e 6 ou 2 e 3.

QUADRO 109. - Estimativa de Produção, Preço e Valor da Produção dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, 1982/83 e 1983/84

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real de 1983/84 ⁽³⁾ (Cr\$1.000)
	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	1982/83	1983/84 ⁽²⁾		1982/83	1983/84	
Cana-de-açúcar	108.450,0	112.300,0	4.700,00	14.927,00	tonelada	509.715.000	1.676.302.000	499.606.700
Café	441,6	451,6	55.700,00	165.000,00	sc.60kg	409.951.900	1.241.900.000	370.137.000
Carne bovina	461,8	443,6	8.990,00	37.215,00	arroba	276.772.100	1.100.571.000	326.015.400
Laranja	7.705,1	8.026,6	850,00	4.500,00	cx. 40,8kg	160.522.900	885.286.800	263.851.700
Leite ⁽⁴⁾	1.707,4	1.721,5	103,00	293,00	litro	175.862.200	504.399.500	150.331.700
Milho	3.159,0	2.900,4	2.270,00	9.000,00	sc.60kg	119.515.500	435.060.000	129.665.700
Aves para corte	508,1	462,1	328,00	900,00	kg	166.656.800	415.890.000	123.952.300
Ovos ⁽⁵⁾	564,9	533,1	208,00	650,00	dúzia	117.499.200	346.514.900	103.275.700
Soja	966,0	856,2	4.730,00	23.500,00	sc.60kg	76.152.990	335.345.000	99.946.540
Algodão	464,2	404,1	2.128,00	11.000,00	arroba	65.854.500	296.340.000	88.321.460
Feijão da seca	123,3	112,2	16.149,00	96.600,00	sc.60kg	33.186.190	180.642.000	53.838.720
Carne suína	83,8	76,9	8.528,00	26.000,00	arroba	47.643.090	133.293.300	39.726.870
Trigo	207,5	201,3	10.390,00	33.750,00	sc.60kg	35.932.080	113.231.200	33.747.550
Arroz	617,4	389,1	6.515,00	16.770,00	sc.60kg	67.039.340	108.753.400	32.412.980
Feijão de inverno	43,3	41,2	29.590,00	150.000,00	sc.60kg	21.354.120	103.000.000	30.698.220
Banana	607,9	679,5	36.000,00	150.000,00	tonelada	21.884.400	101.925.000	30.377.830
Feijão das águas	151,8	145,8	5.993,00	35.500,00	sc.60kg	15.162.290	86.264.990	25.710.500
Cebola de muda	165,5	204,2	204,00	420,00	kg	33.762.000	85.764.000	25.561.190
Tangerina	765,6	670,8	970,00	4.500,00	cx. 40,8kg	18.201.760	73.985.300	22.050.650
Batata de inverno ⁽⁶⁾	168,6	168,6	15.675,00	22.000,00	sc.60kg	44.046.740	61.819.990	18.424.890
Mandioca	810,0	695,0	12.415,00	87.280,00	tonelada	10.056.150	60.659.600	18.079.040
Tomate envarado	373,0	376,6	3.050,00	4.090,00	cx. 27kg	42.135.180	57.047.920	17.002.620
Batata da seca	183,3	192,0	11.060,00	16.000,00	sc.60kg	33.788.300	51.200.000	15.259.700
Uva de mesa	126,0	97,4	810,00	4.000,00	cx. 8kg	12.757.500	48.699.990	14.514.590
Tomate rasteiro	380,0	345,0	35,00	130,00	kg	13.300.000	44.850.000	13.367.140
Amendoim das águas	185,3	163,0	1.537,00	6.000,00	sc.25kg	11.392.240	39.120.000	11.659.360
Batata das águas	187,8	213,0	5.153,00	11.000,00	sc.60kg	16.128.890	39.050.000	11.638.500
Limão	337,8	317,8	900,00	4.500,00	cx. 40,8kg	7.451.470	35.051.470	10.446.770
Amendoim da seca	58,3	56,2	2.967,00	15.000,00	sc.60kg	6.919.044	33.719.990	10.049.940
Cebola de soqueira	60,4	55,3	155,00	350,00	kg	9.362.000	19.355.000	5.768.583
Mamona	23,0	31,2	410,00	620,00	kg	9.430.000	19.344.000	5.765.305
Chã	43,6	43,6	34,00	300,00	kg	1.482.400	13.080.000	3.898.776
Casulo	6,0	5,9	638,00	1.670,00	kg	3.828.000	9.852.998	2.936.598
Valor total da produção (33 produtos)				(crescimento real = 0,59%)		2.594.746.500	8.757.320.000	2.610.040.000
Valor total da produção de origem vegetal (27 produtos)				(crescimento real = 3,06%)		1.806.485.000	6.246.798.000	1.861.801.500
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -5,08%)		788.261.500	2.510.522.000	748.238.500
Valor total da produção a preços de 1982/83				(crescimento físico = -2,24)		2.594.746.500	2.543.581.000	

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safra, abril de 1984.

⁽²⁾ Estimativa preliminar, baseada em informações disponíveis até maio de 1984.

⁽³⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1982/83 = 100).

⁽⁴⁾ Milhões de litros.

⁽⁵⁾ Milhões de dúzias.

⁽⁶⁾ A safra de inverno de 1983/84 foi estimada como sendo igual à 1982/83

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 110 - Valor da Produção, Crescimento Corrente, Real e Físico, por Grupo de Produtos, Estado de São Paulo, 1982/83 e 1983/84

Grupo (1)	Valor da produção (Cr\$1.000)		Valor real de 1983/84(3)	Crescimento		
	1982/83	1983/84(2)		Corrente	Real	Físico
Produtos com preço mínimo	436.032.264	1.698.248.980	506.147.824	289,48	16,08	-12,74
Produtos de mercado externo	771.187.204	2.983.025.558	889.063.920	286,81	15,28	0,22
Produtos de mercado interno - total	1.823.559.296	5.774.294.092	1.720.976.385	216,65	-5,62	- 2,75
Produtos de mercado interno - vegetal	1.039.125.796	3.273.625.090	975.674.495	215,04	-6,11	- 1,72
Produtos de mercado interno - animal	784.433.500	2.500.699.002	745.310.831	218,79	-4,99	- 4,27
Produtos de alimentação - total	1.313.844.296	4.097.992.092	1.221.369.661	211,91	-7,04	- 5,98
Produtos de alimentação - vegetal	529.410.769	1.597.239.090	476.042.736	201,70	-10,08	- 7,85
Produtos de alimentação - animal	784.433.500	2.500.699.002	745.310.831	218,79	-4,99	- 4,27
Produtos de origem vegetal	1.806.485.000	6.246.797.750	1.861.801.500	245,80	3,06	- 0,72
Produtos de origem animal	788.261.500	2.510.522.000	748.238.500	218,49	-5,08	- 4,46
Geral	2.594.746.500	8.757.319.750	2.610.040.000	237,54	0,59	- 2,24

(1) A composição dos grupos está definida no texto.

(2) Estimativa preliminar.

(3) Deflator estimado em função do Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1982/83 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 111. - Área Plantada, Rendimento Médio e Evolução Percentual dos Principais Produtos Vegetais da Agricultura Paulista, 1982/83 e 1983/84

Produto	Área (1.000ha)		Evolução percentual	Rendimento médio (kg/ha)		Evolução percentual
	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾		1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	
Cana-de-açúcar	1.733,5	1.821,5	5,1	78.002	73.712	- 5,5
Café	888,6	847,9	-4,6	1.083	1.160	7,1
Laranja	562,6	567,4	0,8	16.316	16.468	0,9
Milho	1.166,0	1.225,4	5,1	2.709	2.367	-12,6
Soja	470,0	472,6	0,6	2.055	1.812	-11,8
Algodão	308,7	241,3	-21,8	1.504	1.675	11,4
Feijão da seca	240,7	207,0	-14,0	512	542	5,9
Trigo	145,0	139,7	-3,7	1.431	1.441	0,7
Arroz	334,1	340,7	2,0	1.848	1.142	-38,2
Feijão de inverno	51,0	51,0	0,0	849	849	0,0
Banana	37,9	42,0	10,8	17.270	17.468	1,1
Feijão das águas	255,0	211,2	-17,2	595	690	16,0
Cebola de muda	12,6	12,1	-4,0	13.135	16.876	28,5
Tangerina	33,6	30,0	-10,7	22.786	22.360	-1,9
Batata de inverno	9,6	9,6	0,0	17.563	17.563	0,0
Mandioca	53,4	44,6	-16,5	21.485	23.013	7,1
Tomate envarado	7,5	7,4	- 1,3	49.733	50.892	2,3
Batata da seca	10,1	10,2	1,0	18.149	18.823	3,7
Uva de mesa	8,5	8,3	-2,3	15.613	12.298	-21,2
Tomate rasteiro	13,2	11,0	-16,7	28.788	31.364	8,9
Amendoim das águas	123,0	86,5	-29,7	1.507	1.884	25,0
Batata das águas	11,3	11,8	4,4	16.619	18.050	8,6
Limão	19,1	17,3	-9,4	17.686	18.370	3,9
Amendoim da seca	53,7	39,5	-26,4	1.086	1.423	31,0
Cebola de soqueira	4,3	3,7	-13,9	14.047	14.946	6,4
Mamona	21,7	28,2	30,0	1.060	1.106	4,3
Chã	5,0	5,0	0,0	8.726	8.726	0,0
Área total ⁽²⁾	6.579,7	6.492,7	-1,3	-	-	-
Área de produtos com preço mínimo ⁽²⁾	3.077,3	2.948,0	-4,2	-	-	-
Área de produtos de mercado externo ⁽²⁾	2.486,0	2.335,7	-6,0	-	-	-
Área de produtos de mercado interno ⁽²⁾	4.093,7	4.157,0	1,5	-	-	-
Área de produtos de alimentação ⁽²⁾	2.360,2	2.335,7	-1,0	-	-	-

(¹) Quarta estimativa de safras, abril de 1984.

(²) Grupo de produtos definidos no texto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 112 . - Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, 1981/82 e 1983/84⁽¹⁾

Grupo ⁽²⁾	Índice de preço real					Índice de quantidade				
	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽³⁾	Evolução (%)		1981/82	1982/83	1983/84 ⁽⁴⁾	Evolução (%)	
				$\frac{1982/83}{1981/82}$	$\frac{1983/84}{1982/83}$				$\frac{1982/83}{1981/82}$	$\frac{1983/84}{1982/83}$
Produtos com preço mínimo	65,86	52,20	64,82	-20,74	24,18	142,03	123,02	107,35	-13,38	-12,74
Produtos de mercado externo	69,95	60,14	63,20	-14,02	5,09	103,15	117,10	117,36	13,52	0,22
Produtos de mercado interno - total	79,56	62,87	64,26	-20,98	2,21	148,49	149,64	145,52	0,77	-2,75
Produtos de mercado interno - vegetal	80,49	57,06	56,88	-29,11	-0,32	174,89	176,84	173,79	1,11	-1,72
Produtos de mercado interno - animal	78,49	69,52	72,72	-11,43	4,60	118,27	118,49	113,17	0,19	-4,49
Produtos de alimentação - total	75,67	64,43	67,00	-14,85	3,99	132,28	125,29	117,80	-5,28	-5,98
Produtos de alimentação - vegetal	71,60	57,08	58,76	-20,28	2,94	152,49	135,09	124,49	-11,41	-7,85
Produtos de alimentação - animal	78,49	69,52	72,72	-11,43	4,60	118,27	118,49	113,17	0,19	-4,49
Produtos de origem vegetal	74,84	58,33	60,94	-22,06	4,47	141,29	147,56	145,36	4,44	-1,49
Produtos de origem animal	78,41	69,11	72,19	-11,86	4,46	118,13	118,51	113,23	0,32	-4,46
Geral	75,90	61,53	64,28	-18,93	4,47	134,43	138,94	135,83	3,35	-2,24

⁽¹⁾ Índices construídos pelo método de Laspeyres (Base 1973-77 = 100).

⁽²⁾ A composição dos grupos está definida no texto.

⁽³⁾ Preços e deflatores preliminares.

⁽⁴⁾ Baseados na 4ª estimativa de safras, abril de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 113 . - Crescimento Percentual de Quantidade, Preço e Valor da Produção, Estado de São Paulo, 1982/83 e 1983/84

Produto	Quantidade ⁽¹⁾	Preço (Cr\$/unidade) ⁽²⁾		Valor da produção	
		Corrente	Deflacionado ⁽³⁾	Corrente	Deflacionado ⁽³⁾
Cana-de-açúcar	3,55	217,60	-5,34	228,87	-1,98
Café	2,26	196,23	-11,71	202,94	-9,71
Carne bovina	-3,94	313,96	23,38	297,65	18,51
Laranja	4,17	429,41	57,59	451,50	64,37
Leite ⁽⁴⁾	0,83	184,47	-15,22	186,82	-14,52
Milho	-8,19	296,48	18,17	264,02	8,49
Aves para corte	-9,05	174,39	-18,22	149,55	-25,62
Ovos ⁽⁵⁾	-5,63	212,50	-6,86	194,91	-12,11
Soja	-11,37	396,83	48,08	340,36	31,24
Algodão	-12,95	416,92	54,06	349,99	34,12
Feijão da seca	-9,00	498,18	78,28	444,33	62,23
Carne suína	-8,23	204,88	-9,13	179,77	-16,62
Trigo	-2,99	224,83	-3,19	215,13	-6,08
Arroz	-36,98	157,41	-23,28	62,22	-51,65
Feijão de inverno	-4,85	406,93	51,09	382,34	43,76
Banana	11,78	316,67	24,18	365,74	38,81
Feijão das águas	-3,95	492,36	76,55	468,94	69,57
Cebola de muda	23,38	105,88	-38,64	154,03	-24,29
Tangerina	-12,38	363,92	38,27	306,47	21,15
Batata de inverno ⁽⁶⁾	0,00	40,35	58,17	40,35	-58,17
Mandioca	-14,20	603,02	109,53	503,21	79,78
Tomate envarado	0,97	34,10	-60,03	35,39	-59,65
Batata da seca	4,75	44,67	-56,88	51,53	-54,84
Uva de mesa	-22,70	393,83	47,18	281,74	13,77
Tomate rasteiro	-9,21	271,43	10,70	237,22	0,50
Amendoim das águas	-12,03	290,37	16,35	243,39	2,34
Batata das águas	13,42	113,47	-36,38	142,11	-27,84
Limão	-5,92	400,00	49,02	370,40	40,20
Amendoim da seca	-3,60	405,56	50,68	387,35	45,25
Cebola de soqueira	-8,44	125,81	-32,70	106,74	-38,38
Mamona	35,65	51,22	-54,93	105,13	-38,86
Chá	0,00	782,35	162,98	782,35	162,98
Casulo	-1,67	161,76	-21,99	157,39	-23,29

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safra, abril de 1984.

⁽²⁾ Estimativa preliminar baseada em informações disponíveis até maio de 1984.

⁽³⁾ Deflador estimado em função da variação do Índice "2" de Conjuntura Econômica (Base 1982-83 = 100).

⁽⁴⁾ Milhões de litros.

⁽⁵⁾ Milhões de dúzias.

⁽⁶⁾ A safra de inverno de 1983/84 foi estimada como sendo igual à 1982/83.

6 - POLÍTICA AGRÍCOLA

A produção de alimentos no Brasil vem cedendo espaço às culturas exportáveis e energéticas, que apresentam, de modo geral, melhores condições de rentabilidade e recebem estímulos por parte do Governo. Por esta razão é reservado à política agrícola o papel de acionar seus instrumentos de maneira a oferecer aos produtores de alimentos condições razoáveis para a manutenção e aumento dessa atividade. Não se nota, entretanto, que estas preocupações tenham estado presentes na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), realizada em 01/08/84, quando se definiram os Valores Básicos de Custeio (VBCs) e o esquema de financiamento para a safra 1984/85.

Apesar do tratamento diferenciado que os produtos de consumo interno receberam possivelmente não haverá aumento na oferta de alimentos em 1985. As razões para esse prognóstico pessimista são muitas, indo desde o elevado custo financeiro da parcela de recursos de custeio que não será oferecida dentro do sistema de crédito rural, até a escassez de recursos para o financiamento da produção agrícola, ocasionada pela política monetária.

Este capítulo do Prognóstico 84/85 discute, inicialmente, os condicionantes macroeconômicos da política econômica brasileira que prioriza o ajustamento do setor externo sob a ótica do Fundo Monetário Internacional (FMI) e elege a recessão econômica como estratégia para viabilizar o pagamento da dívida externa. Em seguida, analisa-se a evolução recente e o desempenho dos principais instrumentos de política agrícola, como crédito de custeio, preços mínimos e PROAGRO, e prognostica-se que não será desta vez que a agricultura sentir-se-á estimulada a produzir mais alimentos.

(IEA, 15/08/84)

No final de 1982, o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para viabilizar o fechamento do balanço de pagamentos daquele ano através de empréstimos do próprio FMI e de bancos privados internacionais. A situação das contas externas era tão grave que o país precisou recorrer à linha de crédito ampliada do FMI, que impõe ao país devedor uma rígida política econômica de estabilização, tendo como objetivo o ajuste do setor externo.

Essa política de estabilização está centrada no desempenho de alguns indicadores, como o déficit do setor público, o grau de liquidez da economia, medido pela evolução da base monetária e dos meios de pagamento, os saldos da balança comercial e a taxa de inflação. A liberação dos recursos do FMI e dos bancos privados está condicionada a metas que esses indicadores devem atingir periodicamente. A lógica dessa política econômica é simples. O pagamento da dívida externa só é viabilizado a partir de saldos positivos e crescentes da balança comercial. Todos os instrumentos de política devem, portanto, ser acionados nessa direção.

A redução do déficit público, com aumento na receita e diminuição na despesa, diminui a pressão sobre a demanda efetiva, o que, em tese, contribui tanto para a queda da inflação quanto das importações. O aperto na liquidez do sistema econômico mantém a taxa de juros excessivamente elevada, desestimulando os investimentos produtivos, outra fonte de pressão sobre as importações. O resultado imediato dessas medidas é a recessão que, combinada com uma política salarial restritiva e uma taxa de câmbio reajustada acima da inflação interna, cria as condições necessárias para se atingir os superávits comerciais desejados.

Dentro deste quadro, os instrumentos de política agrícola perdem a necessária flexibilidade para atuar decisivamente no direcionamento da produção e, adicionalmente, certas medidas de política econômica acabam por deprimir ainda mais o setor.

A política monetária é o exemplo mais marcante. Para 1984, o Governo comprometeu-se junto ao FMI em expandir a base monetária e os meios de pagamento em 50%. Para atingir essa meta é necessário reduzir substancialmente a atuação do Banco do Brasil como criador de moeda, limitando bastante sua expansão de crédito. Note-se que esta restrição forçou uma mudança na filosofia da geração de crédito para o setor privado, aumentando a responsabilidade do segmento privado do sistema financeiro. Ao lado da queda real no volume global de empréstimos concedidos ao setor privado, o Banco do Brasil reduziu sua participação para 21,1% em abril de 1984, percentagem modesta se comparada aos 46,4% de 1976, enquanto os bancos comerciais complementam os 78,9% restantes (quadro 114). Considerando que o Banco do Brasil é o principal fornecedor de crédito para a agricultura, fica fácil perceber a causa da atual, e possivelmente futura, falta de recursos para esse setor.

Ainda na área de crédito rural, vale lembrar que os bancos privados agora devem destinar recursos para a agricultura em função da evolução dos depósitos à vista, e não mais das aplicações globais, como anteriormente. Essa medida, por si só, representará uma redução de quase 30% no volume total de crédito à disposição do setor, conforme estudos realizados no IEA. Essa redução certamente será maior em razão da liquidez apertada do sistema e das operações em aplicações de curto prazo, muito procuradas em época de inflação elevada, que reduzem os depósitos à vista. O empenho que o Governo vem demonstrando no controle da base monetária e dos meios de pagamento tende a agravar esse quadro. No período que vai de dezembro de 1982 a abril de 1984, esses indicadores apresentaram uma queda real de aproximadamente 50% (quadro 114). Mantendo-se esta tendência não é difícil prever uma crescente redução da

disponibilidade total de crédito para a economia e para os agricultores em particular, que precisarão oferecer garantias e reciprocidade para a obtenção de recursos no sistema financeiro.

A correção monetária, que determina os custos financeiros do crédito rural, vem sendo utilizada como um instrumento coadjuvante da expansão da base monetária para manter as taxas de juros reais positivas, tornando as aplicações financeiras atraentes em detrimento dos investimentos produtivos. As consequências desse procedimento são o prolongamento da recessão e a elevação dos custos de produção agrícola, pressionados pelas taxas de juros do crédito agrícola.

Para completar o quadro recessivo decorrente da política econômica inspirada nos padrões do FMI, o Governo restringiu fortemente a demanda efetiva, diminuindo seus gastos em custeio e investimento, e estabelecendo uma política salarial que garante que a massa de salários evoluirá em aproximadamente 87% do INPC, índice que por si só encontra-se fortemente defasado da inflação (quadro 115).

A situação acima descrita cria perspectivas preocupantes para o futuro próximo. O desemprego, o arrocho salarial e os preços dos alimentos extraordinariamente elevados, como mostra o índice de produtos agrícolas do quadro 115 , indicam que a questão alimentar exige medidas urgentes para que o custo social da atual crise não aumente ainda mais no próximo ano.

(IEA, 15/08/84)

QUADRO 114.- Base Monetária, Meios de Pagamento e Empréstimos Concedidos ao Setor Privado pelo Sistema Monetário, 1972-84

(em bilhões de cruzeiros de 1977) (1)

Período	Base monetária	Meios de pagamento	Empréstimos concedidos ao setor privado				Total
			Banco do Brasil		Bancos comerciais		
			valor	%	valor	%	
1972	105,5	234,6	115,4	37,1	195,4	62,9	310,8
1973	135,3	300,1	149,9	38,0	245,0	62,0	394,9
1974	139,7	311,3	207,7	42,5	280,9	57,5	488,6
1975	148,9	347,4	267,4	44,6	331,7	55,4	599,1
1976	158,1	337,4	305,4	46,4	352,6	53,6	658,0
1977	166,9	325,2	318,4	45,8	376,6	54,2	695,0
1978	174,3	336,6	315,7	42,5	426,5	57,5	742,2
1979	208,9	376,2	337,6	41,7	472,9	58,3	810,5
1980	163,6	319,8	283,3	41,1	406,2	58,9	689,5
1981	101,4	205,7	174,4	36,2	307,7	63,8	482,1
1982	95,7	174,8	148,8	32,7	305,7	67,3	454,5
1983							
jan.	95,0	152,3	134,9	31,2	297,7	68,8	432,6
fev.	90,9	147,6	127,2	28,5	319,4	71,5	446,6
mar.	80,5	133,0	120,8	28,4	305,2	71,6	426,0
abr.	78,8	133,0	117,2	24,1	369,2	75,9	486,4
mai.	77,8	131,0	115,5	27,2	307,0	72,8	422,5
jun.	72,0	130,7	120,4	28,8	298,2	71,2	418,6
jul.	69,8	117,1	105,7	26,6	291,2	73,4	396,9
ago.	58,1	112,7	101,0	26,8	276,1	73,2	377,1
set.	59,2	108,3	96,1	26,9	261,3	73,1	357,4
out.	55,8	103,5	90,4	26,2	254,6	73,8	345,0
nov.	56,9	101,8	87,1	25,3	256,6	74,7	343,7
dez.	58,2	107,9	93,3	25,5	272,6	74,5	365,9
1984							
jan.	55,7	93,8	84,3	25,6	245,5	74,4	329,8
fev.	49,1	84,5	73,7	23,0	246,1	77,0	319,8
mar.	43,8	82,7	69,3	22,9	233,1	77,1	302,3
abr.	47,1	87,5	66,4	21,1	248,2	78,9	314,6

(1) Deflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 115.- Variações Percentuais Anualizadas de Alguns Indicadores de Conjuntura, 1980/84

Período	Índice geral de preços		INPC ⁽¹⁾	Correção monetária	Taxa de câmbio
	Disponibilidade interna	Oferta global produtos agrícolas			
1980	98,5	109,6	90,1	54,3	98,1
1981	111,5	110,2	100,0	71,6	74,9
1982	95,1	74,6	96,4	93,1	93,0
1983	147,3	216,3	130,5	127,4	210,9
abr.	117,4	138,6	114,9	113,2	185,8
mai.	118,6	140,6	113,4	120,3	197,3
jun.	127,2	164,4	115,1	125,5	207,4
jul.	142,8	197,4	124,3	130,4	221,7
ago.	152,7	235,7	131,7	136,9	240,9
set.	174,9	302,5	142,2	140,3	245,9
out.	197,2	381,6	163,5	145,9	263,6
nov.	206,8	369,4	171,1	152,1	277,6
dez.	211,0	335,8	172,9	156,6	286,2
1984					
jan.	213,2	342,1	170,3	159,2	288,1
fev.	230,1	356,0	176,1	168,5	262,2
mar.	229,7	342,2	179,4	182,6	215,2
abr.	228,9	349,5	186,3	185,2	219,5
mai.	235,5	351,2	194,4	184,9	217,2
jun.	226,5	305,6	-	187,3	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (BACEN).

SETOR EXTERNO

O núcleo das dificuldades da economia brasileira, incluindo o setor agrícola, está no setor externo. Os instrumentos de política econômica, que afetam diretamente o desempenho das contas do balanço de pagamentos, vêm sendo administrados de forma a garantir superávits comerciais que viabilizem os atuais esquemas de renegociação da dívida externa.

Em 1983, o Brasil registrou um superávit comercial de US\$6.470 milhões, resultado de um aumento de US\$1.724 milhões nas exportações e de uma redução de US\$3.968 milhões nas importações. Essa queda de 20% nas importações só foi possível graças à redução na produção interna - provocada em boa parte pela elevação do patamar em que as taxas de juros se mantiveram - e às restrições cambiais, tarifárias e quantitativas ao comércio, decorrentes da grave crise de liquidez de divisas verificada nesse ano.

O bom resultado da balança comercial e o melhor desempenho da balança de serviços possibilitaram uma melhora sensível nas transações correntes, que passaram de um déficit de US\$16.279 milhões em 1982, para um déficit consideravelmente menor em 1983, US\$6.171 milhões. O déficit global do balanço de pagamentos também se reduziu, registrando US\$3.330 milhões em 1983 contra US\$8.956 milhões no ano anterior.

A impossibilidade de se obter um saldo líquido de divisas suficiente para fechar as contas externas no final do ano implicou a contratação de novos empréstimos de refinanciamento da parcela da dívida que não pode ser quitada, trazendo como consequência o aumento quase explosivo do endividamento externo, que se elevou em quase 10% no ano de 1983 em relação a 1982, prometendo repetir a dose neste ano (quadro 116). É praticamente impossível honrar o serviço dessa dívida, que totalizou US\$19.471 milhões, em 1982, e US\$19.485 milhões em 1983, sem recorrer a mais empréstimos, que por sua vez aumentam a dívida. Reforçando a idéia de que essa dívida não conseguirá ser paga dentro do esquema atual, basta lembrar que 80% do seu total é contratado a taxas de juros flutuantes, que vêm mostrando fortes indícios de alta nos últimos meses. A "prime rate", taxa cobrada pelos bancos norte-americanos aos seus clientes preferenciais, e que reflete o comportamento geral dos juros no mercado financeiro internacional, apenas em 1984 elevou-se de 10% a.a., em janeiro, para 13% a.a. em junho. Considerando que cada ponto percentual de elevação na taxa de juros significa desembolsos adicionais de aproximadamente US\$800 milhões de juros por parte do Brasil, nota-se que a programação das contas do setor externo ficou bastante prejudicada neste ano.

Quanto à participação da agricultura no setor externo, observa-se que os produtos agrícolas mantiveram a sua contribuição em termos percentuais aproximadamente constante na geração de divisas através das exportações nos dois últimos anos, apesar do aumento de preços ocorrido no mercado internacional no ano passado. Em 1982, o país exportou US\$6.256 milhões em produtos agrícolas e US\$6.847 milhões no ano seguinte, montantes que representam 31% do total das exportações. Para 1984, as perspectivas são de se manter o mesmo valor de 1983, devendo-se atingir o superávit comercial planejado de US\$9 bilhões, basicamente em função do bom desempenho dos produtos industrializados.

A taxa de câmbio, importante instrumento de ajuste do balanço de pagamentos, foi administrada, durante 1983 e início de 1984, de tal forma que sua variação se manteve acima da dos preços internos, encarecendo as importações e estimulando as exportações. A partir de março do corrente ano, entretanto, nota-se a tendência em reajustar o preço do dólar em percentagens inferiores às da inflação interna (quadro 115). Possivelmente, essa mudança no enfoque da política cambial reflete, de um lado, os bons resultados da balança comercial e o aumento no nível das reservas e, de outro, a tentativa de reduzir as pressões inflacioná-

rias. A evolução dos preços internacionais dos produtos agrícolas complementou a política cambial, tornando altamente rentáveis esses produtos, o que possivelmente ocasionará aumento na sua produção, em prejuízo dos produtos destinados à alimentação.

Todavia, a política comercial, no que se refere especificamente à agricultura, vem levando em consideração a influência dos preços dos alimentos no nível geral de preços, que precisa ser controlado e reduzido, como o país acertou com o FMI. Para evitar altas de preços que comprometam demasiadamente os esforços no combate à inflação, o Governo tem usado restrições não tarifárias à exportação de produtos que possam se tornar escassos no mercado interno ou permitido a importação quando a oferta doméstica se mostra insuficiente para atender a demanda aos níveis considerados adequados.

O setor agrícola, como pode ser notado, está se ressentindo de uma política econômica preocupada em atingir as metas de desempenho estabelecidas sob a necessidade de manter um acordo com o FMI que viabilize a renegociação da dívida externa. A falta de recursos para executar a política de crédito e uma política comercial que não permite ao produtor se capitalizar são apenas reflexos imediatos da crise econômica, que precisam ser minimizados para viabilizar a produção de alimentos no curto prazo, mas não afastam a necessidade de uma nova ordem econômica que permita o desenvolvimento da agricultura brasileira.

(IEA, 15/08/84)

QUADRO 116.- Saldo do Balanço de Pagamentos, Dívida Externa e Reservas Internacionais, 1979-83

(em milhões de dólares)

Discriminação	1979	1980	1981	1982	1983
I - Balança Comercial(FOB)	-2.840	- 2.829	1.202	778	6.470
A - Exportações	15.244	20.132	23.293	20.175	21.899
A.1 - Básicos	6.553	8.488	8.920	8.238	8.517
. Agrícolas	5.175	6.766	6.938	6.256	6.847
. Minerais	1.378	1.722	1.982	1.982	1.670
A.2 - Semimanufaturados	1.887	2.349	2.116	1.433	1.786
A.3 - Manufaturados	6.645	9.028	11.884	10.253	11.289
A.4 - Operações especiais	159	267	373	251	307
B - Importações	-18.084	-22.961	-22.091	-19.397	-15.429
II - Balança de Serviços(líquido)	-7.920	-10.212	-13.135	-17.050	-12.748
. Juros	-4.186	-6.311	-10.305	-12.555	-9.555
. Outros	-3.734	-3.901	-2.830	-4.495	-3.193
III - Transferências Unilaterais	18	155	199	-7	107
IV - Transações Correntes(I+II+III)	-10.742	-12.886	-11.734	-16.279	-6.171
V - Movimento Líquido de Capitais ⁽¹⁾	7.657	9.804	12.773	7.867	3.372
. Investimentos	1.491	1.146	2.326	2.542	657
. Empréstimos e financiamentos	11.228	11.070	15.554	12.517	13.039
. Amortizações	-6.385	-5.020	-6.242	-6.916	-9.930
. Outros capitais	1.323	2.608	1.135	-276	-394
VI - Erros e Omissões	-130	-408	-414	-544	-531
VII - Superávit(+) ou Déficit(-)(IV+V+VI)	-3.215	-3.490	625	-8.956	-3.330
VIII - Dívida Bruta ⁽²⁾	49.904	53.847	61.411	83.288	91.638
IX - Reservas Internacionais	9.689	6.913	7.507	3.994	4.563
X - Dívida Líquida (IX-VIII)	40.215	46.934	53.904	79.294	87.075

⁽¹⁾ Inclusive reinvestimento.

⁽²⁾ Inclusive dívida não registrada

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Na reunião de 01/08/84, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu as regras para o custeio da safra 1984/85. Nestas novas regras vem inserida a preocupação de dar tratamento preferencial à produção de alimentos para consumo interno, através da concessão de maior base de adiantamento ao financiamento desses produtos em relação aos demais. Os produtos que terão tratamento preferencial são: arroz, feijão, mandioca, milho, amendoim e sorgo. No entanto, para que estas medidas se concretizem em real estímulo à produção de alimentos é imprescindível que se dê maior folga aos limites impostos pelo orçamento monetário para este ano e que grande volume de recursos seja canalizado para o setor. Nesta situação de liquidez apertada como a que se tem até o momento, na competição pelos recursos continuarão beneficiados os produtos exportáveis e energéticos, cujos produtores oferecem menores riscos e maior reciprocidade aos agentes financeiros.

Segue-se um breve histórico sobre a evolução dos recursos do crédito rural e dos encargos financeiros cobrados nestas operações, analisados do ponto de vista das diferenças entre produtos. Em seguida, são apresentadas as regras para financiamento de safra 1984/85 estabelecidas naquela reunião do CMN e algumas perspectivas relacionadas ao desempenho das culturas frente às mudanças introduzidas.

- Recursos

A década de 70 foi marcada por uma política de estímulo ao setor agrícola com ampla liberação de recursos a juros subsidiados. Vultosos recursos foram colocados à disposição do setor agrícola com participação expressiva de crédito para formação de infra-estrutura e aquisição de máquinas e equipamentos, facilitando transformações no setor. Também se verificou ampla disponibilidade de recursos para o custeio e comercialização da produção, estando, portanto, o setor amparado em todas as fases de sua produção.

Estas facilidades criadas pela política de crédito farto e barato foram aproveitadas principalmente por aqueles produtos que já dispunham de tecnologia moderna, apta a provocar um impulso da produção. Estes produtos também mostraram maior retorno aos produtores, inclusive pela própria tecnologia que permitiu rendimentos crescentes, e pelas condições mais estáveis do mercado e preços de maior remuneração.

Assim, assistiu-se a profundas transformações tanto de técnicas de produção, que passou a ser mais mecanizada, como de composição da produção agrícola.

Quase a totalidade dos recursos alocados no setor agrícola através do crédito era proveniente das autoridades monetárias, via Banco do Brasil, e muitos dos programas de investimento tinham como fonte de recursos os organismos internacionais como BIRD, BID, etc. A partir de 1977, iniciam-se as restrições aos financiamentos, particularmente aos investimentos que vêm decrescendo em termos reais desde então.

Em 1979, após dois anos de safras reduzidas, o estímulo foi retomado, porém com uma preocupação imediatista de se ter uma boa safra no ano seguinte. Assim vultosos volumes de recursos foram canalizados para o custeio da safra, de tal forma que por volta de 1/4 do crédito para custeio colocado à disposição dos agricultores foi absorvido pelas culturas de soja e cana. A participação dessa última cultura, isoladamente, vem crescendo ano a ano, chegando a 27,1% do crédito de custeio em São Paulo em 1982. Comparativamente, a situação de culturas de mercado interno é bastante desfavorável. Veja-se que o milho, por exemplo, a despeito de ocupar área quatro vezes maior que a da cana no Brasil, em 1982 absorveu igual volume de recursos, segundo o Relatório BACEN. Estas diferenças se devem ao melhor resultado econômico das

culturas de mercado externo, o que significa menor risco tanto para os agentes financeiros como para os tomadores, caracterizando-se a distribuição do crédito rural como um dos mais fortes condicionantes do direcionamento dado à produção, no sentido de redução da oferta de alimentos.

Frente às dificuldades de financiamento do setor agrícola, com recursos previstos no orçamento monetário considerados inflacionários, em 1979 inicia-se uma fase de aumento da exigibilidade de aplicação dos bancos comerciais na agricultura, visando reduzir a pressão sobre os recursos oficiais. A participação dos bancos comerciais, segundo Relatório BACEN 1982, entre 1980 e 1982 cresceu 10%, passando a 30% do total.

O Banco do Brasil, que até 1982 dispunha de recursos praticamente ilimitados para aplicação em crédito rural, passa, dentro da nova orientação da política monetária, a ter a expansão de crédito restringida pelo orçamento monetário.

Para 1984 está prevista expansão de crédito para o setor agrícola por parte do Banco do Brasil da ordem de 58,3% em termos nominais, com metas trimestrais a serem atingidas. Assim, no início deste ano, para evitar maiores estouros nos limites previstos, foram provocados grandes atrasos na liberação da última parcela do custeio, além do que a autorização para as operações dentro da política de preços mínimos só veio a ocorrer no segundo trimestre, sob regras restritas e atendimento muito seletivo dos mutuários. Isto resultou em grandes dificuldades para os produtores, forçando quedas nos preços e maiores problemas para aqueles produtores de menores disponibilidades de recursos, pressionados pelo vencimento de dívidas.

Além da restrição de crédito via Banco do Brasil, a Resolução BACEN nº 904, que retoma a obrigatoriedade de aplicação por parte dos bancos comerciais pautar-se por percentuais variáveis dos depósitos à vista, vem complicar o problema de recursos à agricultura.

Se antes dessa Resolução, pela limitação imposta ao crédito no orçamento monetário, a expansão nominal dos financiamentos ao setor agrícola era de 64,8%, com a modificação do critério de cálculo da exigibilidade esse percentual cai para 20% (ver quadro 117), o que se constitui num arrocho sem precedentes, dadas as taxas inflacionárias da atualidade.

O problema central para a execução da política agrícola na safra 1984/85 será, sem dúvida, a escassez de recursos. Diversas negociações têm sido conduzidas, mas até o momento não foram definidas as fontes e os volumes de recursos que estarão disponíveis para o financiamento do custeio de safra. Providências nesse sentido terão que ser tomadas brevemente, sob pena de se ter franca redução de área de cultivo e pequena oferta de produtos agrícolas no próximo ano, principalmente no subsetor de alimentos, cujos maiores riscos deixam seus produtores em desvantagem frente aos agentes financeiros na busca de crédito.

— Encargos Financeiros

Durante muito tempo as operações de crédito rural foram praticadas com encargos financeiros próximos de 15% a.a., a despeito das mudanças ocorridas no processo inflacionário, o que caracterizou, em alguns períodos, elevada taxa de subsídio. Em 1977 têm início algumas alterações atingindo o crédito de investimento, que passa a ter taxas diferenciadas conforme o valor de operação. Nos anos seguintes, as taxas foram sendo elevadas também para as demais finalidades, chegando-se em 1983 à indexação dos encargos a uma parcela da correção monetária e, finalmente, em 1984 passa a se cobrar correção monetária plena além de juros de 3% a.a. A indexação se constitui num duro golpe sobre o setor agrícola, uma vez que aos riscos e incertezas característicos da atividade, soma-se o risco do custo dos

financiamentos, agora vinculados à condução da política econômica.

Dada a dispersão de preços própria do comportamento dos produtos agrícolas em períodos altamente inflacionários como o atual, para vários deles o resultado econômico incerto da cultura cria restrições tanto por parte dos tomadores de crédito, que evitam estes financiamentos, como por parte dos agentes financeiros, que tendem a realizar seleção mais acurada de seus clientes, principalmente em razão dos recursos escassos para a finalidade. Dentro deste quadro, a tendência é no sentido de reforçar a má distribuição de crédito entre produtos em detrimento daqueles de mercado doméstico, levando à redução da área de cultivo.

Veja-se que a variação da ORTN + 3% é o encargo cobrado em apenas parte do financiamento; a parcela remanescente poderá ser financiada com encargos normais de mercado (atualmente por volta de variação da ORTN + 20% a.a.), ressaltando-se que o Banco do Brasil não financia a complementação e os bancos comerciais o têm feito somente para clientes preferenciais, visto que não está previsto na obrigatoriedade de aplicação e porque os financiamentos ao setor agrícola, regra geral, são desvantajosos, pois são de mais longo prazo e de maior risco que as operações de concessão de capital de giro a outros setores.

— Financiamento da Safra 1984/85

A redução na oferta de alimentos tem sido, de longa data, um sério problema da economia brasileira, agravado quando a disponibilidade de produtos alimentares é avaliada em termos per capita. Essa escassez tende a elevar os preços, o que acaba se constituindo em acelerador do processo inflacionário, como vem acontecendo desde 1983 com esses preços liderando a expansão dos índices.

Diante desse quadro, a preocupação de autoridades ligadas ao setor agrícola, neste ano, voltou-se para a tentativa de reversão do processo de substituição dos produtos alimentícios na agricultura brasileira. Diversas propostas foram feitas, mas de medidas concretas obteve-se um avanço muito pequeno.

Anteriormente, os financiamentos concedidos pautavam-se, basicamente, pela classificação do produtor. Assim, a base de adiantamento, parcela do Valor Básico de Custeio (VBC) financiada com encargos financeiros da variação da ORTN + 3% a.a., era de 90% para pequeno produtor, 60% para médio e 40% para grande produtor. A cultura de feijão era uma exceção, que tinha base de adiantamento de 90%, independentemente da categoria do produtor.

As modificações introduzidas na reunião do CMN, de 01/08/84, foram no sentido de dar tratamento preferencial para alguns produtos, concedendo limite de adiantamento mais elevado. Veja-se que amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo são os produtos que terão adiantamento de até 80% do VBC para os pequenos produtores e de até 60% do VBC para os demais produtores. Os outros produtos terão, respectivamente, 60% e 40% do VBC.

Note-se que essa mudança de critério resultou em perda para os pequenos produtores, que anteriormente obteriam limite de adiantamento de até 90% para qualquer produto, passando agora a 80% ou 60% dependendo do produto. Isto vem encarecer ainda mais as operações desses agricultores, pois a parcela complementar ao limite de adiantamento será obtida a taxas mais elevadas. Já para os grandes produtores dá-se o contrário, pois anteriormente teriam somente 40% do VBC com encargos de variação da ORTN + 3%. Sob o novo critério para produtos de mercado interno (e sorgo) poderão obter até 60%, reduzindo seu custo financeiro.

Por sua vez, os VBCs, considerados os seis produtos do quadro 118, tiveram para a próxima safra um reajuste médio de 270%, índice que pode ser considerado bastante razoável. Com exceção da mandioca, entre os produtos apresentados no quadro 118, para a próxima safra todos os demais tiveram a relação VBC/custo elevada em relação à safra 1983/84. Isto quer dizer que a expectativa de crescimento dos custos foi inferior à expansão do VBC conce

dida, refletindo a preocupação em tornar mais realistas os valores financiados. Mesmo com estes acréscimos a relação VBC/custo está bem distante de ser a ideal. Era de se esperar que o VBC se igualasse ao desembolso efetivo dos produtores, mas, com exceção da mandioca, isso não acontece. Ainda mais, para feijão, arroz e milho, principais produtos de abastecimento interno, embora mostrando sensível melhora relativamente à safra passada, o VBC não chega a cobrir 70% do custo operacional efetivo estimado para a safra 1984/85.

Todo o conjunto de medidas baixadas pelo CMN para o financiamento da próxima safra carece, no entanto, de complementação. A primeira medida complementar necessária diz respeito ao aporte de recursos. Embora a extensão do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) à correção monetária referente à parcela de recursos próprios, também decidida na reunião do CMN de 01/08/84, que podem ser financiados a juros de mercado e a isenção do IOF nestas operações venham resultar em alguma contribuição das instituições bancárias no financiamento à agricultura, há necessidade de se elevar o volume de recursos oficiais liberado via Banco do Brasil, principal agente executor da política de crédito rural. Caso se prolongue a atual contenção de recursos, estes permanecerão sendo carreados para os produtos de mercado externo, com pouco resultado prático dessas primeiras medidas de apoio à produção de alimentos. Outra questão que precisa ser definida de forma a privilegiar os produtos alimentares são os preços de garantia. Esses produtos, tradicionalmente, em anos de excesso de oferta são vendidos à Companhia de Financiamento da Produção (CFP) ao preço mínimo. Para se realizar previsões do comportamento desses produtos na próxima safra, há que se estabelecerem os preços de garantia, particularmente para produtos como arroz e milho que, na safra 1983/84, não deram o retorno esperado ao início do cultivo.

(IEA, 15/08/84)

QUADRO 117.- Crédito Rural e Inflação Média, Brasil, 1975-84

Ano	Crédito rural			Inflação média (IGP-DI)	
	Valor (Cr\$1.000,00)	Índice (base 1977=100)	Variação (%)	Índice (base 1977=100)	Variação (%)
1975	89.997.117	54,3	-	49,63	27,9
1976	130.226.160	78,5	44,6	70,10	41,2
1977	165.858.671	100,0	27,4	100,00	42,7
1978	233.942.454	141,0	41,0	132,7	32,7
1979	448.730.894	270,6	91,9	213,5	60,9
1980	859.193.128	518,0	91,4	427,5	102,3
1981	1.564.090.171	943,0	82,0	897,3	109,9
1982	2.960.272.886	1.784,8	89,3	1.753,7	95,4
1983	6.006.393.686 ⁽¹⁾	3.621,4	102,9	4.463,8	154,5
1984	9.898.536.794 ⁽¹⁾	5.968,1	64,8	11.159,5 ⁽³⁾	150,0
1984	7.206.471.144 ⁽²⁾	4.344,9	-20,0	11.159,5 ⁽³⁾	150,0

⁽¹⁾ Estimativa considerando a expansão dos empréstimos prevista no Orçamento Monetário 1984 e participação no crédito rural concedido de 70% por parte do Banco do Brasil e de 30% dos bancos comerciais.

⁽²⁾ Idem anterior, considerado critério atual de obrigatoriedade de aplicação de 45% dos depósitos à vista (a regra prevista na Resolução BACEN nº 904 prevê aplicações entre 10% e 55% dependendo do porte do banco em termos de operações ativas).

⁽³⁾ Supondo variação de 150% no índice médio de inflação.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - BACEN e Conjuntura Econômica - vários anos.

QUADRO 118. - Comparação entre Valor Básico de Custeio (VBC) e Custo Operacional, São Paulo, Safras 1983/84 e 1984/85

Produto	Produtividade(ha)	Custo (Cr\$/ha)		VBC (Cr\$/ha)		VBC/custo (%)		Variação no período (%)	
		1983/84 ⁽¹⁾	1984/85 ⁽²⁾	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	Custo	VBC
Arroz sequeiro	27sc. (1.620kg)	218.743	648.055	114.700	445.000	52,4	68,7	196,3	288,0
Feijão	16sc. (960kg)	255.873	692.369	112.900	450.000	44,1	65,0	170,6	298,6
Algodão	165sc. (2.475kg)	502.216	1.721.543	336.300	1.280.000	67,0	74,4	242,8	280,6
Milho	44sc. (2.460kg)	176.052	501.150	84.200	309.000	47,8	61,7	184,7	267,0
Soja	30sc. (1.800kg)	177.302	464.332	106.700	407.000	60,2	87,7	161,9	281,4
Mandioca	25t	147.036	533.771	222.100	680.000	151,1	127,4	263,0	206,2

⁽¹⁾ Custo operacional efetivo.

⁽²⁾ Custo operacional efetivo estimado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Gazeta Mercantil.

— Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)

Dentro do período estabelecido para este Prognóstico, mereceram destaque com referência ao Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), as alterações tributárias apresentadas a seguir.

— Leite

O Convênio ICM nº 25, de 11/10/83, estabeleceu o tratamento tributário do leite pasteurizado, com vigência a partir de 01/01/84, nas Unidades da Federação compreendidas nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para estes Estados, incluindo São Paulo, a base de cálculo do imposto foi equivalente a 50% do valor da operação, nas saídas internas de leite pasteurizado tipo especial, com 3,2% de gordura e de leite pasteurizado magro, reconstituído ou não, com 2% de gordura, destinadas a estabelecimentos varejistas ou a consumidores finais.

Peio Convênio ICM nº 10, de 08/05/84, o Estado de São Paulo ficou autorizado a estender para as saídas de leite pasteurizado do tipo "B" a isenção do imposto nas saídas do estabelecimento varejista, com destino a consumidor final, e a dispensar o pagamento do imposto diferido.

— Cana-de-açúcar e álcool

O ICM relativo às sucessivas saídas de cana utilizada na fabricação do açúcar e de álcool, destinados ao exterior, de álcool carburante destinado ao mercado interno, bem como de cana utilizada na fabricação de açúcar cristal destinado à Zona Franca de Manaus, com lançamento diferido para o momento em que ocorrer a saída de produtos resultantes de sua moagem e industrialização, segundo a Coordenadoria da Administração Tributária de São Paulo, ficou estabelecido, retroagindo seus efeitos a partir de 09/03/83, segundo os valores constantes da Portaria CAT (Secretaria da Fazenda) nº 76, de 24/11/83.

A fim de disciplinar as operações com açúcar e álcool efetuadas por cooperativa centralizadora de vendas, foram baixadas normas (5) a respeito. Assim, os estabelecimentos industriais produtores de açúcar e álcool (usinas e/ou destilarias) deixarão de destacar o valor do ICM nas notas de entrega para venda, emitidas com destino à cooperativa centralizadora de vendas a que estejam filiadas, relativamente aos produtos destinados ao mercado interno. Por ocasião da venda efetuada pela cooperativa, esta destacará o ICM na nota fiscal que emitir e mencionará que a mercadoria será retirada, pelo comprador, no estabelecimento da usina ou destilaria filiada. A base de cálculo do imposto será o valor da operação, observados os preços estabelecidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), vigentes na data da venda efetuada pela cooperativa.

— Pescado

A partir de 11/10/83, foi concedido diferimento do pagamento do ICM (6) nas saídas internas de pescados destinados a emprego como matéria-prima em processo de indústria

(5) Portaria CAT (Secretaria da Fazenda) nº 39, de 30/05/84.

(6) Convênio ICM nº 18, de 11/10/83.

lização.

Com vigência desde 28/05/84, os Estados poderão conceder (⁷) redução da base de cálculo de até 50% nas saídas de peixes, suas ovas, crustáceos e moluscos, em estado natural, congelados, resfriados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, para fora do Estado. Pela redação do dispositivo anterior, ou seja, Convênio ICM 01/75, de 27/02/75, a redução era de até 50% do valor do imposto devido, incluído nesse limite o crédito relativo aos insumos.

— Carne Bovina, operações com gado e produtos cárneos

No período outubro/83 a junho/84, duas Portarias fixaram os valores mínimos para cálculo do ICM nas operações com gado.

Em vigor desde 01/03/84, a Portaria CAT nº 15, de 28/02/84, estabelece que, nas operações efetuadas com gado, o imposto deverá ser calculado sobre os valores fixados na pauta descrita na Portaria supra, salientando que o tributo será calculado sobre o valor da operação, quando este for superior ao mínimo fixado na pauta.

Desde 01/06/84 (⁸), o ICM incidente sobre as operações efetuadas com carne bovina deverá ser calculado sobre os valores fixados na seguinte pauta, esclarecendo que se trata de carne bovina não retalhada: a) carne de boi (kg): traseiro, Cr\$2.200,00; dianteiro, Cr\$1.700,00; ponta de agulha, Cr\$1.450,00; e boi casado ou fechado, Cr\$1.900,00; b) carne de vaca (kg): traseiro, Cr\$2.000,00; dianteiro, Cr\$1.450,00; ponta de agulha, Cr\$1.250,00; e vaca casada ou fechada, Cr\$1.670,00.

A partir de 26/12/83, foi dado novo tratamento tributário (⁹) aos produtos cárneos e, também, foram revogados os benefícios fiscais concedidos aos insumos para rações. Na linha de entendimento deste Convênio, o Estado de São Paulo, dentre outros Estados, está autorizado a isentar do ICM, até 31/12/84, as saídas de carne bovina, bufalina, ovina, caprina e suína, verde, resfriada ou congelada, promovidas por estabelecimento varejista, desde que o imposto tenha sido pago em operação anterior. Até 31/12/84, nas vendas a varejo de carne suína verde, resfriada ou congelada, efetuadas diretamente pelos estabelecimentos abatedores, a base de cálculo do ICM corresponderá a 85% do preço de venda. Ainda segundo o Convênio ICM nº 35/83, para São Paulo, nos exercícios de 1984, 1985 e 1986, a base de cálculo do imposto fica reduzida de 75%, 50% e 25%, respectivamente, nas saídas dos seguintes insumos: a) farinha de peixes, de ostras, de carne, de osso e de sangue; b) farelos e torta de algodão, de amendoim, de babaçu, de linhaça, de mamona, de milho, de soja, de trigo e de farelo estabilizado de arroz, assim entendido o produto obtido através do processo de extração do óleo contido no farelo de arroz integral por meio de solventes; c) concentrados e suplementos para animais; e d) milho e sorgo nas operações internas com destino à fabricação de ração ou alimentação animal.

— Frutas

a) Sucos de laranja e de maracujá

A partir de 01/06/84, será exigido o estorno do crédito fiscal (¹⁰) equivalente ao valor integral do ICM incidente sobre a matéria-prima empregada na fabricação do produto,

(⁷) Convênio ICM nº 03, de 08/05/84.

(⁸) Portaria CAT (Secretaria da Fazenda) nº 38, de 28/05/84.

(⁹) Convênio ICM nº 35, de 06/12/83.

(¹⁰) Convênio ICM nº 27, de 06/12/83.

com referência às saídas para o exterior de suco de laranja ou maracujá. Para substituir essa disposição, o contribuinte poderá efetivar o estorno em importância equivalente ao resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre o preço FOB constante na guia de exportação: 8,5% equivalente à matéria-prima oriunda do próprio Estado, e 6% equivalente à matéria-prima oriunda de outros Estados.

b) Maçã

Produzindo efeitos a partir de 01/01/84, os Estados e o Distrito Federal estão autorizados (11) a concederem, até 31/12/84, crédito presumido do ICM de até 40% do valor do imposto devido, incluindo-se nesse limite os eventuais créditos dos insumos, nas saídas de maçãs, do estabelecimento em que tiverem sido produzidas, excetuadas as remessas com destino a estabelecimento industrial para utilização como matéria-prima.

- Café

O Governo do Estado de São Paulo aprovou (12) o Protocolo ICM nº 02, de 29/03/84, tratando da exigência do ICM nas vendas de café efetuadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), por intermédio de Bolsas de Mercadorias. Conseqüentemente, acrescenta dispositivo no artigo 182 do Regulamento do ICM, determinando que, quando o café cru, em coco ou em grão, for vendido pelo IBC, em Bolsa de Mercadorias, o imposto relativo à futura exportação será antecipadamente recolhido pelo arrematante, na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda, até o momento da retirada da mercadoria.

- Sementes

Está prorrogado, de 31/12/83 para 31/12/84, o prazo (13) para aplicação da isenção do ICM às saídas de sementes de olerícolas e forrageiras, ainda que não certificadas ou fiscalizadas, desde que produzidas ou importadas em conformidade com as exigências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura ou pelos órgãos e entidades da Administração Federal, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Territórios, com os quais mantiver convênio.

- Mamona

Em substituição ao estorno integral do ICM incidente sobre a matéria-prima empregada na fabricação de farelo e óleo de mamona, em relação às saídas para o exterior, com início em 01/07/84, fica facultado (14) aos contribuintes a aplicação do percentual de 10,625% sobre o preço FOB constante da guia de exportação. Em conseqüência, está revogada a faculdade de aplicação sobre o preço FOB constante da guia de exportação do percentual de 10%.

- Alíquotas máximas

O Senado Federal aprovou (15) a elevação das alíquotas máximas do ICM, com vigência a partir de 01/01/84, para: a) 17% nas operações internas e interestaduais; e b) 12% nas operações interestaduais que destinem mercadorias a contribuintes para fins de industrializa-

(11) Convênio ICM nº 32, de 06/12/83.

(12) Decreto nº 22.092, de 09/04/84.

(13) Convênio ICM nº 31, de 06/12/83.

(14) Convênio ICM nº 05, de 08/05/84.

(15) Resolução (Senado Federal) nº 364, de 01/12/83.

ção (exceto nas promovidas nas Regiões Sudeste e Sul com destino às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que permanece sendo de 9%). A alíquota do ICM nas operações de exportação não teve seu limite máximo alterado, permanecendo em 13%. Para validar a Resolução do Senado Federal, o Governo do Estado de São Paulo promulgou lei nesse sentido (16), em vigor desde 28/12/83, produzindo efeitos a partir de 01/01/84.

— Imposto Territorial Rural (ITR)

As alterações ligadas ao Imposto Territorial Rural (ITR), registradas durante o período, são apresentadas a seguir.

Inclusão do município de Vargem Grande Paulista (17) no Estado de São Paulo, que não figurava das tabelas constantes das Instruções Especiais INCRA nºs 20/80, 23/82 e 27/83 no estabelecimento de Módulo Fiscal (MF). Assim, por esta atualização, o MF para este município paulista ficou determinado em 5ha.

Com referência à tributação, o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários, pela Portaria nº 05, de 03/02/84, aprovou a Instrução Especial INCRA nº 30, de 31/01/84, estabelecendo em 2,4 o coeficiente de atualização para o exercício de 1984, para correção do Valor da Terra Nua (VTN), declarado pelo contribuinte do ITR e não impugnado pelo INCRA, em todas as Unidades da Federação. O VTN declarado pelo contribuinte será impugnado quando inferior ao mínimo por hectare fixado para o município de situação do imóvel rural, prevalecendo, para todos os fins, este último valor ou o resultante de avaliação. Os valores máximos e mínimos da terra nua, atualizados, para os municípios do Estado de São Paulo, segundo as DIRAs, são os apresentados no quadro 119.

A fim de estimular o uso racional e intensivo da terra e o cumprimento da sua função social, foi instituído (18), para o exercício de 1984, o prêmio incentivo a produtores rurais das diferentes regiões do país, nas diversas modalidades de exploração. O "Prêmio Produtividade Rural e Conservação de Solos", como foi denominado, será concedido nos seguintes níveis: a) municipal; b) regional; c) estadual, e d) nacional. Em relatório individualizado, deverá constar as identificações do produtor e do imóvel rural, as condições técnicas e conservacionistas, as condições sociais, e produção agrícola, pecuária, florestal e extrativista. Em cada nível, os produtores selecionados poderão receber os seguintes prêmios: a) municipal: devolução até o limite de Cr\$110.000,00 dos tributos administrados pelo INCRA; b) regional: cheque prêmio, no valor do ITR calculado, sem considerar os estímulos fiscais, até o limite de Cr\$200.000,00; c) estadual: participação em programa de viagem ao Ministério da Agricultura para visita aos principais centros de pesquisa do Governo e às fazendas consideradas modelos; e d) nacional: medalha de ouro a ser entregue pelo Presidente da República e diploma em pergaminho de Produtor Conservacionista.

— Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

O Banco Central do Brasil (BACEN), tendo por competência cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), torna públicas as seguintes Resoluções, referentes às alterações havidas no campo do IOF:

a) está reduzida para 0 (zero) a alíquota do IOF (19) incidente na liquidação

(16) Lei nº 3.991, de 28/12/83.

(17) Portaria MA nº 04, de 03/02/84.

(18) Portaria INCRA nº 156, de 15/05/84.

(19) Resolução BACEN nº 862, de 03/12/83.

de operações de câmbio em pagamento de importações de sorgo, relativamente às importações cujas guias tenham sido emitidas pela Carteira do Comércio Exterior (CACEX), a partir de 26/10/83. Porém, a redução só será aplicada aos casos em que os interessados, no momento da liquidação do respectivo contrato de câmbio, apresentarem a quarta via da Declaração de Importação, expedida pela Secretaria da Receita Federal, onde ateste o desembaraço do produto até 29/01/84, inclusive;

b) foi reduzida para 0 (zero) (20) a alíquota do IOF que incide na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de feijão, realizadas por empresas sediadas no Brasil, cujo produto seja destinado à compra pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), através de licitação pública e, comprovadamente, seja internado até 31/07/84, inclusive;

c) na mesma linha de incentivo ao setor, foi reduzida para 0 (zero) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de óleo de soja refinado, no interesse da política de abastecimento do Governo Federal (21);

d) igualmente foi reduzida para 0 (zero) (22) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de até 200.000t de milho em grão, com casca, realizadas por empresas com sede no Brasil, cujo produto tenha sido destinado à compra pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), através de licitação pública, com pagamento em moeda nacional, e comprovadamente internado até 15/03/84 ou 30/03/84, conforme seu direcionamento às Regiões Centro-Sul ou Nordeste, respectivamente;

e) foi reduzida, também, para 0 (zero) (23) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de feijão e algodão, no interesse da política de abastecimento do Governo Federal, desde que, comprovadamente, os referidos produtos sejam internados até 31/05/84 e 31/08/84, respectivamente.

f) no referente às importações de óleo de soja degomado, a alíquota do IOF foi reduzida para 0 (zero), alíquota esta incidente na liquidação de operações de câmbio, no interesse, sempre, da política de abastecimento do Governo Federal (24);

g) em sessão realizada em 01/08/84, o Conselho Monetário Nacional (CMN) resolveu reduzir para 0 (zero) a alíquota do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importação dos seguintes produtos, quando realizadas ao amparo de guias emitidas pela CACEX: ovos frescos para incubação (25), a partir de 02/05/84; óleo de amêndoa de palma, em bruto, e de óleo de coco, em bruto, (26) quando se destinem à indústria saboieira e no interesse da política de abastecimento do Governo Federal, de modo a complementar a oferta interna desses produtos, e com vigência retroativa a partir de 12/06/84; e carne de bovino, também no interesse da política de abastecimento do Governo Federal (27), a fim de complementar a oferta interna desse produto, cuja redução retroage desde 04/07/84.

(20) Resolução BACEN nº 918, de 14/05/84.

(21) Resolução BACEN nº 919, de 14/05/84.

(22) Resolução BACEN nº 902, de 05/04/84.

(23) Resolução BACEN nº 901, de 05/04/84.

(24) Resolução BACEN nº 892, de 09/01/84.

(25) Resolução BACEN nº 931, de 01/08/84.

(26) Resolução BACEN nº 932, de 01/08/84.

(27) Resolução BACEN nº 933, de 01/08/84.

As principais alterações desse tributo ficaram restritas aos incentivos concedidos às empresas detentoras de projetos de florestamento e reflorestamento.

Nesta linha, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) poderá autorizar ⁽²⁸⁾ a exploração final de projetos implantados sob a égide da Lei nº 5106/66 que versa sobre o abatimento ou desconto das importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil, desde que haja solicitação expressa e que a pessoa jurídica, requerente da exploração final, seja a única detentora de todas as quotas do projeto original e que este esteja localizado num raio considerado economicamente viável, comprovado através de cálculos de rentabilidade, comparando-se a produtividade média com a esperada, na região onde o mesmo se localiza e de acordo com a melhor tecnologia atualmente utilizada.

Para os projetos de florestamento e reflorestamento, a serem protocolados no IBDF em 1984, somente terão validade ⁽²⁹⁾ os laudos de vistoria prévia emitidos a partir de 24/04/84. O pedido de vistoria prévia deverá ser protocolado na Delegacia Estadual do IBDF que jurisdição a área indicada, no período compreendido entre 02 de janeiro a 20 de novembro do ano de protocolo dos projetos, acompanhado de documentos e informações, tais como a planta da propriedade locando a área projetada e as condições de infra-estrutura existentes que permitam acesso à identificação de toda cobertura vegetal da área projetada, e a indicação das espécies a serem plantadas.

O limite global para a aprovação de novos projetos de reflorestamento incentivado, no exercício de 1984, foi elevado ⁽³⁰⁾ de 240.000ha para 289.000ha. Assim, a área a ser concedida em hectares às empresas industriais ou suas associadas é de 10.000ha para fruticultura; 3.000ha para madeira processada mecanicamente; e 6.000ha quando destinada à substituição energética. No tocante às empresas de reflorestamento sem vínculo industrial, a área a ser concedida em hectares, quando destinada para a fruticultura, é de 23.000ha e de 7.000ha quando em substituição energética.

Pelo entendimento legal ⁽³¹⁾, no ano-base de 1983, foi contemplada com a isenção do imposto de renda a pessoa jurídica ou empresa individual, cuja receita bruta em 1983, inclusive a não-operacional, tenha sido igual ao valor nominal de 4.000 ORTNs, tendo por referência o mês de dezembro/83. Portanto, como a ORTN desse mês acusou a importância de Cr\$7.012,99, a isenção atingiu o montante de Cr\$28.051.960,00. Para 1985, se o mandamento não sofrer alteração, estarão isentas do IR as empresas com receita bruta igual ou inferior a 10.000 ORTNs, com referência ao valor de janeiro/84, o que, pelos cálculos, importa em Cr\$75.459.800,00.

(IEA, 15/08/84)

⁽²⁸⁾ Portaria Normativa IBDF nº 502, de 21/12/83.

⁽²⁹⁾ Portaria Normativa IBDF/DR nº 181, de 18/04/84.

⁽³⁰⁾ Portaria MA nº 188, de 08/06/84.

⁽³¹⁾ Decreto-Lei nº 1.780, de 14/04/80 (art. 1º).

QUADRO 119.- Valores Máximo e Mínimo da Terra Nua, para Fins do Cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR), Estado de São Paulo, 1983-84

(em cr\$/ha)

DIRA	Máximo		Mínimo	
	1983	1984	1983	1984
Araçatuba	37.662	90.388	27.930	67.032
Bauru	43.093	103.423	32.091	77.018
Campinas	85.729	205.750	25.672	61.613
Marília	37.531	90.074	25.672	61.613
Presidente Prudente	37.531	90.074	21.546	51.710
Ribeirão Preto	43.093	103.423	30.526	72.614
São José do Rio Preto	40.801	97.922	23.697	56.873
São Paulo	214.552	514.925	10.543	25.303
Sorocaba	70.600	169.440	10.543	25.303
Vale do Paraíba	59.245	142.188	11.848	28.435

Fonte: Dados do INCRA elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

SEGURO RURAL E PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

De maneira geral, o ano agrícola 1983/84 caracterizou-se por vários períodos de estiagem, que comprometeram as lavouras em diversos momentos do ciclo vegetativo das safras. O mais grave deles ocorreu nos meses de dezembro e janeiro últimos, atingindo mais intensamente as culturas de soja, arroz, milho, amendoim e a segunda safra de feijão. O período de estiagem mais recente (maio/julho), afetando especialmente o oeste do Estado, prejudicou apenas as safras de inverno (terceira safra) de 1983/84, com pouca expressão no conjunto do ano agrícola. De qualquer forma, os problemas climáticos neste último ano não foram tão graves como os enfrentados pelas safras de 1982/83, o que se reflete no menor volume de indenizações solicitadas pela atividade agropecuária.

- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) é administrado pelo Banco Central, por intermédio do Departamento de Crédito Rural, e vem operando segundo o Manual de Crédito Rural, capítulo 19.

Para o ano agrícola 1983/84, cabe salientar que a Resolução nº 904, de 04/04/84 - portanto, atingindo neste ano apenas o ciclo de culturas relativo à safra de inverno - tornou facultativa ao produtor a adesão ao PROAGRO.

A última alteração do Programa consta da Resolução nº 938, de 02/08/84, do BACEN, estabelecendo que "o adicional e a cobertura do PROAGRO poderão incidir também sobre a correção monetária dos recursos próprios dos mutuários, ao seu critério".

Ainda em relação ao PROAGRO, tem-se observado que a pouca disponibilidade de recursos para o crédito rural tem ocasionado ao produtor, neste último ano agrícola, maior dificuldade de acesso ao programa e, portanto, de cobertura de eventuais problemas com as atividades agrícolas. As últimas alterações no PROAGRO, garantindo a cobertura também da correção monetária dos recursos próprios, vêm no sentido, justamente, de estimular a utilização de maiores volumes de recursos de outras fontes que não o crédito rural por parte dos agricultores, bem como de levar os bancos privados a aumentarem sua participação no custeio à agricultura.

Para o Estado de São Paulo, no exercício referente ao ano civil de 1983, nota-se que o valor monetário dispendido no pagamento de indenizações foi de Cr\$7.797,9 milhões, para um número de 10.983 processos deferidos. As culturas que apresentaram maior participação no PROAGRO foram feijão e trigo, correspondendo a 71% do volume total de recursos destinados as indenizações (quadro 120).

Para os três primeiros meses do ano de 1984, observa-se que o volume de recursos destinados à cobertura de indenizações foi de Cr\$1.540,2 milhões, para um número de 1.374 processos deferidos, e as culturas que apresentaram maior participação foram arroz, feijão e milho, representando 62% do volume total de recursos destinados às indenizações.

Seguro Rural

O seguro rural administrado pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) passou por grande transformação em 1983, quando foi ampliada a pauta de produtos asseguráveis, passando a incluir as culturas de arroz irrigado, milho, feijão, amendoim, tomate e batata, além dos anteriormente existentes para algodão, banana, feijão irrigado, videira e seguro de florestas, animais e seguro de hortigranjeiros vinculados aos programas de compra antecipada da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), além do seguro de vida para pequeno produtor, este incomprensivelmente obrigatório para os mutuários do BANESPA.

Além desta ampliação, o seguro COSESP, no geral, parece oferecer vantagens em relação ao PROAGRO em termos das taxas cobradas (prêmios), dos valores de custeio atribuídos às culturas (sob os quais são calculados os prêmios) e das facilidades de ressarcimento de perdas.

Como resultado destas condições, está havendo crescente demanda desse seguro esta dual por parte dos agricultores e pressões por parte das instituições financeiras para participar do sistema, que tem sido operado até aqui com exclusividade pelo BANESPA e pela CEESP. Neste sentido, já está em curso os acordos para que o Banco do Brasil passe a integrar o sistema COSESP já no próximo ano agrícola. As estatísticas disponíveis já refletem esse crescimento na demanda, pois no ano agrícola ora em seu final o sistema registrou até maio de 1984 29.103 contratos, contra 26.537 no ano anterior (quadro 21), sendo que o primeiro dado é um número ainda parcial do último ano agrícola.

O principal evento natural responsável pela solicitação de indenizações em 1983/84 tem sido a estiagem. Nos primeiros cinco meses de 1984, dos 329 sinistros pagos, 271 foram devidos à seca. As perdas daí decorrentes, entretanto, foram bem menores que no ano agrícola 1982/83 - extremamente prejudicado pelo excesso de chuvas ao longo do período - o que se reflete no comportamento da relação número de sinistros ocorridos/número de seguros realizados, que passou do índice 0,16, em 1982/83, para 0,07, em 1983/84. Tomando-se como indicador o índice acima definido aplicado a cada cultura, verificou-se para 1983/84 que os produtores que mais recorreram a indenizações foram os de videira (0,43), de banana (com índice 0,28), de tomate envarado (0,18), de feijão (0,09) e de algodão (0,07).

Os produtos que mais contribuíram para o número total de seguros realizados pela COSESP, em 1983/84, foram o algodão - dado que seu seguro é vinculado à utilização de sementes melhoradas, cuja venda é monopólio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) - com 61,5% do total e, em seguida, o milho, feijão, soja e videira, com 18,5%, 9,6%, 2,6% e 1,8%, respectivamente.

(IEA, 15/08/84)

QUADRO 120. - Comportamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) no Estado de São Paulo, 1983-84

Cultura	1983		1984 ⁽¹⁾	
	A	B	A	B
Algodão	6	4,2	2	16,3
Arroz	257	238,9	665	591,5
Café	29	11,7	4	2,3
Feijão	6.929	3.930,4	326	262,8
Milho	480	155,1	100	102,8
Soja	68	62,8	15	54,0
Trigo	1.100	1.587,7	27	27,7
Feijão/Milho	18	8,5	1	0,6
Outros consórcios	9	17,5	2	1,9
Outros custeios agrícolas	2.073	1.777,4	230	477,8
Custeiamento pecuário	5	3,0	1	2,3
Investimento agrícola	9	0,7	1	0,3
Investimento pecuário	-	-	-	-
Total	10.983	7.797,9	1.374	1.540,2

(¹) De janeiro a março de 1984.

Obs.: A = Número de processos deferidos; B = Valor destinado às indenizações em Cr\$1.000.000,00.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 121. - Comportamento do Seguro Rural Estadual, 1981/82 a 1983/84

Ano agrícola	Seguros realizados		Sinistros ocorridos		(b/a)
	Nº (a)	Valor dos prêmios (Cr\$ milhão)	Nº (b)	Valor das indenizações (Cr\$ milhão)	
1981/82	21.243	316,0	2.143	429,9	0,10
1982/83	26.537	650,8	4.139	1.328,7	0,16
1983/84 ⁽¹⁾	29.103	2.791,1	2.005	2.295,1	0,07

(¹) Dados até maio de 1984.

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

No passado, um dos mais sérios problemas apontados neste instrumento de política estava no nível de preços fixados que não ofereciam estímulo suficiente para a agricultura. Quando os preços de mercado reagiam desfavoravelmente ao produtor, este era obrigado a entregar a sua produção ao Governo com uma margem de remuneração muito baixa. Tradicionalmente, essas grandes quedas de preço têm ocorrido com os produtos de consumo interno, dentre os quais arroz, feijão e milho, que juntos somaram quase 90% do valor total das Aquisições do Governo Federal (AGFs) em 1980 e 1982. Em 1981, a participação desses produtos esteve em torno de 64%.

Na safra 1983/84, apesar de se ter fixado preços-base considerados bastante estimulantes a princípio, a evolução dos custos não foi compensada pela correção daqueles preços pela variação da ORTN. Os preços mínimos para operações com os seis produtos considerados no quadro 122 permitiriam remuneração positiva ao produtor apenas para o algodão. Arroz e feijão mostrariam as remunerações mais desfavoráveis, -25,1% e -16,4% respectivamente. No entanto, como os preços de mercado reagiram em razão da redução de oferta interna, da elevação das cotações internacionais e dos reduzidos estoques, a margem de remuneração efetiva, bastante razoável para alguns produtos, mostrou os melhores resultados para mandioca, algodão e soja.

A demanda por AGF, nessa safra, foi maior para arroz e milho, mas ficou em grande parte sem atendimento em razão da forte restrição de recursos por parte do Governo.

Há que se ressaltar, no entanto, que as restrições normativas impostas às Aquisições do Governo Federal (AGFs) e Empréstimos do Governo Federal (EGFs) neste ano e, principalmente, ao volume de recursos comprometeram o resultado econômico da safra em termos de absorção pelo setor agrícola dos ganhos decorrentes do crescimento dos preços. Os produtores, pressionados pelo vencimento de dívidas, foram obrigados a transferir a produção sob condições menos vantajosas e os benefícios acabaram sendo apropriados pelas indústrias ou atacadistas com condições de compra e estocagem.

Cabe destacar que as dificuldades encontradas pelos agricultores, tanto no que diz respeito às aquisições, como aos empréstimos, decorrentes da falta de recursos para a execução da política de preços mínimos, comprometem sua eficácia no futuro enquanto instrumento de estímulo à produção, pois a credibilidade é fator primordial para que esse instrumento tenha capacidade de influência na definição da produção.

Embora a remuneração obtida para alguns produtos de abastecimento interno como feijão e milho (45,0% e 34,0% respectivamente) no Estado de São Paulo sugiram boas condições de capitalização dos produtores, na atual conjuntura inflacionária os preços recebidos na safra 1983/84 estão muito aquém dos custos previstos para a de 1984/85, o que gera dificuldades de se repetir igual área de cultivo sem acréscimos substanciais de capital de giro e a necessidade de maiores recursos via crédito rural.

Analisando os valores fixados para a próxima safra, nota-se que mais uma vez a definição dos preços-base foi feita de forma generosa, com reajuste médio estimado em 261,5% em relação à safra 1983/84. O preço mínimo projetado poderá proporcionar, então, remuneração positiva para todos os produtos considerados no quadro 122, o que significa melhora em relação à safra precedente que, como observado, resultou em remuneração positiva apenas para algodão. Na safra 1984/85, a melhor posição ficaria com a soja, cujo preço mínimo excederia em 64,5% o custo variável da produção, e a pior referir-se-ia ao arroz, com remuneração de apenas 8,6%.

Outro aspecto positivo da determinação dos preços-base para a próxima safra diz respeito ao período de correção. Atendendo parte das reivindicações do setor, o Governo estendeu por mais dois meses a correção monetária do preço-base, ou seja, o período de correção das principais culturas para a safra 1984/85 será de agosto a abril. Esta modificação virá a contribuir para tornar os preços mínimos mais realistas que no passado.

Note-se que dentre os principais produtos da política de preços mínimos, contrariamente ao que era de se esperar, num período de retração da oferta de alimentos como vem ocorrendo há bastante tempo, as menores remunerações em relação aos custos variáveis foram exatamente para arroz, milho e feijão, que tradicionalmente são aqueles cujos produtores mais têm que recorrer à política de compras do Governo.

O sucesso da política de preços mínimos para a safra 1984/85 dependerá de sua efetiva execução, ou seja, das aquisições e empréstimos do Governo, que ocorrerão possivelmente a partir de abril de 1985. Esse comentário se justifica, pois no corrente ano as operações de AGF e EGF foram insuficientes para atender a demanda dos agricultores, porque a execução da política monetária acertada com o FMI obrigou o Governo a restringir ao máximo a expansão da moeda e do crédito, prejudicando consideravelmente o setor agrícola. Não é possível avaliar o efeito desse fato sobre a expectativa dos agricultores, mas não seria temerário afirmar que os produtores procederão com mais cautela em relação à próxima safra, procurando basear suas decisões mais em função dos preços de mercado do que na garantia do Governo. A esse respeito o Governo poderia recuperar, pelo menos parcialmente, a credibilidade na política agrícola destinando substancial aporte de recursos para garantia de preços mínimos no orçamento monetário de 1985, que ainda não foi elaborado.

Finalmente, cabe lembrar que haverá mudança na administração do país em março de 1985, e que haverá um esforço para eventuais alterações na execução e no enfoque da política agrícola.

(IEA, 20/08/84)

QUADRO 122. - Remuneração do Preço Mínimo e do Preço de Mercado sobre o Custo Variável de Algumas Culturas, Estado de São Paulo, Safras 1983/84 e 1984/85

Cultura	Unidade (kg)	Safrã 1983/84				Safrã 1984/85			
		Preço mĩnimo (Cr\$/u.)	Preço de mercado (Cr\$/u.)	Custo variãvel ⁽¹⁾ (Cr\$/u.)	Remuneraçãõ(%) (²) (³)	Preço base (Cr\$/u.)	Preço mĩnimo ⁽⁴⁾ (Cr\$/u.)	Custo variãvel (Cr\$/u.)	Remuneraçãõ prevista ⁽²⁾ (%)
Arroz (TM)	50	9.350,00	13.583,33	12.480,22	-25,1 + 8,8	18.000,00	37.277,00	34.336,26	8,6
Feijãõ ãguas (TMA)	60	20.475,00	35.500,00	24.480,15	-16,4 + 45,0	54.200,00	77.997,00	62.655,75	24,5
Mandioca (TMA)	1.000	26.242,00	87.280,00	28.253,44	- 7,1 + 208,9	51.800,00	107.274,00	80.871,30	32,6
Milho (M)	60	6.180,00	9.000,00	6.714,80	- 8,0 + 34,0	13.000,00	26.922,00	23.173,10	16,2
Algodãõ	15	6.678,00	11.000,00	4.728,14	+41,2 + 132,6	12.000,00	24.851,00	19.780,35	25,6
Soja (TM)	60	7.242,00	23.500,00	7.926,87	- 8,6 + 196,5	20.000,00	41.419,00	25.183,53	64,5

⁽¹⁾ Custo variãvel = Custo Operacional Total - (Juros de Investimento + Depreciaçãõ)

⁽²⁾ Remuneraçãõ = (Preço mĩnimo/custo variãvel) - 1

⁽³⁾ Remuneraçãõ = (Preço de mercado/custo variãvel) - 1

⁽⁴⁾ O preço mĩnimo ã o preço base corrigido pela variaçãõ da ORTN no perĩodo de agosto/84 a abril/85 para o arroz, mandioca, milho, algodãõ e soja, e no perĩodo de agosto-dezembro/84 para o feijãõ das ãguas. Estima-se uma correçãõ monetãria mensal de 9,52% no perĩodo de setembro/84 a abril/85.

Fonte: Instituto de Economia Agrĩcola (IEA) e Folha de Sãõ Paulo, de 17/03/84.

PROGNÓSTICO 84/85

COORDENAÇÃO

Devancyr Aparecido Romão, Antonio Ambrósio Amaro, Richard Domingues Dulley, Waldemar Pires de Camargo Filho, Elcio Umberto Gatti, José Roberto Viana de Camargo, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Minoru Matsunaga e Sebastião Nogueira Junior.

EDITORACÃO

Celuta Moreira Cesar Machado.

REVISÃO

Maria Áurea Cassiano.

DATILOGRAFIA

Deunice Aparecida Raymundo, Marisa Zeferino e Miriam Beluci Miguel Luz.

CAPA

Denise Pereira Castro

ESTATÍSTICAS BÁSICAS

Luiz Henrique de Oliveira Piva, Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montrágio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, José Roberto Vicente, Ismar Florêncio Pereira, Maria Carlota Meloni Vicente, Carolina Aparecida Pinsuti, Elizabeth Alves e Nogueira, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Nilton Geraldo Santos de Albuquerque, Rosa Maria Pescarin Pellegrini e Samira Aoun Marques.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Alice Midori Shimura, Fernando Antonio de Almeida Séver e Vera Lúcia Ferraz dos Santos.

EQUIPE TÉCNICA

ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

Daniel Ribeiro Júnior, Denyse Chabaribery, Hiroshige Okawa, José Roberto Viana de Camargo, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos.

MERCADO DE FATORES

Defensivo: Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira.
Fertilizante: Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira.
Salário Agrícola: José Eduardo Rodrigues Veiga, Malimária Norico Otani, Nelson Kasaki Toyama.
Semente: Ana Maria Futino.
Terra e Trator: Antonio José Braga do Carmo.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Cesar Roberto Leite da Silva, José Luís Teixeira Marques Vieira, Maria Auxiliadora de Carvalho, José Sebastião de Lima e Roberto de Assumpção.

DESEMPENHO AGRÍCOLA

Fernando Antônio de Almeida Séver, Nilton Geraldo Santos de Albuquerque e Rosa Maria Pescarin Pellegrini.

MERCADO DE PRODUTOS

Algodão: Luiz Carlos Ayres Guidetti Zagatto
Arroz: Sylvia Regina Hellmeister
Batata e Cebola: Paulo Augusto Wiesel
Café: Maria de Lourdes do Canto Arruda
Cana-de-Açúcar: Regina Junko Yoshii
Feijão: José Luís Teixeira Marques Vieira
Milho: Marisilda Nabhan
Mandioca e Trigo: José Roberto da Silva
Oleaginosas: Soja, Amendoim e Mamona
Amendoim e Mamona: Domingos Desgualdo Netto
Soja: Marina Brasil Rocha
Tomate: Lídia Hatue Ueno
Frutas:
Banana e Outras Frutas: Vitória da Silva Pereira Biller
Laranja: Antonio Ambrósio Amaro
Avicultura: Nelson Giulietti
Pecuária de Corte: Eloisa Elena Bortoletto
Pecuária de Leite: Yuty Ivete Mizaki de Toledo
Suinocultura: Albino Ferreira Zirlis